

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**Programa de Pós-graduação em Letras**

Daiman Oliveira da Costa

**A INTERSUBJETIVIDADE CONDICIONA A VIDA:**

uma expedição epistemológica, uma reflexão computacional e uma investida analítica sobre os padrões e os conteúdos experienciais compartilhados cognitivamente e discursivamente pelos seres humanos

Belo Horizonte

2024

Daiman Oliveira da Costa

## **A INTERSUBJETIVIDADE CONDICIONA A VIDA:**

uma expedição epistemológica, uma reflexão computacional e uma investida analítica sobre os padrões e os conteúdos experienciais compartilhados cognitivamente e discursivamente pelos seres humanos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de Pesquisa: Linguagem e atividade cognitiva humana: teorias, processos e práticas de produção de sentido.

Orientador: Dr. Hugo Mari

Belo Horizonte

2024

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C838i Costa, Daiman Oliveira da  
A intersubjetividade condiciona a vida: uma expedição epistemológica, uma reflexão computacional e uma investida analítica sobre os padrões e os conteúdos experienciais compartilhados cognitiva e discursivamente pelos seres humanos / Daiman Oliveira da Costa. Belo Horizonte, 2024.  
179 f. : il.

Orientador: Hugo Mari  
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Intersubjetividade. 2. Ciências cognitivas. 3. Linguística. 4. Desenvolvimento tecnológico. 5. Redes sociais. 6. Epistemologia. 7. Ontologia. 8. Algoritmos. 9. Campanhas eleitorais. 10. Brasil - Política e governo. I. Mari, Hugo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 801

Daiman Oliveira da Costa

## **A INTERSUBJETIVIDADE CONDICIONA A VIDA:**

uma expedição epistemológica, uma reflexão computacional e uma investida analítica sobre os padrões e os conteúdos experienciais compartilhados cognitivamente e discursivamente pelos seres humanos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

---

Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas (Orientador)

---

Profa. Dra. Sandra Maria Silva Cavalcante – PUC Minas (Banca Examinadora)

---

Prof. Dr. William Augusto Menezes – UFOP (Banca Examinadora)

---

Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes – UFOP (Banca Examinadora)

---

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção – UFSJ (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Verbo, pela gênese.

À Dona Sônia, minha mãe, por ser fonte inesgotável de amor e inabalável porto seguro.

Ao professor Hugo Mari, pelos aprendizados, pelo diálogo, pela atenção e pela orientação.

Aos professores Paulo Mendes e Sandra Cavalcante, pelos aprendizados e pelas prosas.

Aos integrantes do GPS e, em especial, às minhas grandes companheiras de planejamentos, pesquisas e trabalhos: Dênia Andrade e Juliane Ferraz.

Aos integrantes do Complex Cognitio, pelas descobertas instigantes e alvissareiras.

Aos funcionários do Pós-Letras e, em especial, à Sirlane, pela presteza, eficiência e gentileza.

À PUC Minas, pelo terreno próspero e pela instantânea integração.

À CAPES, pelo financiamento generoso e imprescindível.

A todos os amigos e colegas que aturaram os meus solilóquios filosóficos e que, direta ou indiretamente, contribuíram para as reflexões que constituem este trabalho.

E, claro, aos curiosos e, por isso, valiosos leitores deste texto.

## RESUMO

Essencialmente inscrita no território das ciências cognitivas, esta tese tem como objetivo macro investigar as principais maneiras pelas quais a nossa espécie sente, conhece, age e interage no mundo contemporâneo, o qual é profundamente marcado por um intenso e pervasivo desenvolvimento tecnológico, a fim de mapear as “configurações atualizadas” da atividade cognitiva humana. Para tanto, cada um dos três capítulos que constituem este trabalho se dedicou a construir parte da resposta a esta questão, que, em última instância, está fundamentalmente ancorada no conceito de *intersubjetividade* ora adotado: o compartilhamento dos padrões e dos conteúdos das nossas experiências conscientes. Nesses termos, o primeiro capítulo, intitulado *Atividade cognitiva humana*, constitui o núcleo conceitual do trabalho, cujo objetivo foi consolidar a hipótese teórica de que a intersubjetividade, ontologicamente, pode ser considerada condição da vida humana e, epistemologicamente, pode ser considerada parte integrante e fundamental do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva. Na sequência, o segundo capítulo, intitulado *Revolução Algorítmica*, propõe uma breve reflexão sobre a íntima relação estabelecida entre as ciências cognitivas e o desenvolvimento da tecnologia, lançando luz especial sobre os modos pelos quais as ciências da computação, absorvendo os avanços nos estudos do cérebro, da mente e da linguagem humana, foram capazes de gerar produtos cada vez mais sofisticados e, acima de tudo, pervasivos, os quais modificaram praticamente todas as nossas experiências sociais cotidianas. Por fim, o terceiro capítulo, intitulado *Emoções em guerra*, se destina a conjugar e a operacionalizar as conclusões alcançadas nos capítulos anteriores, a fim de analisar um objeto empírico que é de vital interesse ao povo brasileiro: a *ascensão do bolsonarismo*, compreendido como um relevante fenômeno sociocognitivo cuja origem foi rastreada à campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, por meio da qual ele promoveu o compartilhamento intersubjetivo de determinados padrões e conteúdos experienciais que, alavancados pelo funcionamento algorítmico das redes sociais, foi capaz de instaurar uma genuína guerra cultural, política e ideológica, a qual chegou até mesmo a pôr em risco a existência da nossa democracia. Sendo assim, concluiu-se que a *intersubjetividade* não apenas é condição da vida humana, mas também condiciona todas as nossas experiências sociais, está na base conceitual do desenvolvimento tecnológico e, finalmente, pode ser estrategicamente mobilizada para promover reconfigurações sociopolíticas.

Palavras-chave: Intersubjetividade. Padrões e conteúdos experienciais. Ciências cognitivas. Desenvolvimento tecnológico. Revolução algorítmica. Bolsonarismo.

## ABSTRACT

Essentially inscribed in the territory of cognitive sciences, this thesis has the macro-objective of investigating the main ways in which our species feels, knows, acts and interacts in the contemporary world, which is deeply marked by intense and pervasive technological development, in order to mapping the “updated configurations” of human cognitive activity. To this end, each of the three chapters that compose this work was dedicated to constructing part of the answer to this question, which, ultimately, is fundamentally anchored in the concept of *intersubjectivity* adopted: the sharing of the patterns and the contents of our conscious experiences. In these terms, the first chapter, entitled *Human cognitive activity*, constitutes the conceptual core of the work, whose objective was to consolidate the theoretical hypothesis that intersubjectivity, ontologically, can be considered a condition of human life and, epistemologically, can be considered an integral and fundamental part of the *modus operandi* of our cognitive activity. Subsequently, the second chapter, entitled *Algorithmic Revolution*, proposes a brief reflection on the intimate relationship established between cognitive sciences and the development of technology, shedding special light on the ways in which computer sciences, absorbing advances in the studies of the brain, the mind and the human language, were capable of generating increasingly sophisticated and, above all, pervasive products, which have modified practically all of our everyday social experiences. Finally, the third chapter, entitled *Emotions at war*, is intended to combine and operationalize the conclusions reached in the previous chapters, in order to analyze an empirical object that is of vital interest to the Brazilian people: *the rise of Bolsonarism*, understood as a relevant socio-cognitive phenomenon whose origin was traced to Jair Bolsonaro's presidential campaign in 2018, through which he promoted the intersubjective sharing of certain patterns and experiential content that, leveraged by the algorithmic functioning of social networks, was capable of establishing a genuine cultural, political and ideological war, which even put the existence of our democracy at risk. Therefore, it was concluded that intersubjectivity is not only a condition of human life, but also conditions all of our social experiences, is at the conceptual basis of technological development and, finally, can be strategically mobilized to promote sociopolitical reconfigurations.

Keywords: Intersubjectivity. Experiential patterns and contents. Cognitive sciences. Technological development. Algorithmic Revolution. Bolsonarism.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. Rede de integração conceitual.....                                     | 56  |
| Figura 2. Diagrama analítico da metáfora "este cirurgião é um açougueiro" .....  | 60  |
| Figura 3. Modelo simplificado da rede neural artificial .....                    | 72  |
| Figura 4. Etapas de tratamento de dados digitais .....                           | 80  |
| Figura 5. Interface do Twitter/X.....                                            | 83  |
| Figura 6. Capa do Plano de governo de Jair Bolsonaro.....                        | 101 |
| Figura 7. “Precisamos nos libertar!” .....                                       | 103 |
| Figura 8. As propostas para a segurança pública apresentadas por Bolsonaro ..... | 107 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1. Temas abordados no Plano de governo (TSE, 2018) .....                 | 100 |
| Gráfico 2. Análise percentual absoluta dos temas abordados nas quinze lives..... | 132 |
| Gráfico 3. Análise de polaridade absoluta das quinze lives .....                 | 132 |
| Gráfico 4. Análise dos níveis de polaridade implicados nas menções ao PT.....    | 143 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                  |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                          | <b>10</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1: ATIVIDADE COGNITIVA HUMANA.....</b>                                               | <b>15</b>  |
| <b>1.1 Prolegômenos filosóficos e científicos .....</b>                                          | <b>16</b>  |
| 1.1.1 <i>Do primado realista ao imperativo idealista.....</i>                                    | <i>16</i>  |
| 1.1.2 <i>Do imperativo racionalista à necessidade empirista.....</i>                             | <i>22</i>  |
| <b>1.2 Intersubjetividade: pensamento, linguagem, conhecimento.....</b>                          | <b>27</b>  |
| 1.2.1 <i>Contribuições da psicologia .....</i>                                                   | <i>27</i>  |
| 1.2.2 <i>Contribuições da linguística .....</i>                                                  | <i>32</i>  |
| <b>1.3 Intersubjetividade: padrões e conteúdos da experiência consciente.....</b>                | <b>39</b>  |
| 1.3.1 <i>O mundo e a consciência .....</i>                                                       | <i>39</i>  |
| 1.3.2 <i>Ativação de padrões e criação de conteúdos.....</i>                                     | <i>44</i>  |
| 1.3.3 <i>O papel da linguagem no compartilhamento de padrões e conteúdos .....</i>               | <i>53</i>  |
| <b>1.4 Conclusões .....</b>                                                                      | <b>61</b>  |
| <b>CAPÍTULO 2: REVOLUÇÃO ALGORÍTMICA.....</b>                                                    | <b>63</b>  |
| <b>2.1 Resolução de problemas: computação, pensamento, cognição.....</b>                         | <b>64</b>  |
| 2.1.1 <i>Pensar é computar: fundamentos lógico-matemáticos das ciências da computação... </i>    | <i>64</i>  |
| 2.1.2 <i>Pensar é computar?: fundamentos cognitivos das ciências da computação .....</i>         | <i>69</i>  |
| <b>2.2 Revolução Algorítmica: soluções novas, problemas novos .....</b>                          | <b>76</b>  |
| 2.2.1 <i>Padrões e conteúdos da e na Era Digital: Big data, Data mining e Machine learning</i>   | <i>76</i>  |
| 2.2.2 <i>Padrões e conteúdos da e na Era Digital: affordances virtuais e interatividade.....</i> | <i>81</i>  |
| <b>2.3 Conclusões .....</b>                                                                      | <b>87</b>  |
| <b>CAPÍTULO 3: EMOÇÕES EM GUERRA .....</b>                                                       | <b>89</b>  |
| <b>3.1 Visão panorâmica .....</b>                                                                | <b>90</b>  |
| 3.1.1 <i>Objeto, corpus e métodos de análise .....</i>                                           | <i>90</i>  |
| 3.1.2 <i>Esfera política brasileira: prelúdios da guerra.....</i>                                | <i>93</i>  |
| <b>3.2 A campanha oficial de Jair Bolsonaro em 2018.....</b>                                     | <b>99</b>  |
| 3.2.1 <i>Plano de governo .....</i>                                                              | <i>99</i>  |
| 3.2.2 <i>Debates e entrevistas eleitorais .....</i>                                              | <i>112</i> |
| <b>3.3 A campanha extraoficial de Jair Bolsonaro em 2018.....</b>                                | <b>130</b> |
| 3.3.1 <i>As lives nas redes sociais: visão geral.....</i>                                        | <i>130</i> |
| 3.3.2 <i>Gestão política e ideologia: distopias e conspirações.....</i>                          | <i>133</i> |

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3.3 Economia e segurança: acenos aos aliados, ameaças aos inimigos .....                                          | 144 |
| 3.3.4 Educação, saúde e infraestrutura: o combate aos “ativismos” .....                                             | 151 |
| <b>3.4 Conclusões</b> .....                                                                                         | 159 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                                                                   | 161 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....                                                                                           | 165 |
| <b>APÊNDICE A: Gráficos percentuais das falas de Bolsonaro sobre os eixos temáticos em cada uma das lives</b> ..... | 173 |
| <b>APÊNDICE B: Gráficos de polaridade (coeficiente absoluto) das falas de Bolsonaro em cada uma das lives</b> ..... | 176 |

## PREFÁCIO

Estimado(a) leitor(a), é muito provável que este prefácio lhe cause grande estranhamento, pelo que lhe dou inteira razão, afinal, este elemento pré-textual, de acordo com os manuais científicos, simplesmente não está previsto para a composição deste gênero, algo que o torna, no mínimo, um tanto heterodoxo. De todo modo, o propósito dessa peripécia é oferecer-lhe, desde já, a chave-mestra que facilitará uma movimentação fluida pelos capítulos desta tese, que, até o momento, é o trabalho mais importante da minha vida, na medida em que não apenas materializa os resultados da minha pesquisa de doutoramento, mas também, e sobretudo, reflete toda a minha trajetória acadêmica na pós-graduação, a qual, por sua vez, é reveladora da essência inquisitiva e irrequieta que me caracteriza como pesquisador e ser humano. Explico: este trabalho tem três capítulos, dois de natureza teórica e um de natureza analítica, de modo que cada um deles tem a sua própria hipótese e encerra em si os seus propósitos. Isso quer dizer que eles podem ser lidos de maneira independente, mas, à medida que a leitura avançar, também ficará claro que todas as conclusões unitariamente alcançadas mantêm entre si intrínseca sequencialidade e integração – inclusive, o subtítulo deste trabalho insinua isso: *uma expedição epistemológica, uma reflexão computacional e uma investida analítica*. De maneira mais específica, os capítulos podem ser definidos da seguinte forma: o primeiro, sem dúvidas, é o epítome da minha “odisseia semântica” nesse mundo, que é tanto filosófica quanto é científica, de modo que eu dediquei volumosas páginas não apenas para ecoar as palavras daqueles que, ao longo da história da filosofia e da ciência, fizeram as mesmas perguntas que eu, mas também para tentar, de alguma forma, contribuir para esse legado epistemológico, irremediavelmente humano. O segundo capítulo, por sua vez, é uma reflexão breve e sucinta sobre alguns aspectos pontuais, relativos ao desenvolvimento tecnológico, que tornam únicas as nossas experiências cotidianas, hoje, no mundo e que, para incoerente espanto, são reveladores dos efeitos deste mesmíssimo legado, irremediavelmente humano. Por fim, o terceiro capítulo é a simbiose pragmática, operacional de tudo o que foi dito até então, que se traduz na análise de um objeto empírico e que, de maneira auspiciosa, se propõe a avaliar as austeras tonalidades definidoras de um fenômeno sociocognitivo muito particular aos cidadãos brasileiros nos últimos cinco anos, cuja emergência, me parece, só nos é possível tentar compreender quando conjugamos as reflexões sobre os “problemas” que foram trabalhados nos capítulos anteriores. Dito isso, desejo-lhe uma leitura prazerosa, não obstante aos momentos de maior densidade e de mais árdua digestão.

Daiman Oliveira da Costa.

## INTRODUÇÃO

A história da filosofia e da ciência ocidentais nos mostra que investigar, conhecer e explicar a existência do mundo e dos seres vivos é o desafio mais antigo assumido pela humanidade e, de fato, nesta jornada indelével, cujo propósito central, talvez se possa dizer, é produzir sentido para a vida, muitas respostas promissoras acerca dos problemas mais fundamentais da condição humana foram apresentadas. De maneira geral, séculos de investigações sistemáticas acerca do mundo e da dinâmica das nossas relações com ele hoje nos permitem explicar, por exemplo, uma ampla e complexa variedade de fenômenos físicos, químicos, psíquicos e socioculturais – algo que reflete não apenas o nosso grau de compreensão do mundo, mas, sobretudo, de nós mesmos – e concluir, entre outras coisas, que nós, seres humanos, produzimos sentido para viver, ou seja, nós sentimos, conhecemos, agimos e interagimos no mundo por meio deste imperativo fundamental da nossa natureza, que não apenas garante, mas também otimiza a nossa sobrevivência no mundo. Esta é, com efeito, uma tese consensual no âmbito das ciências cognitivas (um distinto conjunto de áreas científicas especializadas, entre elas a psicologia, a linguística, as neurociências e as ciências da computação, que desde a segunda metade do século passado consolidou franco intercâmbio teórico-metodológico em busca de uma melhor compreensão da atividade cognitiva humana) e assumida como ponto de partida do presente estudo, que, diga-se de passagem, igualmente resulta de uma inquieta e persistente investigação a respeito do modo como nós produzimos sentido, a qual, embora tenha se iniciado nos estudos da linguagem e flertado com as teorias do discurso, reformulou-se nas ciências cognitivas. Nesse cenário, então, a pergunta “macro” que mobiliza o presente estudo, ecoando a tradição científica e filosófica, é a seguinte: como nós produzimos sentido nas sociedades contemporâneas, profundamente marcadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico?

De fato, para responder à questão e, assim, avaliar as “configurações atualizadas” da atividade cognitiva humana, será necessário fracioná-la em outras três perguntas: (1) como a nossa espécie sente, conhece, age e interage no mundo? (2) Como e em que medida o intenso desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas participa das nossas atividades cotidianas, como um todo? (3) Quais são os impactos gerados pelo uso das novas tecnologias sobre as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir no mundo? Com efeito, a construção da resposta para as duas primeiras perguntas será a pauta central dos dois primeiros capítulos desse trabalho, que irão compor a sustentação teórica da pesquisa, enquanto a terceira, de caráter eminentemente pragmático, será respondida no terceiro capítulo a partir de um objeto

analítico – o qual será apresentado logo adiante. Sendo assim, o primeiro capítulo se destina a recuperar alguns dos problemas mais fundamentais da tradição científica e filosófica ocidental (em especial sujeito/objeto e corpo/mente) a fim de conceber a atividade cognitiva humana a partir do conceito de *intersubjetividade*, compreendido hoje, no âmbito das ciências cognitivas, como o “compartilhamento de conteúdos experienciais (sentimentos, percepções, pensamentos e significados linguísticos) entre uma pluralidade de sujeitos” (ZLATEV, 2008, p. 1, tradução minha). Nesses termos, argumentarei que o conceito canaliza e sintetiza muitos dos avanços mais significativos da filosofia e da ciência ocidentais e, por causa disso, pode ser posicionado no eixo central da investigação sobre o modo como a nossa espécie sente, conhece, age e interage no mundo. Ou seja, o objetivo deste primeiro capítulo da pesquisa é construir um percurso teórico capaz de demonstrar que, sob um viés ontológico, a intersubjetividade pode ser compreendida como condição da vida, como fundamento do nosso ser-no-mundo, na medida em que é a principal maneira pela qual os seres humanos, evolutivamente, foram capazes de otimizar a sua capacidade de adaptação, cooperação e sobrevivência, e, sob um viés epistemológico, pode ser compreendida como parte integrante e indispensável do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva, na medida em que está na base da maneira pela qual os seres humanos sentem, conhecem, agem e interagem no mundo: *compartilhando os padrões (sensório-perceptivos, emocionais e conceituais) e os conteúdos (imagens mentais, sentimentos, significados linguísticos) das experiências conscientes*.

A pesquisa assume, dessa forma, uma abordagem corporificada da cognição humana, mas não descarta a existência, tampouco a proeminência, da representação mental – um imbróglio que ainda hoje rende desafios epistemológicos, mas que, de maneira oportuna, servirá como ponte para introduzir as reflexões que irão compor o segundo capítulo da pesquisa, cujo objetivo central é apreciar a maneira como o intenso desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas, espelhando-se no conhecimento acerca da nossa arquitetura cognitiva, foi capaz de criar novas formas de ação e interação social e, com isso, participar ativa e decisivamente das nossas atividades mais cotidianas e essenciais em sociedade. Sendo assim, num primeiro momento, será importante sublinhar o fato de que o desenvolvimento das ciências da computação (e, conseqüentemente, da tecnologia) está intimamente conectado ao estudo da nossa atividade cognitiva, algo que fica claríssimo na tese geral da “primeira fase” das ciências cognitivas, quando a computação, isto é, o ato de calcular, de realizar uma operação lógico-matemática regida por regras preestabelecidas a fim de alcançar uma “solução ótima”, consagrou-se como metáfora do funcionamento da cognição humana. Sabemos hoje que essa tese (“pensar é computar”) já foi superada, pois, entre outras coisas, o princípio da dualidade

corpo/mente foi substituído pelo princípio da mente corporificada<sup>1</sup>, mas seria descuido ignorar o fato de que a sua aplicação foi muito bem-sucedida no desenvolvimento das ciências da computação e continua, ainda hoje, rendendo produtos e resultados cada vez mais sofisticados. Diante disso, o segundo capítulo também se propõe a apresentar três dos principais funcionamentos algorítmicos<sup>2</sup> (*Big Data*, *Data mining* e *Machine learning*) que, como veremos, estão na base daquilo que chamarei de Revolução Algorítmica, um conceito que, em grande medida, responde não apenas pelo modo como se deu o desenvolvimento científico e tecnológico, mas também aponta para a compreensão dos impactos da tecnologia sobre as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir no mundo, uma das pautas do terceiro capítulo. Nesses termos, a ideia é mostrar como a arquitetura algorítmica que dá forma e ritmo operacional ao funcionamento dos atuais dispositivos (*smartphones*, computadores) e plataformas virtuais (sites de busca, redes sociais, aplicativos de transporte, de alimentação etc.) facilita e otimiza a grande maioria das nossas experiências cotidianas, sendo, por causa disso, incontornavelmente pervasiva no funcionamento das sociedades contemporâneas, profundamente marcadas por um alto grau de dependência tecnológica.

Sendo assim, a Revolução Algorítmica será tratada como um fenômeno eminentemente sociocognitivo, na medida em que seus desdobramentos têm promovido significativas mudanças em diversos campos da atividade humana, especialmente no que diz respeito aos modos de acesso à informação, à realização de práticas comerciais e, o que mais nos interessa, à coordenação e à realização de mobilizações políticas. Com efeito, será justamente neste ponto que passaremos ao terceiro capítulo, cujo objetivo central é conjugar e operacionalizar as conclusões alcançadas nos capítulos anteriores – (1) a intersubjetividade é condição da vida humana e está na base da nossa atividade cognitiva e (2) o funcionamento algorítmico da tecnologia é pervasivo e, em grande medida, conduz a experiência da maioria das nossas atividades cotidianas – a partir do objeto de análise selecionado para a pesquisa: os principais padrões e conteúdos experienciais compartilhados intersubjetivamente por Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, especificamente durante o período oficial de sua campanha para a

---

<sup>1</sup> O princípio da *dualidade corpo/mente* explica a nossa atividade cognitiva como sendo o processamento (interno) das representações mentais que nós fazemos do mundo (externo), algo que implica uma drástica separação ontológica entre fenômenos físicos e mentais. O princípio da *mente corporificada*, por sua vez, explica a atividade cognitiva como sendo fundamentalmente uma forma de (inter)ação que está na base da experiência fenomênica de um corpo-no-mundo, a qual se realiza de maneira direta, sem necessidade de representação. De todo modo, há muitas abordagens corporificadas da atividade cognitiva humana que não descartam a ideia da representação mental – e, como já foi dito, é justamente sobre elas que nos apoiaremos ao longo desse trabalho.

<sup>2</sup> De acordo com Ferrari e Cechinel (2008, p. 14): “Um algoritmo pode ser definido como uma sequência finita de passos (instruções) para resolver um determinado problema. Sempre que desenvolvemos um algoritmo, estamos estabelecendo um padrão de comportamento que deverá ser seguido (uma norma de execução de ações) para alcançar o resultado de um problema”.

presidência da república em 2018 (agosto, setembro e outubro), que engendraram a ascensão do *fenômeno do bolsonarismo*, o qual gerou significativos impactos tanto sobre a esfera política brasileira quanto sobre o comportamento coletivo dos cidadãos brasileiros, como um todo. Nesses termos, a ideia não é apenas identificar a manifestação discursiva desses padrões e conteúdos, que mobilizaram de maneira contundente, como veremos, uma “matriz de sentidos” *conservadores, religiosos, militaristas* (em relação à ética) e *liberais* (em relação à economia), mas também rastrear o fomento de emoções primárias de caráter predominantemente negativo<sup>3</sup>, sobretudo *raiva, medo e repulsa*. Mais além, é importante sublinhar que a narrativa política de Jair Bolsonaro logrou grande alcance e influência porque foi capaz de utilizar com notável precisão o funcionamento algorítmico das plataformas digitais que, via de regra, são idealizadas para conduzir a experiência do usuário e fazê-lo passar o maior tempo possível engajado em alguma atividade *online*, algo que é feito a partir da articulação de vários tipos de algoritmos – a exemplo dos três supracitados – que são capazes mapear, categorizar e catalogar os hábitos dos usuários das redes e, assim, “entregá-los” exatamente o conteúdo que procuram, pois o “conhecem” profundamente.

Diante disso, a hipótese analítica desse trabalho é a seguinte: a narrativa política de Jair Bolsonaro, especificamente no período selecionado para a análise, é fundamentalmente constituída por padrões e conteúdos de experiencição intersubjetiva que criam/simulam um cenário de guerra constante e desencadeiam comportamentos sociais fortemente orientados por emoções negativas, algo que ainda hoje continua se refletindo no aumento dos índices de violência e intolerância na sociedade brasileira. Além disso, o uso estratégico e tático das plataformas digitais por parte de Bolsonaro, sobretudo em redes sociais, foi capaz de ampliar consideravelmente os efeitos discursivos e pragmáticos da sua empreitada bélica, tendo em vista que essas plataformas são estruturadas por algoritmos que mapeiam com precisão o perfil dos usuários e, com isso, garantem não apenas um maior engajamento desses usuários com os seus pares (nichos ideológicos e discursivos), mas também os isolam do contato com perspectivas divergentes, algo que cria um tipo de coesão social fragmentária. Para sustentar essa hipótese, o *corpus* da pesquisa será composto pelos seguintes itens: (a) o Plano de governo apresentado por Bolsonaro, (b) os dois debates eleitorais em que ele participou, (c) uma entrevista ao Jornal Nacional, e (d) quinze *lives* realizadas nas redes sociais durante o período da campanha eleitoral, ou seja, durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2018. Trata-

---

<sup>3</sup> Nesse ponto, convém sinalizar que a campanha de Bolsonaro também mobilizou emoções primárias (alegria) e sentimentos (orgulho) de caráter positivo, mas, como ficará claro no terceiro capítulo, as emoções negativas (raiva, medo, desprezo) predominaram em toda a sua campanha.

se, portanto, de um *corpus* de amostragem, cuja análise será feita tanto de modo *qualitativo*, por meio de uma abordagem cognitivo-discursiva que seja capaz de mapear e avaliar os principais padrões e conteúdos experienciais intersubjetivamente compartilhados, os quais se realizam, cognitiva e discursivamente, por meio da linguagem, quanto de modo *quantitativo*, por meio de uma análise algorítmica que, além de reconhecer os mesmos padrões, quantificará os graus de polaridade (positivo/neutro/negativo) implicados tanto na produção quanto na recepção das *lives* de Bolsonaro.

De maneira geral, portanto, esse estudo privilegia uma investigação transdisciplinar da atividade cognitiva humana, com o propósito de contemplar, em maior ou menor grau, aspectos biológicos, psíquicos, sócio-históricos e culturais e, para tanto, o conceito de intersubjetividade, especialmente com base na formulação de Zlatev (2008), será o eixo central da pesquisa. Nesses termos, a ideia é consolidar e operacionalizar o conceito a partir de uma perspectiva cognitivo-discursiva, mapear as suas aplicações no desenvolvimento científico e tecnológico e, por fim, avaliar o seu funcionamento social e as suas implicações pragmáticas na esfera política, compreendida como um dos mais relevantes campos da atividade humana, tendo em vista que exerce notável influência, de maneira direta e indireta, sobre praticamente todas as nossas formas de (inter)ação social e condiciona, entre outras coisas, as nossas experiências intersubjetivas, os nossos comportamentos coletivos e até mesmo a nossa qualidade de vida. Além disso, a seleção do objeto analítico foi feita com base em sua relevância para a vida social e política de todos os cidadãos brasileiros, que na última década presenciaram a ascensão de uma “matriz de sentidos” que pôs em risco não apenas o nosso bem-estar social, mas a própria existência da nossa democracia, tendo em vista o seu caráter coercitivo e fragmentário, o qual foi capaz de capitalizar as fraturas sociais do nosso país a partir de discursos odiosos que encontraram na guerra cultural um meio de se fortalecer e perpetuar. Em suma, os três capítulos desse estudo – (1) Atividade cognitiva humana, (2) Revolução Algorítmica e (3) Emoções em guerra – foram planejados para gradualmente construir um percurso teórico, metodológico e analítico intimamente conectado e complementar, a fim de avaliar as “configurações atualizadas” da cognição humana em um cenário no qual as sociedades contemporâneas estão à mercê de um desenvolvimento tecnológico que, em grande medida, condiciona a maioria das nossas experiências cotidianas no mundo.

## CAPÍTULO 1: ATIVIDADE COGNITIVA HUMANA

Este capítulo se destina a caracterizar a atividade cognitiva humana – isto é, o modo como a nossa espécie sente, conhece, age e interage no mundo – e, sobretudo, posicionar no eixo central de sua investigação o conceito de *intersubjetividade*, compreendido, neste trabalho, como o *compartilhamento de padrões (sensório-perceptivos, emocionais, conceituais) e conteúdos experienciais (imagens mentais, sentimentos, significados linguísticos)*. Para tanto, o capítulo se divide em três seções: na primeira, iremos revisitar alguns estágios importantes do desenvolvimento da tradição científica e filosófica ocidental, lançando luz especial sobre dois problemas-chave (sujeito/objeto e corpo/mente) que, desde Aristóteles, têm sido pauta de reflexões sistemáticas de todos aqueles que se preocupam em “produzir sentido” para a existência do mundo, dos seres vivos e, de maneira geral, da condição humana. Nesses termos, a ideia é deixar claro que não apenas existe um desequilíbrio histórico e fundamental entre as concepções de sujeito e de objeto do conhecimento, o qual ainda hoje representa um obstáculo epistêmico, mas também que o conceito de intersubjetividade foi criado justamente para tentar resolvê-lo. Na sequência, a segunda seção se destina a avançar na compreensão do conceito a partir de suas interpretações e aplicações nos territórios da psicologia e da linguística, especialmente no que diz respeito à compreensão da intrínseca relação que existe entre pensamento e linguagem na construção do conhecimento humano, a fim de deixar claro que a nossa atividade cognitiva é fundamentalmente corporificada, social e colaborativa. Finalmente, a terceira seção se destina a verticalizar o conceito de intersubjetividade adotado neste trabalho, com o propósito de esclarecer, em definitivo, o que estou chamando de padrões e de conteúdos experienciais que nós, seres humanos, compartilhamos de modo orgânico e interativo em sociedade e, mais além, lançar luz especial sobre a crucial participação da linguagem, compreendida como uma das nossas mais proeminentes habilidades cognitivas, nos modos de realização desse compartilhamento. Em suma, o objetivo do capítulo é construir um percurso teórico sistemático, paciente e complementar que seja capaz de sustentar a tese de que a intersubjetividade pode ser posicionada no eixo central da investigação acerca da nossa atividade cognitiva, na medida em que ela pode ser compreendida, de uma perspectiva ontológica, como fundamento e condição da vida humana e, de uma perspectiva epistemológica, como parte constituinte e fundamental do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva.

## 1.1 Prolegômenos filosóficos e científicos

### 1.1.1 Do primado realista ao imperativo idealista

Eu acreditava que a filosofia era sobre a nossa busca humana pelo sentido. Isso ainda me parece certo hoje e, se eu deixasse de acreditar nisso, ela perderia sua relevância para a minha vida. Quando a filosofia deixa de abordar as nossas preocupações existenciais mais básicas, torna-se apenas um jogo intelectual ou o exercício de uma inteligência eviscerada que busca a resolução de problemas altamente técnicos e estreitamente definidos em subcampos especializados (JOHNSON, 2007, p. 184, tradução minha).

Parece-me igualmente certo que a filosofia trata da nossa busca humana pelo sentido, uma espécie de “odisseia semântica” cujo propósito central é refletir sobre as nossas “preocupações existenciais mais básicas” e, assim, tentarmos nos aproximar de uma melhor compreensão da vida, do mundo e da nossa existência nele. Na verdade, compreendo a filosofia como uma postura inquisitiva e irrequieta que assumimos diante dos fenômenos do mundo e da vida, cujo fundamento prático implica renunciar ao conforto da ignorância para mergulhar de vez nas angústias e incertezas que a construção do conhecimento nos impõe. Com efeito, a história da filosofia ocidental nos mostra que de fato o ser humano assumiu esse desconfortável desafio semântico-existencial e, a fim de tentar superá-lo, inventou a ciência, isto é, o método formal de investigação que, via de regra, sistematiza as nossas dúvidas em forma de “problemas altamente técnicos e estreitamente definidos em subcampos especializados”. Nesses termos, filosofia e ciência são, fundamentalmente, uma produtiva via de mão dupla por meio da qual os seres humanos se habilitaram a enfrentar os mistérios da existência, de modo que essa dinâmica está na base de todo o conhecimento que produzimos ao longo dos séculos, ainda que muitos estudiosos afirmem categoricamente que a ciência *stricto sensu* seja mérito da formulação elaborada por Descartes (2001, 2005), no século XVII – voltaremos a esse tópico mais adiante. Fato é que, desde os pré-socráticos (quando começa, oficialmente, a história da filosofia ocidental), aqueles que se preocupavam em perscrutar os mistérios do mundo também se preocupavam em tentar garantir um conhecimento sistemático e bem fundamentado, algo que, na Antiguidade, se fazia por meio de operações formais ancoradas, sobretudo, nos fundamentos da lógica; basta observar o imbróglio entre Parmênides e Górgias<sup>4</sup> acerca das concepções de *ser* e *não-ser* para chegar à conclusão de que a prática científica pode ser concebida como um método investigativo que canaliza os nossos desconfortos filosóficos e implica a adoção de critérios técnicos que, por seu caráter universal, podem – e devem – ser passíveis de

---

<sup>4</sup> Cf. Cassin (2005, p. 13-33).

questionamentos, refutações e/ou reformulações. Ou seja, parece razoável dizer que a lógica, isto é, o sistema formal de regras e operações desenvolvidas para a derivação de inferências (se não verdadeiras, ao menos verossímeis) é a versão primeira da ciência.

Isto fica ainda mais claro quando observamos a robusta obra de Aristóteles, quiçá o maior cientista da Antiguidade, que dissertou sobre praticamente tudo aquilo que, ao longo dos séculos, passou a ser objeto de investigação científica especializada (do movimento de corpos celestes ao funcionamento político das sociedades humanas), de modo que a relevância, a amplitude e a aplicabilidade de seus escritos ainda são perceptíveis em uma parcela significativa das formulações filosóficas e científicas contemporâneas, sejam elas nos estudos da linguagem, da política, da física, da metafísica. Diante disso, importa sublinhar o fato de que uma das maiores ambições do filósofo grego era consolidar um conhecimento formal acerca da realidade, a fim de chegar à essência imutável do ser e identificar a razão última das coisas e do mundo – e esta é, com efeito, a pauta central da sua Metafísica (ARISTÓTELES, 2002), em cuja própria raiz etimológica (META+ ΦΥΣΙΚΑ) é possível identificar essa ambição: aquilo que está acima (ou além) da física/natureza. De fato, Aristóteles é o autor de uma das primeiras ontologias mais sistemáticas e bem fundamentadas de que se tem notícia, embora seja possível argumentar que Platão tivesse igualmente este propósito. A grande diferença entre os dois repousa, basicamente, na divergência entre *idealismo*, concepção segundo a qual “[...] a realidade é estruturada pelas ideias produzidas pelo sujeito”, de modo que “o conhecimento não vem das coisas para a consciência, mas vem das ideias da consciência para as coisas” (CHAUÍ, 2000, p. 300), e *realismo*, concepção segundo a qual “[...] a realidade ou o Ser existem em si mesmos e que, enquanto tais, podem ser conhecidos pela razão humana” (CHAUÍ, 2000, p. 299). Platão assumia a primeira perspectiva, Aristóteles, a segunda. Para os propósitos desta seção, trataremos da concepção idealista um pouco mais à frente, quando passarmos pelas contribuições de Descartes; importa agora compreender um pouco melhor as reflexões metafísicas de Aristóteles, que abasteceram séculos de investigações científicas e filosóficas justamente em razão de seu caráter realista e só foram relativamente superadas na virada epistemológica da Modernidade.

Pois bem, a Metafísica de Aristóteles, como já foi dito, é resultado de observações e reflexões sistemáticas acerca da estrutura e do funcionamento do mundo, cujo propósito central era mapear os princípios fundamentais e as causas primeiras “daquilo que é”, a fim de deflagrar a essência verdadeira dos seres e das coisas. Nesses termos, em alguma medida Aristóteles compartilhava com Platão a hipótese da existência de dois mundos distintos: o mundo físico, natural, que é sensível à nossa percepção e está irremediavelmente subordinado ao tempo e ao

espaço, e o mundo metafísico, suprassensível, que é eterno, imutável, imaterial e, sobretudo, perfeito. A distinção entre estes dois mundos, com efeito, se reflete nos quatro tipos de essências estipulados por Aristóteles: (1) a essência dos seres físicos, que nascem, vivem, mudam, se reproduzem e, fatalmente, desaparecem; (2) a essência dos seres matemáticos, que na verdade não existem em si, apenas se manifestam na estrutura e na forma dos seres físicos; (3) a essência dos seres humanos, que compartilham todas as propriedades dos seres físicos, mas se distinguem deles na medida em que são dotados de racionalidade, vontade e linguagem; e, finalmente, (4) a essência do ser divino, que está acima de todos os outros e, talvez se possa dizer, é uma espécie de metonímia do que chamei de mundo metafísico. Dessa forma, a metafísica aristotélica implica o estudo de três objetos complementares: o estudo do ser divino, isto é, a realidade primeira e imutável, à qual todos os seres buscam, fundamentalmente, mimetizar; o estudo dos princípios e das causas primeiras de todos os seres, propriamente o núcleo conceitual de sua obra; e o estudo das propriedades gerais de todos os seres, a descrição técnica que dá sustentação à sua tese.

Fica visível, assim, o caráter científico da proposta de Aristóteles, especialmente no que diz respeito ao mapeamento dos princípios (identidade, não-contradição e terceiro excluído) e das causas (material, formal, eficiente e final) que, sublinhe-se mais uma vez, resultam de observações e reflexões filtradas e operacionalizadas pelo raciocínio lógico – os três princípios, por exemplo, são provenientes dos fundamentos da lógica aristotélica, de modo que, nesse viés, a identidade “daquilo que é” se daria a partir da sua inexorável oposição “àquilo que não é”, excluindo-se qualquer outra possibilidade. De fato, longe de querer escrutinar o arcabouço técnico da obra de Aristóteles e, mais além, de apontar os equívocos que a lógica pode padecer, o que realmente nos interessa é sublinhar que a sua formulação claramente privilegia aquilo que, contemporaneamente, chamamos de *objeto do conhecimento* – claro, pois se trata de uma perspectiva realista – de modo que o *sujeito do conhecimento* (termo que surge apenas com o advento da Modernidade, é bom dizer) em grande medida está fora do escopo de sua Metafísica. Dito de outro modo, a tese realista de Aristóteles concebe a existência do mundo como uma realidade absoluta e, de maneira geral, só não descarta por completo o papel do sujeito que percebe e conhece o mundo porque o uso da razão, o apelo da vontade e as vantagens da linguagem são o que, no fim das contas, nos distinguem de todos os outros seres vivos. Isto nos é particularmente relevante por dois motivos: o primeiro deles é que embora Aristóteles não creia, como Platão, que a nossa percepção subjetiva do mundo seja puramente ilusória, o foco conferido às propriedades objetivas do mundo, com o propósito de mapear os princípios da vida e as causas da transformação dos seres, implica uma incipiente “matematicalização” da

natureza, alicerçada no uso da razão e operacionalizada por meio de categorias e operações oriundas da lógica, enquanto método formal de investigação; o segundo motivo é que este desequilíbrio fundamental entre objetividade e subjetividade não apenas permaneceu vivo durante séculos, mas também é precisamente o que justifica o alcance e a influência de sua obra, tendo em vista que muitas teorias científicas contemporâneas ainda operam, resguardadas as devidas proporções, com base nessa perspectiva.

Com efeito, somando estes dois fatores e recuperando os seus principais desdobramentos durante a Idade Média, talvez seja possível rastrear “os princípios e as causas” da revolução científica da Modernidade. Explico: o estudo sistemático da física/natureza ( $\Phi\Upsilon\varsigma\iota\varsigma$ ), orientado por critérios objetivos que posicionavam qualquer tipo de perspectivação subjetiva em um lugar de desprestígio, quiçá de equívoco, conduziu todos aqueles que se preocupavam em construir um conhecimento bem fundamentado acerca da estrutura e do funcionamento da vida e do mundo a filtrarem suas perquirições por meio daquilo que venho argumentando ser a base das práticas científicas, ou seja, o método de investigação formal e sistemática, o qual deve ser, via de regra, passível de questionamentos, refutações e reformulações. No entanto, embora os parâmetros técnicos que compõem a formulação de Aristóteles de fato possam ser compreendidos como a “versão primeira” da ciência e tenham abastecido séculos de investigações filosóficas e científicas, é necessário apontar que o núcleo conceitual da sua obra, em especial da sua Metafísica, foi substancialmente recortado e reorganizado pela Igreja Católica durante a Idade Média, no que ficou conhecido como Escolástica<sup>5</sup>, a fim de utilizar a sua base teórica para subordinar a produção do conhecimento ao estudo do ser divino e, com isso, não apenas explicar a existência de Deus, mas, sobretudo, “catequizar” as práticas científicas. Essa metafísica católica, espécie de corruptela da obra de Aristóteles, cujo objetivo final, talvez se possa dizer, era apropriar-se do uso da razão para fomentar o exercício da fé, logrou imensa amplitude e autoridade enquanto a Igreja não encontrou resistência à altura, algo que começou a se concretizar quando, em 1517, Martinho Lutero publicou as suas 95 teses, questionando profundamente os pilares da doutrina católica, e, em 1533, Nicolau Copérnico apresentou ao mundo a sua tese heliocêntrica, a qual não apenas retirava a Terra (e o Homem) do centro do universo, mas, na prática, também problematizava a autoridade absoluta da Igreja no que diz respeito ao “conhecimento verdadeiro”, algo que por pouco não lhe rendeu um encontro fatal com a fogueira. A partir daí, Galileu e, depois dele,

---

<sup>5</sup> Cf. Arregui (2015, p. 115-124).

Newton elevaram ao último grau o que chamei de “matematicalização” da natureza, colocando no plano central das práticas científicas aquilo que conhecemos hoje como física mecânica.

Nesse ponto, importa chamar atenção para o fato de que a física, enquanto disciplina científica alicerçada na matemática e na geometria (e não mais na lógica), assumiu centralidade quase absoluta no estudo sistemático da natureza porque, depois da consolidação das leis de Newton, passou a ser capaz de explicar, objetiva e cientificamente, a grande maioria dos fenômenos implicados na estrutura e no funcionamento do mundo, em especial o movimento dos corpos e a transformação dos seres e das coisas – propriamente o que Aristóteles tentou, sem sucesso, explicar. Mesmo assim, as respostas oferecidas pela física não contemplam muitos dos “porquês filosóficos” implicados na compreensão da natureza e da existência da nossa espécie – claro, nunca foi este o seu propósito. Daí porque agora nos desviaremos dela e passaremos às reflexões de Descartes, que, não obstante o seu profundo conhecimento matemático, legou ao mundo não apenas o método científico por excelência, mas também um dos problemas mais substanciais da filosofia e da ciência: o problema corpo/mente. Na verdade, convém reconhecer que este problema sempre esteve latente nas práticas filosóficas, e as reflexões de Platão talvez sejam o exemplo mais claro disso, mas foi Descartes (2005, 2001) quem de fato o formalizou quando propôs a drástica distinção ontológica entre fenômenos físicos e mentais, que, em última instância, ecoa o desequilíbrio fundamental entre objetividade e subjetividade apontado anteriormente, mas com uma diferença significativa: o privilégio do sujeito (idealismo), e não mais do objeto (realismo).

De maneira geral, Descartes é conhecido como o “pai” da filosofia e da ciência modernas porque, entre outras coisas, chegou à sábia conclusão de que qualquer conhecimento que podemos alcançar acerca do mundo é, fundamentalmente, um conhecimento humano, e não absoluto. Dito de outro modo, para Descartes, tudo aquilo que conhecemos, no fim das contas, é o que a nossa mente é capaz de representar e o que a nossa racionalidade é capaz de conhecer; daí porque a essência do seu pensamento filosófico e do seu método científico é a *dúvida radical* e, por extensão, a rejeição de qualquer tipo de conhecimento que se apoie unicamente na “autoridade daqueles que vieram antes”, como fez, durante séculos, a Escolástica. Com efeito, o que Descartes fez foi subordinar a ontologia (o estudo do ser e da realidade), tratada até então como fundamento e objetivo final das práticas filosóficas e científicas, à epistemologia (o estudo do conhecimento), de modo que toda e qualquer hipótese acerca da vida, do mundo e da condição humana deve não apenas reconhecer as limitações racionais da nossa espécie, mas também, e sobretudo, ser minuciosamente testada e comprovada por meio do método científico. Grosso modo: Descartes era idealista na filosofia, mas realista na ciência. Diante disso, o que

realmente nos importa sublinhar na obra cartesiana é o teor das reflexões filosóficas que o levaram à elaboração do seu método científico<sup>6</sup>, de modo que chegamos, então, ao mais célebre aforismo de que se tem notícia: *cogito, ergo sum*. Com esta pequena sentença, que de certa forma comprime todos os seus desconfortos filosóficos e justifica a sua perspectiva idealista, Descartes pretendia sustentar o argumento de que a existência da nossa atividade mental (que implica o pensar e, acima de tudo, o duvidar) é a única certeza absoluta que podemos ter, de modo que até mesmo a nossa existência física, “estendida” no espaço e no tempo, pode ser questionada. É nesses termos que o filósofo francês consolida a distinção ontológica entre *res extensa* (substância física) e *res cogitans* (substância pensante) e concebe a existência do mundo como sendo, basicamente, as representações mentais que fazemos dele – eis aí a primeira sistematização científica do problema corpo/mente.

No entanto, entronizar o uso da razão como única condição para a construção do conhecimento e, mais além, desconectá-lo do nosso corpo (emoções, sentimentos, percepções) é uma proposta que gera uma série de problemas; eis alguns: se corpo e mente têm natureza ontológica distinta, como e por que eles interagem? De que maneira um fenômeno físico desencadeia um estado mental (e vice versa, a exemplo das patologias psicossomáticas)? Estaria a nossa percepção subjetiva, ainda que filtrada pelo uso da razão, fadada a uma incontornável incerteza acerca do mundo físico? Como explicar as percepções subjetivas e os conteúdos mentais que compartilhamos sistematicamente em sociedade (a exemplo das metáforas)? De fato, algumas destas perguntas ainda hoje permanecem vivas na ciência e na filosofia, mas não há como negar que houve avanços significativos, sobretudo depois que a *experiência* passou a ocupar o centro das preocupações filosóficas e científicas, algo que começou a ocorrer ainda na Modernidade, quando se travou o embate epistemológico entre *racionalistas* e *empiristas*. Nesse cenário, os filósofos empiristas questionavam se o nosso pensamento e o nosso conhecimento racional não seriam apenas uma série de “hábitos mentais” condicionados pelas nossas experiências sensório-perceptivas no mundo que, de uma perspectiva epistêmica, seriam alcançados a partir do reconhecimento de uma ampla variedade de padrões (em especial, de causas e efeitos dos fenômenos do mundo) – um questionamento bastante fecundo e consistente que, entre outras coisas, não apenas trazia o nosso corpo de volta às preocupações científicas,

---

<sup>6</sup> O método científico de Descartes compõe-se, basicamente, de quatro regras: “[...] *regra da evidência*, que deve garantir a validade de nossos pontos de partida no processo de investigação científica; *a regra da análise*, que indica que um problema a ser resolvido deve ser decomposto em suas partes constituintes mais simples; *a regra da síntese*, que sustenta que uma vez realizada a análise devemos ser capazes de reconstituir aquilo que dividimos, revelando assim um real conhecimento do objeto investigado; e *a regra da verificação*, que alerta para a necessidade de termos certeza de que efetivamente realizamos todos os procedimentos devidos (MARCONDES, 1999, p. 81)”.

mas também subordinava a atividade mental às nossas experiências físicas no mundo e, em última instância, problematizava a ideia de que o mundo corresponderia apenas às representações mentais que fazemos dele. Mesmo assim, destronar a razão e em seu lugar colocar a experiência também não resolve todos os problemas implicados na construção do conhecimento, de modo que é precisamente nesse ponto que Kant e, depois dele, Husserl se propuseram a tentar encontrar uma espécie de “meio-termo” entre razão e experiência.

### 1.1.2 Do imperativo racionalista à necessidade empirista

Antes de falar das contribuições de Kant e Husserl, é relevante apontar duas questões principais em jogo no embate entre racionalismo e empirismo. A primeira delas diz respeito à origem da razão humana, tendo em vista que, para os racionalistas, a nossa capacidade de usar a razão para produzir conhecimento é uma habilidade inata, mas para os empiristas trata-se de uma competência adquirida (via reconhecimento e “síntese” de padrões experienciais). A segunda deriva diretamente da primeira e se refere ao método utilizado para alcançar as “respostas verdadeiras”: o racionalismo se ancora no *método dedutivo*, que “[...] consiste em partir de uma verdade já conhecida (seja por intuição, seja por uma demonstração anterior) e que funciona como um princípio geral ao qual se subordinam todos os casos que serão demonstrados a partir dela” (CHAUÍ, 2000, p. 81), ou seja, trata-se de um método de construção do conhecimento cujo ponto de partida é uma “ideia verdadeira” de caráter universal, que será utilizada para deduzir uma “ideia verdadeira” de caráter particular. O empirismo, por sua vez, se ancora no *método indutivo*, que faz exatamente o movimento contrário, pois seu ponto de partida é a análise de casos particulares a fim de alcançar “[...] a lei geral, a definição geral ou a teoria geral que explica e subordina todos esses casos particulares” (CHAUÍ, 2000, p. 82). Com efeito, ambos os métodos têm suas lacunas e, não à toa, foram majoritariamente substituídos nas práticas científicas contemporâneas pelo *método abdutivo*<sup>7</sup>, previsto por Aristóteles muitos séculos atrás e “reavivado” por Peirce (2015), mas o que realmente quero chamar atenção ao recuperar estas duas questões (origem da razão e método científico) é o fato de que, em grande medida, a antiga rusga entre idealismo e realismo acabou sendo renovada,

---

<sup>7</sup> De acordo com Peirce, o método abdutivo já havia sido previsto por Aristóteles, sob o nome de *retrodução*, que é “[...] a adoção provisória de uma hipótese em virtude de serem passíveis de verificação experimental todas suas possíveis consequências, de tal modo que se pode esperar que a persistência na aplicação do mesmo método acabe por revelar seu desacordo com os fatos, se desacordo houver” (PEIRCE, 2015, p. 6). Em outros termos, abdução é o estabelecimento prévio de uma hipótese que será testada e comprovada (ou descartada).

algo que fica ainda mais claro, como veremos, na solução de Kant para tentar equilibrar os papéis da razão e da experiência na construção do conhecimento.

Pois bem, Kant (2015) foi um dos primeiros filósofos a absorver e a manobrar, de modo sistemático, as sensatas reflexões dos empiristas, chegando até mesmo a dizer que havia “despertado do sono dogmático” – uma crítica direta aos pilares do racionalismo que colocavam o uso da razão como única condição para a produção do conhecimento e descartavam por completo o papel das nossas experiências corpóreas. Nesses termos, importa lançar luz sobre três questões principais: a primeira é que, embora Kant também acreditasse que a ontologia deva estar subordinada à epistemologia, as suas reflexões filosóficas o levaram a renovar a ideia de que existe, sim, uma realidade absoluta, que independe tanto da nossa razão quanto da nossa percepção, a qual ele intitulou *nômeno*, em oposição ao *fenômeno*, isto é, a realidade vivida na experiência, filtrada pela razão e estruturada pelas imposições do tempo e do espaço. A segunda questão é que, para manobrar aquilo que de melhor havia nos argumentos racionalistas e empiristas, o filósofo alemão estipulou duas modalidades de conhecimento: (1) *a posteriori*, que seria resultado das análises e sínteses dos dados provenientes da nossa experiência psicológica individual, e (2) *a priori*, que seria um tipo de conhecimento universal e absoluto alcançado exclusivamente pelo pensamento racional do *sujeito do conhecimento* (ou *sujeito transcendental*, que, nesse caso, não corresponde a um indivíduo particular, mas à própria estrutura universal da razão humana). Finalmente, a terceira questão é que, curiosamente, Kant acabou retornando aos fundamentos da lógica para a validação das “ideias verdadeiras” quando propôs as noções de *juízos sintéticos* (as proposições que resultam das conclusões que alcançamos a partir das nossas experiências) e *juízos analíticos* (as proposições que são universais e verdadeiras, fontes do conhecimento real, que não se alcançam pela “síntese” das experiências, mas são resultado da maneira pela qual a estrutura da razão humana organiza os dados da experiência, irremediavelmente subordinados às imposições do tempo e do espaço)<sup>8</sup>.

Diante disso, talvez seja possível compreender a obra de Kant como uma espécie de “metafísica moderna”, que, na busca por alcançar uma explicação para a essência do

---

<sup>8</sup> Nos termos de Kant (2015, p. 56): “Em todos os juízos nos quais é pensada a relação entre um sujeito e um predicado [...] essa relação é possível de dois modos. Ou o predicado ‘B’ pertence ao sujeito ‘A’ como algo que já está contido (de modo oculto) neste conceito ‘A’; ou ‘B’ se localiza inteiramente fora do conceito ‘A’, mesmo estando em conexão com ele. No primeiro caso eu denomino o juízo analítico, no segundo sintético. Os juízos analíticos (afirmativos) são, portanto, aqueles em que a conexão do predicado com o sujeito é pensada por meio da identidade, e aqueles, ao contrário, em que essa conexão é pensada sem identidade, devem denominar-se juízos sintéticos. Os primeiros também podem ser denominados juízos de explicação, os últimos juízos de ampliação, já que aqueles não acrescentam nada ao conceito do sujeito por meio do predicado, mas apenas o decompõem nos seus conceitos parciais, que já eram nele pensados (ainda que de maneira confusa); e os últimos, pelo contrário, acrescentam um predicado ao conceito do sujeito que não era nele pensado, nem poderia ter sido dele extraído por meio de uma decomposição”.

conhecimento humano (e não mais dos seres e da realidade), se preocupou em tentar equilibrar os papéis da razão e da experiência, embora fique bastante claro que a sua solução para o embate entre racionalismo e empirismo privilegia o papel do sujeito sobre o objeto do conhecimento – ecoando, com isso, a tendência idealista cartesiana, mas, ao mesmo tempo, renovando, em parte, a hipótese realista de Aristóteles, ao apresentar o conceito de *nôumeno*. De um jeito ou de outro, não há como negar que as formulações de Kant de fato problematizam a “razão pura” cartesiana e propõem uma nova maneira de estudar o conhecimento humano (não à toa muitos estudiosos contemporâneos tratam a sua obra como uma genuína “revolução copernicana”), mas também é importante reconhecer que o filósofo alemão não se aprofunda na avaliação do modo pelo qual a nossa arquitetura sensório-perceptiva, e não apenas a nossa experiência psicológica individual, participa da produção do conhecimento – algo previsto pelos empiristas, mas que começará a ganhar densidade nas contribuições dos herdeiros de Husserl<sup>9</sup>. Sendo assim, está na hora de avançarmos em direção às reflexões do “pai da fenomenologia”, leitor assíduo de Descartes e de Kant, que acatou boa parte das conclusões destes autores, mas também se distanciou delas em alguns pontos-chave, entre eles: o conceito de consciência, os limites da psicologia, a (in)existência do *nôumeno* e, acima de tudo, a concepção do que de fato deveria ser a “ciência da essência do conhecimento” – propriamente a sua maior ambição.

De maneira geral, parece seguro afirmar que uma das principais preocupações de Husserl era a de tentar superar o desequilíbrio fundamental entre sujeito e objeto do conhecimento que, desde a Antiguidade, ora pendia para um lado, ora para outro, mas, a bem da verdade, essa tentativa não foi totalmente bem-sucedida, tendo em vista que as suas reflexões também pendiam, como veremos, à primazia do sujeito. Além disso, convém apontar que, embora a sua ambiciosa teoria do conhecimento tenha sido planejada com o propósito de assumir o posto de “ciência da essência do conhecimento”, trata-se de um empreendimento fundamentalmente filosófico, pois, de certa forma, subordina as práticas científicas a “princípios metafísicos” – à imagem e semelhança de Aristóteles, por assim dizer. Fato é que Husserl (1999) inaugurou uma teoria da consciência distinta tanto da de Descartes quanto da de Kant, no sentido de que não se apoiava incondicionalmente no uso da razão nem tratava a experiência humana com base na atividade mental/psicológica de um indivíduo; o eixo central de sua obra repousa, com efeito, no conceito de *intencionalidade*, que implica a atividade cognitiva de uma consciência reflexiva que vive uma experiência fenomênica, e não puramente empírica, do/no mundo. Com isso, Husserl se distancia do *cogito* de Descartes na medida em

---

<sup>9</sup> Cf. Merleau-Ponty (2012).

que não concebe a consciência humana como uma instância puramente mental que percebe e “internaliza” os dados físicos do ambiente, mas como um movimento, um fluxo dinâmico de atos intencionais que se projeta em direção ao mundo e às coisas, de modo que a consciência seria, sempre, *consciência de algo*, e este algo, por sua vez, se constituiria como fenômeno no próprio ato de conhecer – é por isso que o “retorno à consciência”, por meio do método da redução fenomenológica, é o “retorno às próprias coisas”, pois, em última instância, elas são “correlatos da consciência” (HUSSERL, 1999). Nesses termos, Husserl se distancia de Kant porque descarta a existência do *nôumeno* (a realidade absoluta), afinal, toda “realidade” seria fenomênica, isto é, sentida, experienciada e conhecida pelo sujeito do conhecimento.

Sendo assim, é possível notar que a fenomenologia de Husserl não apenas se propõe a “revolucionar”, mais uma vez, o modo como estudamos a construção do conhecimento, mas também acaba preparando o terreno para a mudança de princípio científico (do dualismo corpo/mente à mente corporificada) que se concretizará algumas décadas depois, na medida em que suas reflexões problematizam a ideia de que existiria uma distinção ontológica entre fenômenos físicos e mentais quando propõem que a experiência dos sujeitos, constituindo-se no fluxo dos atos intencionais da consciência direcionados ao mundo, constituiria igualmente o mundo, ele próprio um fenômeno, e não um construto físico (um trânsito de mão-dupla entre sujeito e objeto, por assim dizer). Além disso, outro ponto que convém sublinhar é o fato de que Husserl propôs uma drástica separação entre a filosofia e a psicologia, “rebaixando” a segunda a uma espécie de “ciência puramente descritiva”, a qual, na sua visão, seria incapaz de contribuir para o estudo do conhecimento porque se ocuparia, fundamentalmente, de analisar a mente e o comportamento humano, e não a produção do conhecimento – voltaremos a este tópico na próxima seção. Porém, não sem uma pitada de ironia, o seu empreendimento filosófico foi acusado de solipsismo justamente porque seria incapaz de responder por um conhecimento do mundo fora da experiência subjetiva dos sujeitos, e isto é algo que muito nos interessa, porque foi para rebater essa acusação que Husserl acabou formalizando o conceito de *intersubjetividade* – o qual, contemporaneamente, é utilizado com grande fluidez nas práticas científicas e filosóficas, sobretudo por psicólogos, linguistas e neurocientistas, como veremos nas próximas seções.

Chegamos, então, ao ponto central dessa seção, que justifica todos esses prolegômenos filosóficos e científicos: mostrar como as raízes fenomenológicas do conceito de intersubjetividade, originalmente elaborado por Husserl para rebater as acusações de solipsismo que sua obra havia sofrido, na verdade podem ser compreendidas como um impulso ímpar ao desenvolvimento de uma eventual solução para o ancestral desequilíbrio entre sujeito e objeto

do conhecimento e, mais além, para uma nova solução do problema corpo/mente. Explico: o ponto-chave da crítica à obra de Husserl é a relativização do conhecimento, ou seja, é a ideia de que nós não somos capazes de conhecer o mundo de forma absoluta, muito menos de cravar uma tese científica que seja “verdadeira e universal”, afinal, se o mundo é tão somente aquilo que se apresenta para o sujeito do conhecimento, que o experiencia e o conhece fenomenicamente, estaríamos eterna e fatalmente reféns das nossas percepções subjetivas, e isto é algo que, do ponto de vista científico, seria inaceitável. Por causa disso, a resposta de Husserl foi rebater o argumento de que a experiência subjetiva constituiria o mundo fenomênico de modo autônomo e isolado (nos moldes de Descartes) e, para tanto, o autor sistematizou o conceito de intersubjetividade a fim de construir a ideia de uma experiência fenomênica do mundo que é fundamentalmente compartilhada entre sujeitos. De fato, muitos estudiosos da obra husserliana reconhecem que ele dedicou boa parte de seus escritos à tarefa de tentar demonstrar que “[...] a própria natureza da experiência subjetiva implica um mundo além de si mesmo, que é, por definição, experienciado. Em outras palavras, a experiência é inerentemente intersubjetiva, não subjetiva” (THOMPSON, 2005, p. 6, tradução minha). Nesses termos, o conceito de intersubjetividade extrapola a relação sujeito/mundo, na medida em que se apoia na tríade eu/tu/mundo, isto é, adiciona o *outro* na equação que visa responder como se dá a produção do conhecimento. É por causa disso que os primeiros contornos teóricos da intersubjetividade se ancoram, sobretudo, na concepção de *empatia*, concebida por Husserl como experiência da alteridade, a qual implica uma consciência reflexiva capaz de experimentar e aberta a compreender os estados mentais de outros sujeitos porque os reconhece como agentes intencionais em um mundo fenomênico que é compartilhado, intersubjetivo. Eis aí, portanto, a concepção fenomenológica da intersubjetividade, que não apenas lança as bases para o aprimoramento de uma teoria científica da consciência ancorada na construção coletiva do conhecimento, mas também propõe uma nova maneira de encarar a experiência humana no mundo – algo que será particularmente importante para o desenvolvimento das ciências cognitivas a partir da década de 1950. Sendo assim, está na hora de encerrar a seção e começarmos a avançar em direção às interpretações, aplicações e reformulações do conceito feitas por estudiosos de outras áreas do conhecimento, cujo propósito é dar sustentação e consistência à hipótese teórica deste primeiro capítulo da pesquisa: a intersubjetividade pode ser compreendida, sob um viés ontológico, como fundamento e condição da vida humana e, sob um viés epistemológico, como parte integrante e indispensável do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva.

## 1.2 Intersubjetividade: pensamento, linguagem, conhecimento

### 1.2.1 Contribuições da psicologia

Começamos, pois, nos territórios da psicologia, disciplina científica que, desde a sua “inauguração oficial”, se especializou na investigação dos nossos modos de sentir, saber, agir e interagir no mundo e, por causa disso, absorveu e aplicou o conceito de intersubjetividade de maneira ampla e proveitosa – à revelia de Husserl, que, equivocadamente, mesmo para a época, acusou-a de ser uma ciência puramente descritiva, cujo objeto de estudo seriam apenas as nossas operações mentais e o nosso comportamento. Sendo assim, interessa-nos, nesse início de seção, recuperar as contribuições dos psicólogos que de fato se concentraram no estudo da construção do conhecimento, compreendida como uma atividade sociocognitiva e, claro, intersubjetiva, especialmente a partir de observações e avaliações sistemáticas dos estágios de desenvolvimento cognitivo de bebês e crianças, de modo que o primeiro da lista é Jean Piaget. De maneira geral, a teoria do psicólogo e biólogo suíço se desvia de duas perspectivas teóricas acerca da aprendizagem humana bastante influentes nas práticas científicas até então: o *inatismo*, concepção segundo a qual a criança já nasceria com todas as habilidades necessárias à produção do conhecimento, mas, ao mesmo tempo, seria uma *tabula rasa*, uma “folha em branco” a ser preenchida à medida que fosse exposta a informações; e o *behaviorismo*, concepção bastante próxima à primeira no que diz respeito à exposição repetitiva de informações, mas que acrescenta ao processo de aprendizagem os reforços negativos, em caso de “erros”, e os reforços positivos, em caso de “acertos” – um adestramento, por assim dizer. Ou seja, as duas perspectivas tendem a se apoiar mais na *absorção de informações* do que na *construção do conhecimento*, de modo que é precisamente neste ponto que Piaget se desvia delas e propõe a ideia de que a mente humana não é um repositório, uma folha em branco a ser preenchida, mas uma espécie de mecanismo dinâmico que é capaz de gradualmente estruturar, organizar e categorizar os conteúdos das experiências vividas e compartilhadas no mundo a fim de construir conhecimento. Nesses termos, é por meio de experiências reais e cotidianas no mundo, vividas na prática, que a criança tem acesso a novas informações e passa a ser capaz de, progressivamente, estruturá-las e organizá-las em “categorias” cada vez mais complexas, por meio da assimilação (contraste com as categorias já conhecidas), da acomodação (criação de nova categoria de conhecimento) e da “equilibração” (consolidação do conhecimento). Por causa disso, os eventuais “erros” da criança, na verdade, são compreendidos como um processo natural e indispensável à construção do conhecimento, pois são sintomáticos do

desenvolvimento e da sofisticação dessas novas categorias, de modo que a punição, no fim das contas, se revela um grave “erro adulto”.

Com efeito, Piaget (2013) mapeou quatro estágios decisivos no desenvolvimento cognitivo da criança; são eles: (1) *estágio sensório-motor*, que compreende os dois primeiros anos de vida do bebê e no qual ele começa a desenvolver esquemas mentais rudimentares para assimilar as características e as potencialidades do ambiente em que está inserido, baseando-se fundamentalmente em suas experiências sensoriais e motoras; (2) *estágio pré-operatório*, que vai dos dois aos sete anos de idade, no qual a criança começa a se emancipar de suas experiências sensoriais imediatas e já consegue conceber a substituição de objetos pelas representações destes objetos; (3) *estágio operatório-concreto*, que vai dos oito aos onze anos, em que a criança sofisticar a compreensão de noções básicas (tempo, espaço, ordem, causalidade) e, assim, passa a ser capaz de formular conceitos abstratos a partir dos dados extraídos de suas experiências; e, finalmente, (4) *estágio operatório-formal*, que se estende até os catorze anos de idade e é sintomático do pleno desenvolvimento cognitivo da criança, que passa a dominar todos os requisitos necessários ao pensamento abstrato e à realização de operações lógicas. Sendo assim, a formulação piagetiana, como se vê, é resultado de observações e avaliações sistemáticas que de fato conseguem deixar claro que a construção do conhecimento é resultado da progressiva sofisticação da nossa atividade cognitiva, mas convém chamar atenção para um grave equívoco em suas conclusões que, não muito tempo depois, Vygotsky corrigiu: na visão de Piaget, o estágio inicial do desenvolvimento cognitivo da criança (*sensório-motor*) é “autístico”, ou seja, inteiramente voltado para si e para o descobrimento do mundo a partir do seu próprio corpo, de modo que apenas no *estágio pré-operatório*, que coincide com o período de aquisição linguística, a criança tomaria consciência do mundo social, da realidade interativa. Ou seja, seria apenas a partir de uma “pressão social” que a criança se veria obrigada a adaptar a sua percepção do mundo e a sofisticar o seu pensamento, e isto é algo fundamentalmente equivocado – ainda que, em alguma medida, explique, por exemplo, o fato de a criança brincar e conversar sozinha nos dois primeiros anos de vida. Pensando nisto, passemos então às contribuições de Vygotsky, que invertem a equação e, assim, não somente apresentam conclusões mais acertadas acerca dos estágios de desenvolvimento da criança, mas, sobretudo, revelam a natureza social da nossa atividade cognitiva desde o nascimento.

Pois bem, Vygotsky é um dos maiores ícones do sociointeracionismo, corrente teórica da psicologia que compreende os processos de construção do conhecimento fundamentalmente ancorados na tríade eu/tu/mundo – uma clara herança da concepção fenomenológica da intersubjetividade, expandida e aplicada ao mapeamento do desenvolvimento cognitivo da

criança que, na visão do psicológico russo, também se dá a partir de quatro estágios decisivos; são eles: (1) *fala pré-intelectual e pensamento pré-verbal*, em que a criança tem, sim, consciência do ambiente social em que está inserida e produz sons direcionados à comunicação, ainda que não tenha adquirido um sistema semiótico estável e compartilhado; (2) *psicologia ingênua*, uma espécie de “inteligência prática” que permite à criança perceber não apenas o seu próprio corpo, mas também os objetos à sua volta e, assim, aplicar essa experiência ao uso de instrumentos – é também a fase em que a criança começa a construir intimidade com um sistema linguístico; (3) *uso de signos exteriores*, que “[...] é o estágio em que a criança conta com os dedos, recorre a auxiliares mnemônicos etc. No desenvolvimento da fala, esse estágio se caracteriza pela fala egocêntrica” (VYGOTSKY, 2008, p. 57-58); e, finalmente, (4) *internalização das operações externas*, estágio mais sofisticado do pensamento, no qual a criança já está plenamente habilitada a desenvolver conceitos abstratos e a realizar operações lógicas e, sobretudo, autorreflexivas. Sendo assim, embora seja possível notar certa proximidade com os estágios mapeados por Piaget – claro, pois ambos realizaram suas investigações a partir de experimentos e análises do desenvolvimento de crianças até a pré-adolescência –, a inversão proposta por Vygotsky (da interação social à introspecção) é o ponto mais importante a ser destacado, pois coloca as relações sociais e interativas que desenvolvemos em um mundo que é fenomenicamente compartilhado (para usar os termos de Husserl) como condição básica para a construção do conhecimento. Dessa forma, ainda que Vygotsky não formalize, em seus escritos, o conceito de intersubjetividade, ele claramente se manifesta em suas conclusões, que mostram que o desenvolvimento da nossa atividade cognitiva (ou seja, o modo como sentimos, sabemos, agimos e interagimos no mundo) depende, fundamentalmente, da cooperação, da coordenação e do compartilhamento das nossas experiências.

Mais além, um outro ponto que convém lançar luz é que tanto Piaget quanto Vygotsky reconhecem o importante papel que o desenvolvimento e a maturação da linguagem, sobretudo a partir da aquisição de uma língua, ainda nos primeiros anos de vida, desempenha na sofisticação conceitual do pensamento, pois, entre outras coisas, habilita a criança a representar simbolicamente o mundo, “libertando-a” de um tipo de percepção condicionada, unicamente, pelas suas experiências sensório-motoras mais imediatas. De todo modo, retornaremos a este importantíssimo tópico mais à frente, quando passarmos às reflexões dos estudiosos da linguagem – pois, diga-se de passagem, parece haver certa tendência, entre psicólogos, de subestimar esta que talvez seja a habilidade cognitiva mais proeminente da nossa espécie. Dito isso, continuemos, pois, na psicologia, e para encerrar a apresentação das contribuições daqueles que se concentraram no estudo do desenvolvimento cognitivo de bebês e crianças,

vejamos brevemente as reflexões de Colwyn Trevarthen (1979, 2011) que, em consonância a Vygotsky, chegou à conclusão de que a intersubjetividade é uma habilidade imanente aos seres humanos, a qual se desenvolve em duas etapas (primária e secundária), ainda no primeiro ano de vida, por meio de interações afetivas e comunicativas. Nesses termos, Trevarthen define a *intersubjetividade primária* como a relação diádica estabelecida entre mães e bebês recém-nascidos, na qual eles já se reconhecem como agentes intencionais e se comunicam afetiva e efetivamente por meio de movimentos corporais e protoconversações, respeitando, inclusive, “turnos de fala”, de modo que a *intersubjetividade secundária*, por sua vez, costuma ter início quando os bebês completam o primeiro ano de vida e passam a ser capazes de estabelecer uma relação triádica (mãe-bebê-mundo/objeto). Diante disso, importa destacar que a intersubjetividade secundária seria, nesse viés, o estágio em que de fato as crianças “[...] vão além do imediatismo pessoa a pessoa da intersubjetividade primária e entram em contextos de atenção compartilhada – situações compartilhadas – nas quais aprendem o que as coisas significam e para que servem” (ZLATEV, 2008, p. 23, tradução minha), de modo que talvez seja possível compreendê-la como uma espécie de “intersubjetividade plena”, ainda latente no primeiro estágio, e isto é algo que, mais uma vez, reforça a ideia de que a nossa atividade cognitiva se desenvolve gradualmente a partir das nossas relações sociais, que implicam o compartilhamento e a coordenação das nossas formas de sentir, saber, agir e interagir no mundo.

Nesse cenário, as conclusões de Trevarthen vão ao encontro dos escritos de Tomasello (2003, 2012), sobretudo no que diz respeito ao compartilhamento de atenção e intenção que, na perspectiva evolucionista do psicólogo norte-americano, são os aspectos fundamentais e definidores da *cognição social*, um conceito que muito nos interessa e que, no fim das contas, também é reflexo da utilização do conceito de intersubjetividade que estamos construindo nessa seção. De todo modo, convém dizer que Tomasello não se concentra exclusivamente no estudo do desenvolvimento cognitivo de bebês e crianças, pois, de maneira geral, a sua grande preocupação é explicar como, por que e em que medida os seres humanos se distinguem, cognitivamente, dos demais seres vivos, de modo que boa parte de suas investigações têm como objeto analítico o pensamento e o comportamento de primatas. Nesses termos, a hipótese central da obra de Tomasello, em consonância às conclusões de Vygotsky e Trevarthen, é a de que a natureza única da atividade cognitiva humana repousa fundamentalmente sobre a nossa capacidade de reconhecer o *outro* como agente intencional igual a nós mesmos e, a partir daí, coordenarmos não apenas as nossas ações, mas também as nossas representações cognitivas do mundo – algo que permitiu à nossa espécie alcançar o que ele chama de “evolução cultural cumulativa” (TOMASELLO, 2003) e, com isso, gradualmente sofisticar as práticas de atenção

conjunta, por meio do desenvolvimento de artefatos culturais e, eventualmente, de símbolos linguísticos. Com efeito, Tomasello compreende as línguas naturais como formas complexas de atenção conjunta, que carregam nos símbolos linguísticos toda a “carga cultural” da comunidade de indivíduos que os criou, pois materializam, historicamente, as representações cognitivas do mundo que foram intencionalmente construídas por essa comunidade. Por causa disso, na visão do autor, os símbolos linguísticos são, ao mesmo tempo, *intersubjetivos*, na medida em que correspondem a um tipo específico de conhecimento que faz parte de um inventário simbólico compartilhado pelos usuários da língua, e *perspectivos*, na medida em que “cada símbolo incorpora uma maneira, dentre várias outras maneiras simultaneamente disponíveis, em que a situação pode ser concebida para um dado propósito comunicativo” (TOMASELLO, 2012, p. 210).

Como se vê, as reflexões de Tomasello entronizam o caráter social, cooperativo e pragmático da cognição humana e, nos seus próprios termos, ecoam a concepção fenomenológica da intersubjetividade quando colocam intencionalidade e atenção conjunta no eixo central das relações entre eu/tu/mundo<sup>10</sup> – algo que corresponde, em última instância, à profundidade e à complexidade do nosso conhecimento acerca do mundo e de nós mesmos. Além disso, fica claro que o autor reconhece o importante papel que a linguagem desempenhou e desempenha no funcionamento da cognição social, no sentido de ter nos “libertado” de um tipo de conhecimento ancorado unicamente nas nossas experiências sensório-motoras e nos habilitado a representar, simbólica e cognitivamente, o mundo, mas convém sinalizar que ele reduz a língua a uma forma, entre muitas, de atenção conjunta e chega até mesmo a dizer que “[...] talvez a linguagem tenha algo de especial devido à sua íntima relação com a adaptação sociocognitiva exclusivamente humana [...], mas as convenções sociais de que uma língua natural é composta só podem ser criadas em certos tipos de interação social [...]” (TOMASELLO, 2003, p. 295) – algo que, formulado dessa maneira, soa praticamente como um insulto aos estudiosos da linguagem. Sendo assim, está na hora de nos desviarmos da psicologia e caminharmos em direção à linguística, a fim de tratar com um pouco mais de esmero uma das habilidades cognitivas mais proeminentes da nossa espécie. Antes, porém, de fazer essa transição, importa sublinhar o fato de que todas as reflexões dos psicólogos

---

<sup>10</sup> Nesse ponto, convém sinalizar que embora estas duas noções, sobretudo a de intencionalidade, façam parte de uma longa discussão filosófica a respeito da consciência e, de maneira geral, não haja consenso pleno em suas interpretações e aplicações no âmbito das ciências cognitivas, Tomasello está privilegiando, assim como Husserl, a ideia de que qualquer atividade perceptiva consciente se ancora, fundamentalmente, em um caráter intencional, ou seja, que depende do direcionamento da atenção do sujeito a objetos e eventos no mundo e que, em última instância, pode ser compartilhado por meio de práticas de atenção conjunta, desde as mais simples, como o gesto de apontar, até as mais complexas, como aquelas que envolvem o uso da linguagem verbal.

apresentadas nessa seção têm como denominador comum a ideia de que a construção do conhecimento é essencialmente intersubjetiva e reflete o grau de sofisticação cognitiva alcançado pela nossa espécie a partir daquilo que talvez se possa chamar de “tríade epistêmica fundamental” (eu/tu/mundo), cuja primeira sistematização científica pode ser atribuída aos esforços de Husserl para tentar equalizar o ancestral desequilíbrio entre sujeito e objeto do conhecimento e que, entre outras coisas, inaugurou um teoria da consciência cuja base conceitual aponta para uma incipiente dissolução do princípio da dualidade corpo/mente. Dito isso, passemos à linguística.

### 1.2.2 Contribuições da linguística

Convém dizer, logo de início, que a preocupação com o estudo sistemático da linguagem está presente nas reflexões e nas investigações da filosofia desde a Antiguidade<sup>11</sup>, sobretudo porque compreendia-se que uma de suas principais funcionalidades, para além da comunicação, é, grosso modo, mediar e ajudar a “preencher” o hiato conceitual que existe entre o mundo e a percepção que temos dele, algo que se realizaria a partir de uma ideia básica: a da representação simbólica. Dito de outro modo, é possível notar que, historicamente, a linguagem sempre foi reconhecida como uma espécie de “recurso epistêmico” essencial à nossa espécie, cujo principal mérito, nesse viés, seria nos habilitar a representar simbolicamente o mundo a fim de compreendê-lo de modo sistemático e, em última instância, otimizar a construção do conhecimento – isto fica claro, contemporaneamente, nas reflexões de Tomasello que acabamos de ver. Nesses termos, não é de se estranhar que durante séculos a linguagem tenha sido tratada como modo fundamental de representação da realidade e, mais além, como uma espécie de “mecanismo de tradução do pensamento”, tendo em vista que duas de suas principais funções (representação e comunicação) desempenham papel significativo na nossa compreensão do mundo e, claro, de nós mesmos. Mesmo assim, não obstante à ideia de que a linguagem é uma proeminente habilidade da nossa espécie, fato é que, no decorrer da história da filosofia e da ciência, o estudo sistemático da *linguagem* em grande medida acabou sendo ofuscado pelo estudo da *língua*, compreendida como um sistema semiótico estável e socialmente

---

<sup>11</sup> Em um de seus *Diálogos*, por exemplo, Platão (1988) reflete sobre a relação entre as palavras e as coisas e questiona, na voz de Crátilo, qual seria o verdadeiro papel da linguagem na produção do conhecimento. Aristóteles, por sua vez, dissertou de maneira aprofundada sobre a linguagem em ao menos duas obras – na *Retórica* (2015) e na *Poética* (1997) – compreendendo-a como um modo de representação da realidade que, entre outras coisas, desempenha papéis fundamentais não apenas no nosso conhecimento do mundo, mas também no funcionamento e na organização política das sociedades.

compartilhado – e isto é algo que ainda se reflete, por exemplo, na ênfase conferida aos estudos gramaticais, sejam eles de caráter descritivo ou prescritivo, que mesmo depois do surgimento da linguística, como disciplina científica especializada, permanecem ocupando lugar de privilégio nos estudos linguísticos e, de modo mais agudo, no ensino escolar. De qualquer forma, não é de interesse nosso recuperar cada estágio do desenvolvimento dos estudos linguísticos ao longo da história da filosofia e da ciência; começaremos, de modo breve, e a título de contraste com a concepção de linguagem que pretendo introduzir nessa seção, pelas contribuições de Ferdinand de Saussure.

Pois bem, as reflexões de Saussure (2006) são tratadas, contemporaneamente, como a “inauguração oficial” da linguística enquanto disciplina científica especializada porque aplicaram, de maneira objetiva e sistemática, o método científico nos estudos da linguagem e, em última instância, reconfiguraram o seu objeto de estudo. Dito de outro modo, o grande mérito do linguista suíço, que lhe rendeu o título de “pai” da linguística, foi se distanciar do *modus operandi* das abordagens filológicas, comparatistas e neogramáticas – que padeciam de certo saudosismo, por assim dizer, no que diz respeito à subordinação dos estudos linguísticos a critérios e parâmetros majoritariamente históricos, ancorados em um tipo de análise morfossintática “emprestado” de línguas fundadoras, como o grego e o latim, e na exegese de textos antigos, a fim de consolidar sua natureza prescritiva – e materializar, nos estudos da linguagem, a aplicação do paradigma *estruturalista*, uma concepção teórico-metodológica que, entre outras coisas, investiga e analisa seus objetos de estudo com base na ideia de que eles são divisíveis em partes que mantêm íntima relação entre si e que compõem, sistemática e estruturalmente, um todo coerente (uma clara aplicação das regras fundamentais do método científico cartesiano). Nesses termos, a teoria linguística de Saussure entronizava, portanto, o estudo da *língua*, concebida como um sistema, como um conjunto de elementos que seguem certos princípios de funcionamento e constituem uma unidade estruturada e coerente, e deixava a *fala*, concebida como a realização individual do sistema linguístico, em segundo plano. Diante disso, interessa sublinhar o fato de que se, por um lado, a adoção dessa perspectiva justifica o porquê de se atribuir a Saussure a inauguração da linguística como disciplina científica, na medida em que privilegia uma investigação objetiva e metódica da estrutura e do funcionamento das línguas naturais (se desviando, assim, das abordagens puramente históricas), por outro, ela ecoa um aspecto notoriamente deletério da tradição filosófica: a desvalorização das dimensões (inter)subjetivas implicadas nas funcionalidades da linguagem e, claro, no uso da língua. Na verdade, Saussure foi capaz de reconhecer, nos seus próprios termos, tanto o caráter social (refletido nas convenções sociais que determinam os signos linguísticos e, mais

além, nos eventuais processos de mudança linguística) quanto o caráter “cognitivo” (refletido, sobretudo, na articulação conceitual entre *significante* e *significado*) dos fenômenos linguísticos, mas, sendo a língua, e não a linguagem, o seu objeto de estudo, o valor epistêmico implicado na ideia da representação simbólica, o qual desde a Antiguidade vinha sendo devidamente reconhecido, em grande medida acabou ofuscado, sobretudo em razão de sua visão estreita acerca do conceito de *fala* que, na prática, descarta o papel e a importância dos sujeitos de linguagem.

Nesse ponto, convém lembrar que, embora Saussure seja o principal expoente do estruturalismo no continente europeu, houve outras aplicações desse paradigma científico no continente americano que se distanciaram dos postulados saussurianos precisamente porque conseguiram articular de modo mais proveitoso e eficiente as dimensões socioculturais e “cognitivas” no estudo das línguas naturais, problematizando, entre outras coisas, a ideia de que os fenômenos linguísticos poderiam ser investigados sem levar em conta os usuários da língua. Com efeito, um dos principais avanços do estruturalismo americano resulta de uma investigação pormenorizada das línguas indígenas do continente, ágrafas à época, na medida em que o mapeamento, a descrição e a análise tanto da estrutura quanto do funcionamento dessas línguas revelaram aos seus estudiosos ao menos duas questões importantes: especificidades morfossintáticas que se distinguiam por completo das línguas europeias e, o mais importante, a descoberta de que certas propriedades conceituais de algumas categorias semânticas, bem como de suas aplicações gramaticais, refletiam a maneira como cada comunidade linguística representava o mundo. É nesses termos que se destacam, então, as reflexões de Edward Sapir (1949), linguista e antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos, que, não obstante à sua grande preocupação em investigar as propriedades fonéticas e fonológicas das línguas naturais, foi capaz não apenas de devolver à linguística a preocupação com o usuário da língua, mas, sobretudo, de reconhecer e valorizar a intrínseca relação que existe entre linguagem, pensamento e cultura – algo que, não muito tempo depois, resultou na hipótese Sapir-Whorf, elaborada por Benjamin Lee Whorf (1957), aluno e interlocutor de Sapir. Assim, a hipótese Sapir-Whorf tem como eixo central a ideia da *relatividade linguística*, formulada, entre outras reflexões, a partir da observação de que, na língua *Hopi*, pertencente a uma pequena comunidade indígena localizada na região sudoeste dos Estados Unidos, não havia aplicação linguística para as concepções de *tempo* e *espaço*, consideradas categorias básicas e praticamente obrigatórias na imensa maioria das culturas conhecidas. Com efeito, a conclusão alcançada por Whorf, e que resultou na hipótese supracitada, foi, grosso modo, a de que “as palavras não são as coisas”, isto é, as línguas naturais não representam a realidade de maneira

uniforme, tampouco inequívoca, de modo que a percepção do mundo, bem como as suas representações semióticas (que se manifestam em categorias semânticas e morfossintáticas) dependem fundamentalmente do nicho cultural em que estamos inseridos.

Com efeito, uma vez mais é possível notar a aplicação do conceito de intersubjetividade, ainda que ele não esteja especificamente discriminado, pois na base das conclusões de Sapir e de Whorf está aquilo que venho chamando de “tríade epistêmica fundamental” (eu/tu/mundo), a qual reflete, na intrínseca relação entre pensamento, linguagem e cultura, o modo como, intersubjetivamente, representamos o mundo e que, mais além, se manifesta, materialmente, nas categorias semânticas, morfológicas e gramaticais das línguas naturais<sup>12</sup>. Diante disso, a fim de encerrarmos esta brevíssima e pontual apreciação das contribuições estruturalistas nos estudos da linguagem, passamos agora à teoria enunciativa de Émile Benveniste (1989, 1991), que também se desvia de boa parte dos postulados saussurianos e, o mais importante, consegue explorar de modo proveitoso o conceito de intersubjetividade. Na verdade, convém apontar que Benveniste também não rompe totalmente com o estruturalismo, pois a base de dados utilizada para fundamentar a sua teoria enunciativa da linguagem advém de profundas investigações acerca da estrutura e do funcionamento dos elementos que compõem as línguas naturais (pronomes, verbos, advérbios etc.); o que ele faz, em consonância a Sapir e Whorf, é mais uma vez tentar devolver à linguística a preocupação com o papel e a importância dos sujeitos de linguagem, “descartados” na tradição estruturalista saussuriana. Isto se explica pelo fato de que o eixo central das reflexões do linguista francês não é a língua nem a linguagem, mas a *atividade* do indivíduo que coloca a língua em funcionamento e, ao fazê-lo, constitui-se sujeito na linguagem e pela linguagem. Ou seja, Benveniste consegue articular o estudo das dimensões estruturais e funcionais da língua ao seu uso enunciativo pelos sujeitos de linguagem.

Fato é que, para o linguista francês, tanto o conceito de *subjetividade* (a capacidade de se fazer sujeito por meio da linguagem) quanto o de *intersubjetividade* (condição da atividade enunciativa, que necessariamente implica dois sujeitos de linguagem, reais ou imaginados:

---

<sup>12</sup> Essa ideia de que a “tríade epistêmica fundamental” está na base das reflexões dos autores fica particularmente clara, por exemplo, quando Sapir se propõe a esclarecer como certas “influências ambientais” são percebidas por uma dada comunidade de indivíduos e, em última instância, se refletem nas configurações da língua. Nos termos de Sapir (1949, p. 90, tradução minha): “[...] podemos esperar encontrar dois conjuntos de fatores ambientais refletidos na língua, assumindo por ora que a língua é materialmente influenciada pelo contexto ambiental de seus falantes. Apropriadamente falando, é claro, o ambiente físico se reflete na linguagem na medida em que foi influenciado pelo fator social. A mera existência, por exemplo, de um determinado tipo de animal no ambiente físico de um povo não é suficiente para dar origem a um símbolo linguístico referente a ele. É necessário que o animal seja conhecido pelos membros do grupo em comum e que eles tenham algum interesse, por menor que seja, por ele, antes que a linguagem da comunidade seja chamada a fazer referência a esse elemento particular do ambiente físico. Em outras palavras, no que diz respeito à linguagem, toda influência ambiental se reduz, em última análise, à influência do ambiente social”.

*eu/tu*) são aspectos constitutivos da comunicação humana e pilares fundamentais de sua teoria enunciativa – a qual, talvez se possa dizer, propõe uma guinada semântico-pragmática nos estudos da linguagem, tendo em vista a sua grande preocupação em investigar o que a língua em uso, isto é, o que a atividade enunciativa do sujeito de linguagem de fato realiza no mundo. Nesses termos, Benveniste não crê que a linguagem seja apenas uma forma de representação do pensamento, como prega a tradição filosófica, mas uma faculdade inerente à condição humana que nos habilita a ser, agir e interagir no mundo, tendo em vista que “[...] só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1991, p. 286). É por isso que as categorias da enunciação (agente, tempo e espaço) não são estáticas, como na maioria dos estudos linguísticos de viés mais descritivo e gramatical, mas dinâmicas, no sentido de que são compreendidas como fenômenos linguísticos que se realizam de modo situado (no tempo e no espaço únicos da enunciação) e intersubjetivo (na indissociável relação *eu/tu/mundo*) por meio do emprego das formas da língua, ou seja, do uso de pronomes, verbos, advérbios etc. Com isso, Benveniste propõe uma nova forma de estudar a linguagem, sobretudo porque consegue equilibrar a investigação das propriedades estruturais da língua à atividade real dos sujeitos de linguagem, pois, entre outras coisas, compreende a comunicação humana como estando fundamentalmente ancorada na relação intersubjetiva que se estabelece entre dois sujeitos no aqui-agora da enunciação.

Nesse ponto, a fim de encaminhar o término desta seção, passemos brevemente a algumas pontuais reflexões de Noam Chomsky, certamente um dos mais notórios, produtivos e versáteis pensadores dos séculos XX e XXI, cuja obra inaugurou, oficialmente, a guinada cognitivista nos estudos da linguagem e ainda hoje rende fecundos desdobramentos teórico-metodológicos. De maneira geral, talvez se possa dizer que uma – entre muitas – das principais contribuições de Chomsky (2009a) tenha sido a de reconectar a linguística a outras áreas do conhecimento (em especial à biologia, à psicologia e às ciências da computação), ao sistematizar, de modo consistente e inovador, a ideia de que a linguagem humana é uma habilidade cognitiva fundamentalmente recursiva/criativa, explicando, dessa forma, como, por que e em que medida a nossa espécie se distingue, cognitivamente, dos demais seres vivos – algo que, no fim das contas, jogou a última pá de cal sobre as hipóteses empiristas, a exemplo do *behaviorismo*, que até a metade do século passado ainda guiavam boa parte dos estudos científicos acerca da aprendizagem humana, da construção do conhecimento e, claro, da “aquisição” da linguagem (termo que por si só já é problemático, pois o que realmente adquirimos é a língua, e não a linguagem). De fato, embora a obra do linguista estadunidense

tenha sido paulatinamente aprimorada ao longo dos últimos sessenta anos<sup>13</sup>, o eixo central de sua teoria linguística se ancora no estudo do funcionamento das estruturas sintáticas das línguas que, na perspectiva do autor, materializam a recursividade – conceito-chave de sua obra, “importado” das ciências da computação e aplicado à linguística, segundo o qual um conjunto finito de elementos (no caso das línguas, o léxico) é capaz de gerar elementos (sentenças) infinitos – e justificam o grau de complexidade e sofisticação da linguagem humana. Dito de outro modo, compreendendo a linguagem humana como um fenômeno biológico, intrinsecamente articulado às nossas operações mentais e, por extensão, à construção do conhecimento, Chomsky identificou no funcionamento sintático implicado na linguagem humana o grande diferencial cognitivo da nossa espécie – a recursividade – que nos habilita, entre outras coisas, a realizar operações mentais abstratas e, claro, a adquirir uma língua. Em um de seus textos mais famosos e prestigiados, escrito em parceria com os biólogos evolucionistas Marc Hauser e William Fitch (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002), a ideia de que a linguagem humana é única justamente em razão do funcionamento recursivo implicado nas estruturas sintáticas da língua foi ostensiva e consistentemente fundamentada a partir da distinção entre aquilo que os autores chamaram de *Linguagem no sentido amplo*, a qual é compartilhada, em maior ou menor grau, com diversos outros animais e diz respeito a capacidades comunicativas, conceituais e “verbais”, e *Linguagem no sentido estreito*, compreendida como um sistema computacional linguístico abstrato, cuja operacionalidade se dá única e exclusivamente pela recursividade, sendo o que, no fim das contas, nos distingue dos demais seres vivos.

Com efeito, longe de querer escrutinar os alicerces teórico-metodológicos do gerativismo, o que realmente quero, ao recuperar as reflexões de Chomsky, é lançar luz sobre duas questões principais: a primeira delas é que, ao investir no estudo do caráter biológico da linguagem humana, compreendida como uma sofisticada faculdade cognitiva, Chomsky de fato conseguiu identificar uma das características mais distintivas dos seres humanos, a criatividade, a qual é sintomática da maneira pela qual a nossa espécie foi capaz de, evolutivamente, otimizar a experiência e a sobrevivência no mundo – embora ele tenha circunscrito tal capacidade exclusivamente aos domínios da sintaxe, deixando de lado, por exemplo, suas aplicações

---

<sup>13</sup> Muitos estudiosos da obra de Chomsky (Cf. Hermont; Lima, 2010) apontam ao menos quatro estágios teóricos: Teoria Padrão (que lança, sobretudo, os conceitos de *competência* e *desempenho*), Teoria Padrão Estendida (uma revisão estratégica e pontual da anterior), Teoria da Regência e Ligação (que introduz o Modelo dos *Princípios e Parâmetros*) e o Programa Minimalista (a versão mais atualizada, “enxuta” e sofisticada da obra de Chomsky, a qual explora de modo sistemático e aprofundado muitos conceitos desenvolvidos anteriormente e desdobra, de maneira pormenorizada, o conceito de *merge*, uma espécie de metonímia por excelência da base teórica gerativista, que explica as “operações computacionais recursivas” que apenas os seres humanos são capazes de realizar).

semânticas, algo que, no fim das contas, mobilizou o início do que se convencionou chamar de “segunda fase” das ciências cognitivas (ou “semântica cognitiva”). O segundo ponto que quero lançar luz é a grande afinidade entre as reflexões de Chomsky (2009b) e as de Descartes, e não apenas no que diz respeito às críticas ao empirismo, mas, sobretudo, no que diz respeito à relação entre pensamento e linguagem, na medida em que, para ambos, a nossa atividade mental se realiza com base em um funcionamento essencialmente lógico-matemático, ou seja, como espécies de “computações mentais” guiadas por regras e operações algorítmicas que, via linguagem, são capazes de recursivamente produzir conhecimento. Nesses termos, talvez seja possível dizer que Chomsky atualizou e deu densidade teórica a muitos dos postulados cartesianos, ao revitalizar, entre outras coisas, a ideia de que a linguagem humana é uma capacidade inata intimamente conectada ao pensamento e, em grande medida, autônoma em relação ao resto do nosso corpo, pois, na sua visão, trata-se de um “módulo” específico, isto é, distinto dos sistemas sensório-perceptivo e motor (embora se correlacione com eles). De todo modo, hoje sabemos que esta concepção foi abandonada, pois a tese de que a nossa atividade cognitiva é fundamentalmente corporificada (e não modular) já está consolidada no âmbito das ciências cognitivas, mas não há como negar que Chomsky é um verdadeiro divisor de águas nos estudos da linguagem e que o conceito de recursividade, aplicado à linguagem e ao pensamento, é um grande mérito de sua obra.

De maneira geral, portanto, o propósito desta seção, essencialmente ancorada em contribuições pontuais e estratégicas da psicologia e da linguística, foi tentar recuperar alguns estágios importantes no desenvolvimento da investigação a respeito da íntima relação que existe entre pensamento, linguagem e conhecimento, a fim de deixar claro que o conceito de intersubjetividade adotado nesse trabalho (o compartilhamento dos padrões e dos conteúdos das experiências conscientes), embora não tenha sido formalmente discriminado na maioria das reflexões dos autores citados, está efetivamente implicado em todas elas. Ora, o grande denominador comum entre todos os autores que compuseram esta seção é a ideia de que a nossa espécie sente, conhece, age e interage no mundo de uma maneira única, essencialmente criativa, sobretudo porque é capaz de constantemente viver e reviver as experiências no mundo de modo coletivo e coordenado, algo que faz com que a linguagem, nesse viés, não seja apenas uma forma de representação do mundo e de “tradução” do pensamento, mas uma de nossas habilidades cognitivas mais proeminentes, a qual, entre outras coisas, canaliza e potencializa uma das principais características epistêmicas da nossa espécie: a intersubjetividade. De todo modo, a fim de aprimorar essa ideia e consolidar o argumento, está na hora de encerrar a seção e mergulhar de vez no território das ciências cognitivas, a fim de esclarecer, em definitivo, o

que estou chamando de padrões e de conteúdos das experiências conscientes e, mais além, porque estou argumentando que esta definição pode ser compreendida como uma espécie de síntese dos principais problemas que, historicamente, mobilizaram o desenvolvimento e a evolução das práticas científicas e filosóficas. Dito isso, passemos, pois, ao verdadeiro núcleo conceitual deste capítulo.

### **1.3 Intersubjetividade: padrões e conteúdos da experiência consciente**

#### *1.3.1 O mundo e a consciência*

Não há outro modo de começar esta seção senão pela consciência, certamente um dos problemas mais antigos, desafiadores e irresolutos da filosofia e da ciência, pois, além de ser um fenômeno constitutivo da vida, é também condição da produção de conhecimento. Fato é que o problema da consciência está presente, direta ou indiretamente, em todas as reflexões filosóficas e científicas que vimos tanto na primeira seção (dos embates entre idealismo/realismo e entre racionalismo/empirismo até o “nascimento” do conceito de intersubjetividade) quanto na segunda seção deste capítulo (do desenvolvimento cognitivo da nossa espécie às funcionalidades da linguagem), de modo que, para começar a verticalizar a delimitação do conceito de intersubjetividade e esclarecer aquilo que estou chamando de padrões e conteúdos da experiência consciente, antes é necessário compreender por que a consciência é ainda um problema irresoluto, mesmo sendo objeto de investigação há milênios. Com efeito, entre os estudiosos mais angustiados com esta irresolução, o filósofo australiano David Chalmers (1996, 2004) foi alguém que conseguiu sistematizar de maneira clara o porquê de ainda não haver uma teoria da consciência que seja cientificamente consensual, isto é, que seja capaz de acomodar e unificar todas as reflexões filosóficas e todas as contribuições das disciplinas científicas especializadas que se preocupam em investigar o fenômeno. Para tanto, de uma perspectiva metodológica, Chalmers dividiu o problema em duas partes: (1) os *easy problems*, que correspondem, basicamente, à investigação da consciência a partir dos dados de “terceira pessoa”, os quais se referem ao funcionamento cerebral e ao comportamento, e (2) o *hard problem*, que corresponde à investigação da consciência a partir dos dados de “primeira pessoa”, os quais se referem a sensações, emoções, percepções e *qualia*<sup>14</sup>, que, como se vê, são majoritariamente ancorados nas nossas experiências subjetivas no mundo. Nesses termos, ainda

---

<sup>14</sup> O conceito de *qualia* advém da tradição filosófica e é usado para se referir aos caracteres fenomenais qualitativos que tornam únicas as nossas experiências cotidianas no mundo (como o sabor da comida favorita, uma lancinante dor de dente, a saciedade pós-refeição).

que a nomenclatura escolhida cause certo estranhamento, afinal, conceber a investigação do funcionamento cerebral como sendo parte dos “problemas fáceis” parece algo um tanto desproporcional e até extravagante, o ponto central da formulação de Chalmers aponta para o fato de que, embora diversas disciplinas científicas especializadas (psicologia, linguística, sociologia, neurociências) se ocupem de investigar ambas as dimensões do problema da consciência e, de maneira mais ampla, a ciência já tenha desenvolvido recursos tecnológicos que hoje tornam possível analisar o funcionamento cerebral (por meio de ressonâncias magnéticas, por exemplo) a fim de tentar mapear os correlatos neurais da consciência<sup>15</sup>, a investigação do teor subjetivo das nossas experiências conscientes é o principal empecilho ao desenvolvimento científico. De fato, tudo indica que o *hard problem* ainda não pôde ser resolvido de modo consensual porque, grosso modo, o imperativo da objetividade, que desde Aristóteles está na base das práticas científicas e filosóficas, não permite uma análise precisa e inequívoca da subjetividade, tendo em vista que qualquer investigação científica da consciência preocupada com os dados de “primeira pessoa” passaria, incontornavelmente, pelos relatos experienciais do sujeitos – e isto, fatalmente, transforma-os em dados de “terceira pessoa”. Eis aí porque não há consenso: o método científico nunca foi capaz de transpor o imperativo da objetividade, de superar o desequilíbrio fundamental entre sujeito e objeto, e essa rigidez intransigente continua atrasando não apenas a resolução do problema da consciência, mas também o desenvolvimento científico, como um todo.

Sendo assim, deixando de lado o fato de que a ciência ainda não é capaz nem ao menos de considerar a possibilidade da adoção de um método científico de natureza subjetiva, restamos, então, buscar um meio-termo para o problema, e é precisamente nesse ponto que a intersubjetividade se sobressai, tanto em termos metodológicos quanto epistêmicos. Explico: como vimos na primeira seção deste capítulo, Husserl foi o primeiro a sistematizar o conceito de intersubjetividade, ancorando-o na tríade eu/tu/mundo com o propósito de mostrar que as nossas experiências fenomênicas, facultadas e condicionadas pela consciência (que, na sua visão, é o fluxo de atos intencionais direcionados ao mundo/aos objetos), constituem o mundo, o qual é por si só um fenômeno, de modo fundamentalmente compartilhado, intersubjetivo. Ou seja, Husserl desenvolveu o conceito a fim de tentar equalizar a relação sujeito/objeto e, para tanto, inaugurou uma teoria da consciência que, entre outras coisas, abalou os alicerces da ancestral distinção ontológica entre corpo e mente. Diante disso, em termos metodológicos, não

---

<sup>15</sup> Tononi e Koch (2008, p.239) definem os correlatos neurais da consciência como “mecanismos neurais mínimos conjuntamente suficientes para qualquer percepção consciente específica”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva neurocognitiva da consciência.

seria de todo improcedente conceber a investigação da intersubjetividade como um meio-termo na análise dos dados de “primeira” e de “terceira pessoa”, tendo em vista que as nossas experiências fenomênicas, em termos epistêmicos, não são isoladas nem autônomas, mas fundamentalmente compartilhadas, pois o mundo em que a experiência se realiza não é meu, é nosso, de modo que analisar a experiência subjetiva apenas como um dado de “primeira pessoa”, supostamente inacessível ao pesquisador porque ele não seria capaz de avaliar cientificamente as propriedades qualitativas dessa experiência simplesmente porque está “fora” dela, mais parece uma inadequação epistêmica do que uma impossibilidade metodológica. Dito de outro modo, investigar cientificamente a intersubjetividade (que inclui e depende da subjetividade) significa mapear e analisar os dados da *primeira pessoa do plural*, relativos à experiência fenomênica, de caráter qualitativo, que não é exclusiva do *eu*, mas pertence ao *nós*. Mais além, é importante chamar atenção para o fato de que *eu* e *tu* não compartilhamos apenas o mundo fenomênico, compartilhamos, acima de tudo, a *arquitetura sensório-perceptiva* que é distintiva da nossa espécie e que, no fim das contas, responde por grande parte das configurações da nossa *arquitetura cognitiva*, como veremos na sequência. Em suma, investigar a intersubjetividade significa investigar o teor qualitativo das experiências fenomênicas instituídas na indissociável relação estabelecida entre eu/tu/mundo, a tríade epistêmica fundamental, e, assim, alcançar uma espécie de meio-termo entre os dados de “primeira” e de “terceira” pessoa no âmbito dos estudos da consciência.

A fim de sustentar o argumento, começemos por buscar, então, uma delimitação mais precisa acerca do que estou chamando de mundo fenomênico, com o propósito de esclarecer porque ele é fundamentalmente compartilhado, e quem traz uma hipótese instigante sobre a questão é o biólogo alemão Jakob Von Uexküll (1934), um dos nomes mais proeminentes no campo da biossemiótica e que, entre outras coisas, apresentou-nos o fecundo conceito de *Umwelt*, cuja tradução é impossível, apenas explicável. Pois bem, grosso modo, *Umwelt* é o ambiente no qual um organismo está inserido, mas esse ambiente não é puramente físico, é o *ambiente para o organismo*, ou seja, é o mundo tal como ele é percebido e experienciado, fenomenicamente, por meio da arquitetura sensório-perceptiva do organismo. Vejamos um exemplo clássico: sabemos que os morcegos, embora possuam o sentido da visão, se valem da ecolocalização como principal “mecanismo” sensório-perceptivo, sobretudo em virtude de seus hábitos noturnos, de modo que o ambiente para ele, supõe-se, define-se mais por meio de espacialidades do que de especificidades cromáticas, por exemplo. Isso quer dizer que, embora morcegos e seres humanos compartilhem o mesmo mundo físico, em termos fenomênicos, o *Umwelt* dos morcegos é radicalmente distinto do nosso, basicamente porque as nossas

arquiteturas sensório-perceptivas são diferentes. De fato, embora este seja um exemplo contrafactual intestável, afinal, como Nagel (1974) bem pontuou, é cientificamente impossível para nós, seres humanos, entendermos “como é ser um morcego”, a ideia central do argumento é a de que a nossa percepção do mundo é o que de fato define o mundo, de modo que a experiência em “primeira pessoa”, fundamentalmente qualitativa, depende da arquitetura sensório-perceptiva do organismo que, no caso da nossa espécie, é dotada de sete sentidos básicos: visão, audição, tato, paladar, olfato, interocepção e propriocepção<sup>16</sup>. Nesses termos, o que o conceito de *Umwelt* nos sugere é que existe, sim, um denominador comum na percepção e na experiência do/no mundo que, de maneira geral, define-se pela espécie à qual pertence um determinado organismo, e isto reforça a ideia de que a experiência em “primeira pessoa” não é autônoma nem isolada, mas orgânica e fenomenicamente compartilhada.

Quem também se dedicou à apreciação do *ambiente para o organismo*, e que vale a pena fazer uma breve menção, foi o psicólogo estadunidense James Gibson (1983), que nos apresentou outro fecundo conceito: *affordance*. De maneira geral, *affordances* podem ser concebidas como contingências e configurações específicas do ambiente que organicamente conduzem os organismos nele inseridos a desenvolverem formas de ação, sejam elas para sobrevivência, bem-estar ou simples resolução de problemas. Vejamos um exemplo: se nós, seres humanos, nos depararmos com “uma pedra no meio do caminho”, podemos encará-la como um obstáculo e desenvolver possíveis planos de ação para resolvê-lo (desviar, saltar, remover), mas também podemos ver nessa contingência ambiental um adorno doméstico, um utensílio para manter a porta aberta, uma ferramenta para derrubar o fruto de uma árvore ou até mesmo uma fonte de inspiração poética. Com efeito, as possibilidades de ação são muitas, de modo que o fator decisivo na escolha irá depender não apenas da arquitetura sensório-perceptiva do organismo, mas também da sua arquitetura cognitiva, isto é, do grau de complexidade das formas de sentir, de saber e de (inter)agir desse organismo – lagartos, por exemplo, que são animais de “sangue frio”, podem simplesmente se refugiar embaixo da pedra para evitar a perda de calor e, assim, garantir a própria sobrevivência. Ou seja, o que estou tentando colocar em evidência é que a definição do conceito de *affordance*, além de estar fundamentalmente ancorada na ideia de que existe uma integração plena e dinâmica entre

---

<sup>16</sup> De acordo com a neurocientista Nazareth Castellanos (2022, p. 49-50, tradução minha): “A interocepção pode ser definida como o processo pelo qual o sistema nervoso detecta, interpreta e integra os sinais que se originam no organismo a fim de gerar um mapa interno constante e dinâmico, consciente e inconsciente, que não é exclusivo do ser humano”. A propriocepção, por sua vez, está relacionada ao sistema somatossensorial (relativo ao tato e à postura do corpo) e, portanto, diz respeito às sensações corporais, cujos “receptores sensoriais estão localizados na pele, no músculo esqueléticos, nos ossos e nas articulações, para informar o cérebro sobre as sensações e a postura corporal” (CASTELLANOS, 2022, p. 51, tradução minha).

organismo e ambiente (e esta é, com efeito, a base do princípio científico da mente corporificada), adiciona uma nova camada de complexidade na compreensão dos processos sensório-perceptivos, pois aponta para a relevância de diferentes graus de complexidade cognitiva implicados nesses processos, cujas possibilidades de ação podem ser guiadas não apenas por objetivos pragmáticos, mas também conceituais. Diante disso, voltemos a tratar, de modo mais específico, da consciência.

Como já foi dito, fato é que a consciência é constitutiva da vida, ou seja, qualquer ser vivo possui ao menos um grau mínimo de consciência, o qual responde, em seus níveis mais básicos, pela sua própria sobrevivência – por exemplo: se posicionamos, em nossas casas, uma planta longe do sol, ela gradativamente irá se contorcer em direção a ele, pois a sua sobrevivência (por meio da fotossíntese) depende disso, e este é, com efeito, um sintoma de sua consciência, ainda que ela seja “primitiva”, no sentido de que é puramente homeostática e, o mais importante, desprovida de atividade mental – voltaremos a este tópico logo adiante, quando passarmos às reflexões de António Damásio. Nesse cenário, tratar a consciência como fenômeno constitutivo da vida implica, portanto, considerar a indissociável integração entre organismo e ambiente, de modo que no epicentro desta relação está a *experiência*, a qual, como já foi dito, é condicionada pela arquitetura sensório-perceptiva desse organismo e, em última instância, pode ser qualitativamente mais rica e detalhada em organismos mais complexos, dotados de atividade mental. Na verdade, muitos estudiosos da consciência, como o neurocientista Christof Koch (2019), chegam até mesmo a dizer que “consciência é experiência [...] é a realidade vivida. É o sentido da vida em si” (KOCH, 2019, p. 19, tradução minha). Nesta obra, o objetivo de Koch é, grosso modo, divulgar e reforçar a consistência da Teoria da Informação Integrada (TII), originalmente formulada pelo neurocientista Giulio Tononi (2004, 2008), cujo propósito final é consolidar um dispositivo analítico que seja capaz de medir o coeficiente de consciência dos seres vivos. Assim, a TII é uma teoria científica da consciência que parte da experiência fenomênica, segue em direção ao funcionamento cerebral e, por meio de um complexo dispositivo analítico de caráter matemático, se propõe a medir, qualitativa e quantitativamente, o coeficiente de consciência dos seres vivos – uma proposta bastante audaciosa, que oferece uma resposta à altura do ultimato de Chalmers (1996, 2004) a respeito do dissenso na elaboração de um método científico, de caráter essencialmente objetivo, que seja capaz de articular a análise dos dados de “primeira” e de “terceira pessoa” no âmbito dos estudos da consciência. Vejamos brevemente os principais alicerces teóricos da proposta de Tononi, que justificam a afirmação de Koch (2019).

De maneira geral, a TII tem como ponto de partida cinco axiomas básicos, que determinam os fundamentos daquilo que pode ser compreendido como uma experiência consciente. São eles: (1) a experiência é *intrínseca*, ou seja, ela existe por si só, independentemente de estar sendo analisada e “validada” por um observador externo; (2) a experiência é *estruturada*, na medida em que sua composição se dá a partir de várias distinções fenomênicas implicadas, por exemplo, em noções espaço-temporais básicas como perto/longe cima/baixo, esquerda/direita, centro/periferia etc.; (3) a experiência é *informativa*, pois contém grande riqueza de detalhes específicos, como cores, formas, texturas, espacialidades; (4) a experiência é *integrada*, no sentido de que nós experienciamos esta riqueza de detalhes informativos de maneira plena, “completa”, sendo impossível, por exemplo, “recortá-los” ou “descartá-los”; e, finalmente, (5) a experiência é *definitiva*, no sentido de que a especificidade de seu conteúdo elimina tudo aquilo que não está “enquadrado” na minha perspectiva interna. Com efeito, esses axiomas apontam diretamente para as duas ideias centrais dessa seção: a primeira delas é que a experiência consciente implica a ativação de *padrões* sensório-perceptivos determinados pela estrutura corpórea do organismo, os quais, a depender do grau de complexidade cognitiva desse organismo, irão determinar diferentes níveis qualitativos dessa experiência e, claro, impactar os planos de ação mais imediatos para lidar com *affordances* variadas. Além disso, como veremos na sequência, especialmente no caso da nossa espécie, esses padrões também irão participar decisivamente daquilo que neste trabalho estou chamando de *conteúdos* experienciais (sentimentos, imagens mentais, significados linguísticos), os quais são sintomáticos da nossa capacidade de compartilhar e coordenar as nossas experiências no mundo – eis aí, portanto, as bases gerais da definição de intersubjetividade adotada nesse trabalho. Diante disso, convém agora desenvolver um pouco mais a ideia de que, em organismos cuja atividade cognitiva é mais complexa, os padrões sensório-perceptivos não apenas refletem, mas também refratam os conteúdos das experiências conscientes.

### 1.3.2 Ativação de padrões e criação de conteúdos

Começemos, pois, com algumas importantes reflexões de António Damásio (2015, 2018, 2022), cuja obra, em termos panorâmicos, se dedica a uma apreciação minuciosa do desenvolvimento onto e filogenético da nossa espécie, sobretudo a partir da identificação de momentos-chave que sinalizam a maneira pela qual, evolutivamente, os seres humanos “otimizaram” o princípio biológico da homeostase (condição para a regulação e a manutenção

da vida de todo e qualquer ser vivo) e, com isso, deram origem às mentes culturais. Em seu último livro, *Sentir e saber: as origens da consciência*, cujo título já nos antecipa a sua hipótese, Damásio resume a questão: “*Sentir* (detectar) é a [gestão regulatória] mais básica, e acredito que está presente em todas as formas de vida. *Usar a mente* é a seguinte – requer um sistema nervoso e a criação de representações e imagens, o componente crítico da mente” (DAMÁSIO, 2022, p. 24, ênfases do autor). Nesses termos, podemos sublinhar três pontos importantes: o primeiro deles é que o neurocientista português está reforçando a ideia de que todo ser vivo possui ao menos um grau básico de consciência (sentir), o qual é condicionado pela sua arquitetura sensório-perceptiva e, em última instância, responde pela sua própria sobrevivência no mundo (o exemplo da planta longe do sol, citado mais acima, ilustra isso). O segundo ponto é que, se a atividade mental implica a existência de um sistema nervoso, isto aponta diretamente não apenas para a ideia de que a estrutura e o funcionamento da nossa arquitetura sensório-perceptiva condicionam a nossa experiência do/no mundo, mas também começa a preparar o terreno para uma reflexão mais robusta sobre a nossa *arquitetura cognitiva*, ou seja, para o grau de complexidade envolvido nas nossas formas de sentir, saber, agir e interagir. Finalmente, o terceiro ponto é que se criação de imagens mentais – as quais não correspondem, é bom dizer, apenas a imagens visuais, mas a “[...] quaisquer padrões produzidos pelos canais sensoriais dominantes” (DAMÁSIO, 2022, p. 40) – é o passo seguinte ao sentir, podemos concluir que os padrões sensório-perceptivos que condicionam as nossas experiências refletem e refratam a criação das nossas imagens mentais, que representam tanto aquilo que é “interior” quanto “exterior” ao organismo, e isto é algo que avança ainda mais na compreensão do que estou chamando de arquitetura cognitiva. Sendo assim, vejamos um pouco mais de perto como Damásio explica, evolutivamente, a capacidade humana de produzir imagens mentais, às quais ele se refere em termos de imagens “mais antigas” e “menos antigas”:

Por essa interpretação, os passos que devem ter sido dados na evolução são razoavelmente claros. Primeiro, usando imagens feitas com os componentes mais antigos do interior do organismo – os processos químicos metabólicos realizados, em grande medida, em vísceras e na circulação sanguínea, bem como com os movimentos que eles geravam –, a natureza gradualmente criou sentimentos. Em segundo lugar, usando imagens feitas com um componente menos antigo do interior – a estrutura esquelética e os músculos a ela ligados –, ela gerou uma representação do envoltório de cada vida, uma representação literal da casa habitada pelo respectivo ser vivo. A combinação desses dois conjuntos de representações abriu caminho para a consciência. Em terceiro lugar, usando os mesmos dispositivos formadores de imagens e um poder inerente destas – o de representar alguma outra coisa e simbolizá-la –, a natureza desenvolveu linguagens verbais (DAMÁSIO, 2018, p. 74).

Como se vê, Damásio está recapitulando alguns dos estágios evolutivos mais importantes dos seres vivos, em especial da nossa espécie, a fim de explicar como e por que a nossa arquitetura cognitiva é tão complexa, de modo que um dos pontos centrais de sua obra (e não apenas deste excerto) repousa sobre a nossa capacidade de criar imagens mentais. Assim, num primeiro momento, ele faz questão de distinguir as imagens “mais antigas”, que são aquelas oriundas da interocepção, isto é, das atividades químicas, viscerais e sanguíneas do organismo, das “menos antigas”, que são aquelas oriundas da propriocepção, ou seja, relativas às sensações corporais e à postura, e isto é particularmente relevante porque lança luz especial sobre a natureza íntima, interna, desses dois tipos “pioneiros” de imagens que, ao serem combinadas, “abriram caminho para a consciência” e, eventualmente, participaram de modo decisivo do desenvolvimento das linguagens verbais – que, por sua vez, implicam a criação de imagens tanto internas quanto externas ao organismo (exterocepção). Além disso, outro ponto importante a destacar é que Damásio chama atenção para o fato de que as imagens da interocepção fomentaram o desenvolvimento dos sentimentos, enquanto as imagens da propriocepção fomentaram a representação mental do próprio corpo, e isto é algo que já começa a iluminar os alicerces da sua teoria da consciência, como veremos logo adiante. Com efeito, o que podemos tirar destas reflexões é que o ponto de partida da atividade mental é a estrutura corpórea do organismo, a qual condiciona os padrões sensório-perceptivos que irão fomentar e estruturar a criação de imagens mentais (um dos tipos de conteúdo da consciência) a partir das experiências desse organismo no mundo, que são vividas tanto internamente quanto em sua integração com o ambiente, sob os imperativos da homeostase. Nesses termos, é importante ir ainda mais fundo na conexão entre os padrões e os conteúdos experienciais e, para tanto, passemos a um dos tópicos mais proeminentes da obra de Damásio: o papel das emoções e dos sentimentos.

De fato, logo de cara convém chamar atenção para uma distinção importante: as emoções estão relacionadas aos *padrões*, “[...] pois consistem numa coleção de ações internas involuntárias que ocorrem em conjunto [...] desencadeadas por eventos perceptuais. As ações emotivas em geral se destinam a respaldar a homeostase” (DAMÁSIO, 2022, p. 68), enquanto os sentimentos estão relacionados aos *conteúdos*, pois “[...] são fenômenos mentais que acompanham e derivam de vários estados de homeostase do organismo, que podem ser primários (*sentimentos homeostáticos* como fome e sede, dor ou prazer) ou provocados por emoções (*sentimentos emocionais* como medo, raiva e alegria)” (DAMÁSIO, 2022, p. 68). Dito de outro modo, as emoções são dispositivos homeostáticos básicos que ativam padrões neurais a partir das nossas experiências sensório-perceptivas, desencadeando, assim, a criação de

imagens mentais, enquanto os sentimentos são a experiência mental dessas emoções, a qual é a grande responsável por conferir densidade qualitativa aos padrões neurais envolvidos nas imagens e, em última instância, ajudar a regular o organismo. Nesses termos, existe um *continuum* entre as emoções (o sentir) e os sentimentos (o saber que sente), que não apenas sinaliza a maneira pela qual o organismo sente e conhece as suas experiências no mundo, mas que também participa ativa e decisivamente de seus planos de ação e, de maneira mais ampla, garante a sua sobrevivência – e esta é, com efeito, a *hipótese do marcador somático*, que Damásio (2012) sustenta a partir de ostensivas e minuciosas investigações acerca do funcionamento cerebral da nossa espécie, bem como da análise de casos clínicos que envolvem lesões cerebrais<sup>17</sup>. Em suma, fica claro que a atividade mental implica a capacidade de criar imagens e a subsequente conexão dessas imagens à produção de sentimentos, os quais são responsáveis por conferir densidade qualitativa à experiência, pois “[...] informam à mente [...] o estado no interior do organismo ao qual essa mente pertence [...] e dão a essa mente um incentivo para agir de acordo com sinal, positivo ou negativo, de suas mensagens” (DAMÁSIO, 2022, p. 81), mas convém chamar atenção para o fato de que, na perspectiva damasiana, atividade mental não é sinônimo de consciência – na verdade, estas reflexões acerca das emoções e dos sentimentos contemplam aquilo que o autor define como *subjetividade*, a qual é concebida como o contínuo processo que faz com que as imagens mentais (perspectivadas em “primeira pessoa” e intrinsecamente conectadas aos sentimentos) se tornem “propriedade” da mente que os produz, sintetizando, com isso, o teor qualitativo, de caráter único, das nossas experiências no mundo. Nesses termos, Damásio compreende a subjetividade como um dos elementos fundamentais da consciência, mas garante que há outro igualmente fundamental: a *integração de experiências*.

De maneira geral, o segundo elemento constituinte da consciência é o responsável por organizar, temporal e espacialmente, o intenso fluxo de imagens e de sentimentos gerados a partir das nossas experiências no mundo; Damásio (2018) chega até mesmo a dizer que essa

---

<sup>17</sup> Um dos exemplos mais significativos de lesão cerebral que Damásio recorrentemente se vale para ilustrar essa hipótese é o conhecido caso de Phineas Gage, um operário da indústria ferroviária norte-americana que, em 1848, acidentalmente teve seu crânio atravessado por uma barra de metal. O caso é significativo e foi amplamente estudado por médicos e neurologistas desde então porque embora Gage tenha sobrevivido e preservado boa parte de suas funções motoras e cognitivas intactas, houve prejuízos irreversíveis às “dimensões pessoais e sociais do raciocínio” (DAMÁSIO, 2012, p. 31), que não apenas o deixaram incapaz de sentir emoções, mas também impactaram de modo profundo a sua capacidade de tomar boas decisões para si e de levar em conta certas convenções éticas e sociais na realização de suas ações – algo que foi relatado por todos aqueles que tiveram contato com Gage à época. Assim, investigando contemporaneamente o caso e valendo-se de uma reconstrução virtual da lesão de Gage em parceria com Hanna Damásio, também neurocientista, Damásio concluiu, entre outras coisas, que o papel das emoções e dos sentimentos é vital para o raciocínio, na medida em que os processos de tomada de decisão passam por uma “avaliação emocional prévia” (*hipótese do marcador somático*).

organização se dá em forma de narrativa, como num filme ou numa peça de teatro – e essa é uma metáfora muito potente, pois os elementos básicos de qualquer narrativa (agente, tempo e espaço) são os mesmos de qualquer experiência consciente. Ora, se retomarmos os axiomas de Teoria da Informação Integrada (TONONI, 2004, 2008), estes três elementos são tácitos: a experiência é intrínseca porque é perspectivada em “primeira pessoa”, propriedade mental do sujeito/agente que a vive; a experiência é estruturada porque os nossos padrões sensório-perceptivos mapeiam e absorvem certas disposições espaço-temporais do ambiente (perto/longe, cima/baixo, esquerda/direita etc.); a experiência é informativa porque o mapeamento dos detalhes (espaciais, temporais, cromáticos etc.) se reflete nos conteúdos da consciência (imagens e sentimentos); a experiência é integrada porque todos estes detalhes são projetados no “filme/palco” da consciência, em forma de narrativa; e a experiência é definitiva porque essa projeção tem os seus limites de enquadramento, tanto espaciais quanto temporais. Como se vê, o segundo elemento constituinte da consciência (a integração de experiências) não apenas vai ao encontro da formulação de Tononi, mas, em grande medida, também reforça a ideia central dessa seção, pois nos permite concebê-lo como um dispositivo intersubjetivo, isto é, que pode ser compartilhado. Dito de outro modo, se a subjetividade aponta diretamente para um sujeito, que percebe, sente e conhece suas experiências no mundo de modo intrínseco, particular e único (daí porque a sua análise científica é tão difícil), a integração de experiências, que se realiza em forma de narrativa, é um processo mental sistemático e, em grande medida, “padronizado”, pois implica, entre outras coisas, a estruturação dos conteúdos da consciência por meio da operacionalização de duas categorias constitutivas da experiência humana consciente (tempo e espaço) e, por causa disso, pode ser naturalmente compartilhada, sobretudo via linguagem – que, como já foi dito, é uma das habilidades cognitivas mais proeminentes da nossa espécie, a qual nos autoriza não apenas a desenvolver representações cognitivas do mundo, mas também a compartilhá-las, sobretudo por meio dos signos linguísticos (uma das matérias-primas dos processos de produção de sentido).

A fim de tentar explorar um pouco mais a ideia de que a integração de experiências pode ser compreendida não apenas como um processo mental interno, mas também como um dispositivo intersubjetivo, consideremos um último aspecto das formulações de Damásio, que reforçam a ideia de que os elementos básicos da narrativa (agente, tempo e espaço) são igualmente os “primitivos” de qualquer experiência consciente. Pois bem, fato é que, ao tratar da consciência, Damásio distingue dois níveis de complexidade: a *consciência central*, concebida como um fenômeno biológico simples, compartilhado com diversos outros seres vivos, que “[...] fornece ao organismo um sentido do *self* concernente a um momento – agora –

e a um lugar – aqui” (DAMÁSIO, 2015, p. 25), e a *consciência ampliada*, a qual não responde apenas pela percepção subjetiva que cria as imagens em um determinado aqui-agora, mas que “[...] fornece ao organismo um complexo sentido do *self* [...] e situa essa pessoa em um ponto do tempo histórico individual, ricamente ciente do passado vivido e do futuro antevisto, e profundamente conhecedor do mundo além desse ponto (DAMÁSIO, 2015, p. 25)”. Diante disso, há duas questões importantes que vale a pena sublinhar nessa distinção: a primeira delas é que o nível de complexidade da consciência está intimamente ancorado na profundidade do sentido do *self*, que vai desde um nível básico (*proto-self*, o qual habilita a criação das imagens “mais e menos antigas”), passa por um nível intermediário (*self* central, que media a articulação das imagens à produção de sentimentos e, com isso, consolida uma perspectiva de “primeira pessoa” em um aqui-agora) e, finalmente, alcança um nível avançado (*self* autobiográfico, que é responsável pelas nossas configurações identitárias, na medida em que articula as nossas principais habilidades cognitivas – memória, imaginação, linguagem etc. – a fim de manobrar as imposições do tempo e do espaço e, em última instância, otimizar as nossas experiências, tanto individuais quanto coletivas, no mundo); ou seja, em seu nível mais avançado, a consciência articula e operacionaliza os três elementos básicos da narrativa. Mais além, a segunda questão a ser destacada é que se a consciência ampliada implica um “complexo sentido do *self*”, responsável pelas configurações identitárias do sujeito e que se ancora, nesse viés, na memória e na linguagem, isto quer dizer que nós, seres humanos, não apenas somos capazes de acessar experiências passadas, mas também de revivê-las, de ressignificá-las e, claro, de compartilhá-las – ora, a psicoterapia, por exemplo, depende fundamentalmente deste “memorial narrativo” do sujeito que, via linguagem, revive eventos passados e projeta eventos futuros, a fim de tentar alcançar certo reequilíbrio mental e, por extensão, homeostático. Em suma, se a consciência tem dois elementos constitutivos fundamentais (subjetividade e integração de experiências) e se os seus níveis de complexidade dependem das nossas principais habilidades cognitivas, em especial da memória (para manobrar as imposições do tempo e do espaço) e da linguagem (para representar, reviver e ressignificar não apenas experiências passadas, mas a própria identidade do sujeito), é possível concluir que as nossas experiências conscientes, embora sejam intrínsecas, são estruturadas com base na nossa agentividade e nas nossas articulações e conceptualizações espaço-temporais, ou seja, funcionam como uma espécie de “narrativa mental” (eis aí a integração de experiências), a qual pode ser compartilhada, sobretudo pela via da linguagem. Vejamos brevemente como Abrantes (2010) formula a questão:

Em síntese, a consciência humana é a ciência [*awareness*] do aqui-e-agora imediato e dos objetos (incluindo outros *eus* [*selves*]) que habitam esse ambiente situado. Além disso, envolve a autoconsciência, a consciência de ser consciente. Três aspectos pertencem a esse nível de metaconsciência: o sentimento de uma agentividade de experiência expressa pela primeira pessoa (ou seja, a representação do *self* como experimentador, como o sujeito engajado na experiência), a profundidade temporal que dota o *self* de um sentido do passado e a representação do futuro, e da unidade e continuidade desta experiência; e, além disso, a ciência [*awareness*] da alteridade, dos *eus* [*selves*] dos outros e da consciência deles sobre nós mesmos (uma mudança de perspectiva sobre si mesmo). Essas características da consciência humana de ordem superior dificilmente são passíveis de observação direta, mas podem ser relatadas por meio da linguagem (ABRANTES, 2010, p. 10, tradução minha).

Como se vê, a definição de consciência proposta por Abrantes vai ao encontro dos escritos de Damásio, especialmente no que diz respeito aos níveis de complexidade do *self*, que implicam as noções de agentividade, espacialidade e temporalidade e, de maneira mais ampla, respondem por aquilo que, ecoando Edelman (2004), ela chama de “consciência de ordem superior” (ou, nos termos de Damásio, consciência ampliada). Mais além, a autora faz questão de lançar luz especial sobre a nossa capacidade de metaconsciência, a qual envolve não apenas a consciência de ser consciente, mas a “ciência da alteridade”, algo que muito nos interessa, pois aponta diretamente para a intersubjetividade que, nesses termos, se aproxima bastante da noção de *cognição social* proposta por Tomasello (2003, 2012) que vimos na seção anterior, na medida em que se ancora na ideia de que nós, seres humanos, somos capazes de reconhecer o outro como agente intencional igual a nós mesmos e, a partir disso, mobilizarmos práticas de atenção conjunta a fim de coordenar ações e, claro, representações cognitivas do mundo – algo que, em seus níveis mais sofisticados, se faz pela via da linguagem. Desse modo, uma vez mais fica claro que as nossas experiências conscientes não se restringem apenas à nossa percepção subjetiva do mundo, pois a nossa arquitetura cognitiva, sendo fundamentalmente corporificada e, portanto, interativamente integrada ao ambiente, implica a atividade e a coordenação das principais habilidades que são distintivas da nossa espécie – atenção, memória, imaginação, raciocínio, linguagem. Sendo assim, para avançarmos um pouco mais na delimitação das maneiras pelas quais a nossa espécie compartilha não apenas os padrões, mas também os conteúdos da experiência consciente, é oportuno brevemente recuperar os níveis de desenvolvimento da intersubjetividade mapeados por Zlatev (2008) que, no fim das contas, o levaram à definição do conceito adotada neste trabalho.

Fato é que, na mesma obra em que Zlatev (2008, p. 1) define a intersubjetividade como “o compartilhamento de conteúdos experienciais (sentimentos, percepções, pensamentos e significados linguísticos) entre uma pluralidade de sujeitos”, ele também faz questão de apontar, em outro momento (ZLATEV, 2008, p. 215), que há pelos três maneiras de se realizar esse

compartilhamento: por meio de formas afetivas (como nas expressões faciais), de formas perceptivas (como nas práticas de atenção conjunta) e de formas reflexivas (que se realizam em níveis cognitivos mais sofisticados e, em grande medida, são associadas às práticas linguísticas). Com isso, o autor está preparando o terreno não apenas para consolidar, em definitivo, a ideia de que a intersubjetividade é fundamentalmente corporificada, mas também para argumentar que existe uma relação íntima e indissociável entre a intersubjetividade e a *mimese corpórea* (*bodily mimesis*) – algo que vimos na seção anterior, sobretudo nos escritos de Trevarthen (1979, 2011) e de Tomasello (2003, 2012). Para sustentar o argumento, Zlatev (2008, p. 219-220) especifica cinco níveis daquilo que ele chama de “hierarquia mimética” e que, na sua visão, correspondem a cinco níveis de intersubjetividade; são eles: (1) Protomímese, que se ancora na propriocepção e na observação das ações do outro e que se manifesta, por exemplo, no espelhamento de gestos e ações que bebês recém-nascidos usam para se comunicar afetivamente (*neonatal mirroring*); (2) Mimese diádica, que implica certo controle atencional sobre os movimentos do próprio corpo e se correlaciona com os movimentos corporais de outras pessoas durante uma atividade interativa; (3) Mimese triádica, que já envolve certo domínio e compreensão do teor representacional estabelecido não apenas nos movimentos corporais, mas também nos objetos da atenção conjunta (nos termos de Trevarthen, esta capacidade sinaliza o debutar da “intersubjetividade secundária”, como vimos na seção anterior); (4) Pós-mimese relacionada à protolinguagem, que compreende os estágios iniciais de aquisição linguística; e (5) Pós-mimese ancorada no pleno domínio não somente das convenções linguísticas, mas também de toda a atividade corpórea envolvida nos processos comunicativos.

Nesses termos, ao relacionar os níveis de “hierarquia mimética” aos níveis de desenvolvimento e de maturação da intersubjetividade, Zlatev sustenta ao menos três ideias fundamentais acerca da nossa atividade cognitiva: a primeira delas é que a intersubjetividade é uma característica fundamental da cognição humana, a qual já está “habilitada” desde o nascimento e se desenvolve ontogeneticamente a partir de práticas interativas ancoradas, sobretudo, na percepção de padrões do próprio corpo e dos corpos de outrem (algo que, gradualmente, irá sofisticar o desenvolvimento e o compartilhamento de conteúdos experienciais); a segunda ideia é que a intersubjetividade alcança o seu nível mais sofisticado com o pleno desenvolvimento da linguagem, que implica o domínio de um sistema semiótico estável e socialmente compartilhado (a língua), o qual “otimiza” a transformação dos padrões corpóreos percebidos em conteúdos conceituais (e, claro, facilmente compartilháveis); a terceira ideia é que, nesses termos, o conceito de intersubjetividade se emancipa por completo daquilo que se convencionou chamar de “teoria da mente”, concepção segundo a qual nós

seríamos capazes apenas de inferir os estados mentais subjetivos de outrem, e não de experienciá-los de modo compartilhado<sup>18</sup> – ora, se a intersubjetividade está na base da nossa atividade cognitiva, é fundamentalmente corporificada, depende dos “primitivos” de qualquer experiência consciente (agente, tempo e espaço) e, em última instância, se sofisticada com o desenvolvimento da linguagem, isto quer dizer que as nossas experiências mentais subjetivas não são autônomas e isoladas, pelo contrário: desde o nascimento nós compartilhamos padrões e conteúdos que se fundamentam na nossa corporeidade e que autorizam a co-experienciação do/no mundo. Em suma, Zahavi e Overgaard (2020) sintetizam com precisão essa ideia:

Com efeito, para entender outras pessoas, não preciso primeiramente entrar em suas mentes; em vez disso, devo prestar atenção ao mundo que já compartilho com elas. Dito de outro modo: ao buscar entender as razões e os motivos do outro, não devemos esquecer que a nossa percepção do outro, como outro agente, nunca é a de uma entidade existente fora de uma situação, mas a de um agente no meio de um contexto pragmático que lança luz sobre as intenções desse agente. [...] De fato, como muitos fenomenólogos insistiriam, uma explicação adequada da intersubjetividade requer uma análise da relação entre a subjetividade e o mundo. Ou seja, não é satisfatório simplesmente inserir a intersubjetividade em algum lugar dentro de uma estrutura metafísica já estabelecida; as três dimensões “eu” [*self*], “outros” e “mundo” são indissociáveis [*belong together*]; elas se iluminam reciprocamente e só podem ser totalmente compreendidas em sua interconexão (ZAHAVI; OVERGAARD, 2020, p. 4, tradução minha).

Como se vê, Zahavi e Overgaard não estão apenas ecoando a definição fenomenológica da intersubjetividade, que aponta para o fato de que na base das nossas experiências conscientes está a tríade epistêmica fundamental (eu/tu/mundo), mas também estão reforçando a ideia de que o compartilhamento dos conteúdos experienciais é muito mais orgânico e instintivo do que está previsto no *hard problem* da consciência, na medida em que a nossa atividade cognitiva, como um todo, implica não apenas a integração plena e interativa com o ambiente, mas também envolve, de maneira fundamental, as nossas relações afetivas, reflexivas e comunicativas com outros sujeitos, por meio das quais nós coordenamos o funcionamento das nossas habilidades mais proeminentes – como percepção, atenção, memória, raciocínio, linguagem. Com isso em mente, já podemos, então, avançar um pouco mais na apreciação das maneiras pelas quais esses compartilhamentos se realizam, mas, antes, convém reforçar duas questões importantes: a primeira delas é que as nossas experiências no mundo são condicionadas pela nossa arquitetura sensorio-perceptiva e, de maneira mais ampla, pela nossa arquitetura cognitiva, e isto implica a ativação de certos padrões experienciais que se refletem nos conteúdos da consciência; a segunda questão é que uma das formas mais sofisticadas de promover esse compartilhamento

---

<sup>18</sup> Cf. Fodor (1992).

experencial, como nos mostra Zlatev (2008), é por meio da linguagem, e não apenas porque ela cumpre um papel fundamental na comunicação humana, mas também porque nos habilita a representar cognitivamente as nossas experiências no mundo e, em última instância, tem participação decisiva nos nossos processos de produção de sentido, que compreende desde os níveis mais básicos de atenção conjunta até o desenvolvimento de conceitos complexos e abstratos. Diante disso, vejamos um pouco mais de perto o papel da linguagem no compartilhamento de padrões e conteúdos experienciais.

### *1.3.3 O papel da linguagem no compartilhamento de padrões e conteúdos*

Começamos pelas contribuições de Lakoff e Johnson que, entre outras coisas, sistematizaram uma das teses mais fecundas no âmbito das ciências cognitivas, a qual, resguardadas as devidas proporções, sobrevive ainda hoje: “o nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45). Fato é que a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) simboliza um notório avanço tanto nos estudos da mente quanto da linguagem, pois não apenas reciclou a definição de metáfora – a qual, desde a Antiguidade, era concebida como um “ornamento”, uma modesta figura de linguagem que fatalmente implicava um desvio lógico, uma espécie de “transgressão semântica” e, por causa disso, de uma perspectiva epistêmica, era tratada como uma possível fonte de “erro” – mas também a alçou ao patamar de “operação cognitiva por excelência”, intimamente conectada à percepção, à imaginação, ao raciocínio, à criatividade e, claro, à linguagem. Com efeito, o que a tese central de Lakoff e Johnson sustenta é que a metáfora, ou melhor dizendo, o processamento metafórico está na base do modo como nós sentimos, sabemos, agimos e interagimos, ou seja, sustenta a ideia de que a metaforização é um dos processos mais básicos e orgânicos da nossa atividade cognitiva, na medida em que organiza e estrutura, linguística e cognitivamente, as nossas experiências cotidianas no mundo. Nesse cenário, a TMC defende, em seu dispositivo analítico, um funcionamento binário da metaforização, que articula a estruturação linguística e cognitiva de um domínio conceitual (alvo), o qual compreende as propriedades e as características concretas das nossas experiências físicas e situadas de um corpo-no-mundo, em termos de outro (fonte), que contém as memórias de experiências previamente vividas/imaginadas. Isto fica particularmente claro quando os autores esclarecem os três principais tipos de metáfora (estruturais, orientacionais e ontológicas) e oferecem numerosos exemplos para ilustrar o funcionamento de cada uma delas, começando pelas *metáforas estruturais*, que são apontadas como as mais ricas e potentes, pois

não apenas estruturam um conceito em termos de outro, mas, de maneira geral, são responsáveis pela própria estruturação do nosso sistema conceitual, como um todo. Assim, temos o exemplo da metáfora *discussão é guerra*, no qual a discussão é o domínio alvo, pois corresponde à experiência corpórea e situada que será (re)estruturada nos termos de uma guerra (domínio fonte), o conhecimento prévio de uma experiência já vivida/imaginada e conceitualmente estruturada, de modo que a realização linguística da metáfora sinaliza a sua realização experiencial, pragmática. Nos termos de Lakoff e Johnson (2002, p. 47): “não somente *falamos* sobre discussão em termos de guerra. Podemos realmente ganhar ou perder uma discussão. Vemos as pessoas com quem discutimos como um adversário. Atacamos suas posições e defendemos as nossas”.

Outro tipo de processo metafórico apresentado pelos autores e que vai ao encontro de grande parte do que já foi dito nesta seção é o das *metáforas orientacionais*, que se diferem das anteriores na medida em que “[...] não estrutura[m] um conceito em termos de outro, mas que, ao contrário, organiza[m] todo um sistema de conceitos em relação a um outro [...] e que tem a ver com a orientação espacial do tipo: para cima-para baixo, dentro-fora [...]” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 59). Com efeito, esse é o tipo de metáfora mais fundamentalmente ancorado na nossa estrutura corpórea e nas nossas percepções do ambiente físico – inclusive, esta ideia é a mesma do segundo axioma (a experiência é estruturada) da formulação de Tononi (2004, 2008). Para ilustrar este funcionamento, os autores apresentam as metáforas *feliz é pra cima* e *triste é pra baixo*, que participam de uma sistematicidade metafórica capaz de gerar exemplos como *saúde é pra cima* e *doença é pra baixo*, ou *mais é pra cima* e *menos é pra baixo*. Finalmente, outro tipo de processo metafórico apresentado pelos autores é o das *metáforas ontológicas*, que nos permitem compreender “[...] eventos, atividades, emoções, ideias etc. como entidades e substâncias” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 76), algo que é extremamente útil na categorização, na referenciação e até mesmo na quantificação de certas experiências que não envolvem objetos físicos, materiais. Um exemplo clássico é o de que *a mente é uma máquina*, que nos permite fazer referência à complexa atividade biológica (química, física, elétrica) que se passa em nossos cérebros (esse sim, um “objeto”) em termos de uma entidade. Em suma, o que a formulação de Lakoff e Johnson faz, entre outras coisas, é sistematizar a ideia de que a linguagem reflete e refrata a estrutura conceitual do pensamento, o qual, por sua vez, se desenvolve a partir de padrões sensório-perceptivos (condicionados pela estrutura do nosso corpo e pelas nossas interações no mundo) e de padrões conceituais (adquiridos, sobretudo, no ambiente sociocultural ao qual pertencemos) que abastecem,

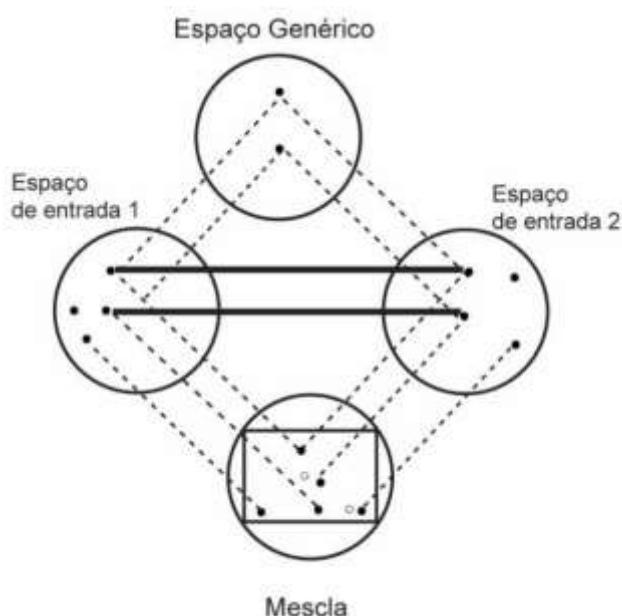
organizam e estruturam os conteúdos experienciais que nós compartilhamos com outros sujeitos, sobretudo via linguagem.

A Teoria da Metáfora Conceptual, portanto, sem dúvidas é um grande marco no desenvolvimento das ciências cognitivas, mas é importante reconhecer que a sua formulação original, datada de 1980, padece de certas limitações teórico-metodológicas, sobretudo no que diz respeito a um maior detalhamento não apenas do processo metafórico em si, mas também da complexidade de sua realização nas práticas de linguagem – algo que envolve considerar, por exemplo, o contexto situacional, os conhecimentos compartilhados, as intenções dos sujeitos, as implicações pragmáticas etc. – e, por causa disso, naturalmente foi alvo de muitos desdobramentos e reformulações, inclusive dos próprios autores. Além disso, há muitas outras formulações teóricas bastante fecundas no âmbito das ciências cognitivas que mantêm grande diálogo com a tese de Lakoff e Johnson, mas que se distanciam dela em alguns pontos importantes, como é o caso da Teoria da Integração Conceitual, proposta por Fauconnier e Turner (2002), a qual também concebe o funcionamento linguístico e cognitivo das nossas experiências a partir da ideia da projeção entre domínios conceituais, mas se desvia do binarismo estipulado no dispositivo analítico da TMC (domínio fonte/domínio alvo) e, o mais importante, não presta tributo incondicional ao processamento metafórico, ou seja, não compreende a metáfora como a “operação cognitiva por excelência”, e sim a *integração conceitual*. Nesses termos, é relevante pontuar, de maneira breve, a base teórico-metodológica da tese de Fauconnier e Turner, pois ela simboliza mais um importante avanço na compreensão da nossa atividade cognitiva e, talvez se possa dizer, aprimora a tese de Lakoff e Johnson.

Pois bem, logo de cara convém apontar que a Teoria da Integração Conceitual é uma espécie de “segunda fase” da Teoria dos Espaços Mentais, originalmente elaborada por Fauconnier (1994), mas aprofundada na sua parceria com Turner. De maneira geral, Fauconnier (1994, p. 16, tradução minha) define os espaços mentais como “[...] construtos distintos das estruturas linguísticas, mas construídos em qualquer discurso de acordo com diretrizes fornecidas pelas expressões linguísticas”, ou seja, os espaços mentais são construtos representacionais temporários e parciais de objetos e entidades, os quais são criados a partir dos índices linguísticos (*space builders*) que compõem um discurso situado, de modo que os domínios conceituais, nesses termos, correspondem aos conhecimentos prévios dos sujeitos e que, no fim das contas, são responsáveis pela estruturação dos espaços mentais. Sendo assim, o avanço desta formulação é incluir uma incipiente preocupação com a situação comunicativa, com os conhecimentos compartilhados e com aquilo que Fauconnier denominou “função pragmática”, a qual é responsável por “autorizar” e dar coerência à projeção entre os domínios

conceituais – que, diga-se de passagem, permanece binária: Espaço base e Espaço de representação. De todo modo, o verdadeiro avanço teórico se materializa, de fato, na obra desenvolvida em parceria com Mark Turner (FAUCONNIER; TURNER, 2002), que apresenta uma sistematização ainda mais profunda da projeção conceitual porque finalmente consegue se desvincular do binarismo ao inaugurar a ideia da integração conceitual (*conceptual blending*), a qual se realiza a partir de quatro espaços essenciais: dois Espaços de entrada, o Espaço genérico e, claro, o Espaço-mescla. Nesse viés, os dois Espaços de entrada são criados a partir das estruturas linguísticas mobilizadas no discurso, de modo os seus elementos constitutivos passam a ser mapeados entre si por meio de relações de relevância e contraparte e, com isso, instituem o Espaço genérico, o qual organiza e estrutura o mapeamento desses elementos. Finalmente, os elementos mapeados e estruturados se combinam e se projetam no Espaço-mescla, que emerge da integração conceitual desses elementos, “finalizando”, assim, o processo de produção de sentido que compõe esta complexa rede de integração. Segue abaixo o modelo diagramático proposto pelos autores:

**Figura 1. Rede de integração conceitual**



**Fonte:** Fauconnier e Turner (2002, p. 46)

Como se vê, a Teoria da Integração Conceitual confere maior densidade e detalhamento a uma explicação científica acerca do funcionamento conceitual da nossa atividade cognitiva e, assim como a formulação de Lakoff e Johnson, confere destaque especial à íntima relação que existe entre experiência, pensamento e linguagem, mesmo não compreendendo a metáfora

como “operação cognitiva por excelência”. De todo modo, não há como negar que a metaforização é uma operação cognitiva fundamental e que as metáforas linguísticas são pervasivas nos nossos discursos cotidianos, especialmente quando prestamos atenção às suas “virtudes retóricas”, que não apenas facilitam a compreensão de certos conceitos mais complexos ou abstratos, mas também, como diria Aristóteles (2015), suscitam emoções e persuadem com elegância. Ou seja, mesmo que a metáfora não seja a “metonímia” da nossa atividade cognitiva, sem dúvidas ela é uma das operações mais básicas, proeminentes e pervasivas tanto do pensamento quanto da linguagem. Dito isso, a fim de encerrar a seção, importa agora apresentar a abordagem semiótico-cognitiva da metáfora apresentada por Brandt e Brandt (2005), que materializa outros avanços significativos na compreensão do fenômeno, sobretudo porque consegue articular com grande eficiência as teses de Lakoff e Johnson (2002) e de Fauconnier e Turner (2002), preenchendo, com isso, praticamente todas as “lacunas” teórico-metodológicas remanescentes, ao apresentar um modelo claro, detalhado e muito bem fundamentado daquilo que ficou nomeado de *arquitetura dos espaços*.

De maneira geral, o modelo proposto por Brandt e Brandt (2005) resulta de um estudo atento e minucioso da fundamentação teórica e, sobretudo, do dispositivo analítico tanto da Teoria da Metáfora Conceptual quanto da Teoria da Integração Conceitual, de modo que não foi à toa que os autores dedicaram nada menos do que duas (do total de cinco) seções do artigo a fim de apontar as inconsistências e as imprecisões de ambas. Nesses termos, convém destacar dois apontamentos críticos mais relevantes: o primeiro deles é o fato de que muitos exemplos apresentados nas duas teorias foram “fabricados”, e não coletados empiricamente, a fim de ilustrar e dar sustentação às suas respectivas teses – algo que é particularmente visível no caso da Teoria da Metáfora Conceptual, acusada, inclusive, de certa tautologia, na medida em que justifica a existência da metáfora conceptual em razão de sua realização na metáfora linguística, mas também diz que a metáfora linguística é resultado da metáfora conceptual. O segundo apontamento crítico está igualmente relacionado à ausência da análise de exemplos empíricos, na medida em que Brandt e Brandt reconheceram, entre outras coisas, que tanto as formulações de Lakoff e Johnson quanto as de Fauconnier e Turner chegaram a muitas conclusões acertadas a respeito dos efeitos de sentido supostamente alcançados por meio dos processos de metaforização e de integração conceitual, respectivamente, mas também notaram que parte destas conclusões não possuía respaldo teórico e, muito menos, metodológico, ou seja, Brandt e Brandt notaram que alguns dos acertos desses autores eram mais “intuitivos” do que técnicos, pois a fundamentação teórico-metodológica de ambas as teorias não era capaz de sustentá-los, basicamente porque elas prescindiam de etapas analíticas imprescindíveis. De fato, a produção

de sentido é um fenômeno extremamente complexo, o qual envolve não apenas dimensões conceituais e linguísticas, mas também fenomênicas, situacionais, discursivas e pragmáticas, que só podem ser adequadamente avaliadas a partir de dados empíricos, e é justamente aí que repousa a grande contribuição de Brandt e Brandt.

Sendo assim, o preenchimento dessas etapas analíticas imprescindíveis é o que de fato fundamenta o modelo da arquitetura dos espaços, o qual amplia sobremaneira a “rede de integração conceitual” prevista por Fauconnier e Turner a fim de explicar o funcionamento da metaforização – e, mais especificamente, avaliar os efeitos de sentido da metáfora *esse cirurgião é um açougueiro*<sup>19</sup>. Para tanto, num primeiro momento, Brandt e Brandt fazem questão de apontar que o ponto de partida dos processos de produção de sentido é a interação entre sujeitos que, engajados em uma atividade comunicativa específica, experienciam um evento no mundo de modo compartilhado. Nesses termos, a arquitetura dos espaços começa a se desenvolver a partir do que os autores chamaram de *espaço base semiótico*, o qual é composto por três camadas: a primeira corresponde propriamente à interação empírica entre sujeitos, que se realiza como um evento específico e situado (segunda camada: contexto situacional) em um mundo fenomênico intersubjetivamente compartilhado (terceira camada), o qual compreende tudo aquilo que pode se tornar objeto do pensamento e do dizer. Assim, no interior do espaço base semiótico, o processo metafórico se dá por meio de um ato de fala direcionado ao interlocutor, que ativa a construção do *espaço de apresentação*, o qual corresponde à experiência que será metaforizada com base em outra experiência, que corresponde ao *espaço de referência*. O compartilhamento das características e propriedades dos elementos que compõem esses dois espaços cria, então, o *espaço virtual*, que mescla esses elementos. Mesmo assim, o processo ainda não está finalizado, pois quem constrói uma metáfora, além de desenvolver uma estratégia discursiva, quer produzir um efeito pragmático no interlocutor, de modo que o efeito final de sentido depende desse caráter intencional que, em última instância, aponta diretamente para diferentes graus de relevância situacional e argumentativa. Dito isso, vejamos mais de perto como os autores analisam a metáfora *esse cirurgião é um açougueiro*.

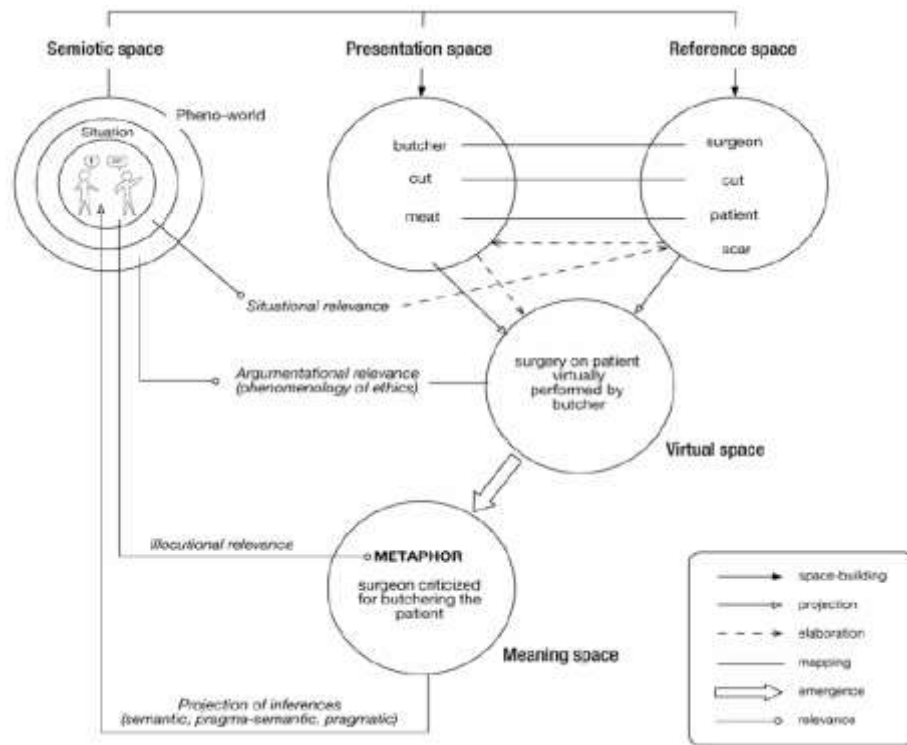
Como já foi dito, o processo semiótico-cognitivo envolvido na metáfora se inicia com a interação verbal entre sujeitos, no núcleo do *espaço base semiótico*, por meio do ato expressivo de um locutor direcionado ao interlocutor, o qual se realiza em uma situação comunicacional específica – nesse caso, uma pessoa recém-operada, que tem uma cicatriz indesejada, está em

---

<sup>19</sup> Essa metáfora foi estrategicamente extraída da discussão proposta por Grady, Oakley e Coulson (1999), que também aproximam as teses da Teoria da Metáfora Conceptual e da Teoria da Integração Conceitual.

um hospital – em um mundo fenomênico intersubjetivamente compartilhado pelos sujeitos, o qual pressupõe o conhecimento sobre cirurgiões e açougueiros que irá licenciar a construção dos espaços mentais necessários à interpretação da metáfora. Sendo assim, o ato de fala locucional, devidamente situado e enquadrado em domínios conceituais específicos do mundo fenomênico, ativa a construção do *espaço de apresentação*, no qual está previsto tudo o que configura um açougueiro, e do *espaço de referência*, no qual está previsto tudo o que configura um cirurgião, que será co-referenciado com o interlocutor do ato expressivo. Essa construção referencial, então, ocorre por meio de um mapeamento entre os espaços mentais que é afetado, por um lado, por um *frame* de relevância situacional que atravessa os dois espaços e se projeta no *espaço virtual* e, por outro, por um *frame* de relevância argumentativa originário da esfera do mundo fenomênico; ou seja, a projeção conceitual que cria o *espaço virtual* está sujeita a um duplo filtro de relevância, que mapeia, entre os conhecimentos gerais a respeito de açougueiros e cirurgiões, as características mais relevantes para a projeção que irá compor a metáfora, de modo que, nesse *espaço virtual*, cria-se, virtualmente, uma cirurgia em um paciente que foi realizada por um açougueiro, tendo em vista a atuação dos *frames* de relevância. Mais além, como a construção da metáfora visa gerar um efeito pragmático sobre o interlocutor, o *espaço mescla* no qual emerge o efeito de sentido metafórico é afetado por um *frame* de relevância ilocucional (acusação de inabilidade/incompetência do cirurgião) e, assim, finalmente o processo metafórico é concluído: o cirurgião está sendo criticado por ter retalhado o paciente. Nesses termos, cabe ao interlocutor projetar inferências sobre qual é o efeito pragmático desejado pelo produtor da metáfora; isto é, o que ele deve falar ou fazer diante da crítica de seu amigo “retalhado”? Segue abaixo o diagrama elaborado pelos autores que ilustra todo o processo:

**Figura 2. Diagrama analítico da metáfora "este cirurgião é um açougueiro"**



**Fonte:** Brandt e Brandt (2005, p. 239)

Como se vê, a abordagem semiótico-cognitiva da metáfora apresentada por Brandt e Brandt consegue aproveitar os pontos fortes tanto das teses de Lakoff e Johnson quanto de Fauconnier e Turner e, ao mesmo tempo, solucionar muitos de seus principais pontos fracos, pois acrescenta camadas analíticas que preenchem importantes lacunas teórico-metodológicas, especialmente no que diz respeito a uma preocupação maior com a situação comunicativa real, com os conhecimentos compartilhados, com as intenções dos sujeitos e com as implicações pragmáticas desencadeadas pelo processamento metafórico que, nesses termos, se realiza via integração conceitual. Além disso, este modelo da arquitetura dos espaços é plenamente coerente ao conceito de intersubjetividade adotado neste trabalho, pois oferece um método claro e sistemático que, em grande medida, pode facilitar o mapeamento daquilo que estou chamando de padrões (especialmente os conceituais) e de conteúdos (sentimentos, imagens mentais, significados linguísticos) experienciais que compartilhamos de modo intersubjetivo, sobretudo pela via da linguagem. Por causa disso, em alguma medida o modelo será aproveitado na parte analítica deste trabalho, embora não responda por todos os procedimentos metodológicos que serão necessários à apreciação do objeto selecionado para análise – algo que será devidamente esclarecido no terceiro capítulo. Sendo assim, diante de tudo o que foi dito até aqui, importa agora encerrar a seção e recapitular os pontos-chave deste primeiro capítulo.

## 1.4 Conclusões

O propósito deste primeiro capítulo da pesquisa foi sustentar a tese de que a intersubjetividade, compreendida como o *compartilhamento de padrões e conteúdos experienciais*, pode ser posicionada no eixo central da investigação sobre a atividade cognitiva humana, ou seja, sobre o modo como a nossa espécie sente, conhece, age e interage no mundo. Para tanto, as três seções que compõem o capítulo foram estruturadas de maneira paciente, gradual e complementar: na primeira seção, recapitulamos alguns estágios importantes do desenvolvimento das práticas filosóficas e científicas a fim de mostrar como o ancestral desequilíbrio entre as concepções de sujeito e de objeto do conhecimento não apenas sintetiza boa parte da “odisseia semântico-existencial” da nossa espécie, mas também está na base do “problema por excelência” das ciências cognitivas (a consciência) e, o mais importante, é o que motivou a primeira formulação científica do conceito de intersubjetividade, sistematizado por Husserl precisamente com o objetivo de tentar dissolver esse desequilíbrio ancestral e que, no fim das contas, acabou promovendo um impulso ímpar a uma importantíssima mudança de princípio científico: do dualismo cartesiano corpo/mente à mente corporificada. Na segunda seção, vimos algumas das principais interpretações, aplicações e reformulações do conceito de intersubjetividade nos territórios da psicologia e da linguística, com o propósito de avançar na compreensão acerca do funcionamento da nossa atividade cognitiva, especialmente no que diz respeito à participação da linguagem e do pensamento na construção do conhecimento, e, assim, nos aproximamos um pouco mais do conceito de intersubjetividade adotado neste trabalho, na medida em que foi possível deixar claro que a natureza humana é fundamentalmente social e se vale do compartilhamento e da coordenação de suas experiências não apenas para sobreviver, mas também para otimizar a nossa condição no mundo. Finalmente, na terceira seção, que é o verdadeiro núcleo conceitual do capítulo, verticalizamos a apreciação do conceito de intersubjetividade a fim de esclarecer, de maneira detalhada e bem fundamentada, não apenas quais são os principais padrões (sensório-perceptivos, emocionais, conceituais) e conteúdos (imagens mentais, sentimentos, significados linguísticos) das nossas experiências conscientes, mas também como somos capazes de compartilhá-los (afetiva, perceptiva e reflexivamente), lançando luz especial sobre o papel da linguagem, compreendida como uma das nossas mais proeminentes habilidades cognitivas. Diante deste percurso, portanto, é possível concluir que (1) a intersubjetividade, de uma perspectiva ontológica, é um dos traços mais distintivos da nossa espécie, a qual depende fundamentalmente da coletividade, do compartilhamento e da coordenação de pensamentos e ações não apenas para garantir a própria sobrevivência, mas

também para otimizar as nossas experiências no mundo; (2) a intersubjetividade, de uma perspectiva epistemológica, é parte integrante do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva, a qual é fundamentalmente corporificada, na medida em que implica a plena e interativa integração com ambiente e, claro, das relações afetivas, reflexivas e comunicativas com outros sujeitos; (3) a intersubjetividade se desenvolve gradualmente à medida que nós sofisticamos a operacionalização dos padrões (sensório-perceptivos, emocionais, conceituais) ativados nas nossas experiências corpóreas e sociais no mundo em conteúdos mentais (imagens, sentimentos, significados linguísticos), algo que é substancialmente impulsionado pela maturação da linguagem e, em última instância, faz com que o compartilhamento desses conteúdos seja feito de maneira cada vez mais fluida e precisa; (4) a intersubjetividade, enfim, tem grande potencial para ajudar na resolução do *hard problem* da consciência, pois simboliza uma espécie de meio-termo entre os dados de “primeira” e de “terceira pessoa”.

## CAPÍTULO 2: REVOLUÇÃO ALGORÍTMICA

Este capítulo se destina a caracterizar a Revolução Algorítmica, compreendida como um fenômeno sociocognitivo contemporâneo facultado pelo intenso desenvolvimento tecnológico dos últimos setenta anos e operacionalizado por meio da arquitetura algorítmica que é constitutiva do funcionamento dos dispositivos, sistemas e plataformas digitais que utilizamos para otimizar boa parte das nossas atividades cotidianas mais básicas (ter acesso à informação, conversar, fazer uma compra, se locomover etc.), a qual, como veremos, exerce notável influência sobre as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir em sociedade, pois reflete e refrata os padrões e os conteúdos experienciais compartilhados intersubjetivamente pelos usuários no ambiente digital. Para tanto, o capítulo se divide em duas seções: na primeira, iremos revisitar de maneira breve e sucinta alguns fatores-chave que estão na base do surgimento das ciências da computação, tanto no que diz respeito aos seus fundamentos lógico-matemáticos quanto no que diz respeito aos seus fundamentos cognitivos, lançando luz especial sobre a metáfora “pensar é computar”. Nesses termos, a ideia é mostrar que o desenvolvimento das ciências da computação sempre esteve fundamentalmente ancorado no conhecimento sincronicamente disponível acerca da cognição humana, incluindo aí os seus avanços mais recentes e sofisticados (a exemplo da Inteligência Artificial), de modo que é precisamente isto que justifica o impacto sociocognitivo que apontei acima. Na sequência, a segunda seção tem um duplo propósito: (1) identificar os três pilares básicos da Era Digital, especificamente em sua dimensão *online* (coleta/armazenamento de dados, análise de dados e aprendizagem de máquinas) e relacioná-los a três conceitos fundamentais no âmbito das ciências da computação (*Big data*, *Data mining* e *Machine learning*), a fim de avançar na apreciação do funcionamento algorítmico que subjaz a estrutura do ambiente digital e que autoriza um perfilamento cirúrgico dos usuários da internet; e (2) mapear algumas das principais *affordances* virtuais da rede social *Twitter/X* a fim de mostrar como elas não apenas conduzem as relações intersubjetivas que se desenvolvem no ambiente virtual, mas também contribuem para impulsionar um tipo de coesão social fragmentária, que fortalece a unidade de determinados grupos sociais ao mesmo tempo em que recrudesce o antagonismo *nós/eles* – algo que, como veremos no terceiro capítulo, produziu impactos nocivos ao funcionamento social, especialmente na esfera política brasileira. Em suma, o propósito desse capítulo é mostrar que o desenvolvimento tecnológico não é apenas pervasivo nas nossas atividades cotidianas, mas também, e sobretudo, foi capaz de produzir impactos significativos sobre as nossas emoções, as nossas (inter)ações e o nosso comportamento em sociedade, como um todo.

## 2.1 Resolução de problemas: computação, pensamento, cognição

### 2.1.1 Pensar é computar: fundamentos lógico-matemáticos das ciências da computação

Pensar (v): 1. (*t.d.*, *t.i.*, *int.*) Submeter (algo) ao processo de raciocínio lógico; ter atividade psíquica consciente e organizada; exercer a capacidade de julgamento, dedução ou concepção; refletir sobre, ponderar, pesar; 2. (*t.d.*, *t.i.*) Determinar pela reflexão; 3. (*t.i.*) Formar imagem mental de [...] (HOUAISS, 2001, p. 2178).

Computação (s.f.): ação ou efeito de computar. 1. Cômputo, cálculo, contagem; operação matemática ou lógica realizada por regras práticas preestabelecidas (HOUAISS, 2001, p. 780)

“Pensar é computar”. Eis aí a metáfora que, embora seja fundamentalmente equivocada, está na base do surgimento das ciências da computação e, em última instância, justifica o extraordinário desenvolvimento tecnológico que revolucionou praticamente todos os campos da atividade humana, especialmente nos últimos setenta anos. Na verdade, convém reconhecer que a hipótese de que o pensamento humano pode ser compreendido como uma série de processos mentais que se realizam, sobretudo, por meio de operações lógicas a fim de “resolver problemas”, tanto práticos quanto conceituais, não é nenhuma novidade; desde os pré-socráticos o exercício da razão é considerado não apenas o epítome da produção do conhecimento humano, mas também aquilo que verdadeiramente nos distingue dos demais seres vivos e, de fato, não há como negar que existe aí algum grau de procedência. No entanto, como vimos no capítulo anterior, a complexidade do pensamento humano não se restringe à nossa capacidade de usar a razão para produzir conhecimento, tampouco se explica com base em operações lógicas cujo propósito é alcançar a resolução de problemas, mas depende fundamentalmente da nossa arquitetura sensorio-perceptiva e, acima de tudo, da nossa arquitetura cognitiva, e isto quer dizer que o raciocínio lógico, no fim das contas, é “somente” uma das habilidades cognitivas que a nossa espécie possui, figurando ao lado, por exemplo, da percepção, da atenção, da memória, da imaginação, da linguagem etc. De qualquer forma, a metáfora-tese que alavancou o desenvolvimento das ciências da computação (que, é bom lembrar, fazem parte do conjunto de disciplinas científicas especializadas conhecido hoje como ciências cognitivas) sem dúvida tem os seus méritos, especialmente quando consideramos os extraordinários produtos e resultados que por meio dela alcançamos, de modo que, nesse início de seção, convém lançar luz sobre alguns dos principais fatores que, historicamente, facultaram a sua produtiva aplicação científica, a fim de prepararmos o terreno para uma apreciação mais consistente acerca do desenvolvimento da tecnologia e, mais à frente, acerca dos seus

significativos efeitos sobre a nossa atividade cognitiva e sobre o funcionamento das sociedades contemporâneas, como um todo.

Pois bem, em termos panorâmicos, parece seguro dizer que o surgimento das ciências da computação, como as conhecemos hoje, está ancorado em ao menos quatro fatores históricos principais que, entre outras coisas, licenciaram e consolidaram a metáfora-tese de que “pensar é computar”. São eles: (1) a generalizada adoção do princípio da *dualidade corpo/mente*, o qual não apenas condicionou as práticas científicas e filosóficas até a Contemporaneidade, mas é também o grande responsável pelo ancestral desequilíbrio entre sujeito e objeto do conhecimento de que já tratamos anteriormente, e que, em termos epistêmicos, fundamentou a concepção (equivocada) de que o pensamento humano se realiza por meio da percepção e da apreensão dos fenômenos externos do mundo que, via representação mental, são “internalizados” e processados pelos sujeitos; (2) uma enfática e persistente tendência à “matematicalização” da natureza ( $\Phi\Upsilon\varsigma\iota\varsigma$ ), incluindo aí a natureza humana, a qual, como também já vimos, sempre foi preocupação da filosofia, mas que, a partir de Galileu e Newton, com o advento e a consolidação da física mecânica, assumiu centralidade praticamente absoluta no desenvolvimento das práticas científicas e até hoje figura como um empecilho aparentemente incontornável para a resolução do problema de consciência, por exemplo; (3) a plena simbiose entre a lógica (sobretudo a aristotélica) e a matemática, amplamente atribuída às reflexões de George Boole, matemático britânico do século XIX, cuja obra não apenas é a grande responsável por “emancipar” a construção e a análise de proposições lógicas dos territórios da semântica da palavra e, com isso, “universalizar” o processamento de operações lógicas por meio dos símbolos matemáticos, mas também apresenta uma “teoria funcional da mente” bastante inovadora para a sua época; e, finalmente, (4) as decisivas contribuições de Alan Turing, outro brilhante matemático britânico que, no início do século XX, sustentou a tese de que seria “[...] possível executar operações computacionais sobre a teoria dos números por meio de uma máquina que tenha embutida as regras de um sistema formal” e cujo resultado foi “[...] a construção de uma conceituação matemática da noção de *algoritmo*, uma noção que ele modelou baseando-se nos passos que um ser humano dá quando executa um determinado cálculo ou cômputo” (FONSECA FILHO, 2007, p. 75), sendo, por causa disso, amplamente considerado por muitos estudiosos como o “pai da computação”. Diante disso, como os dois primeiros fatores, em grande medida, já foram bastante discutidos no capítulo anterior, importa agora nos concentrarmos nos dois últimos e, para tanto, comecemos por uma breve apreciação do modo como George Boole compreende a relação entre pensamento e linguagem:

Que a linguagem é um instrumento da razão humana, e não apenas um meio para a expressão do pensamento, é uma verdade comumente admitida (...). [Nesse tratado] não será necessário entrar na discussão daquela famosa questão das escolas, se a linguagem deve ser considerada um instrumento essencial de raciocínio, ou se, por outro lado, é possível a nós raciocinar sem sua ajuda. Suponho que esta questão esteja fora do propósito do presente tratado, pela seguinte razão (...) o negócio da Ciência é investigar leis; e, quer consideremos os signos como representantes das coisas e de suas relações, quer como representantes das concepções e operações do intelecto humano, ao estudar as leis dos signos, estamos de fato estudando as leis manifestas do raciocínio (BOOLE, 2017, p. 17, tradução minha).

Como se vê, Boole claramente está se valendo do princípio científico da *dualidade corpo/mente*, o qual, como já foi dito, compreende o funcionamento da nossa atividade cognitiva como sendo o processamento (interno) das representações mentais que nós fazemos do mundo (externo), mas é possível notar que a sua interpretação deste princípio concebe a linguagem humana não apenas como um recurso epistêmico que nos possibilita representar o mundo e as coisas, e sim como o *modus operandi* do pensamento, cujas regras e funcionalidades condicionam o nosso raciocínio, e isto já é por si só algo bastante inovador para a sua época, pois, como vimos no capítulo anterior, durante séculos a linguagem foi tratada como “expressão do pensamento”. Mais além, também é importante chamar atenção para o fato de que Boole, compreendendo os símbolos matemáticos como parte constituinte da linguagem humana, se propôs a tentar descrever da maneira mais precisa possível (ou seja, por meio da matemática), como se dá o funcionamento das nossas operações mentais, as quais, na sua visão, dependem das regras que condicionam o uso daquilo que ele chama de *símbolos literais*, que representam as coisas que percebemos no mundo, dos *sinais de operação*, que representam as “operações da mente por meio das quais as concepções das coisas são combinadas ou resolvidas de modo a formar novas concepções envolvendo os mesmos elementos” (BOOLE, 2017, p. 19, tradução minha) e o *sinai de identidade* ( $=$ ), produto final da operação lógica/mental. Nesses termos, é possível dizer que a contribuição de Boole não foi apenas inaugurar aquilo que hoje se denomina *lógica simbólica* – ou seja, a comunhão direta e irrestrita entre os fundamentos da lógica silogística de Aristóteles e os cálculos e procedimentos formais da álgebra –, mas também a formulação de uma teoria funcional do pensamento e da mente humana bastante metódica e matematicamente bem fundamentada, e isto foi algo que revolucionou o desenvolvimento das práticas científicas ainda na Modernidade e, como já foi dito, impulsionou o surgimento das ciências da computação. Nos termos de Fonseca Filho (2007):

Boole criou o primeiro sistema bem sucedido para o raciocínio lógico, tendo sido pioneiro ao enfatizar a possibilidade de se aplicar o cálculo formal em diferentes situações e fazer cálculos de acordo com regras formais, desconsiderando as interpretações dos símbolos usados. Através de símbolos e operações específicas, as

proposições lógicas poderiam ser reduzidas a equações e as equações silogísticas poderiam ser computadas de acordo com as regras da álgebra ordinária. Pela aplicação das operações matemáticas puras e contando com o conhecimento da álgebra booleana, é possível tirar qualquer conclusão que esteja contida logicamente em qualquer conjunto de premissas específicas. De especial interesse para a Computação, sua ideia de um sistema matemático baseado em duas quantidades, o ‘Universo’ e o ‘Nada’, representados por ‘1’ e ‘0’, o levou a inventar um sistema de dois estados para a quantificação lógica. Mais tarde os construtores do primeiro computador entenderam que um sistema com somente dois valores pode compor mecanismos para perfazer cálculos. George Boole estava convencido de que sua álgebra não somente tinha demonstrado a equivalência entre Matemática e Lógica, como representava a sistematização do pensamento humano (FONSECA FILHO, 2007, p. 57).

De maneira geral, portanto, a união entre os princípios de funcionamento da lógica formal e o caráter abstrato tanto dos símbolos quanto das operações matemáticas, além de se encaixar perfeitamente no ancestral imperativo da objetividade e ser coerente ao método dedutivo assumido durante séculos pela ciência, simboliza não apenas a tentativa de alcançar uma explicação sistemática acerca do pensamento humano – que acabou se tornando o alicerce conceitual e metodológico das ciências da computação –, mas talvez também possa ser compreendida, de uma perspectiva epistêmica, até mesmo como uma tentativa perspicaz de ajudar a “resolver” um antigo problema da filosofia: a formulação de proposições falaciosas, comumente alcançadas por meio de “imprecisões” na alimentação das premissas que compõem as etapas do silogismo, na medida em que se desvia de eventuais equívocos interpretativos implicados no uso da linguagem verbal<sup>20</sup> quando muda os elementos constituintes do “problema” a ser resolvido pela operação lógica (das palavras aos números/símbolos matemáticos). De todo modo, o que realmente importa sublinhar nesse momento é que a ideia de que é possível transformar qualquer problema, seja ele prático ou conceitual, em uma operação lógico-matemática de caráter sequencial e regida por regras preestabelecidas a fim de alcançar uma “solução ótima e universal” é a base daquilo que, não muito tempo depois, Alan Turing se valeu para desenvolver e operacionalizar o conceito de algoritmo, ainda hoje a “pedra angular” das ciências da computação, e que, no fim das contas, possibilitou o início da automatização da resolução de problemas e, claro, a criação do primeiro computador digital. Nesses termos, automatizar a resolução de problemas significa escrever e programar um

---

<sup>20</sup> Na lógica aristotélica, o exemplo mais clássico de *silogismo perfeito*, ancorado no método dedutivo (do universal ao particular) é o seguinte: “Todos os homens são mortais. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal”. No entanto, é possível que a utilização deste mesmo método produza resultados falsos, caso haja, em virtude de sua natureza verbal, “imprecisões” na alimentação de premissas. Vejamos um exemplo: “Todo fumante tem complicações pulmonares. Pedro é fumante. Logo, Pedro tem complicações pulmonares”. Embora o silogismo possa ser facilmente corrigido (“*É possível que todo fumante tenha complicações pulmonares. Pedro é fumante. Logo, é possível que Pedro tenha complicações pulmonares*”), o que quero chamar atenção é para o fato de que a união da lógica à matemática evita problemas como este, na medida em que utiliza apenas a estrutura silogística, substituindo a linguagem verbal pela linguagem matemática, cujos valores são absolutos.

algoritmo computacional, ou seja, formular o problema em linguagem de computação (por meio de números e símbolos matemáticos), estabelecer as regras de operação, alimentar a base de dados correspondente ao problema e programar o sequenciamento dos passos necessários para alcançar a sua solução ótima – e esta é, com efeito, a ideia central que Turing (1950), em um de seus artigos mais conhecidos e prestigiados, publicado na revista *Mind*, utilizou para defender a similaridade entre um “computador humano” (ou seja, uma pessoa que realiza um cômputo de maneira analógica/mental) e um computador digital:

**A ideia por trás dos computadores digitais pode ser explicada dizendo que essas máquinas são destinadas a realizar quaisquer operações que poderiam ser feitas por um computador humano.** O computador humano deve seguir as regras fixas; ele não tem autoridade para se desviar deles em nenhum detalhe. Podemos supor que essas regras são fornecidas em um livro, que é alterado sempre que ele é colocado em um novo emprego. Ele também tem um suprimento ilimitado de papel no qual faz seus cálculos (...). Se usarmos a explicação acima como uma definição, estaremos em perigo de circularidade de argumento. Evitamos isso dando um esboço dos meios pelos quais o efeito desejado é alcançado. Um computador digital geralmente pode ser considerado como composto de três partes:

- (i) Armazenamento.
- (ii) Unidade executiva.
- (iii) Controle.

O **armazenamento** é um depósito de informações e corresponde ao papel do computador humano, seja este o papel no qual ele faz seus cálculos ou aquele no qual seu livro de regras é impresso. Na medida em que o computador humano faz cálculos em sua cabeça, uma parte do armazenamento corresponderá à sua memória. A **unidade executiva** é a parte que realiza as várias operações individuais envolvidas em um cálculo. O que são essas operações individuais varia de máquina para máquina. Normalmente, operações bastante demoradas podem ser feitas, como ‘Multiplique 3540675445 por 7076345687’, mas em algumas máquinas apenas operações muito simples, como ‘escreva 0’, são possíveis. Mencionamos que o ‘livro de regras’ fornecido ao computador é substituído na máquina por uma parte do armazenamento. Esta é chamada de “tabela de instruções”. É dever do **controle** zelar para que estas instruções sejam obedecidas corretamente e na ordem certa. O controle é construído de forma que isso necessariamente aconteça. As informações no armazenamento geralmente são divididas em pacotes de tamanho moderadamente pequeno. Em uma máquina, por exemplo, um pacote pode consistir em dez dígitos decimais. Os números são atribuídos às partes do armazenamento em que os vários pacotes de informações são armazenados, de alguma maneira sistemática (TURING, 1950, p. 436-437, tradução minha, ênfases minhas).

Nesse excerto, ao mapear os componentes básicos do “computador humano” (a memória, as operações mentais e o cumprimento consciente das regras de operação) e relacioná-los aos respectivos componentes básicos daquilo que, alguns anos mais tarde, viria a ser o computador digital (armazenamento, unidade executiva e controle), Turing não estava apenas desdobrando a formulação de Boole e elevando à máxima potência a metáfora “pensar é computar”, mas também estava preparando o terreno para argumentar que as máquinas tinham

potencial para realizar tarefas muito mais complexas do que resolver operações matemáticas; elas tinham potencial para emular o comportamento humano e, mais além, para se tornarem inteligentes – algo que, quando se observa o estágio atual do desenvolvimento da Inteligência Artificial, mostra-se uma previsão bastante acertada, como veremos na segunda seção deste capítulo. Fato é que o modelo original da Máquina de Turing, datado de 1936 e de natureza estritamente teórica, é tão consistente e matematicamente bem fundamentado que “[...] pode emular qualquer computador atual, desde os supercomputadores até os computadores pessoais, com suas complexas estruturas e poderosas capacidades computacionais” (FONSECA FILHO, 2007, p. 76), de modo que fica claro não apenas o porquê de se atribuir ao matemático britânico o início oficial das ciências da computação, mas também porque as suas reflexões (e as suas previsões) consolidaram ainda mais a ideia de que o funcionamento da mente humana pode ser compreendido como uma espécie de algoritmo, que soluciona “problemas” no mundo de maneira sequencial e guiada por regras específicas – não é à toa, por exemplo, que ainda hoje muitos cursos introdutórios em ciências da computação explicam a definição de algoritmo a partir de problemas práticos, como trocar o pneu de um carro, que implica a execução de uma sequência de procedimentos obrigatórios para o cumprimento da tarefa (suspender o carro com o macaco, desenroscar os parafusos da roda, retirar o pneu furado, substituí-lo pelo estepe, enroscar os parafusos da roda, rebaixar o carro com o macaco). Em suma, fica claro que as formulações de Boole e de Turing se complementam, sobretudo no que diz respeito à consolidação de uma versão mais consistente da metáfora “pensar é computar”, alicerçada na plena simbiose entre a lógica, a matemática e a computação, e isto sem dúvidas foi algo que contribuiu de maneira decisiva para o surgimento oficial das ciências cognitivas. Diante disso, antes de avançarmos à apreciação da estrutura e do funcionamento de alguns dos principais algoritmos contemporâneos, os quais se sofisticaram sobremaneira nas últimas décadas, vejamos um pouco mais de perto os fundamentos cognitivos das ciências da computação.

### *2.1.2 Pensar é computar?: fundamentos cognitivos das ciências da computação*

Como já foi dito, a partir da década de 1950, houve uma significativa “guinada cognitivista” nas práticas científicas, que fomentou o intenso intercâmbio teórico-metodológico entre o conjunto de disciplinas científicas especializadas que compõem as ciências cognitivas, as quais, embora tivessem os seus próprios objetos de investigação e se ocupassem de “problemas” relativamente distintos, enxergaram na cognição humana um importantíssimo denominador comum. Nesse cenário, então, há pelo menos três estágios diferentes no

desenvolvimento das ciências cognitivas que convém apresentar: (1) *computacionismo* (ou “cognitivismo clássico”), o qual é profundamente marcado por um intenso intercâmbio entre as ciências da computação, a psicologia e a linguística, que, como veremos, explorou e desdobrou praticamente todos os aspectos que subjazem a metáfora “pensar é computar” e que se manifesta de maneira bastante clara nos escritos de Chomsky (2015) e de Fodor (1975), por exemplo; (2) *conexionismo*, derivado direto do primeiro e que, embora esteja majoritariamente alicerçado nas ciências da computação, absorveu avanços importantes da biologia e das neurociências a fim de tentar consolidar uma pormenorizada correlação teórica entre as “redes neurais humanas” e as “redes neurais artificiais”; e, finalmente, (3) *enativismo*, o qual se desvinculou por completo das ciências da computação ao se ancorar em uma concepção ecológica, corporificada e autorregulada da atividade cognitiva humana, que já não opera mais sob o princípio científico da *dualidade corpo/mente* e, em suas versões mais radicais, descarta até mesmo a necessidade da representação mental. Sendo assim, vale a pena pontuar, de maneira breve e sucinta, os aspectos fundamentais de cada um desses estágios.

De maneira geral, convém lembrar que, até meados da década de 1950, o *behaviorismo* ainda guiava boa parte das pesquisas em psicologia, cujo objeto analítico era o comportamento humano, pois a mente era concebida como uma espécie de “caixa preta”, como um fenômeno cientificamente inobservável e, portanto, excluído do escopo de suas investigações, tendo em vista a sua natureza fundamentalmente empirista. É nesse cenário que o *computacionismo* surge como uma resposta a esta concepção e passa a tratar a mente humana como um dispositivo de processamento de informações, o qual percebe e representa simbolicamente os dados extraídos do mundo (*input*) a fim de processá-los e, assim, desenvolver uma resposta adequada (*output*). Nesses termos, explorando ao máximo a metáfora “pensar é computar”, acreditava-se que o cérebro seria o *hardware*, ou seja, o substrato físico/biológico da mente, a qual, por sua vez, seria o *software*, o “sistema operacional do pensamento”, de modo que a percepção de objetos, entidades e eventos no mundo seriam os *inputs* que, depois de serem simbolicamente representados e computacionalmente processados, resultariam em *outputs*, ou seja, os estados mentais e o comportamento. Mais além, para de fato tentar desvelar o misterioso funcionamento da “caixa preta”, faltava ir ainda mais fundo na definição de seus princípios operacionais e, para tanto, a conexão com os estudos da linguagem se tornou o eixo central das investigações, afinal, nessa perspectiva, o pensamento dependia da manipulação simbólica. Assim, destacam-se as reflexões de Chomsky (2015) e de Fodor (1975) acerca das relações entre pensamento e linguagem, que concordam em praticamente tudo (embora usem termos diferentes), especialmente no que diz respeito ao inatismo da faculdade da linguagem e à modularidade da

mente. Fato é que aquilo Chomsky chamou de Gramática Universal, Fodor chamou de linguagem do pensamento (ou “mentais”), isto é, um módulo mental especializado, inato aos seres humanos, regido por regras sintáticas fundamentais e que seria o grande responsável não apenas por facultar a aquisição de uma língua, mas também por organizar e estruturar os processos mentais. Além disso, para ambos a sintaxe seria o que verdadeiramente explica e operacionaliza o caráter recursivo (termo que, convém lembrar, é importado das ciências da computação) da linguagem e do pensamento, pois corresponde ao conjunto de regras que conferem organização e coerência às computações mentais. Em suma, a “caixa preta” foi aberta e o seu interior foi investigado como uma máquina, cujo funcionamento estaria subordinado às regras de processamento sintático que coordenam e estruturam as línguas naturais. Nos termos de Fodor (1975):

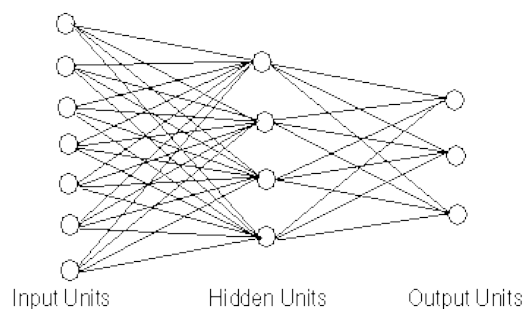
Pessoas, como máquinas, aceitam vários códigos de entrada diferentes, garantindo assim uma variedade de rotas pelas quais os processos cognitivos podem obter acesso a notícias sobre o mundo exterior. Como nas máquinas, o truque é gerenciado com compiladores para cada um dos modos de entrada. Os procedimentos de reconhecimento de línguas naturais são um desses (FODOR, 1975, p. 118-119, tradução minha).

[...] estados mentais são relações entre organismos e representações internas, e estados mentais causalmente interrelacionados se sucedem de acordo com princípios computacionais que se aplicam formalmente às representações. É nesse sentido que as representações internas fornecem os domínios para tais processos, assim como informam a vida mental. Isso é, em suma, da essência das teorias cognitivas, que buscam interpretar as transformações físicas (causais) como transformações da informação, com o efeito de exibir a racionalidade dos processos mentais. De maneira um tanto semelhante, a coerência de um texto surge quando uma sequência de formas ortográficas/geométricas é interpretada como uma sequência de frases em uma língua (FODOR, 1975, p. 198, tradução minha).

É possível notar, portanto, que o computacionismo se concentra majoritariamente no estudo do funcionamento da mente, que, nesse quadro, se daria por meio da íntima relação processual entre linguagem e pensamento, de modo que o cérebro, embora fosse considerado a matriz física/biológica das operações mentais, em grande medida figurava em segundo plano – até porque as neurociências, à época, ainda padeciam de certas limitações, sobretudo tecnológicas, para investigar de maneira profunda todas as nuances e complexidades da estrutura e do funcionamento cerebral. No entanto, entre as décadas de 1970 e 1980, a tecnologia se desenvolveu de maneira acelerada e naturalmente retroalimentou as ciências cognitivas, originando, entre outras coisas, o *conexionismo*, uma espécie de desdobramento do computacionismo, que se valeu dos avanços das neurociências, da biologia e das ciências da computação para desenvolver um modelo teórico da aprendizagem humana (e das máquinas)

de caráter distribuído, e não mais modular. Nesses termos, embora o mapeamento mais preciso do cérebro, facultado pelo desenvolvimento da tecnologia, tenha confirmado a existência de áreas especializadas em determinadas tarefas (como processamento linguístico, processamento visual, atividade motora etc.), ficou empiricamente comprovado que a estrutura fisiológica do cérebro é fundamentalmente integrada, pois é composta por bilhões de neurônios interconectados, que se comunicam em rede com base nos estímulos que desencadeiam a troca de informações eletroquímicas por meio de sinapses. Tais estímulos, por sua vez, podem ter caráter diverso, a depender das configurações do ambiente, de modo que o processamento dos *inputs* não apenas ativa determinados padrões nas redes neurais, mas também pode criá-los, à medida que as conexões sinápticas vão se fortalecendo e se complexificando com base na exposição repetitiva a determinados *inputs*. Diante disso, o modelo conexionista compreende os neurônios como microprocessadores conectados em rede, de modo que a aprendizagem, a produção de conhecimento não dependeria exclusivamente de um “módulo mental especializado” que é governado pela linguagem, mas da intensa atividade neuronal que incessantemente troca informações eletroquímicas na complexa rede que compõe o sistema nervoso central. Assim, buscando emular as redes neurais humanas, o conexionismo estabeleceu o modelo das “redes neurais artificiais”, que “[...] são modelos simplificados do cérebro compostos por um grande número de unidades (análogas aos neurônios), juntamente com pesos que medem a força das conexões entre as unidades” (BUCKNER; GARSON, 1997, p. 1917, tradução minha), e estas unidades, por sua vez, são divididas em três classes principais: as unidades de entrada (*input units*), que correspondem aos neurônios sensoriais, às unidades intermediárias/ocultas (*hidden units*), que correspondem às conexões responsáveis pelo processamento dos *inputs* e pela criação/aprendizagem de padrões, e, finalmente, às unidades de saída (*output units*), que correspondem aos neurônios motores. Segue abaixo o modelo simplificado da rede neural artificial:

**Figura 3. Modelo simplificado da rede neural artificial**



**Fonte:** Buckner e Garson (1997, p. 1918)

Como se vê, o conexionismo – que continuou sendo aprimorado ao longo das últimas décadas e, entre outras coisas, é o que efetivamente facultou a existência de diversas novas áreas no território das ciências da computação, a exemplo da Inteligência Artificial, cuja operacionalidade depende de um conjunto de técnicas algorítmicas sofisticadas, como o *Machine learning*, sobre o qual falaremos mais adiante – ainda compreende o pensamento e, de maneira mais ampla, a cognição humana com base em um funcionamento computacional que implica certo grau de manipulação simbólica, mas é importante reconhecer que ele inova quando propõe um modelo que descentraliza o processamento da informação, antes atribuído a um módulo mental especializado regido por regras sintáticas, e o “distribui” em um complexo sistema de microprocessadores que operam de maneira integrada, espelhando-se no cérebro humano. Além disso, outro ponto positivo do modelo conexionista é o de incluir certa preocupação com as configurações do ambiente, as quais não apenas alimentam as unidades de entrada, mas eventualmente também conduzem o organismo a se adaptar quando necessário, a partir da criação de novos padrões neurais ativados no processamento das experiências, e essa sem dúvidas é uma concepção mais coerente da atividade cognitiva humana, a qual foi desenvolvida com grande profundidade pelo *enativismo*, especialmente no que diz respeito à capacidade de autorregulação do organismo. Dito isso, passemos agora a uma breve apreciação do enativismo, o qual configura o estágio mais atual das ciências cognitivas e que, como já foi dito, não apenas se desvinculou por completo da metáfora-tese “pensar é computar”, mas também, em suas versões mais radicais, descarta até mesmo a necessidade da representação mental.

Oficialmente inaugurado no início da década de 1990, por meio da obra de Varela, Thompson e Rosch (2016), o enativismo é o paradigma científico e filosófico que formaliza e consolida, em definitivo, a transição do princípio da *dualidade corpo/mente* para o princípio da *mente corporificada*, o qual, entre outras coisas, dissolve a ancestral separação ontológica entre fenômenos físicos e mentais e compreende a cognição humana como sendo fundamentalmente uma forma de (inter)ação de um corpo-no-mundo, alicerçada na integração plena e interativa entre o organismo e o ambiente. Isto quer dizer que o mundo não é mais compreendido como algo externo que, via percepção e representação mental, nós “internalizamos”, mas como um imperativo espaço-temporal que exige do organismo uma agentividade corpórea e proativa, a qual fomenta a emergência das nossas operações cognitivas e, em última instância, garante a nossa própria sobrevivência. Nesses termos, não é de se estranhar que a ideia de que o pensamento humano depende da manipulação de símbolos que “representam e internalizam” objetos, entidades e eventos no mundo seja questionada e combatida pelo enativismo, mas é de

grande importância sublinhar que há muitas abordagens científicas, inclusive enativistas, que assumem o princípio da mente corporificada sem descartar totalmente a ideia da representação mental<sup>21</sup>, pois, entre outras coisas, compreendem que a cognição humana não é “apenas” a atividade de um *organismo* que, estando no mundo, interage com ele de modo circunstancial e na justa medida da sobrevivência, mas a atividade de um *sujeito* sócio-histórico-cultural que constantemente vive e revive o mundo, reciclando e otimizando as suas experiências de modo compartilhado, coordenado e intersubjetivo, utilizando, para isso, as habilidades cognitivas que são distintivas da nossa espécie (atenção, memória, linguagem, imaginação etc.) – e esta é, como já ficou claro, a concepção adotada neste trabalho. Além disso, como apontam Hutto e Myin (2013), dentro do próprio enativismo há pelo menos três vertentes relativamente diversas. São elas: (1) *autopoietico*, que se concentra no estudo da biodinâmica entre os seres vivos e o ambiente e compreende a cognição humana como uma ininterrupta série de processos biológicos que visam à autorregulação e à sobrevivência do organismo, o qual por si só é um sistema adaptativo complexo; (2) *sensorio-motor*, que se concentra no estudo da ação guiada pela percepção e compreende a cognição humana como a ativação de certos padrões sensorio-motores condicionados por contingências do ambiente em que o organismo está inserido; e (3) *radical*, que não apenas se propõe a “unificar” as vertentes anteriores e compreende a cognição humana como sendo dotada de dois níveis complementares – cognição básica (percepção e movimento corporal) e superior (memória, planejamento, abstração, reflexão etc.) – mas também tem o propósito de descartar, em definitivo, a ideia de que o conteúdo experiencial depende da representação mental<sup>22</sup>.

Com isso, fica claro que todas as variedades do enativismo, apesar de pontuais divergências no que se refere às prioridades teóricas e analíticas, “[...] tratam a mentalidade como um fenômeno emergente que é constituído por [...] padrões de desenvolvimento especificáveis de interação entre organismos (naturais ou artificiais) e aspectos de seus ambientes” (HUTTO; MYIN, 2013, p. 3, tradução minha) e, portanto, repudiam a ideia de que a cognição humana funciona por meio de computações mentais ancoradas na manipulação simbólica. Mesmo assim, embora tudo pareça apontar para o fato de que enativismo e computacionismo são irremediavelmente incompatíveis, não há como negar que existe um flagrante denominador comum: a resolução de problemas. Ora, se para o enativismo a cognição

<sup>21</sup> No capítulo anterior, vimos que as formulações de Lakoff e Johnson (2002), no âmbito da linguística cognitiva, e as formulações de Damásio (2015, 2018, 2022), no âmbito da neurociência cognitiva, são exemplos claros da aplicação do princípio da mente corporificada que não descartam a ideia da representação mental.

<sup>22</sup> Para uma explicação mais aprofundada, ver o capítulo 4 da obra de Hutto e Myin (2013, p. 57-82), intitulado *The hard problem of content*.

humana tem como princípio básico a autorregulação e é concebida como uma forma de ação, isto quer dizer que as “contingências ambientais”, as *affordances* que ativam, via percepção interativa e agentiva, os padrões sensório-motores e desencadeiam as ações por parte do organismo são, no fim das contas, um imperativo à “resolução de problemas”, de modo que isto não é assim tão distante da concepção algorítmica que dá sustentação às teorias computacionais da mente. Dito de outro modo, o que estou tentando argumentar é que, tanto para o enativismo quanto para o computacionismo, a cognição humana pode ser compreendida, de maneira bem panorâmica e simplificada, como um impulso orgânico à resolução de problemas no mundo (a fim de promover a autorregulação), de modo que a grande diferença entre as duas concepções, portanto, diz respeito àquilo que de fato é necessário para alcançar essa resolução: se agimos porque resolvemos mentalmente o problema (o pensar como pré-requisito para o agir), ou se resolvemos o problema sem mediação, por meio da ação direta (pensar é agir).

De um jeito ou de outro, o que mais nos interessa, nesse momento, é realçar o fato de que a metáfora-tese “pensar é computar” foi amplamente superada, inclusive pelas ciências da computação, pois ficou claro que, embora seja possível compreender a cognição humana com base na “resolução de problemas”, sempre haverá problemas novos e variáveis imprevistas, que exigirão do agente (seja ele um ser humano ou um computador digital) certo grau de criatividade/recursividade, e isto quer dizer que qualquer algoritmo, ou seja, qualquer fórmula matemática rígida, composta por regras e etapas sequenciais preestabelecidas, fatalmente acabará encontrando uma barreira intransponível e precisará ser reescrita, adaptada ou substituída – é justamente por causa disso que a Inteligência Artificial tem investido cada vez mais no *Machine learning*, um método sistemático de análise de dados que é composto por diferentes tipos de algoritmos e que, à medida que reconhece novos padrões nos dados analisados, é capaz de automaticamente adaptar os algoritmos que estão sendo utilizados na tarefa, sem necessidade de um programador humano – falaremos sobre isso de maneira detalhada na próxima seção, quando tratarmos do ambiente virtual e de suas *affordances*. Em suma, fica claro que a resolução de problemas é uma questão central tanto para a compreensão da atividade cognitiva humana quanto para a compreensão do funcionamento dos computadores, na medida em que ambos lidam com *affordances* (reais ou virtuais) cujos planos de ação dependem do reconhecimento de padrões, da tomada de decisões e, de maneira mais ampla, da aprendizagem, para que seja possível otimizar a solução de determinados problemas. Diante disso, já podemos avançar, então, a uma apreciação mais direcionada a alguns dos sistemas algorítmicos mais importantes e pervasivos, a fim de esclarecer o seu funcionamento e os seus efeitos pragmáticos sobre as nossas atividades cotidianas.

## 2.2 Revolução Algorítmica: soluções novas, problemas novos

### 2.2.1 Padrões e conteúdos da e na Era Digital: Big data, Data mining e Machine learning

No início da seção anterior, vimos de maneira sucinta dois fatores históricos que foram decisivos para o surgimento das ciências da computação<sup>23</sup>: a criação da *lógica simbólica*, por George Boole, a qual “universalizou” a resolução de problemas ao unificar os fundamentos da lógica aristotélica às operações da matemática, e a criação, por Alan Turing, do modelo teórico de uma máquina capaz de realizar cálculos de maneira automatizada, emulando um “computador humano” (isto é, uma pessoa que resolve uma operação matemática por meio de uma série de etapas obrigatórias e seguindo determinadas regras preestabelecidas – da qual resulta a noção de *algoritmo*). A partir daí, o desenvolvimento das ciências da computação foi significativamente impulsionado por universidades e empresas de tecnologia que, além investirem na criação de computadores digitais, passaram a se preocupar em expandir as funções destes dispositivos, sobretudo no que diz respeito à comunicação e ao acesso à informação, e isto, com efeito, resultou na criação da internet, a rede mundial de computadores (*world wide web*), no início da década de 1970, que inaugurou aquilo que conhecemos hoje como “Era Digital”. Em termos gerais, essa nova era, contemporânea, é profundamente marcada pelo intenso desenvolvimento tecnológico, pela popularização dos dispositivos digitais e, acima de tudo, pelo generalizado acesso à internet, fatores que revolucionaram praticamente todos os campos da atividade humana (indústria, comércio, política, educação etc.), pois, entre outras coisas, não apenas otimizaram o acesso à informação e criaram novas formas de (inter)ação social, mas também modificaram significativamente a execução da maioria das nossas atividades no mundo, desde as mais simples e cotidianas, como fazer uma compra ou se deslocar ao trabalho, até as mais complexas, como organizar mobilizações políticas. É nesses termos que proponho a noção de Revolução Algorítmica, facultada pela Era Digital e compreendida como um fenômeno sociocognitivo que, especialmente a partir da década de 2010, passou a exercer notável influência sobre as nossas de sentir, saber, agir e interagir no mundo, como adiante pretendo esclarecer.

---

<sup>23</sup> Nesse ponto, é importante deixar claro que, quando me refiro ao “surgimento das ciências da computação”, estou me referindo ao surgimento dos computadores digitais, e não ignorando o fato de que, historicamente, diversos computadores analógicos (como o ábaco, cujo provável surgimento foi em 3000 a.C.) e mecânicos (como o desenvolvido por George e Edvard Scheutz, inspirado nas ideias de Charles Babbage, já no século XX) foram indiscutíveis precursores das ciências da computação. De todo modo, para um histórico completo, recomendo a leitura da obra de Fonseca Filho (2007) e, de modo mais específico, de seu primeiro anexo, que oferece uma tabela cronológica detalhada de todos os estágios de desenvolvimento das ciências da computação (FONSECA FILHO, 2007, p. 154-173).

Com efeito, antes de caracterizar aquilo que estou chamando de Revolução Algorítmica e esclarecer porque ela é um fenômeno sociocognitivo, é necessário chamar atenção para o fato de que o propósito central dessa seção não é avançar na apreciação da estrutura dos dispositivos digitais (computadores, celulares etc.), mas no funcionamento algorítmico que subjaz os sistemas e plataformas digitais (sites de busca, redes sociais, aplicativos diversos etc.), a fim de identificar, de maneira panorâmica, aquilo que pode ser identificado como sendo os três pilares básicos da Era Digital, especificamente em sua dimensão *online*: (1) coleta e armazenamento de dados, (2) análise de dados e (3) aprendizagem de máquinas. Com isso, a ideia é mostrar que o funcionamento algorítmico que faculta e operacionaliza esses três pilares, espelhando-se na cognição humana, também opera com base na identificação de padrões e na subsequente criação de conteúdos a fim de produzir conhecimento, de modo que é precisamente isto que justifica o impacto sociocognitivo que pretendo demonstrar. Nesses termos, veremos que cada um desses pilares equivale a um conceito específico no âmbito das ciências da computação; são eles: (1) *Big data*, que corresponde à coleta do hiperbólico volume de dados digitais, sejam eles estruturados (números e estatísticas), não estruturados (textos, imagens, áudios, vídeos, transações financeiras etc.) ou semiestruturados (a combinação dos dois anteriores), produzidos incessantemente por quaisquer atividades *online* dos usuários das redes e que se tornam uma valiosa *commodity* no ambiente digital; (2) *Data mining*, que corresponde aos processos de inteligência analítica utilizados para o processamento de dados a fim de identificar padrões e extrair *insights*, usando, para isso, métodos diversificados, como veremos na sequência; e (3) *Machine learning*, que, no âmbito da Inteligência Artificial, corresponde à capacidade de determinados sistemas digitais para reconhecer padrões “ocultos” cada vez mais complexos e, assim, adaptar, reformular ou até mesmo desenvolver novos algoritmos de modo automatizado, dispensando, por exemplo, a interferência de um programador humano. Assim, como se vê, estes três conceitos são fundamentalmente complementares e não apenas sumarizam os principais pilares da Era Digital, mas também são aquilo que, como veremos mais à frente, facultou a Revolução Algorítmica. Passemos, então, à sua apresentação geral.

Fato é que, com o advento da Era Digital, a informação passou a ser a principal “matéria-prima” do mundo, e isto tanto em termos operacionais, na medida em que é constitutiva da estrutura e do funcionamento dos sistemas e plataformas digitais (informação é código), quanto em termos analíticos (informação é dado), na medida em que qualquer atividade *online* resulta em uma espécie de “rastros digitais” que é comumente utilizado para mapear o comportamento e, eventualmente, catalogar o perfil dos usuários das redes, algo que pode ser aproveitado, por exemplo, para fins mercadológicos, políticos etc. É nesse cenário que o conceito de *Big data* se

projeta como o primeiro e mais fundamental pilar da Era Digital, pois, como já foi dito, corresponde à captação de informações relativas a quaisquer atividades *online* e que, ao serem armazenadas e pré-processadas (preparação, organização e estruturação) por robustos bancos de dados (no inglês, KDD: *Knowledge Discovery in Databases*)<sup>24</sup>, tornam-se passíveis de análise, sobretudo no que diz respeito à identificação de padrões, à extração de *insights* e, eventualmente, ao desenvolvimento de novos produtos ou novas soluções para “problemas antigos” – algo que reforça o seu papel primário no ambiente digital. De modo mais específico, o *Big data* tem três características básicas, convencionalmente conhecidas como os “3Vs” (volume, velocidade e variedade) e que são sintomáticas de sua potencial transformação em *commodity*, especialmente para fins mercadológicos, pois a imensa quantidade, a velocidade praticamente ininterrupta e a extensa variedade de dados (estruturados, não estruturados ou semiestruturados) gerados a partir da atividade *online* dos usuários sem dúvidas é uma “mina de ouro” para uma empresa que deseja, por exemplo, conhecer melhor os interesses do seu público-alvo, gerar maior engajamento, criar um novo produto etc., na medida em que a análise dos dados pode ser filtrada por algoritmos de *Data mining* por meio de critérios e parâmetros cirúrgicos aos seus objetivos. Na verdade, como já foi dito, o potencial do *Big data* vai muito além de objetivos mercadológicos e sua aplicabilidade pode ser vista em praticamente todas as esferas da atividade humana; um exemplo claro disso, citado por Mayer-Schönberger e Cukier (2014), se deu no setor de saúde pública, quando, no início de 2009, época em que a análise de *Big data* era ainda incipiente, deflagrou-se a epidemia de gripe suína (H1N1) e o monitoramento de palavras-chave, relacionadas aos sintomas e aos tratamentos para gripe, em pesquisas feitas no Google (dado não estruturado) ajudaram de maneira significativa as autoridades sanitárias estadunidenses a não apenas mapearem e quantificarem os casos de infecção no país em tempo real, mas também a direcionarem conteúdos com orientações e recomendações aos usuários da plataforma. Nesse cenário, então, como apontam Mayer-Schönberger e Cukier (2014):

Os dados deixaram de ser considerados estáticos ou obsoletos, cuja utilidade terminava quando o propósito para o qual foram coletados fosse alcançado, como após o avião pousar (ou no caso do Google, uma vez processada uma consulta de pesquisa). Em vez disso, os dados tornaram-se uma matéria-prima de negócios, um insumo económico vital, utilizado para criar uma nova forma de valor económico. Na verdade, com a mentalidade certa, os dados podem ser reutilizados de forma inteligente para se tornarem uma fonte de inovação e novos serviços (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2014, p. 5, tradução minha).

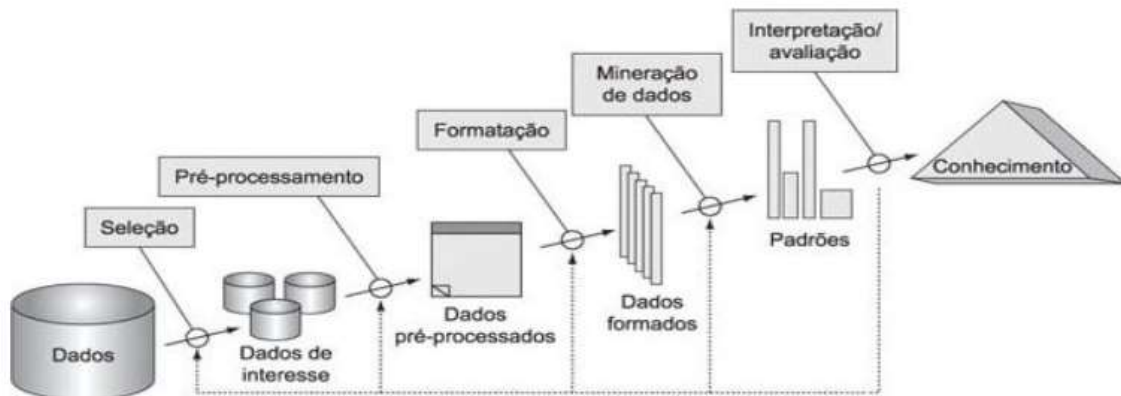
---

<sup>24</sup> Um dos bancos de dados mais conhecidos e utilizados mundialmente é o *MySQL*, da empresa de tecnologia *Oracle*, que ostenta clientes como a *NASA* e o *Google*.

A era do Big Data desafia a maneira como vivemos e interagimos com o mundo [...]. Isto derruba séculos de práticas estabelecidas e desafia a nossa compreensão mais básica de como tomar decisões e compreender a realidade (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2014, p. 7, tradução minha).

Fica claro, assim, que o *Big data* simboliza uma genuína “mina de ouro” e que o passo seguinte é proceder à mineração, a fim de identificar padrões, alcançar *insights* e, com isso, produzir conhecimento e otimizar a “solução de problemas” no ambiente digital. Para tanto, como esclarecem Goldschmidt e Passos (2005), há pelo menos seis métodos analíticos que podem ser utilizados; são eles: (1) *método baseado em redes neurais* que, como vimos brevemente na seção anterior, são modelos matemáticos inspirados na estrutura e no funcionamento do cérebro humano, os quais “[...] têm capacidade de adquirir, armazenar e utilizar conhecimento experimental e buscam simular computacionalmente habilidades humanas tais como aprendizado, generalização, associação e abstração (GOLDSCHMIDT; PASSOS, 2005, p. 175); (2) *método baseado em algoritmos genéticos*, inspirado na teoria da evolução de Darwin e composto por “[...] “técnicas que procuram obter boas soluções para problemas complexos por meio da evolução de populações de soluções codificadas em cromossomos artificiais (*Ibid.*, p. 193)”, cujos processos são, portanto, adaptativos e paralelos; (3) *método baseado em instâncias*, que, grosso modo, recicla dados previamente processados e cujo propósito central é basicamente otimizar a classificação desses dados; (4) *método baseado em estatísticas*, que, como o próprio nome revela, tem natureza predominantemente quantitativa e pode ser utilizado para descrever, organizar e catalogar extensos conjuntos de dados a fim de alcançar conclusões guiadas por probabilidades; (5) *método baseado em árvores de decisão*, o qual corresponde a um “[...] modelo de conhecimento em que cada nó interno da árvore representa uma decisão sobre um atributo que determina como os dados estão particionados pelos seus nós filhos” (*Ibid.*, p. 109) e que é feito “[...] segundo alguma abordagem recursiva de particionamento da base de dados” (*Ibid.*, p. 108); e, finalmente, (6) *método baseado em lógica nebulosa (Fuzzy logic)*, a qual opera sob um modelo matemático distinto da precisão binária lógica booleana (0/1, V/F, etc.), pois é capaz de “[...] tomar decisões em ambientes de incerteza e imprecisão. Com conceitos e recursos da Lógica Nebulosa, pode-se construir sistemas inteligentes de controle e suporte à decisão que lidem com informações imprecisas e subjetivas” (*Ibid.*, p. 183). Com efeito, diante desta relativa diversidade metodológica, a seleção do método dependerá dos tipos de dados e, claro, dos objetivos de quem os está minerando – que é produzir conhecimento e, em última instância, otimizar a resolução de problemas. Segue abaixo um diagrama que ilustra todas as etapas dos processos de tratamento de dados digitais:

**Figura 4. Etapas de tratamento de dados digitais**



**Fonte:** Rabelo e Campos (2014, p. 5)

De fato, embora haja, na imagem acima, etapas que não foram devidamente discriminadas – as quais dizem respeito ao tratamento de *Big data*, por parte dos KDDs, antes de ser sucedido pelos processos de mineração, que serão feitos já com dados específicos e com objetivos delimitados – o que mais nos interessa, nesse ponto, é sublinhar o fato de que o objetivo principal destes procedimentos analíticos é produzir um conhecimento específico sobre os dados para, assim, otimizar a tomada de decisões e a execução de ações no ambiente digital. Nesses termos, mais uma vez fica claro que todas estas etapas têm uma flagrante inspiração na cognição humana e, mais além, também acabam apontando para a efetiva “presença” humana no processo, afinal, se a mineração de dados visa alcançar o reconhecimento de padrões e extrair *insights*, isto se faz a partir dos “filtros” estabelecidos por quem os está minerando. Mesmo assim, é importante reconhecer que, no estágio atual do desenvolvimento das ciências da computação, este “agente do conhecimento” não é mais obrigatoriamente um ser humano, tendo em vista o constante aprimoramento daquilo que, no âmbito da Inteligência Artificial, se denomina *Machine learning*, o qual, como já foi dito, se refere à autonomia de certos sistemas digitais no que diz respeito à produção de conhecimento e à tomada de decisões. Na verdade, as técnicas de aprendizagem de máquinas são muito mais orgânicas e pervasivas do que se imagina; a título de ilustração, temos o caso do Youtube, uma das maiores redes sociais do mundo, cujo objetivo, que é manter o usuário engajado dentro da plataforma o maior tempo possível, é alcançado a partir de um perfilamento cirúrgico autorizado por uma série de algoritmos que permitem à plataforma saber exatamente o que interessa ao usuário – se, por exemplo, diante de um vídeo cuja extensão é cinco minutos, o usuário assiste a apenas trinta segundos, isso quer dizer que o conteúdo interessa-lhe pouco, de modo que a plataforma, por meio de algoritmos de *Machine learning*, automaticamente passará

a diversificar as suas indicações a ele, até identificar um padrão de conteúdo que verdadeiramente lhe interesse. Embora genérico e superficial, esse exemplo dá uma noção panorâmica do potencial das “máquinas” em promover a otimização de tarefas de modo automático.

Sendo assim, fica claro que os três conceitos sucintamente apresentados (*Big data*, *Data mining* e *Machine Learning*), que correspondem aos pilares da Era Digital (coleta/armazenamento de dados, análise de dados e aprendizagem de máquinas), são fundamentalmente complementares e, via de regra, estruturam o funcionamento de praticamente todos os sistemas e plataformas digitais com que lidamos cotidianamente (sites de busca, redes sociais, aplicativos diversos etc.), os quais, espelhando-se na cognição humana, se ancoram, sobretudo, na identificação dos padrões implicados na atividade *online* dos usuários a fim de produzir conhecimento e otimizar a resolução de problemas. É nesses termos que, como veremos de forma mais pormenorizada logo à frente, as sociedades contemporâneas, profundamente dependentes da tecnologia, estão experienciando uma genuína Revolução Algorítmica, na medida em que a operacionalização algorítmica dos pilares da Era Digital, por meio dos dispositivos, sistemas e plataformas digitais, tem gerado impacto significativo sobre as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir em sociedade – daí porque estou argumentando que se trata de um fenômeno sociocognitivo. De um jeito ou de outro, isso ficará mais claro nas próximas páginas, quando olharmos um pouco mais de perto as *affordances* do ambiente digital e, acima de tudo, a maneira pela qual a estrutura e o funcionamento dos sistemas e plataformas digitais são desenhados algorítmicamente para conduzir as nossas atividades cotidianas mais básicas e, em última instância, manter um engajamento *online* praticamente ininterrupto, algo que é possível porque elas “conhecem” profundamente os seus usuários (via reconhecimento de padrões) e, por causa disso, estão aptas a entregarem a eles, com precisão cirúrgica, os conteúdos que lhes são compatíveis.

### 2.2.2 Padrões e conteúdos da e na Era Digital: *affordances* virtuais e interatividade

Fato é que conhecer profundamente os usuários da internet é hoje uma tarefa fácil, pois, como já foi dito, qualquer atividade *online* (*Big data*), seja ela uma simples pesquisa no Google, uma “curtida” nas redes sociais, a compra de um produto etc., deixa um rastro digital que inevitavelmente sinaliza padrões de interesse, evidencia hábitos cotidianos e é capaz até mesmo de revelar o grau de pertencimento a determinados grupos sociais – esse último caso, inclusive, nos é particularmente relevante e voltaremos a ele logo adiante, sobretudo porque corresponde

a um perfilamento mais amplo do usuário, que lança luz sobre as relações intersubjetivas (compartilhamento de padrões e de conteúdos experienciais) estabelecidas no ambiente digital e que, em última instância, pode ser revelador de certos nichos ideológicos e discursivos nas sociedades contemporâneas. Nesse cenário, então, a fim de avançarmos na compreensão da maneira pela qual o perfilamento cirúrgico dos usuários da internet pode produzir impactos sociocognitivos, importa mapear algumas das principais *affordances* do ambiente virtual e tentar esclarecer como elas condicionam as nossas experiências *online*, de modo que talvez o exemplo mais claro e pervasivo para ilustrar este funcionamento é o caso das redes sociais, que ostentam bilhões de usuários ao redor do mundo e que, na última década, expandiram significativamente as suas funções originais (conectar pessoas e facilitar a interação), tornando-se uma das principais fontes de acesso à informação – algo que, talvez se possa dizer, tem menos méritos do que deméritos<sup>25</sup>. Além disso, outro aspecto que convém sublinhar mais uma vez é o fato de que, para além das três funções citadas acima, um dos principais objetivos das redes sociais é otimizar a experiência *online* dos usuários, a fim de mantê-los engajados na plataforma o maior tempo possível, oferecendo-lhes, para tanto, configurações estruturais e operacionais que privilegiam um caráter intuitivo, ágil e, claro, fundamentalmente interativo. Dito isso, vejamos agora um pouco mais de perto a estrutura e a interface do *Twitter*, recentemente renomeado de “X”<sup>26</sup>.

Pois bem, de maneira geral, a estrutura da interface do *Twitter/X*, embora tenha sofrido pontuais reformulações nos últimos meses, permanece sendo composta por três grandes colunas: à esquerda, o usuário tem acesso a uma lista de “comandos funcionais”, por meio dos quais ele pode fazer buscas, visualizar notificações e mensagens, editar configurações etc.; no centro, tem-se o *feed*, que é o verdadeiro núcleo interativo da plataforma e que, como o próprio nome indica, é onde o usuário não apenas “se alimenta” das postagens de outros usuários (sejam eles pessoas, empresas, veículos de comunicação jornalísticos etc.), mas também interage com elas (curte, reage, compartilha, comenta), cuja navegação se dá por meio de um sistema de rolagem praticamente interminável, algo que se explica pelo fato de que a plataforma pretende

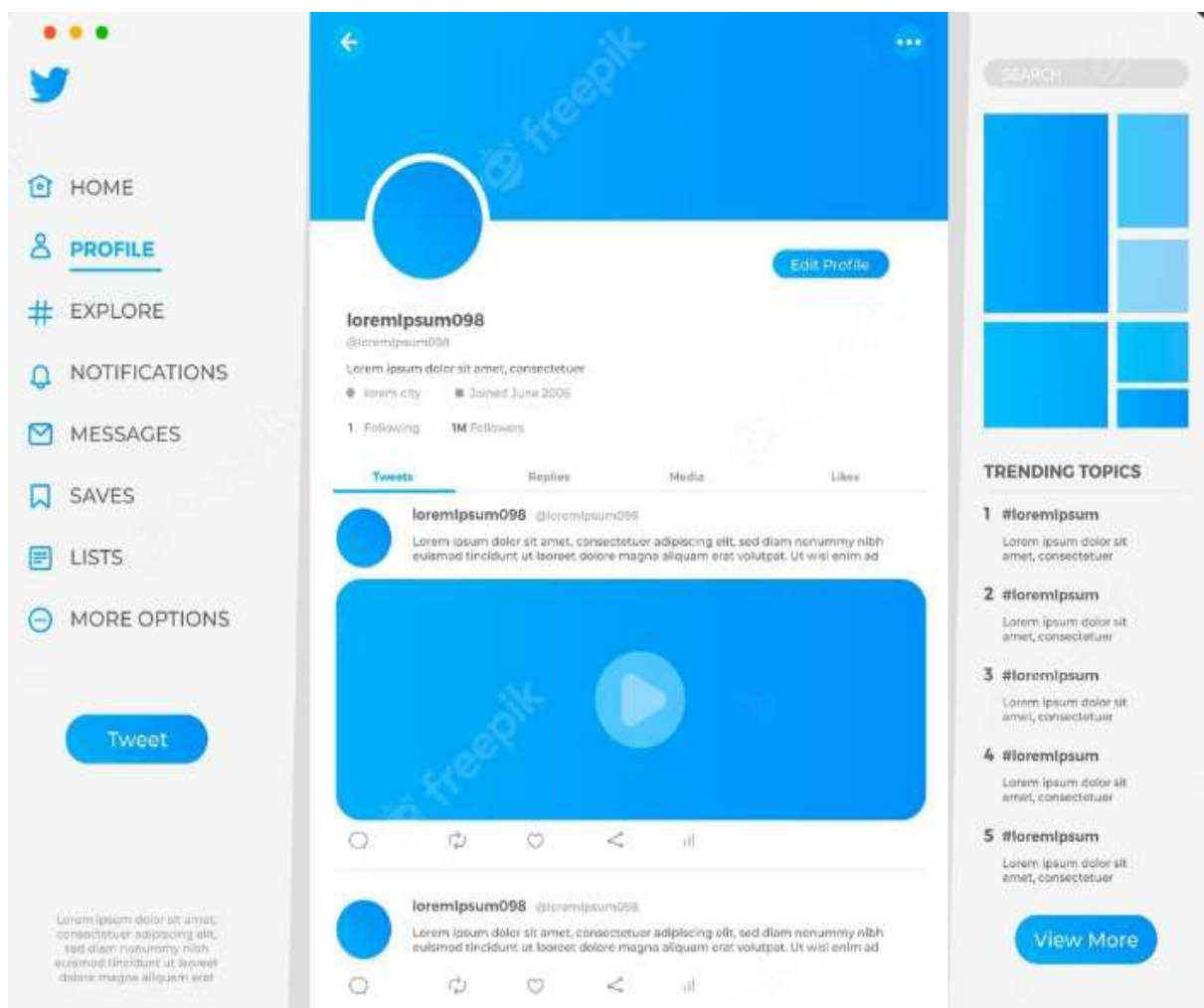
---

<sup>25</sup> Sem dúvidas a otimização do acesso à informação é algo muito valioso, mas não há como ignorar que isto desencadeou uma série de problemas, a exemplo do aumento na circulação de informações falsas (*fake News*) que são massivamente compartilhadas entre os usuários e cujo potencial de dano é imenso, sobretudo quando consideramos a esfera política.

<sup>26</sup> Criado em 2006, o *Twitter* é uma das redes sociais mais populares do mundo e foi selecionado para ilustrar as *affordances* das plataformas digitais por duas razões: a primeira delas é o seu pioneirismo em privilegiar o mapeamento e a difusão de *hashtags*, que são recursos de indexação dos tópicos ou assuntos mais populares, realizados em tempo real – algo muito inovador e que, de maneira geral, acaba materializando, metonimicamente, os principais padrões e conteúdos compartilhados pelos usuários da plataforma. A segunda razão é que o *Twitter* é uma das redes sociais mais utilizadas tanto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro quanto por seus apoiadores, a fim de ampliar, por exemplo, a disseminação de suas *lives*.

mantê-lo conectado o maior tempo possível e, para tanto, é necessário “alimentá-lo” constantemente; por fim, à direita o usuário tem acesso a tópicos contendo publicidades, recomendações de páginas ou de pessoas a seguir – baseadas, claro, nos padrões de interesse que já foram mapeados a partir da sua atividade na plataforma – e, finalmente, a lista dos *trending topics*, isto é, a lista dos principais assuntos do momento na plataforma, organizados por ordem de relevância e indexados pelas *hashtags* (#). Nesse cenário, também é importante destacar que qualquer ação do usuário, qualquer “clique” ou toque na tela (no caso de o acesso ocorrer por meio de um *smartphone*) se dá por meio de *hiperlinks*, um recurso interativo que redireciona o usuário para novos conteúdos, e isto é algo que não apenas fundamenta o caráter dinâmico, distribuído e interativo da plataforma, mas também potencializa a agentividade do usuário, impedindo-o de ser um espectador passivo – como acontece, por exemplo, com a televisão. A figura abaixo ilustra a interface do *Twitter/X*:

**Figura 5. Interface do *Twitter/X***



**Fonte:** Freepik (<https://tinyurl.com/mry52839>)

Como se vê, a interface do *Twitter/X* é desenhada para otimizar a navegação, potencializar a agentividade do usuário e, claro, mantê-lo engajado na plataforma o maior tempo possível, sendo constituída, basicamente, por dois tipos de *affordances*: o sistema de rolagem do *feed*, que garante o acesso à informação e estimula a interação entre usuários, e os diversos *hiperlinks* que, distribuídos nas três colunas, alavancam ainda mais a interatividade e servem para direcionar ao usuário tanto conteúdos internos quanto externos à plataforma. Além disso, é bom lembrar que a estrutura operacional do *Twitter/X* – assim como a de qualquer plataforma *online*, seja ela uma rede social, um site de busca, um site de compra etc. – é composta por vários conjuntos de algoritmos, entre eles os de *Data mining* e de *Machine learning*, responsáveis por identificar os padrões de interesse do usuário e, a partir disso, direcionar a ele o conteúdo que mais lhe é compatível. Diante disso, já é possível, então, começar a questionar como esse perfilamento cirúrgico do usuário tem grande potencial para gerar impactos sociocognitivos, isto é, para condicionar e até alterar as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir, especialmente quando consideramos as relações intersubjetivas estabelecidas no ambiente digital, as quais são reveladoras do compartilhamento de padrões e de conteúdos nas experiências *online*.

Um primeiro aspecto a levar em conta é que as duas principais funções de uma rede social (conectar pessoas e promover acesso à informação) são, hoje, fundamentalmente complementares, tendo em vista que os usuários da plataforma interagem entre si não porque necessariamente se conhecem, mas porque têm interesses em comum, porque consomem conteúdos similares, e isto é algo que, como já foi dito, a plataforma identifica com grande facilidade. Nesses termos, o reconhecimento de padrões de interesse e de engajamento dos usuários funciona, na prática, como um mecanismo que, por um lado, promove a interatividade e fortalece a coesão entre certos grupos de pessoas que têm interesses em comum, mas, por outro, também acaba “isolando” esses grupos, na medida em que a plataforma, buscando entregar a cada usuário apenas aquilo que mais lhe interessa, favorece a criação de “bolhas de conteúdo”, de modo que aquilo que diverge do perfil dos usuários deixa de ser direcionado a eles, dificultando, com isso, o contato com temas diversos e com pontos de vista divergentes. Assim, embora este funcionamento algorítmico favoreça o desenvolvimento de um tipo de coesão social focada em grupos específicos, não há como ignorar que esse caráter fragmentário também possui potencial para produzir consequências danosas ao funcionamento social, pois, entre outras coisas, dificulta a interatividade entre pessoas que têm perspectivas diferentes e, por causa disso, pode agravar, por exemplo, conflitos de caráter ideológico e alavancar a intolerância. Isto fica particularmente claro quando observamos a circulação de conteúdos de

natureza política dentro da plataforma que, no caso do Brasil, sem dúvidas contribuiu para recrudescer a polarização ideológica e discursiva vivida nas últimas décadas, a qual está na base da intensa turbulência política que chegou a ameaçar até mesmo a existência do nosso sistema democrático – trataremos deste tópico de maneira mais específica e aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho, mas fato é que estudiosos de diversas áreas do conhecimento têm chegado a esta mesma conclusão, a exemplo de Machado e Miskolci (2019, p. 960), que, a partir de uma análise de cunho sociológico do *Facebook*, concluíram que:

O modo de funcionamento do Facebook gera bolhas de opinião em torno de certos consensos, os quais, por sua vez, se consolidam por meio de oposições a outras “bolhas”/grupos sociais. O colapso contextual tende a expor diferenças, gerar atritos, incentivar respostas indignadas, apoios apaixonados ou mesmo rechaços baseados na projeção de preconceitos. Numa escala mais ampla e repetida ao longo do tempo, essa dinâmica rompe pactos sociais silenciosos de tolerância, destrói as formas de mediações preexistentes e coloca temas complexos num debate raso e simplificador em que todos são juízes ou réus do pensamento alheio. Ao mesmo tempo, as redes digitais expõem maniqueísmos já presentes na sociedade [...].

Com efeito, outro importante desdobramento do funcionamento algorítmico que é constitutivo da plataforma e que também ajuda a fortalecer o compartilhamento fragmentário de determinados padrões e conteúdos implicados nas relações intersubjetivas *online* é o uso das *hashtags*. Este recurso interativo do *Twitter/X*, que ocupa lugar de protagonismo na plataforma, confere ainda mais visibilidade a temas populares na rede e, embora funcione como uma espécie de “mecanismo integrador” (na medida em que aproxima grupos divergentes em torno de determinados temas), acaba contribuindo ainda mais para o fortalecimento deste tipo coesão fragmentária, pois potencializa o antagonismo discursivo e ideológico entre grupos (*nós/eles*) e, em última instância, como bem disseram Machado e Miskolci, “[...] coloca temas complexos num debate raso e simplificador em que todos são juízes ou réus do pensamento alheio”. Mais além, também é bom ter em mente que, de uma perspectiva cognitiva, os conteúdos compartilhados pelos usuários dentro da plataforma são reveladores de padrões intersubjetivos mais complexos, tanto no que diz respeito às emoções e aos sentimentos (como dispositivos homeostáticos) quanto no que diz respeito a esquemas conceituais e imagéticos (como “matrizes de sentido”), os quais, é bom reforçar, são otimizados, em termos de alcance e influência, pelo funcionamento algorítmico que é constitutivo da plataforma. Por causa disso, estudiosos de áreas variadas do conhecimento têm constantemente investido na criação de novos métodos de análise (semiótica, textual, discursiva) a fim de investigar as matrizes de sentido que circulam e ganham força, especificamente, nas redes sociais, e que, no âmbito das ciências da computação, a *análise (algorítmica) de sentimentos* – a qual muito nos interessa e

que será devidamente incorporada na parte analítica deste trabalho – vem se desenvolvendo em ritmo acelerado a partir de métodos analíticos<sup>27</sup> que permitem mapear, por exemplo, níveis de polaridade emotiva (positiva/neutra/negativa) e até mesmo emoções específicas (raiva, medo, alegria etc.) implicados nas atividades *online* dos usuários, os quais apontam diretamente para aquilo que Smith e Makie (2008) chamaram de emoções intergrupais<sup>28</sup>.

De maneira geral, portanto, parece seguro dizer que, de uma perspectiva cognitivo-discursiva, as relações intersubjetivas que se desenvolvem no ambiente virtual, mapeadas e filtradas pelos conjuntos de algoritmos que compõem a plataforma, refletem e refratam os padrões e os conteúdos experienciais compartilhados pelos usuários, como que numa espécie de “via de mão-dupla”, tendo em vista que a agentividade dos sujeitos, fundamentalmente social e interativa, está sempre em constante atualização e, por causa disso, está sujeita a múltiplas influências, sobretudo no que diz respeito aos padrões de atividade e de comportamento em grupo no ambiente virtual. Sendo assim, finalmente estamos prontos para proceder à análise do objeto selecionado – os principais padrões e conteúdos de experiência intersubjetiva mobilizados pela narrativa política de Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil e ávido usuário das redes sociais, especificamente no período da campanha eleitoral de 2018 para a presidência da república –, a fim de corroborar esta hipótese e ilustrar, de maneira efetiva, como a pervasividade algorítmica dos sistemas e plataformas digitais não apenas exerce notável influência sobre a nossa atividade cognitiva, isto é, sobre as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir, mas também foi capaz de produzir impactos nocivos sobre o funcionamento social do nosso país, que nas últimas décadas passa por uma intensa turbulência política, a qual, como veremos, foi significativamente agravada pelo uso generalizado das redes sociais. Dito isso, convém agora encerrar esta seção e recapitular as principais contribuições do capítulo, a fim de juntar todos os pontos e encaminhar o início da análise.

---

<sup>27</sup> Malini, Ciarelli e Medeiros (2017, p. 325) citam quatro métodos analíticos principais: “(1) por meio de sentimentos específicos, ou seja, identificação de sentimentos preestabelecidos para o *corpora* em questão, geralmente pensados de acordo com o tema coletado (por exemplo, analisar o medo em contextos de difusão de notícias sobre violência, ou o empoderamento em quadros de ativismo *online*); (2) os sentimentos genéricos, os quais também são preestabelecidos para análises comparativas, porém, se inserem no termo genérico por se enquadrar em qualquer *corpora*, e.g., alegria, raiva, medo, empoderamento, desgosto, surpresa, confiança, etc.; (3) polaridades, nas quais se pode perceber, por meio da soma de pontuações de palavras entre positivo e negativo, qual é a polaridade das frases, mensagens ou perfis analisados; e (4) *emoticons* e/ou *emojis*, os quais se dividem entre positivos e negativos ou entre sentimentos genéricos”.

<sup>28</sup> De acordo com Smith e Makie (2008, p. 429, tradução minha): “[...] emoções intergrupais são geralmente semelhantes a emoções de nível individual na forma como são experimentadas, nos efeitos que elas têm sobre os processos cognitivos, perceptivos e motores, e assim por diante. Elas se diferem na maneira como são eliciadas (isto é, por ser relevante para o grupo, e não para eventos pessoalmente relevantes) e em suas funções (ou seja, na regulação do comportamento relacionado ao grupo ou coletivo, e não do comportamento puramente individual)”.

## 2.3 Conclusões

O propósito deste segundo capítulo da pesquisa foi apresentar o conceito de Revolução Algorítmica, compreendido como um fenômeno sociocognitivo contemporâneo facultado pelo intenso desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, a fim de identificar a maneira pela qual a arquitetura algorítmica que dá forma e ritmo operacional ao funcionamento dos atuais dispositivos, sistemas e plataformas digitais, pervasivos em praticamente todas as nossas atividades cotidianas, condiciona grande parte das nossas relações intersubjetivas (transbordando dos ambientes digitais aos físicos) e, por causa disso, tem gerado impactos significativos sobre as nossas formas de sentir, saber, agir e interagir em sociedade. Para sustentar esta tese, a primeira seção se dedicou a uma breve apresentação de alguns fatores históricos que foram decisivos para o surgimento das ciências da computação, os quais são reveladores dos seus fundamentos lógico-matemáticos (a criação da lógica simbólica, por George Boole, e a elaboração do primeiro modelo teórico de automatização algorítmica, por Alan Turing) e dos seus fundamentos cognitivos (o desenvolvimento das teorias computacionais da mente). Com isso, a ideia foi deixar claro que a metáfora “pensar é computar”, embora seja equivocada e já tenha sido superada, sem dúvidas foi proveitosamente utilizada no âmbito das ciências cognitivas e fomentou avanços substanciais tanto para a investigação da cognição humana quanto para o desenvolvimento da tecnologia. Na sequência, a segunda seção se dedicou a efetivamente introduzir o conceito de Revolução Algorítmica a partir da identificação dos três pilares básicos da Era Digital (coleta/armazenamento de dados, análise de dados e aprendizagem de máquinas) e dos seus respectivos correlatos operacionais (*Big data*, *Data mining* e *Machine learning*) no âmbito das ciências da computação, os quais respondem pela arquitetura algorítmica que subjaz a estrutura do ambiente digital e, acima de tudo, que autoriza o perfilamento cirúrgico dos usuários da internet, na medida em que é capaz de identificar os seus principais padrões de interesse e de engajamento e, assim, conduzir as suas experiências *online*. A partir daí, avançamos em direção ao mapeamento de algumas das principais *affordances* do ambiente virtual, com foco na estrutura e no funcionamento da rede social *Twitter/X*, a fim de ilustrar a maneira pela qual elas conduzem as nossas experiências *online* e, por causa disso, têm participação decisiva nas relações intersubjetivas (isto é, no compartilhamento de padrões e de conteúdos experienciais) que se estabelecem, a princípio, dentro da plataforma, mas que eventualmente se espriam nas atividades cotidianas em sociedade – algo que será oportunamente avaliado no terceiro capítulo, mas que, como ficou claro, já é consenso entre os estudiosos que investigam os efeitos da tecnologia sobre a cognição

humana. Sendo assim, diante deste percurso, é possível concluir que (1) o desenvolvimento das ciências da computação e, por extensão, da tecnologia, sempre esteve fundamentalmente conectado à investigação da nossa atividade cognitiva, e isto é precisamente o que justifica a influência e a pervasividade dos dispositivos, sistemas e plataformas digitais nas nossas atividades cotidianas, que são desenhados para otimizar as nossas experiências mais básicas em sociedade; (2) o perfilamento cirúrgico dos usuários da internet, facultado pelos conjuntos de algoritmos que são constitutivos dos ambiente digital e que identificam com grande facilidade os seus principais padrões de interesse e de engajamento, promove um tipo de coesão social fragmentária que favorece a unidade de determinados grupos e, ao mesmo tempo, potencializa o antagonismo *nós/eles*, algo que claramente tem produzido impactos nocivos ao funcionamento social e que se manifesta, por exemplo, no aumento dos índices de intolerância e violência percebido nas sociedades contemporâneas, especialmente no que diz respeito à esfera política; (3) a Revolução Algorítmica de fato pode ser compreendida como um fenômeno sociocognitivo, na medida em que a estrutura e o funcionamento algorítmico do ambiente virtual exercem notável influência sobre as nossas relações intersubjetivas em sociedade, ou seja, sobre as nossas emoções, as nossas (inter)ações e sobre o nosso comportamento em sociedade, pois, entre outras coisas, condicionam o compartilhamento dos nossos principais padrões e conteúdos experienciais.

### CAPÍTULO 3: EMOÇÕES EM GUERRA

Este capítulo se destina a conjugar e a operacionalizar as conclusões alcançadas nos capítulos anteriores – (1) a intersubjetividade é condição da vida humana e parte constitutiva do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva; e (2) a Revolução Algorítmica é pervasiva e condiciona grande parte das nossas experiências cotidianas – por meio da análise de um objeto empírico: a ascensão do *fenômeno do bolsonarismo*, cuja origem pode ser rastreada aos principais padrões e conteúdos experienciais intersubjetivamente compartilhados por Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018, a qual foi executada majoritariamente nas redes sociais. Para tanto, o capítulo se divide em três seções: na primeira, serão apresentados o objeto, o *corpus* e os métodos analíticos, bem como uma breve análise a respeito do cenário de crise político-econômica que, desde 2013, vinha sendo construído no Brasil e que, entre outras coisas, contribuiu de maneira decisiva para a ascensão deste fenômeno. Na sequência, a segunda seção se propõe a analisar aquilo que chamarei de campanha “oficial” de Bolsonaro, a qual contempla o seu Plano de governo e a sua participação em dois debates eleitorais e em uma entrevista – tudo isso ocorrido antes do atentado a faca infligido ao presidenciável, que, a partir daí, transferiu a sua campanha para as redes sociais. Nesses termos, levando em conta a relação reflexiva e refratária implicada no compartilhamento intersubjetivo dos padrões e dos conteúdos das experiências conscientes, a ideia é mapear, a partir destes objetos, os principais *padrões discursivos* e os principais *padrões emotivos* mobilizados pela narrativa política de Jair Bolsonaro, a fim de identificar o seu estatuto ético e as emoções primárias suscitadas pelo seu discurso. Por fim, a terceira seção se propõe a analisar, tanto quantitativa quanto qualitativamente, aquilo que chamarei de campanha “extraoficial” de Bolsonaro, a qual foi executada nas redes sociais, sobretudo por meio de *lives*, e que, em grande medida, amplificou os efeitos dos padrões discursivos e emotivos sobre a população brasileira, sobretudo em virtude da arquitetura algorítmica que subjaz o funcionamento das redes sociais, a qual fomenta um tipo de coesão social fragmentária que aproxima pessoas ideologicamente compatíveis, mas, ao mesmo tempo, impede o diálogo com pessoas que tenham perspectivas diferentes – e isto foi algo que, como veremos, fortaleceu a natureza bélica dos padrões discursivos e emotivos mobilizados por Bolsonaro. Em suma, este capítulo pode ser compreendido como o amálgama operacional de tudo o que foi dito nos capítulos anteriores e que, de maneira auspiciosa, visa contribuir para a compreensão de um fenômeno sociocultural, político e ideológico extremamente complexo, que impactou de maneira profunda as experiências cotidianas de todos os brasileiros.

### 3.1 Visão panorâmica

#### 3.1.1 Objeto, corpus e métodos de análise

Embora os dois capítulos anteriores tenham deixado claro que este trabalho tem uma natureza predominantemente teórica, cujo propósito central é contribuir para uma melhor compreensão da atividade cognitiva humana, além de propor uma breve reflexão acerca dos efeitos da tecnologia sobre os nossos modos de sentir, conhecer, agir e interagir em sociedade, este terceiro capítulo de pesquisa tem uma natureza fundamentalmente prática, na medida em que se destina não apenas a conjugar as conclusões alcançadas nos capítulos anteriores, mas também a sustentar e a ilustrar a sua aplicabilidade analítica por meio da avaliação de um objeto empírico. Para tanto, compreendendo a esfera política como um dos mais proeminentes campos da atividade humana, tendo em vista a sua notória e pervasiva influência sobre praticamente todas as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir em sociedade, o objeto selecionado para a análise é a narrativa política de Jair Bolsonaro, especificamente durante o período das eleições presidenciais de 2018 (agosto, setembro e outubro), a qual fomentou a ascensão do *fenômeno do bolsonarismo*, compreendido como uma significativa mudança paradigmática na forma de se fazer política no Brasil, que não apenas produziu efeitos danosos à vida social e ao comportamento coletivo dos brasileiros, mas também desestabilizou o funcionamento do nosso sistema político e chegou até mesmo a ameaçar a existência da nossa democracia. Nesses termos, o propósito analítico deste capítulo é mapear e avaliar os principais padrões e conteúdos experienciais compartilhados intersubjetivamente por Jair Bolsonaro durante a sua campanha, os quais são reveladores não apenas das “matrizes de sentido” que guiam o seu estatuto ético e ideológico, mas também do fomento de determinadas emoções primárias que, gradualmente, se converteram em sentimentos mais profundos e que, em última instância, foram capazes de impactar de maneira significativa o modo como a população brasileira passou a experienciar e a compreender o funcionamento político do país. Além disso, é imprescindível levar em conta a forte influência do desenvolvimento tecnológico (base da Revolução Algorítmica) sobre o compartilhamento destes padrões e conteúdos, sobretudo porque a campanha de Jair Bolsonaro foi majoritariamente executada no ambiente digital, por meio do uso intenso das plataformas das redes sociais, algo que, sem dúvidas, ampliou o seu alcance e a sua efetividade.

Sendo assim, a hipótese deste capítulo analítico é a de que a ascensão do fenômeno do bolsonarismo, engendrada a partir da narrativa política de Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018, é fundamentalmente constituída pelo intenso compartilhamento intersubjetivo de padrões e conteúdos experienciais que não apenas estimulam a experiência

de um cenário de guerra cultural, discursiva e ideológica constante, mas, acima de tudo, desencadeiam comportamentos sociais fortemente orientados por emoções primárias de caráter negativo. De modo mais específico, e levando em conta a dinâmica reflexiva e refratária estabelecida entre os padrões e os conteúdos experienciais, como ficou claro no primeiro capítulo deste trabalho, procederemos à análise da narrativa política de Jair Bolsonaro por meio do mapeamento e da avaliação dos principais *padrões discursivos*, os quais se ancoram fundamentalmente em matrizes de sentido que revelam valores *conservadores, liberais, militaristas e religiosos*, e dos principais *padrões emotivos*, ancorados, sobretudo, nas emoções primárias de *raiva, medo e repulsa*, as quais, gradualmente, têm potencial para se transformarem em sentimentos mais profundos, como *ódio, pânico e desprezo* – algo que, como veremos, fatalmente se reflete no aumento dos índices de violência e de intolerância que experienciamos, ainda hoje, na sociedade brasileira. Nesses termos, será possível compreender como a campanha de Bolsonaro conseguiu capitalizar o sentimento de descontentamento generalizado da população brasileira com o sistema político do país, o qual vinha sendo gradualmente construído durante a crise político-econômica da última década, como veremos já na próxima subseção, e que, no fim das contas, justifica a meteórica ascensão do fenômeno do bolsonarismo.

Para sustentar esta hipótese, o *corpus* selecionado para a análise é composto pelos seguintes registros textuais e audiovisuais produzidos por Bolsonaro e por sua equipe durante o período oficial da campanha, que, como já foi dito, contempla os meses de agosto, setembro e outubro de 2018: (1) o seu Plano de governo; (2) os dois debates eleitorais em que Bolsonaro esteve presente; (3) uma entrevista concedida ao Jornal Nacional; e (4) quinze *lives* transmitidas nas redes sociais durante os meses da campanha. Diante disso, importa sublinhar o fato de que o *corpus* foi organizado de maneira a respeitar a sequência cronológica da produção de cada um destes objetos, a fim de realçar uma significativa mudança de estratégia na execução da campanha, a qual ocorreu, sobretudo, em virtude da facada infligida a Bolsonaro durante passeata em Juiz de Fora, no dia 6 de setembro de 2018, que dificultou a sua participação nos eventos oficiais (debates e entrevistas) e “autorizou” a transferência de sua campanha para as redes sociais. Por causa disso, a análise irá abranger esses dois momentos de maneira separada, tendo em vista os significativos efeitos produzidos por esta mudança de estratégia, que, como veremos, rendeu frutos muito positivos à campanha, sobretudo porque, nas redes sociais, Bolsonaro passou a ter grande liberdade para dialogar diretamente com o seu público, sem a obrigação de respeitar certos protocolos éticos que, via de regra, eram impostos nos eventos oficiais – entre as suas numerosas falas antiéticas se destacam, por exemplo, os ataques viscerais

ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a disseminação de diversas *fake News*, que, no fim das contas, deram ainda mais força ao fomento das emoções primárias apontadas acima, como veremos.

Sendo assim, o capítulo se dividirá em duas seções principais, relativas à análise dos materiais oficiais (o Plano de governo, os debates e a entrevista) e extraoficiais (as *lives* nas redes sociais), a qual será feita tanto de modo *qualitativo*, por meio de uma abordagem cognitivo-discursiva, quanto *quantitativo*, por meio de uma abordagem algorítmica. Explico: todos os objetos serão, num primeiro momento, analisados por meio de um mapeamento dos principais eixos temáticos trabalhados na campanha – são eles: (1) gestão política/ideologia, (2) economia, (3) segurança, (4) educação, (5) saúde e (6) infraestrutura – com o propósito de identificar os principais padrões discursivos e emotivos mobilizados para sustentar as visões e os planos de Bolsonaro para cada um deles, algo que resultará em gráficos percentuais, gerados algoritmicamente, que esclarecerão o foco de suas prioridades. Ou seja, todos os objetos serão analisados de uma perspectiva *qualitativa* e *quantitativa*, mas, nesse ponto, é importante sublinhar que as *lives* produzidas nas redes sociais terão outra camada analítica, relativa à análise de polaridades das falas de Bolsonaro a respeito de cada eixo. Assim, as quinze *lives* serão submetidas a um processo de análise algorítmica, ancorada em quatro modelos gratuitos de Inteligência Artificial<sup>29</sup>, que utilizam métodos de NLP (*Natural Language Processing*) e de *Machine Learning* a fim de avaliar o grau de polaridade (positivo/neutro/negativo) de produção e de recepção destes objetos, algo que irá somar forças à análise “humana” de teor predominantemente qualitativo, pois facilitará a avaliação do alcance e dos efeitos destes materiais sobre os usuários das redes.

A ideia, portanto, é promover uma análise capaz de mapear e avaliar, tanto por um viés cognitivo-discursivo quanto por um viés algorítmico, a maneira pela qual os principais padrões e conteúdos intersubjetivamente compartilhados por Bolsonaro em sua campanha foram capazes de engendrar uma mudança radical e paradigmática não apenas na esfera política, mas também nas relações interpessoais e coletivas da população brasileira, que se manifesta, por exemplo, no aumento dos índices de violência e de intolerância que presenciamos ainda hoje, mesmo depois do resultado das eleições de 2022, quando Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, voltou à presidência da república. Dito de outro modo, o bolsonarismo é compreendido neste

---

<sup>29</sup> Os modelos de IA, os quais são pré-treinados para realizar análise de sentimentos baseados em polaridades e se valem da macro estrutura do BERT, principal IA do Google, são os seguintes: (1) *DistilBERT*, desenvolvido pelo engenheiro de IA Lik Xun Yuan em Cingapura; (2) *CitizenLab*, desenvolvido pelo SEBRAE; (3) *CardiffNLP*, desenvolvido pela Universidade Cardiff, no País de Gales; e (4) *mDeBERT*, desenvolvido pelo engenheiro de *machine learning* Moritz Laurer, na Alemanha.

trabalho como um fenômeno extremamente complexo, que não se limitou apenas à esfera política, mas que também se espalhou em diversos setores da sociedade na forma de uma genuína guerra cultural, discursiva e ideológica que, inclusive, já pôs em risco até a nossa democracia – exemplo disso foi a irada e descomunal depredação do Palácio do Congresso Nacional, ocorrida em 8 de janeiro de 2023 e chamada por muitos veículos de comunicação de “Intentona Bolsonarista”, cujo propósito era tentar instigar um novo golpe militar no país, a fim de impedir, pela violência, o novo governo do PT. Em suma, este último capítulo da pesquisa, como já foi dito, busca operacionalizar as conclusões alcançadas nos capítulos anteriores por meio da análise de um objeto empírico: a ascensão do fenômeno do bolsonarismo, cuja primeira força motriz foram os padrões e os conteúdos experienciais intersubjetivamente compartilhados por Jair Bolsonaro durante o período da campanha presidencial de 2018. Dito isso, antes de procedermos à efetiva análise do objeto selecionado, convém fazer uma breve recapitulação contextual acerca do cenário de crise que vinha se estabelecendo na esfera política brasileira desde 2013, que, sem dúvidas, foi decisivo para a ascensão do fenômeno do bolsonarismo.

### 3.1.2 Esfera política brasileira: prelúdios da guerra

Ao longo de sua história, a esfera política brasileira já passou por diversos momentos agudos de crise e instabilidade, que ameaçaram não apenas o bem-estar social da população, mas também a própria existência da nossa democracia (a qual, talvez por ser relativamente jovem, ainda é muito suscetível a ataques estruturais), e, de maneira geral, a última década é sintomática de um desses momentos. Na verdade, convém reconhecer que as raízes da atual crise política brasileira, marcada por uma polarizada guerra cultural, discursiva e ideológica que “[...] converte qualquer adversário em inimigo, cuja eliminação principia simbolicamente pelo recurso à retórica do ódio”, como aponta Castro Rocha (2021, p. 371), são muito mais longevas, profundas e estruturais do que mostram os eventos da última década – sobretudo porque se relacionam a determinadas *matrizes de sentido* que são sistematicamente atualizadas no nosso país, a exemplo dos valores conservadores que repudiam a famigerada “ameaça comunista”, a qual, como se sabe, foi a tese central do golpe de Estado que destituiu João Goulart da presidência da república e instaurou a Ditadura Militar, em 1964 –, mas há pelo menos dois fatores recentes que foram decisivos para torná-la muito particular: uma inédita *descentralização política*, que destronou oligarquias políticas tradicionais no nosso país (MDB, PT e PSDB) e somou forças à ascensão do fenômeno do bolsonarismo, sobre o qual nos debruçaremos mais à frente, e uma significativa *descentralização midiática*, facultada por

aquilo que, no capítulo anterior, chamei de Revolução Algorítmica e que, entre outras coisas, redirecionou grande parte do acesso e do consumo de informações para as plataformas das redes sociais, abalando, com isso, o antigo monopólio das mídias tradicionais (televisão, rádio, jornal impresso) e, mais além, potencializando a circulação generalizada de fenômenos comunicativos prejudiciais ao funcionamento social, a exemplo das *fake News* (notícias falsas). Com efeito, essas duas descentralizações são intimamente conectadas e foram sendo gradualmente consolidadas na última década, de modo que convém, nesse momento, realizar uma brevíssima e pontual recapitulação de alguns dos principais eventos políticos que as promoveram.

Pois bem, antes de qualquer coisa, é preciso ter em mente que o início da década de 2010 foi profundamente marcado pelos efeitos da crise econômica mundial (2008), especialmente na Europa, onde diversos países foram obrigados a anunciar planos de socorro à economia. No caso do Brasil, as consequências desta crise começaram a se fazer perceptíveis de forma relativamente tardia, algo que se explica pelo fato de que as nossas políticas externas para lidar com a economia se apoiam, basicamente, na posse de *royalties* e na venda de *commodities* de matérias-primas como petróleo, minério, carne e soja, de modo que, enquanto a China, nossa maior importadora, manteve o grande fluxo comercial com o Brasil, o país sofreu poucos impactos econômicos e, de fato, até 2010 a população vivia um bom momento, que se traduzia em baixas taxas de juros e alto poder de compra. A partir de 2011, no entanto, os reflexos da crise começaram a afetar a economia nacional, sobretudo porque a China reduziu drasticamente as suas importações, e, entre 2013 e 2016, se acentuaram de maneira significativa, algo que forçou o governo federal, à época comandado por Dilma Rousseff (PT), a anunciar medidas de austeridade econômica que, evidentemente, desagradaram todos os setores da sociedade. Nesse cenário, o ano de 2013 é um grande marco no desenvolvimento da crise político-econômica brasileira, pois não apenas inaugura a intensa onda de protestos que se espalhou por todo o país – cuja mobilização, é bom dizer, foi ostensivamente organizada dentro das plataformas das redes sociais –, mas também simboliza o “prelúdio” da guerra cultural, discursiva e ideológica que gradualmente tomaria formas mais definidas (e polarizadas) nos anos seguintes, a partir de uma série de eventos encadeados, entre eles: a realização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo no Brasil (2014), a reeleição de Dilma Rousseff para a presidência da república (2014), os protestos mobilizados pela Federação das Indústrias de São Paulo (2015), o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), o breve e intenso governo interino de Michel Temer (2016-2018) e, finalmente, as eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro (2018).

De maneira bem panorâmica e simplificada, os eventos da última década mostram que a crise política brasileira foi gestada no cenário econômico, a partir do momento em que o governo federal começou a adotar medidas de austeridade cujos efeitos foram sentidos por todos os setores da sociedade e, por causa disso, fomentaram a intensa mobilização social que, eventualmente, se traduziu na onda de protestos entre os anos de 2013 a 2016. Esse período, com efeito, teve início com as manifestações de rua que ficaram conhecidas como *Jornadas de junho*, cuja pauta inicial – o repúdio ao aumento das tarifas do transporte público – reuniu pessoas de praticamente todos os espectros políticos e ideológicos e, por causa disso, gradualmente impulsionou uma incipiente “unidade discursiva” que autorizou a incorporação de outras pautas populares, sobretudo econômicas, como o repúdio aos monumentais gastos do governo federal com dois grandes eventos futebolísticos que seriam realizados, à época, no país: a Copa das Confederações, ainda em 2013, e a Copa do Mundo, no ano seguinte. Nesses termos, é possível notar que os efeitos da crise econômica e, claro, as ações adotadas pelo governo federal nesse período – que, entre outras coisas, destinaram volumosos investimentos a eventos esportivos efêmeros, em detrimento de setores sociais fundamentais, como saúde e educação – figuravam no plano central das pautas das manifestações, de modo que as incompatibilidades ideológicas dos manifestantes em grande medida ficaram latentes, ofuscadas. Entre 2014 e 2015, no entanto, quando os efeitos da crise econômica alcançaram proporções críticas e, a fim de tentar amenizá-los, o governo federal se viu obrigado a propor medidas de austeridade ainda mais agudas (como corte de gastos em áreas essenciais e aumento tributário) foi possível notar que o caráter das manifestações passou a assumir contornos mais claramente ideológicos, centrados, basicamente, na realização de ataques direcionados ao recém-reeleito governo de Dilma Rousseff, algo que foi substancialmente impulsionado pelo manifesto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)<sup>30</sup>, em setembro de 2015, intitulado “eu não vou pagar o pato”, o qual interpretava o agravamento da crise econômica como um reflexo da má gestão do orçamento público e acusava o governo petista de transferir, com dolo, o ônus da crise à população.

Fato é que as manifestações de 2015, que levaram dezenas de milhares de pessoas às ruas do país, foram mais intensas do que as que ocorreram nos anos anteriores, e não apenas porque a crise econômica se agravou, mas, sobretudo, porque a oposição ao governo de Dilma Rousseff, liderada por empresários proeminentes (como Paulo Skaf, então presidente da FIESP), pela mídia de massa brasileira (em especial o Grupo Globo e o Jornal Folha de São

---

<sup>30</sup> Para uma análise mais detalhada do manifesto, conferir Costa (2018, p. 62-65).

Paulo) e por uma parcela significativa de integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário, se engajou de maneira vigorosa, recrutou grande parte da população e, com isso, gradualmente passou a pulverizar a governabilidade do Partido dos Trabalhadores. Essa coordenação estratégica da oposição fica particularmente clara quando observamos a grande repercussão dada às “pedaladas fiscais”, que consistem em uma manobra econômica, não prevista formalmente na Constituição, por meio da qual o governo federal atrasa o repasse de verbas aos bancos nacionais com vistas a camuflar os reais números das contas públicas antes de apresentar os seus relatórios ao Tribunal de Contas da União (uma espécie de “cheque especial”) e que, em última instância, foi aquilo que oficialmente resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff, acusada (e julgada) de praticar crime de responsabilidade fiscal. Nesses termos, é possível notar que a interpretação de que as “pedaladas fiscais” seriam uma manobra inconstitucional e criminosa do governo, responsável por gerar grandes prejuízos à população, surgiu no âmbito legislativo, ganhou imensa visibilidade pela mídia de massa brasileira ao longo de 2015 e, finalmente, tornou-se a tese jurídica que jogou a última pá de cal sobre o governo de Dilma Rousseff, o qual, atacado em várias frentes de batalha, por agentes diversos, enfim colapsou.

Com a destituição da presidente eleita, então, teve início o breve e intenso governo interino de Michel Temer (MDB), cujo lema era “não pense em crise, trabalhe” e que, com notável e pernicioso celeridade, começou a executar incisivas reformas estruturais de natureza predominantemente liberal, entre as quais se destacam a Proposta de Emenda Constitucional 55/2016 (“PEC do teto de gastos”), que congelou por duas décadas o limite de investimentos federais em setores primários, como saúde e educação, o Projeto de Lei da Câmara 38/2017 (“Reforma Trabalhista”), que “flexibilizou” inúmeros direitos trabalhistas e alavancou a terceirização, e, finalmente, a Proposta de Emenda Constitucional 287/2016 (“Reforma da Previdência”), a qual, entre outras coisas, aumentou significativamente as restrições para pleitear a aposentadoria e que, em razão de sua grande impopularidade, foi aprovada somente em 2019. Com efeito, vistas em conjunto, estas reformas representam ataques diretos a uma série de direitos constitucionais e trabalhistas alcançados historicamente, de modo que a população brasileira não tardou a perceber que a “solução da crise” encontrada pelo governo interino, além de ser uma impiedosa transferência de ônus, também estava fundamentalmente sintonizada aos planos liberais das tradicionais oligarquias políticas do nosso país (em especial o MDB, partido de Michel Temer) que, descontentes com os catorze anos de governo petista (2002-2016), voltavam ao poder de maneira indireta. De fato, é precisamente nesse cenário de retrocessos e de crise político-econômica que o então deputado federal Jair Bolsonaro, outrora

visto como uma figura polêmica, vituperiosa e até mesmo caricatural<sup>31</sup>, começou a ganhar grande visibilidade e adesão popular.

Na verdade, convém lançar luz especial sobre alguns fatores intrinsecamente conectados (relativos ao contexto, aos conteúdos e aos métodos) que foram decisivos para a grande adesão popular de Jair Bolsonaro durante o período da campanha eleitoral de 2018 e, de maneira mais ampla, para a ascensão do fenômeno do bolsonarismo, o qual sobrevive ainda hoje, mesmo depois das eleições de 2022, que marcaram o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da república. Pois bem, o primeiro fator a ser destacado é que, diante de um cenário de crise econômica e de perda de direitos sociais e trabalhistas, grande parte da população brasileira estava bastante desiludida e indignada com a tradicional hegemonia do nosso sistema político – especialmente porque a deposição do governo petista, que ficou catorze anos na liderança do poder Executivo, resultou nas terríveis e implacáveis “reformas” estruturais de um governo emedebista, que desde a redemocratização elegeu outros três presidentes e, no fim das contas, sempre teve notável dominância no poder Legislativo – mas, ao mesmo tempo, mantinha-se politicamente engajada, sobretudo porque as redes sociais já haviam se consolidado como ferramenta crucial de organização e mobilização social. Nesse cenário, a campanha de Bolsonaro, como veremos de maneira mais pormenorizada nas próximas seções, foi extremamente eficaz tanto no que diz respeito à utilização das redes sociais como principal plataforma de campanha (dando o pontapé inicial da *descentralização midiática*) quanto no que diz respeito à capitalização desse sentimento de descontentamento generalizado com o sistema político (preparando o caminho para a *descentralização política*), tendo em vista que uma de suas principais propostas como candidato à presidência da república em 2018 era “combater o sistema”, ou seja, combater as estruturas institucionais, políticas e midiáticas que, na sua visão, eram as grandes responsáveis pela cíclica geração de toda sorte de mazelas sociais. Isto fica claro, por exemplo, já nas primeiras páginas do plano de governo de Bolsonaro, repletas de referências aos governos anteriores: “[p]ropomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios” (TSE, 2018, p.2).

---

<sup>31</sup> Jair Bolsonaro era visto dessa maneira em razão de diversas falas polêmicas ao longo de sua extensa carreira parlamentar, entre elas a apologia à tortura, à guerra civil e ao fechamento do Congresso Nacional – inclusive, na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, que foi presa e torturada durante a Ditadura Militar, Bolsonaro louvou a figura do General Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi chefe do Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa (DOI-CODI). Algumas destas falas foram reunidas pela revista Carta Capital e estão disponíveis em: <https://tinyurl.com/44sknkxm>.

Nesses termos, a ideia de que é necessário “combater o sistema” a fim de reverter a “crise ética, moral e fiscal”, além de já começar os preparativos para um cenário de guerra – na medida em que posiciona todos os demais agentes políticos como antagonistas/inimigos e alça Bolsonaro à condição de protagonista/herói –, também lança luz especial sobre alguns de seus principais valores como candidato à presidência, cuja natureza conservadora, distinta ética e moralmente do governo progressista anterior (nesse caso, a metonímia do “sistema”), assume contornos militaristas em razão de sua trajetória no exército e, oportunamente, se conecta a valores religiosos, como fica claro no seu *slogan* de campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Com efeito, para além destes três valores (conservadores, militaristas e religiosos), que sem dúvidas renderam a Bolsonaro muitos adeptos<sup>32</sup>, também veremos que os valores liberais são parte fundamental de sua campanha, algo que, de certa forma, está sugerido na crítica à dimensão “fiscal” da crise. Finalmente, é importante lembrar que a facada recebida durante campanha em Juiz de Fora (MG), em 6 de setembro de 2018, deu ainda mais consistência e legitimidade à jornada heroica do capitão da reserva do exército que, “ferido em batalha”, acusou diversas vezes a oposição de tentar impedir, pela força bruta, a salvação do país – inclusive, esse episódio não apenas ajudou a fortalecer ainda mais a imagem de Bolsonaro como o “mito”, que passou a ser a sua principal alcunha nos anos seguintes, mas também serviu como uma oportunidade ímpar para desobrigá-lo de participar dos debates eleitorais e, estrategicamente, potencializar ainda mais a sua campanha nas redes sociais, algo que, uma vez mais, aponta para a *descentralização midiática* – a qual, como já foi dito, reduziu drasticamente a hegemonia das mídias tradicionais (sobretudo a televisão) e, mais além, facilitou a circulação de *fake News*.

De maneira geral, portanto, embora haja outros fatores que contribuíram para a ascensão de Bolsonaro à presidência da república (entre eles as investigações da Lava-Jato, a prisão de Lula e as diversas *fake News* contra o PT, como a do “Kit gay”), sobre os quais falaremos nas seções seguintes, parece seguro dizer que a construção dessa imagem mítico-heroica, alicerçada em valores conservadores, militaristas, religiosos e liberais, cujo propósito central era salvar o país da “crise ética, moral e fiscal” instaurada pelo tradicional funcionamento do “sistema”, representado metonimicamente pelo Partido dos Trabalhadores, foi aquilo que verdadeiramente

---

<sup>32</sup> Diversas pesquisas, como a realizada em 2022 pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) – a qual pode ser acessada em: <https://tinyurl.com/mr3jjfw> – evidenciam o quanto a população brasileira tende a defender estes valores, em especial o conservadorismo, algo que fica muito claro quando temas considerados polêmicos são colocados em evidência, a exemplo da legalização do aborto e da descriminalização das drogas.

recrutou grande parte da população brasileira, consolidou o fenômeno do bolsonarismo e, em última instância, serviu como o gatilho para a efetiva instauração da guerra cultural, ideológica e discursiva que vinha gradualmente se desenvolvendo na esfera política brasileira desde 2013, a partir de uma série de eventos encadeados. Sendo assim, já está na hora de avançar em direção a uma análise mais pormenorizada da campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018, a fim de mapear as principais matrizes de sentido que compõem as suas propostas, identificar os padrões e os conteúdos experienciais compartilhados intersubjetivamente (especialmente nas redes sociais) e, finalmente, avaliar os impactos (sociais, políticos, econômicos e cognitivos) do fenômeno bolsonarista, como um todo.

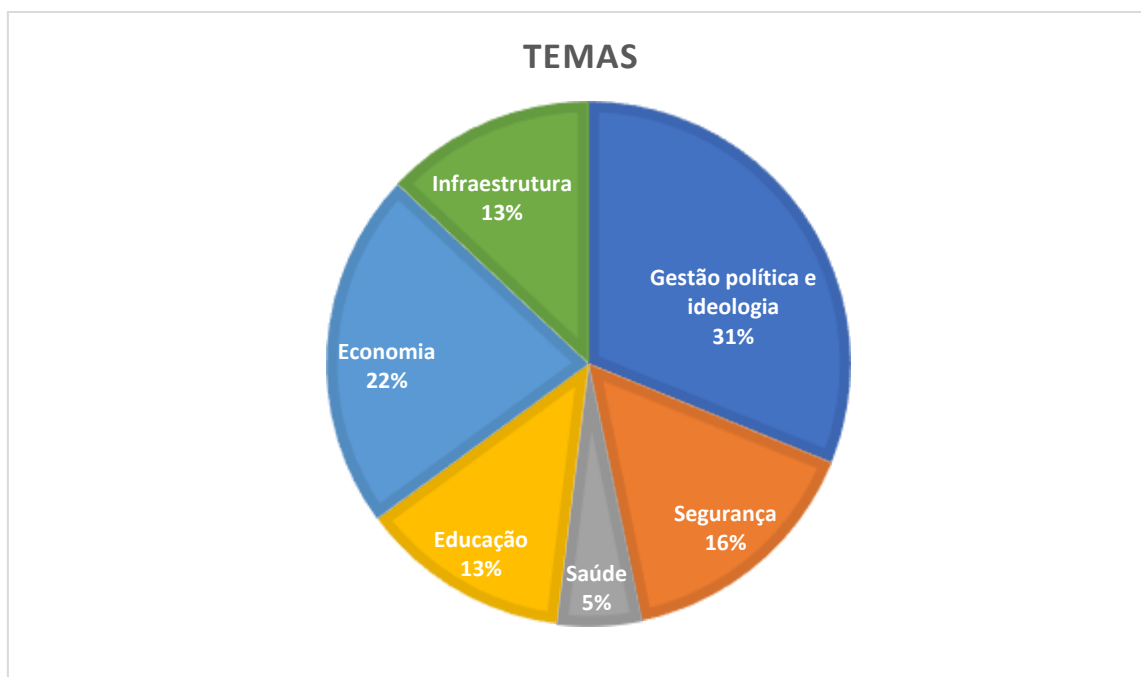
## **3.2 A campanha oficial de Jair Bolsonaro em 2018**

### **3.2.1 Plano de governo**

A candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da república foi oficializada na última semana de julho de 2018, durante uma convenção nacional do Partido Social Liberal (PSL), e já nos primeiros dias de agosto, depois da escolha do general do exército Hamilton Mourão, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), para compor a chapa como vice-presidente, o seu Plano de governo, intitulado “O caminho da prosperidade”, foi entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O documento, que totaliza 81 páginas e privilegia uma linguagem simples e acessível, se divide em cinco seções principais – (1) valores e compromissos, (2) a nova forma de governar: mais Brasil, menos Brasília, (3) Segurança e combate à corrupção, (4) Saúde e Educação e (5) Economia e Infraestrutura – e, de maneira geral, tanto a sua estrutura quanto o seu conteúdo aproximam-no mais de um “manifesto” do que de um plano de governo, tendo em vista o privilégio conferido à reiteração de valores, a análises de conjuntura e a ataques diretos ao governo anterior, em detrimento de uma apresentação mais técnica e focada nos seus futuros planos de ação. Nesses termos, o documento assume um caráter mais argumentativo/combativo do que propositivo, e isto é algo que, em grande medida, já começa a lançar luz sobre a maneira pela qual a campanha de Bolsonaro foi capaz de capitalizar o descontentamento generalizado da população brasileira com o sistema político, o qual, como já foi dito, tornou-se uma de suas principais bandeiras como candidato. Dito de outro modo, o plano de governo apresentado por Bolsonaro pode ser compreendido como um registro material do compartilhamento intersubjetivo dos principais padrões (especialmente emotivos) e conteúdos (ancorados em determinadas matrizes de sentido, como veremos) que predominavam, à época, na esfera política brasileira, de modo que

isto nos ajuda a compreender a sua ampla adesão. De um jeito ou de outro, segue abaixo o gráfico que mostra o volume de reflexões e propostas abordadas no Plano de governo, relativas a cada uma das áreas estratégicas.

**Gráfico 1. Temas abordados no Plano de governo (TSE, 2018)**



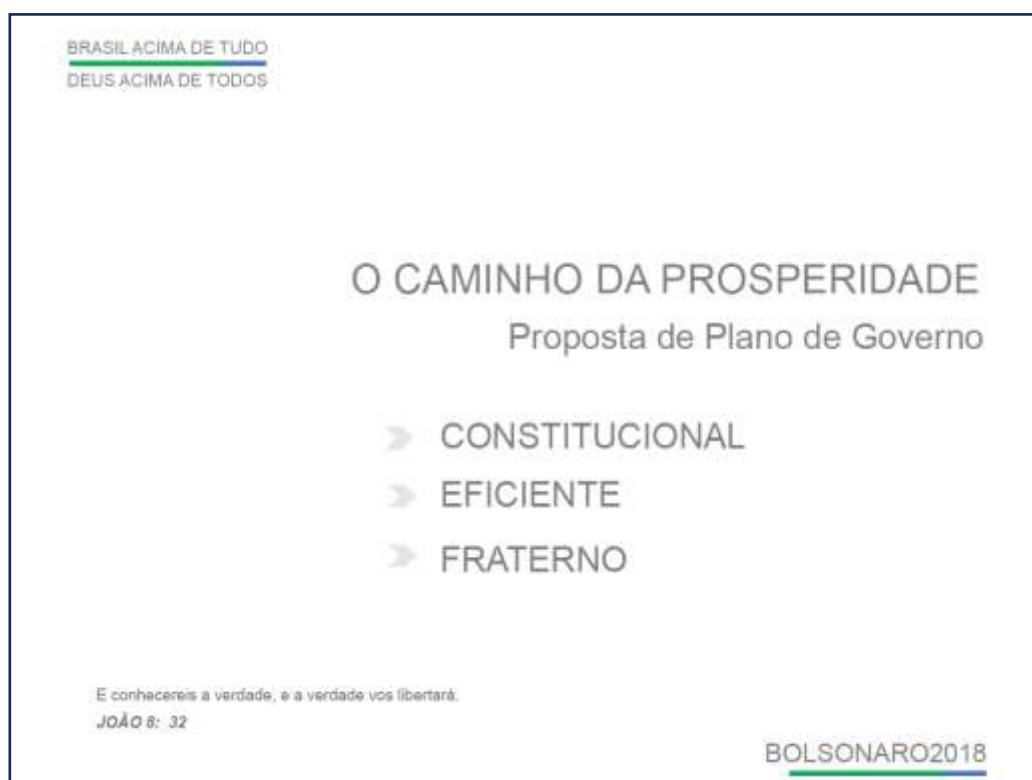
Fonte: autoral

Vejamos, então, um pouco mais de perto os pontos centrais de cada uma das seções do documento, a fim de identificar alguns desses padrões e conteúdos. Na verdade, já na capa do documento há três fatores que chamam a atenção: o primeiro deles é que, logo abaixo do título e do subtítulo, há três adjetivos destacados (constitucional, eficiente e fraterno), cujo propósito central é sumarizar aquilo que seriam as principais virtudes constitutivas de seu futuro governo, mas que, ao mesmo tempo, também podem ser compreendidos como uma forma de marcar o distanciamento do governo anterior – grosso modo: Dilma Rousseff foi destituída da presidência porque, supostamente, executou uma manobra econômica *inconstitucional*, em razão de uma gestão *ineficiente* do orçamento público; além disso, o conceito de *fraternidade*, embora se ancore historicamente nos ideais burgueses da Revolução Francesa, também representa aquilo que alguns autores<sup>33</sup> denominam “Cristianismo social”, algo que sinaliza a dimensão religiosa da sua proposta e, no fim das contas, vai de encontro à ideia de laicidade do Estado prevista na Constituição e, claro, defendida pelo governo do PT. Com efeito, o segundo

<sup>33</sup> Cf. Tosi (2016).

fator a ser destacado na capa do documento tem igualmente um caráter religioso, manifesto em um versículo bíblico – “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará (João 8:32)” –, o qual aponta para a ideia de que o país precisa ser salvo/liberto do mal e da mentira e, ao mesmo tempo, aproxima a figura de Bolsonaro à de Cristo, tendo em vista que o versículo está inscrito em uma seção na qual Jesus defende a sua missão e a sua autoridade como salvador do mundo. Finalmente, o último aspecto presente na capa, mas que se espraia por todo o documento, diz respeito ao sistema de cores (verde, amarelo, azul e branco, constituintes da bandeira nacional), o qual, mais uma vez, marca o distanciamento do governo anterior, sempre apresentado, em tom negativo, pela cor vermelha, de modo que, com isso, se estabelece um claro contraste entre o “patriotismo” do capitão reformado do exército brasileiro e a suposta “ameaça comunista” que há décadas habita o imaginário coletivo da população brasileira e que é recorrentemente associada ao PT. Segue abaixo a imagem da capa do documento.

**Figura 6. Capa do Plano de governo de Jair Bolsonaro**



Fonte: TSE (2018)

Na sequência, a contracapa do plano de governo continua reforçando o distanciamento do governo anterior e começa a lançar luz especial sobre um dos principais conceitos defendidos por Bolsonaro: a Liberdade. Entretanto, a ideia de alcançar um “Brasil livre”, na perspectiva

bolsonarista, se aplica majoritariamente ao cenário econômico (liberalismo), tendo em vista o seu caráter conservador no que diz respeito, por exemplo, aos valores sociais, como começa a ficar claro já na primeira seção do documento, intitulada “valores e compromissos” (TSE, 2018, p. 4-8), quando são apresentadas algumas versões e aplicações do conceito, entre elas: a “livre iniciativa”, como ideal econômico que irá resultar na *propriedade privada* (registrada em caixa alta) e a “liberdade afetiva”, vinculada ao conceito de *família* (também registrada em caixa alta), que, na prática, foi inserida no documento apenas para defender a ideia liberal de que “[...] o Estado não deve interferir em nossas vidas” (TSE, 2018, p. 4), e não propriamente com o objetivo de reconhecer as várias configurações familiares que se desviam do tripé pai/mãe/filhos, algo que, como é de amplo conhecimento, Bolsonaro abertamente repudia<sup>34</sup> e associa, pejorativamente, ao problemático conceito de ideologia de gênero, que seria um dos grandes responsáveis pelas ameaças à família tradicional brasileira – voltaremos a este tópico mais adiante. Além disso, outras versões de liberdade presentes nesta primeira seção dizem respeito à “liberdade de opinião” (frequentemente confundida, tanto por Bolsonaro quanto por seus apoiadores, com uma espécie de licença para expor posicionamentos politicamente incorretos) e de imprensa (baseada na não regulação das mídias, algo que, como sabemos, favorece a disseminação de *fake News*). Sendo assim, vistas em conjunto, a maioria das concepções de liberdade apresentadas nesta seção se aproximam de valores conservadores e religiosos – e que, portanto, em grande medida as tornam incoerentes –, de modo que a efetiva aplicação do conceito, como já foi dito, se dá majoritariamente no cenário econômico, algo que fica claríssimo no epítome “Liberdade é o caminho da prosperidade” (TSE, 2018, p. 7), o qual, como se vê, justifica o título do seu plano de governo.

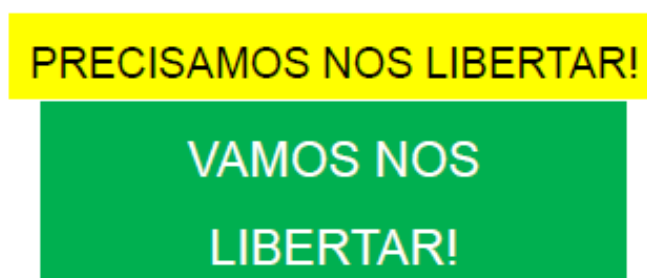
Mais além, outro aspecto a ser destacado, já no fim dessa primeira seção, que prepara o caminho para a apresentação da “nova forma de governar”, reforça o caráter predominantemente argumentativo/combativo do seu plano de governo e revela outras importantíssimas matrizes de sentido é a seguinte afirmação: “[n]os últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, (sic) se uniu (sic) às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira [...]. Precisamos nos libertar! Vamos nos libertar” (TSE, 2018, p. 8). Neste excerto, convém destacar duas questões principais: a primeira delas se refere à utilização dos conceitos de “marxismo cultural” e

---

<sup>34</sup> Em uma fala pública mais recente, já durante a campanha presidencial de 2022, Bolsonaro reforçou essa ideia: “A família está definida na Bíblia, mas está também na Constituição. Não podemos mudar a nossa sociedade. Somos isso que está aqui, um homem, uma mulher e os seus filhos. É isso que nós queremos. Não podemos deixar que mudem isso em nosso Brasil” (EM EVENTO, 2022).

“gramscismo”, que fazem parte daquilo que Castro Rocha (2021) chamou de “sistema de crenças Olavo de Carvalho<sup>35</sup>”, o qual responde por grande parte da base ideológica do bolsonarismo (compreendido como um fenômeno sociopolítico) e que é canalizada pela “retórica do ódio” (o método que transforma o adversário em inimigo a ser eliminado). Nesses termos, os dois conceitos, intrinsecamente conectados, foram cunhados a partir de uma interpretação enviesada e distorcida da obra do filósofo italiano Antonio Gramsci, segundo a qual haveria uma conspiração comunista cujo propósito central seria promover a tomada de poder por meio de uma lenta e gradual penetração da esquerda nas instâncias estatais, ao invés de uma revolução súbita e violenta. Assim, mais uma vez a tradicional ameaça comunista, fundamentalmente representada pelo PT, figura como a pedra angular da jornada heroica de Bolsonaro, que tem como missão principal salvar “os valores da Nação e da família brasileira”. Finalmente, a segunda questão a ser destacada é o aparecimento de mais uma versão do conceito de Liberdade, que conclui o raciocínio da seção: “Precisamos nos libertar [da ameaça comunista que lenta e gradualmente tomou posse das instâncias estatais]” – uma ideia que realça a dimensão intersubjetiva de sua campanha (pelo uso do pronome *nós*), convoca a população a combater a ameaça (*eles*, os comunistas) e, coerente ao sistema de cores selecionado, figura em verde e amarelo, como se vê na figura abaixo.

**Figura 7. “Precisamos nos libertar!”**



Fonte: TSE (2018, p. 8)

Avançando para a segunda seção do documento, intitulada “A nova forma de governar: mais Brasil, menos Brasília” (TSE, 2018, p. 9-20), é possível notar de maneira clara o encadeamento discursivo dos pilares fundamentais da proposta: atacar o *status quo* do sistema,

<sup>35</sup> Olavo de Carvalho (1947-2022) foi um jornalista, escritor e filósofo brasileiro, que é considerado por muitos estudiosos como sendo o mentor ideológico do discurso bolsonarista. Conhecido por sua “dicção incendiária”, repleta de palavrões e impropérios, como aponta Castro Rocha (2021, p. 39), Carvalho era fervoroso defensor do conservadorismo e alardeava a suposta existência de uma série de conspirações, entre elas a ameaça comunista.

que é compreendido como o principal gerador das mazelas sociais (em especial: o crime, a corrupção e a crise fiscal), por meio da instauração dos “princípios liberais democratas”. Para tanto, há uma alternância entre análises de conjuntura, que atacam diretamente o governo petista, e a introdução de pontuais planos de ação, algo que se percebe logo no início da seção: “Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata. Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. Tolerância ZERO com o crime, a corrupção e os privilégios” (TSE, 2018, p. 10, ênfase do autor). De fato, chama atenção a afirmação de que a esquerda estaria há trinta anos no poder, ou seja, desde a promulgação da Constituição de 1988, algo que é falso, tendo em vista os governos de José Sarney (MDB), Fernando Collor (PRN), Itamar Franco (MDB) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), todos eles com tendência a espectros políticos de direita. De todo modo, isto apenas reforça a ideia de que o sistema, na verdade, seria a própria esquerda e, mais especificamente, o Partido dos Trabalhadores, que, como ficou claro no fim da primeira seção do documento, gradualmente teria se apossado das instâncias estatais (“marxismo cultural” e “gramscismo”) e promovido as principais mazelas do país, isto é, o crime, a corrupção e a crise fiscal: “o problema é o legado do PT de ineficiência e corrupção” (TSE, 2018, p. 14).

Diante disso, o método a ser utilizado para a resolução dos problemas dependeria da implementação de um “governo liberal democrata”, cujo resultado seria uma “[...] rápida transformação cultural, onde (sic) a impunidade, o crime, a ‘vantagem’, a esperteza, (sic) deixarão de ser aceitos como parte da nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO” (TSE, 2018, p. 15, ênfase do autor). Nesse ponto, entretanto, convém sublinhar, mais uma vez, o fato de que embora o documento apresente a defesa dos “princípios liberais democratas” como a maneira mais eficiente de promover a “transformação cultural” que libertaria a nação do círculo vicioso instaurado pelo sistema, a principal aplicação destes princípios, reiterada ao longo de todo o documento, se dá na esfera econômica, algo que, nas devidas proporções, talvez fosse até coerente ao cenário de crise econômica pelo qual passava o país, mas é incoerente aos valores conservadores, militaristas e religiosos que fundamentam a ética bolsonarista. Mais além, outro aspecto a ser destacado é a afirmação metafórica de que “[m]esmo imperfeita, Nossa Constituição foi feita por representantes eleitos pelo povo”, de modo que ela “[...] será o mapa e a BÚSSOLA serão os princípios liberais democratas” (TSE, 2018, p. 11), algo que pode ser interpretado como uma insinuação de que a Constituição de 1988 precisaria ser aprimorada e que, no fim das contas, se concretizou na polêmica e destrutiva Reforma da Previdência, iniciada por Michel Temer,

mas efetivada em 2019, já durante o governo de Bolsonaro, a qual, entre outras coisas, ampliou a idade mínima e o tempo de contribuição exigidos para pleitear a aposentadoria.

Na sequência, seguindo o método de ataque ao governo anterior (utilizando, inclusive, o contraste cromático entre o vermelho e verde-amarelo) com o propósito de defender os planos de ação que seriam instaurados, o documento propõe três mudanças estruturais que, de maneira geral, são intimamente conectadas e, claro, coerentes aos princípios do liberalismo econômico que guiam o discurso bolsonarista, sobretudo no que diz respeito à ideia de que o Estado deve ser mínimo; são elas: (1) redução de ministérios, (2) Orçamento Base Zero e (3) desburocratização de obras e serviços. Assim, a primeira medida foi justificada com base no argumento de que o número de ministérios existentes à época, considerado elevado, seria uma “[...] forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular ‘toma lá-dá-cá’” (TSE, 2018, p. 17), mas que, na prática, não se concretizou, tendo em vista que, ao final do governo Bolsonaro, havia mais ministérios do que no governo Dilma – mesmo assim, é importante sublinhar que houve mudanças estruturais significativas, entre as quais se destaca o rebaixamento do Ministério da Cultura à condição de Secretaria Especial, vinculada ao Ministério do Turismo, algo que reduziu de maneira significativa os recursos destinados à pasta. Na sequência, a proposta de Orçamento Base Zero, embora não tenha sido instaurada, também sinalizava uma medida de austeridade econômica, pois, como apontam Salvador e Penante (2023, p. 11), significaria “[...] uma brutal redução dos recursos destinados no âmbito do orçamento público para as políticas sociais, pois deixaria de contar com recursos previamente definidos na Constituição e nas leis infraconstitucionais”. Ou seja, trata-se de uma proposta que descarta o histórico de investimentos destinados à realização de políticas públicas e estabelece que a destinação de recursos seja feita com base na delimitação de metas circunstanciais por parte dos gestores de área. Finalmente, a proposta de desburocratização de obras e serviços é mais uma medida de caráter liberal que visa reduzir o tamanho e o alcance das instâncias estatais e que se concretizou, por exemplo, no impulso à criação de Micro Empresas Individuais (MEIs) e na “carteira de trabalho verde-amarela”, por meio da qual “[...] o contrato individual ser[ia] priorizado frente à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ficando a cargo das/os trabalhadoras escolher fazer uso desta nova carteira, que só traz benefícios aos empregadores” (SALVADOR; PENANTE, 2023, p. 12). De fato, a desburocratização foi bem vista à época e acabou sendo concretizada, apesar de fragilizar ainda mais os direitos trabalhistas e estar ancorada em argumentos rasteiros e populistas: “[c]hega de carimbos, autorizações e burocracias [...]. Faremos um Governo que confiará no cidadão,

simplificando e quebrando a lógica que a esquerda nos impôs de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras” (TSE, 2018, p. 20).

Finalizada a breve apresentação dessas medidas estruturais, o documento passa a uma exposição mais verticalizada das linhas de ação que são consideradas prioritárias, as quais correspondem às três últimas seções do plano de governo: Segurança e combate à corrupção (p. 24-35), Saúde e Educação (p. 37-49) e Economia e Infraestrutura (p. 51-80), sendo esta última o carro-chefe do documento. Sendo assim, passemos à análise da seção dedicada aos planos para a segurança e para o combate à corrupção, mas que, na verdade, concentra-se apenas na segurança, tendo em vista que a única medida apresentada para combater a corrupção é encaminhar ao Congresso Nacional o projeto intitulado “As dez medidas contra a corrupção”, de autoria do Ministério Público Federal (2015). Pois bem, a seção se inicia com uma referência direta a um pequeno documentário produzido pelo jornal O Globo<sup>36</sup> em dezembro de 2017, intitulado “A guerra do Brasil”, cujo foco era analisar diversos dados estatísticos que revelavam um aumento significativo nos índices de homicídio no Brasil desde 2014, comparando-as a outros países. Diante disso, embora o documentário se proponha a uma análise ampla e diversificada, lançando luz, por exemplo, sobre quais são os perfis majoritários das vítimas (jovens pardos ou negros) e sobre a ineficiência das políticas públicas adotadas pelos quatro últimos presidentes da república para combater o problema, a interpretação feita pelo plano de governo de Jair Bolsonaro foi a de que a esquerda estava tentando manchar a imagem da polícia e, ao mesmo tempo, advogando em defesa do desarmamento. Nesses termos, ignorando a decisiva participação do Grupo Globo no *impeachment* de Dilma Rousseff e classificando-o como uma organização de esquerda, o documento elaborado pela equipe de Bolsonaro concentra a sua argumentação em duas teses centrais: (1) a de que a verdadeira causa do problema é o tráfico de drogas, e não a posse de armas de fogo, associando a esquerda às FARC<sup>37</sup> e acusando-a, inclusive, de incentivar o uso de entorpecentes<sup>38</sup>, e (2) a de que a polícia teria participação diminuta no aumento dos homicídios, cujos verdadeiros autores seriam “os criminosos”. Com efeito, as duas teses preparam o caminho para a apresentação das oito

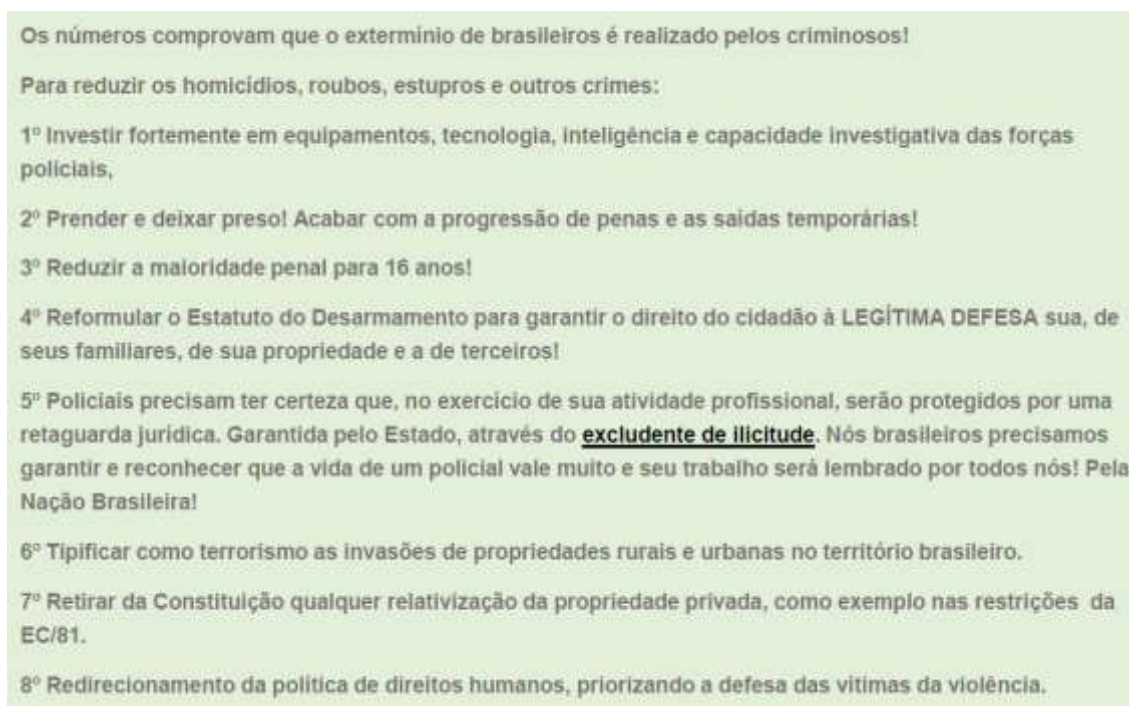
<sup>36</sup> O documentário está disponível, na íntegra, em: <https://tinyurl.com/2c3brput>.

<sup>37</sup> As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) são uma organização paramilitar criada em 1964, que, originalmente, apresentava um caráter ideológico que poderia ser considerado socialista, na medida em que defendia pautas como a reforma agrária e a distribuição de renda igualitária, mas que, em virtude da adoção de métodos desumanos e repudiáveis (como sequestros e monopólio do tráfico de drogas), passou a ser considerada uma organização terrorista.

<sup>38</sup> O plano de governo de Bolsonaro acusou a esquerda de promover o “Bolsa Crack”, uma referência direta ao programa “De braços abertos”, adotado por Fernando Haddad (PT) quando estava à frente da prefeitura de São Paulo, o qual oferecia abrigo e emprego a dependentes químicos que habitavam a região popularmente conhecida como “Cracolândia”.

propostas relativas às políticas de segurança pública, entre as quais se destacam a “reformulação” do Estatuto do Desarmamento, com vistas a facilitar a posse de armas pela população, e a ampliação do “Excludente de ilicitude”, que, na prática, busca eximir os policiais de responderem juridicamente pelas mortes causadas no exercício da profissão.

**Figura 8. As propostas para a segurança pública apresentadas por Bolsonaro**



Fonte: (TSE, 2018, p. 32)

Como se vê, as propostas apresentadas mais uma vez atribuem à esquerda a responsabilidade pelas mais variadas mazelas sociais e, oportunamente, tocam em temas que não foram devidamente trabalhados na seção – como a redução da maioridade penal e a desvirtuação do conceito de terrorismo, que, nesse caso, seria aplicado, sobretudo, às ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) – mas que, no fim das contas, são reveladoras da natureza conservadora, militarista (nos valores morais) e liberal (nos princípios econômicos, especialmente no que diz respeito à defesa da propriedade privada) que fundamentam o discurso bolsonarista. Além disso, fica claro que a campanha faz diversos acenos positivos, sobretudo no que diz respeito à ampliação de amparo jurídico e de investimentos financeiros, às Forças Armadas, incluindo aí tanto a polícia quanto o exército, ambos caracterizados como genuínos “heróis nacionais” e “último obstáculo para o socialismo” (TSE, 2018, p. 33). Finalmente, já nas últimas páginas da seção, o documento faz questão de tentar elevar ainda mais a imagem do exército brasileiro, louvando a sua participação na

Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, no golpe de Estado que instaurou a Ditadura Militar no Brasil: “[...] heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964 [...] a Nação olha para as Forças Armadas como garantia contra a barbárie” (TSE, 2018, p. 33). Em suma, na seção destinada a apresentar os planos de ação para a segurança pública, o fantasma bolorento da ameaça comunista (dessa vez, aliado ao narcotráfico) é o principal antagonista do capitão reformado em sua jornada mítico-heroica para salvar a nação.

Pois bem, avançando à seção seguinte, destinada a apresentar os planos de ação para as áreas de Saúde e Educação, logo de cara é possível notar que o governo de Bolsonaro não pretendia ampliar o volume de investimentos em nenhuma delas, como se percebe nas seguintes afirmações: “A SAÚDE DEVERIA SER MUITO MELHOR com o valor que o Brasil já gasta!” (TSE, 2018, p. 37, ênfase do autor) e “A EDUCAÇÃO TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR com o valor que o Brasil já gasta!” (TSE, 2018, p. 41, ênfase do autor). Nesses termos, há um evidente e desproporcional contraste entre as promessas de valorização e de ampliação de investimentos feitas às Forças Armadas, presentes na seção anterior, e a interpretação de que às áreas de Saúde e Educação caberia apenas uma melhor gestão dos recursos. A fim de sustentar o argumento, são apresentados diversos gráficos que trazem dados estatísticos referentes ao volume de investimentos que diversos países ao redor do globo destinavam a estas áreas até o ano de 2014, os quais, na interpretação do documento elaborado pela equipe de Bolsonaro, posicionariam o Brasil entre os que se destacam positivamente – ignorando, de maneira oportuna, o fato de que os números refletiam os investimentos feitos pelo governo de Dilma Rousseff. Mais além, em relação aos planos de ação específicos para a área da Saúde, também chama atenção uma oportuna incorporação de políticas públicas formuladas e executadas pelo governo do PT, a exemplo do Programa Mais Médicos, cujo propósito era suprir a demanda por profissionais de saúde em áreas remotas e/ou periféricas, por meio da integração de médicos provenientes, sobretudo, de Cuba, os quais deveriam atestar a sua aptidão por meio de um exame (Revalida). De um jeito ou de outro, mesmo reconhecendo o valor e a importância do Programa, o documento não perdeu a chance de mais uma vez fazer referência ao comunismo: “Nossos irmãos cubanos serão libertados [...]. Caso sejam aprovados no REVALIDA, passarão a receber integralmente o valor que lhes é roubado pelos ditadores de Cuba” (TSE, 2018, p. 40, ênfase do autor).

Por sua vez, os planos para a área de Educação se ancoram em dois pontos centrais: a priorização dos ensinos básico e técnico, em detrimento do superior, e, acima de tudo, o combate a uma suposta “doutrinação” nas salas de aula. Para tanto, o documento mais uma vez

lança mão de gráficos internacionais, que colocariam o Brasil bem posicionado em termos de investimentos e justificariam a sinalização de que não haverá ampliação de recursos para a área, e de gráficos nacionais, que apontam altos índices de evasão escolar e certa discrepância entre o direcionamento de recursos à educação básica e à educação superior. Diante disso, o foco da primeira proposta, como já foi dito, gira em torno de uma inversão de investimentos: diminuir os investimentos na educação superior e ampliar os da educação básica, de modo a priorizar um caráter tecnicista e mercadológico desde os anos iniciais, algo que, na prática, está fundamentalmente sintonizado aos princípios do liberalismo econômico, sobretudo no que diz respeito à formação dos alunos com vistas à inserção no mercado de trabalho. Nesses termos, a proposta se conecta, estrategicamente, à ideia de que é necessário combater a “doutrinação” nas salas de aula por meio de “mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (TSE, 2018, p. 41, ênfases do autor) e ataca a figura de Paulo Freire, que é recorrentemente apresentado, no discurso bolsonarista, como uma espécie de metonímia desta “doutrinação” na educação – um ignóbil ultraje às preciosas contribuições do educador brasileiro mais reconhecido e citado mundialmente. Além disso, a ideia da “sexualização precoce” está ancorada em uma *fake News* amplamente utilizada por Bolsonaro em sua campanha: o famigerado “Kit gay”, atribuído a uma suposta iniciativa de Fernando Haddad quando estava à frente do Ministério da Educação, a qual, convém dizer, nunca ocorreu, e que se refere à distribuição de um pequeno livro intitulado “Aparelho sexual e cia.”, o qual, entre outras coisas, tinha como objetivo orientar as crianças sobre temas relacionados ao descobrimento do próprio corpo e fazia alertas e recomendações sobre como reagir a assédios e como denunciá-los. Em suma, as propostas para a área da Educação, além de mais uma vez revelarem a sua ancoragem no liberalismo econômico, também fazem acenos positivos para um público de caráter conservador, religioso e, em última instância, militarista (na medida em que propõem a ampliação de escolas militares no país, cujo foco seria a disciplina e o controle).

Na sequência, finalmente chegamos ao verdadeiro núcleo conceitual e pragmático do documento: a seção destinada à apresentação dos planos para a Economia e para a Infraestrutura. Assim, logo de início são elencadas as três prioridades estabelecidas pelo plano de governo (gerar crescimento, oportunidades e emprego), as quais se articulam à reafirmação dos princípios liberais que guiam a campanha, cujo propósito central seria garantir a “liberdade” dos indivíduos e cujos principais desafios seriam o “populismo, o desequilíbrio fiscal e a inflação” – críticas diretas ao governo anterior, como se vê. A partir daí, o documento se propõe a especificar uma série de propostas que sinalizam a diminuição do alcance e das funções do Estado, de modo que a primeira delas é a criação daquilo que foi chamado, à época, de

“Superministério da Economia”, o qual absorveria os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio, algo que de fato ocorreu e que, na prática, concedeu grande poder de decisão ao economista liberal Paulo Guedes, braço direito de Bolsonaro e principal idealizador dos planos para a gestão econômica. Nesses termos, é curioso que a proposta de fusão de ministérios, ao invés de “enxugar o Estado”, na verdade tenha promovido grande centralização de poderes na figura de um só ministro, algo que facilitou a execução de diversas medidas liberais no setor econômico. De todo modo, a campanha continuou defendendo a ideia de que o Estado deveria ser mínimo, algo que fica claro, por exemplo, nas críticas ferrenhas ao funcionalismo público, apresentado como “[...] lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios” (TSE, 2018, p. 54) – que mais uma vez apontam para os conceitos de “marxismo cultural” e de “gramscismo” – e nas volumosas propostas de privatização de empresas estatais, justificadas por meio da busca por “eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda” (TSE, 2018, p. 61), mas que, no fim das contas, apenas fragilizam a soberania econômica do país, especialmente porque a “abertura do mercado” acaba favorecendo o monopólio de empresas internacionais sobre diversos serviços públicos considerados básicos<sup>39</sup>.

Mais além, outras propostas de caráter fundamentalmente liberal que se destacam no documento são: (1) a Reforma da Previdência, que, como já foi dito, vinha avançando entre as pautas prioritárias do Congresso desde o governo interino de Michel Temer, ancorada, entre outras coisas, na ampliação da faixa etária e do tempo de contribuição para pleitear a aposentadoria (concretizada em 2019); (2) a Reforma Tributária, ancorada na criação de um único imposto federal e, supostamente, no aumento progressivo de tributos para os mais ricos (que não se concretizou), (3) a independência do Banco Central, a qual já estava em pauta no Congresso desde 1991, ancorada na ideia de que a política monetária não deveria sofrer interferências do governo federal (concretizada em 2021); (4) a carteira de trabalho “verde-amarela”, já mencionada anteriormente, por meio da qual o trabalhador poderia abrir mão dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição e firmar um contrato direto com o empregador (concretizada, com ressalvas, em 2023); e a (5) simplificação da abertura e do fechamento de empresas por meio do “Balcão Único”, responsável pela centralização dos processos (concretizada em 2021). Além disso, o documento também faz diversos acenos positivos para

---

<sup>39</sup> Exemplo disso foi o apagão nacional em 2023 (depois da privatização da Eletrobrás, em 2022), que demorou seis horas para ser solucionado. Especialistas da área energética apontaram que uma das principais causas da demora estava relacionada ao fato de que houve volumosa demissão do “[...] quadro técnico experiente e conhecedor do Sistema Interligado Nacional” (PRIVATIZADA, 2023), que impediu a celeridade no restabelecimento dos serviços, sobretudo porque a empresa passou a ser monitorada e gerida por “comandos à distância”.

os setores da agricultura e da pecuária (cujos principais representantes se tornaram grandes aliados da sua campanha e, posteriormente, do seu governo), prometendo redução da influência estatal sob a alegação de que o “Estado deve facilitar que o agricultor e suas famílias sejam os gestores do espaço rural” (TSE, 2018, p. 68) – uma proposta bastante enganosa, tendo em vista que o agronegócio no Brasil, como se sabe, é monopólio<sup>40</sup> de poucas “famílias”, de modo que o trabalhador rural, no fim das contas, não seria o verdadeiro beneficiário. Finalmente, é importante sublinhar, mais uma vez, que praticamente todas as propostas que compõem o documento são acompanhadas de análises de conjuntura que atacam diretamente o governo petista, algo que pode ser compreendido como uma eficiente estratégia discursiva, a qual tinha como propósito a capitalização do sentimento de descontentamento generalizado com o sistema político por parte da população brasileira.

Em suma, essa breve análise discursiva do plano de governo – elaborado pela equipe de Bolsonaro, é bom ressaltar – revela as principais matrizes de sentido de sua campanha, as quais se ancoram fundamentalmente em valores conservadores, militaristas e religiosos, mas cujos princípios liberais, os quais se aplicam majoritariamente à economia, estão espalhados por todo o documento. Tal combinação, com efeito, rendeu a Bolsonaro ampla adesão entre a população brasileira, especialmente diante do cenário de crise político-econômica que vinha se desenhando no Brasil desde 2013, mas que ganhou força a partir de 2015 e, entre outras coisas, se coloriu de “antipetismo” – uma espécie de atualização do combate à ameaça comunista que povoa há décadas o imaginário da população brasileira e que, enfim, resultou na ascensão do fenômeno do bolsonarismo, o qual investigaremos de maneira mais pormenorizada nas próximas páginas. Diante disso, convém agora analisar um pouco mais de perto os principais padrões e conteúdos compartilhados intersubjetivamente pelo próprio Bolsonaro (e não exatamente pela sua equipe), lançando luz especial sobre a intrínseca conexão entre as matrizes de sentido já apontadas e os padrões emotivos mobilizados por meio do discurso<sup>41</sup>, que nos ajudarão a compreender ainda mais a força e a amplitude de sua campanha. Sendo assim, passemos à análise dos debates e das entrevistas eleitorais concedidas pelo então candidato à presidência da república em 2018.

<sup>40</sup> Cf.: <https://tinyurl.com/49d9y2br>

<sup>41</sup> Aqui, convém esclarecer que a análise do Plano de governo não se prestou a identificar os padrões emotivos por duas razões principais: a primeira delas é que o documento é puramente protocolar, ou seja, não circulou entre a população, de modo que identificar as emoções fomentadas, no fim das contas, seria irrelevante. A segunda razão é que a elaboração do Plano foi feita pela equipe de Bolsonaro, e não por ele mesmo.

### 3.2.2 Debates e entrevistas eleitorais

Antes de qualquer coisa, é preciso ter em mente que debates e entrevistas eleitorais são gêneros discursivos controlados e roteirizados, e isto é algo que, em grande medida, impõe aos seus participantes não apenas uma seleção prévia de temas a serem discutidos, mas também um rigoroso controle de tempo, que, via de regra, não costuma ultrapassar a marca de dois minutos para cada uma de suas efetivas participações. Além disso, embora os participantes tenham liberdade para defender seus posicionamentos diante dos temas propostos, eles são compelidos a respeitar certos protocolos éticos, especialmente no que diz respeito à adoção de uma conduta decorosa com os demais participantes e, idealmente, ao compromisso com a apresentação de argumentos e de informações respaldados por fatos verídicos e passíveis de comprovação, de modo que ataques vituperiosos e disseminação de informações falsas estão sujeitos a reprimendas públicas e imediatas por parte dos organizadores – algo que, em tese, prejudicaria grandemente a imagem do participante diante do público. Com efeito, isto nos é particularmente relevante porque, no caso de Jair Bolsonaro, veremos certa discrepância entre os padrões discursivos e, acima de tudo, emotivos de sua campanha eleitoral nos debates e nas entrevistas, que, como já foi dito, são gêneros controlados, e nas suas *lives* nas redes sociais, em que ele possuía total liberdade não apenas para selecionar os temas abordados, mas também para atacar veementemente os seus adversários políticos sem qualquer tipo de restrição ética. Finalmente, também é bom lembrar que Jair Bolsonaro participou de apenas dois debates (Band e RedeTV) e concedeu apenas uma entrevista<sup>42</sup> (Jornal Nacional, do Grupo Globo) porque foi vítima de um atentado a faca durante passeata em Juiz de Fora (MG), no dia 6 de setembro de 2018, que o manteve internado durante 23 dias e, com isso, dificultou a sua participação nos demais debates e entrevistas oficiais, de modo que o restante de sua campanha eleitoral foi realizado majoritariamente nas redes sociais, em diálogo direto e irrestrito com o público – e isto aponta, uma vez mais, para a *descentralização midiática*, que é um dos principais fatores que ajudam a explicar a ascensão do fenômeno do bolsonarismo. Dito isso, passemos à análise dos debates.

De maneira geral, é importante sinalizar, desde já, que a estrutura e o funcionamento dos dois debates em questão – o primeiro realizado em 9 de agosto de 2018, pela emissora de televisão Band<sup>43</sup>, e o segundo realizado em 17 de agosto, pela emissora de televisão RedeTV<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> Nesse trabalho foram considerados apenas os debates e entrevistas eleitorais oficiais, isto é, aqueles realizados pelos principais veículos midiáticos do país que, mediante consórcio previamente acordado, estabeleceram a sequência de realização dos debates com os principais candidatos à presidência da república.

<sup>43</sup> O vídeo do debate realizado pela Band está disponível em: <http://tinyurl.com/3japw7nk>.

<sup>44</sup> O vídeo do debate realizado pela RedeTV está disponível em: <http://tinyurl.com/27uw9y99>.

– mantêm muitas características em comum: uma rodada de apresentação inicial de cada um dos participantes, uma rodada de perguntas enviadas pela população (cujos candidatos selecionados para respondê-las são sorteados prévia e aleatoriamente), uma rodada de confronto direto (na qual um participante seleciona outro participante para responder a uma pergunta, por meio do sistema pergunta-réplica-tréplica), uma rodada de perguntas feitas por jornalistas (que escolhem o tema, aquele que irá responder e aquele que irá comentar) e, finalmente, uma saudação final direcionada ao público. Nesses termos, um primeiro aspecto, de caráter mais panorâmico, que convém destacar é que, por se tratarem de debates eleitorais com candidatos à presidência da república, evidentemente alguns temas estratégicos se destacam (entre eles: gestão política, economia, segurança, saúde, educação e infraestrutura) e, claro, representam uma rica oportunidade para que os candidatos apresentem propostas concretas para cada um deles, a fim de esclarecer ao público o que se pode esperar de seu eventual governo. No entanto, em ambos os debates foi possível notar que boa parte dos candidatos privilegiou um caráter mais combativo do que propositivo, ancorado, sobretudo, em críticas diretas e incisivas ao Partido dos Trabalhadores – o qual, à época, não tinha um representante apto a comparecer aos debates, pois Luiz Inácio Lula da Silva havia sido preso no âmbito das investigações da Operação Lava-Jato e Fernando Haddad ainda não era o candidato oficial do partido. Sendo assim, é possível perceber que esta estratégia discursiva, de teor combativo e acusativo, foi o eixo central não apenas da campanha de Jair Bolsonaro, como vimos na análise de seu plano de governo, mas também de boa parte dos demais presidenciáveis, que, com isso, igualmente objetivavam capitalizar o sentimento de descontentamento generalizado com o sistema político brasileiro de que já tratamos anteriormente, culpabilizando o governo petista pela crise político-econômica. De um jeito ou de outro, concentremo-nos, então, nas falas de Bolsonaro.

Pois bem, para os propósitos desta subseção, analisaremos a participação de Jair Bolsonaro nos dois debates de maneira conjugada, tendo em vista que a estrutura e o funcionamento de ambos são muito similares e, por causa disso, a abordagem dos principais temas de interesse público foi feita de modo a tentar promover certo equilíbrio – algo que não ocorreu, por exemplo, na sua entrevista ao Jornal Nacional e, ainda menos, nas suas *lives* nas redes sociais. Sendo assim, esta análise conjugada será feita de acordo com o posicionamento de Bolsonaro diante dos temas propostos nos debates, elencados na seguinte ordem: (1) gestão política, (2) economia, (3) segurança, (4) educação, (5) saúde e (6) infraestrutura. Nesses termos, como já foi dito, a gestão política, que, na verdade, se traduz em uma veemente defesa de valores ideológicos, foi o tema mais recorrentemente abordado por Bolsonaro durante os debates, algo que se explica pelo fato de que, mesmo diante de perguntas relativas a outros

temas, os ataques ao PT e, de maneira ampla, ao *status quo* do “sistema” serviram como uma espécie de ponto de partida para a apresentação de suas propostas. Dito de outro modo, praticamente todos os demais temas foram abordados por Bolsonaro a partir de uma contraposição ao governo do PT, acusado, entre outras coisas, de ser comunista/socialista (conceitos tratados como sinônimos) e de ter promovido o “loteamento o Estado” por meio do “toma lá-dá-cá”, que seria a verdadeira causa da corrupção, da crise econômica, do desemprego e de toda sorte de mazelas sociais. Além disso, ao adotar essa estratégia combativa e acusativa, Bolsonaro também aproveitava para constantemente reforçar os principais valores éticos de sua campanha (conservadorismo moral, liberalismo econômico, militarismo e religiosidade). Vejamos alguns excertos retirados dos debates que ilustram isto, sendo os quatro primeiros do debate na Band e os três últimos do debate na RedeTV:

Primeiro agradeço a Deus pela oportunidade [...] eu tenho na verdade 46 anos de serviço público, 16 de exército brasileiro, com muita honra... **A nossa missão aqui é mais que dar esperança ao povo, é dar certeza que faremos um governo realmente diferente.** (BAND JORNALISMO, 2018).

O único que pode romper essa barreira do *establishing*, a máquina, o sistema é Jair Bolsonaro. Porque **nós temos moral e honestidade para cumprir essa missão** (BAND JORNALISMO, 2018).

[...] eu sou uma pessoa que sou capitão do exército com muito orgulho e pretendo, sim, continuar servindo à minha pátria como capitão do exército, tendo ao meu lado um general do glorioso exército brasileiro... (BAND JORNALISMO, 2018).

Entre os melhores ranqueados, só tem um que pode realmente mudar o destino do Brasil... Esse chama-se Jair Bolsonaro... **Nós precisamos de um presidente... honesto... que tenha Deus no coração... seja patriota e seja independente para, pelo exemplo, governar esse grande país. Um presidente que honre e respeite a família [...] um presidente que deixe pra trás o comunismo e o socialismo** (BAND JORNALISMO, 2018).

[...] **o Brasil precisa de um presidente honesto, patriota, que creia em Deus e afaste de vez o fantasma do comunismo.** Só há uma maneira de combater a corrupção no nosso Brasil: elegermos um presidente de forma isenta, um presidente que não negocie ministérios, estatais e bancos públicos, porque aí está o foco da corrupção, que tem levado o Estado inclusive à sua ineficiência [...] (REDETV, 2018).

[...] **é desse abocanhamento, desse toma lá-dá-cá é que surge a ineficiência do Estado,** onde (sic) não temos saúde, educação e segurança e surge também a corrupção (REDETV, 2018).

[...] eu quero agradecer a Deus pela oportunidade, e se essa for a **missão Dele**, com toda certeza nós a cumpriremos... **o Brasil precisa de um presidente honesto, patriota, que respeite a família, que honre as crianças em sala de aula, que afaste de vez o fantasma do comunismo** [...] (REDETV, 2018).

Como se vê, os excertos acima revelam alguns dos principais valores éticos da campanha de Bolsonaro e reforçam uma ideia apresentada não apenas no seu Plano de governo

(TSE, 2018), mas também, como veremos, na grande maioria de suas falas públicas: a de que a sua candidatura à presidência da república era uma genuína jornada heroica, cujo propósito seria salvar o país das mazelas perpetradas pelo governo do PT, que, nesse caso, representa tanto o “sistema” quanto o “fantasma do comunismo”. Isto fica ainda mais claro quando observamos a escolha por determinados termos, em especial a palavra “missão”, que, num primeiro momento, durante o debate da Band, figura associada ao militarismo, mas no debate da RedeTV transfigura-se em uma missão divina, estabelecida por Deus. Nesses termos, mesclam-se, então, os valores militaristas, conservadores e religiosos (patriotismo, honestidade, fé, respeito à família), ancorados nos sentimentos de *orgulho* e, em última instância, de *esperança*, os quais se fortalecem diante da *repulsa* e da *raiva* em relação aos valores éticos do governo anterior, além do *medo* (todas as três, como se vê, são emoções primárias) do “fantasma do comunismo” – o qual, junto ao “sistema”, não era apenas o seu principal antagonista/vilão, apontado como gerador de toda sorte de mazelas sociais, mas também, de modo literal, uma figura maligna e sobrenatural que, via de regra, habita o mundo dos vivos para atormentá-los. Dito de outro modo, é possível notar que, quando Bolsonaro apresenta a sua “missão heroica”, ele o faz por meio de um padrão discursivo ancorado em determinadas matrizes de sentido que colocam em evidência os principais valores éticos de sua campanha e, ao mesmo tempo, atacam direta e indiretamente o governo do PT, alimentando, assim, emoções negativas (sobretudo *repulsa*, *raiva* e *medo*) sobre o partido. Além disso, é importante sublinhar que este padrão discursivo está fundamentalmente ancorado em outro clássico antagonismo, de caráter fundamentalmente intersubjetivo – *nós* contra *eles* – que, como já foi dito, não apenas estava sendo gradualmente consolidado na esfera política brasileira durante a última década, mas também está na base do funcionamento algorítmico das plataformas digitais, o qual é um dos grandes responsáveis pelo fortalecimento de um tipo de coesão social fragmentária de que já tratamos no capítulo anterior (e ao qual retornaremos na próxima seção).

Na verdade, é importante sublinhar, mais uma vez, que este padrão discursivo está espraído em todas as reflexões e propostas de Bolsonaro sobre os demais temas, como é possível notar, por exemplo, nas suas falas sobre economia, uma das áreas que mais teve atenção no seu Plano de governo (redigido pela sua equipe, é bom lembrar) e que, entre outras coisas, é reveladora de outro valor importantíssimo da sua campanha: o liberalismo. Com efeito, não obstante ao fato de que, ao menos em tese, conservadorismo e liberalismo são incompatíveis em muitos aspectos, Bolsonaro foi capaz de mesclá-los de maneira muito eficiente, ao propor a aplicação do primeiro à moral e aos costumes, mas a do segundo à gestão econômica. De fato, a concepção de “liberdade” (base do liberalismo, entendida como filosofia

política) adotada pelo capitão de reserva do exército, como vimos na subseção anterior, se refere, basicamente, à “livre iniciativa/livre mercado”, a qual se ancora na ideia de que o Estado deve ser mínimo, de modo todas as demais aplicações do conceito, que aparecem tanto no seu Plano de governo quanto em suas falas públicas, são problemáticas e até falaciosas: a “liberdade de opinião”, por exemplo, é apenas uma espécie de tentativa de justificar uma retórica rude, violenta e polêmica – à qual Castro Rocha (2021) denominou “retórica do ódio” –, a “liberdade de imprensa” é um ataque indireto ao PT, ancorado na ideia de que, caso o partido fosse eleito, haveria censura das mídias (este último argumento, na verdade, começou a ganhar mais força quando Bolsonaro transferiu a sua campanha para as redes sociais, como veremos mais adiante), e, por fim, a “liberdade afetiva” é simplesmente enganosa, tendo em vista diversas falas públicas de caráter homofóbico, como vimos na subseção anterior. Dito isso, vejamos então alguns excertos relativos aos planos de Bolsonaro para a economia, que giraram em torno de três questões principais, em ambos os debates: desburocratização/desregulamentação, desemprego e (falta de) isonomia salarial entre homens e mulheres:

[...] o Brasil precisa voltar a fazer comércio com o mundo todo, **sem o viés ideológico** [...] **O Brasil precisa ser desburocratizado**. É um [inaudível] de leis que desestimula qualquer um a abrir qualquer empresa. **Tem que ser desregulamentado** [...] os empresários têm dito pra mim que o trabalhador vai ter que decidir um dia: **menos direitos, e emprego... ou todos os direitos, e desemprego**” (BAND JORNALISMO, 2018).

Primeiro, salário: mais um rótulo que botaram na minha conta. **O PT é o partido que mais me ataca nessa área**. Ficaram 13 anos no governo, e nada decidiram. Agora o Estado deve interferir nessa área? [...] voltando à questão do salário: tem muito local em que mulher ganha mais do que homem. Deveríamos, então, lutar para diminuir o salário dessas mulheres competentes? Repito: o salário, **o Estado não deve interferir nessa área. Quanto mais o Estado entra, pior fica o negócio no Brasil**. (BAND JORNALISMO, 2018).

**Tudo que o PSDB e o PT fizeram ao longo de 20 anos chegou a esse caos, o desemprego** [...] no mais, devemos **desburocratizar, desregulamentar muita coisa no Brasil**, porque hoje em dia, o senhor bem sabe, pra abrir uma empresa, você... você leva 90 dias! (REDETV, 2018).

[...] esses 14 milhões de desempregados no momento são frutos de governos ao qual (sic) o senhor [Henrique Meirelles] serviu... (REDETV, 2018).

[...] **redução do tamanho do Estado, privatizações, abrir o comércio**, [sem som] **fazer comércio com o mundo todo, deixar de lado o viés ideológico, facilitar a vida de quem quer abrir uma empresa no Brasil** [...] diminuir os encargos trabalhistas, fazer com que empregados e patrões sejam amigos, e não inimigos (REDETV, 2018).

[...] é mentira que eu defendi, em qualquer época da minha vida, que mulher deve ganhar menos do que homem, é mentira [...] na CLT, já está garantido à mulher ganhar igual ao homem, desde que a diferença de tempo de serviço entre um e outro seja superior a dois anos. Já tá garantido na CLT (REDETV, 2018).

Vamos simplesmente cumprir a lei, nada mais além disso. Não vamos usar as mulheres pra nos dividir, como a praxe nos últimos governos, sempre jogando um contra o outro. Nós queremos o bem das mulheres. Agora, a iniciativa privada não pode, né, por meio do... ou melhor, o governo não pode interferir na iniciativa privada. Cumpre-se a lei, mais nada além disso (REDETV, 2018).

Os excertos acima, mais uma vez, evidenciam o padrão discursivo que promove ataques diretos ao governo petista – culpando-o pelo “caos” e pelo “desemprego” e, claro, reforçando padrões intersubjetivos relacionados a emoções primárias, que, nesse caso, dizem respeito, sobretudo, à *repulsa* e à *raiva* – antes de apresentar as propostas para a área, as quais implicam grande redução do alcance e dos poderes do Estado por meio da desburocratização e da desregulamentação, algo que descartaria o “viés ideológico” atribuído ao PT. De fato, esta proposta foi o eixo central dos planos de Bolsonaro para a Economia e está fundamentalmente alicerçada na ideia liberal de livre mercado/livre iniciativa, a qual não apenas preparou o caminho para a realização de privatizações em diversas áreas, mas, oportunamente, também se valeu da aprovação da Reforma Trabalhista executada por Michel Temer em 2017, a qual materializou grande perda de direitos trabalhistas historicamente conquistados, para fazer um importante aceno ao empresariado, na medida em que argumenta que “desregulamentar muita coisa no Brasil” iria acelerar a economia, facilitar a abertura de empresas e combater o desemprego – sugerindo, inclusive, de maneira notoriamente populista e simplória, que isto faria com que “empregados e patrões [fossem] amigos, e não inimigos”. Nesses termos, fica claro que a proposta de desburocratização/desregulamentação é apresentada como a principal solução tanto para a crise econômica quanto para o desemprego, mas é curioso que Bolsonaro reconheça que isto fatalmente diminuiria os direitos trabalhistas da população, algo que, diga-se de passagem, deveria ter servido como um importante alerta aos eleitores, mas que incrivelmente acabou sendo ignorado e que, no fim das contas, só faz algum sentido porque foi um argumento construído com base nos padrões intersubjetivos relacionados ao incessante compartilhamento intersubjetivo das emoções primárias de *repulsa* e *raiva*, direcionados ao *status quo* do “sistema” e às políticas econômicas do governo petista, apresentados como os grandes culpados pela crise e pelo desemprego, de modo que uma mudança drástica para resolvê-los seria inequivocamente necessária, mesmo significando grande perda de direitos trabalhistas.

Mais além, um último ponto importante relativo à temática econômica, sobre o qual Bolsonaro foi questionado em ambos os debates, diz respeito à isonomia salarial entre homens e mulheres, à qual ele se esquivava de apresentar qualquer tipo de proposta, sob o argumento de

que a legislação trabalhista vigente à época já seria o bastante, mesmo que diversos dados estatísticos revelassem o contrário. Nesses termos, quando questionado sobre o assunto, ele reitera a posição liberal de que o Estado não deve realizar nenhuma ação e aproveita não apenas para atacar novamente o PT, acusando o partido de tentar difamá-lo com o propósito de colocar o público feminino contra ele, mas também rapidamente muda de assunto e, inadvertidamente, deixa transparecer uma visão conservadora e machista sobre aquilo que seria a maior preocupação das mulheres: “[...] já tá garantido na CLT [a isonomia salarial]. Não temos que nos preocupar com isso. A mulher terá papel de destaque no meu governo, em especial no tocante à segurança pública. É a mulher que se preocupa, e muito, se o teu (sic) filho vai chegar vivo em casa quando ele sai [...] (BAND JORNALISMO, 2018)”. Ou seja, ao invés de efetivamente tratar de uma questão que é de vital interesse às mulheres – as quais ainda hoje recebem salários proporcionalmente menores do que os dos homens, como mostra uma recente pesquisa da Forbes, feita em dezembro do ano passado<sup>45</sup> – Bolsonaro acaba reforçando uma das mais obsoletas versões do conservadorismo, que concebe a mulher exclusivamente como mãe e dona de casa, cuja maior preocupação é o bem-estar da família. Com efeito, não à toa o capitão reformado encontrou grande resistência do público feminino durante toda a sua campanha, cujo ápice se deu em 28 de setembro de 2018, quando houve diversas manifestações de rua nas principais capitais do país, encabeçadas por um movimento nascido nas redes sociais e intitulado “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, que, por meio da *hashtag* #EleNão, deixavam claro um veementemente repúdio à sua candidatura.

Aproveitando, então, essa mal calculada articulação com a segurança pública, passemos à análise das falas de Bolsonaro sobre o tema, que lhe era muito caro, mas que acabou sendo relativamente pouco explorado nos dois debates em questão. De qualquer forma, é possível notar que os planos de Bolsonaro para a área giravam em torno de três propostas principais: armamento da população, “retaguarda jurídica” para as forças de segurança e castração química para estupradores – sendo esta última mais uma tentativa malsucedida de conquistar o público feminino, enquanto as outras duas fortalecem os valores militaristas de sua campanha e, em termos mais panorâmicos, simbolizam um aceno positivo aos militares, sobretudo no que diz respeito à expansão do “excludente de ilicitude”, tópico que Bolsonaro defendeu bastante tanto em seu Plano de governo quanto nas suas *lives* nas redes sociais, como veremos na próxima seção, e que, de maneira geral, representa uma espécie de “carta branca” para que os agentes de segurança, no exercício da profissão, pudessem matar sem ter que prestar contas

---

<sup>45</sup> Cf. <http://tinyurl.com/545prmdx>.

posteriormente. Além disso, vistas em conjunto, a três propostas não apenas estão ancoradas na ideia de que é necessário combater a violência com mais violência, mas também ecoam padrões intersubjetivos que fomentam a emoção primária da *raiva*, que, nesse caso, se direciona tanto aos “bandidos” quanto, mais uma vez, ao governo petista, acusado de ter alavancado a violência por meio de uma “equivocada política de direitos humanos” (BAND JORNALISMO, 2018). Ou seja, ao mesmo tempo em que assume a ineficiência das forças de segurança, sobretudo por meio do armamento da população, Bolsonaro também sugere, paradoxalmente, um desproporcional aumento de poder a elas que, em última instância, autoriza o aumento da violência com base em um aforismo extremamente popular entre os seus apoiadores: “bandido bom é bandido morto”. Em suma, embora o tema da segurança pública tenha sido relativamente pouco abordado nos debates, fica claro que os planos de Bolsonaro reforçam não apenas os valores militaristas de sua campanha, mas também o clássico antagonismo, de natureza fundamentalmente intersubjetiva, do *nós (os cidadãos de bem e as forças armadas) contra eles (os bandidos)*, algo que, em grande medida, se converte em mais um ataque ao PT, o qual teria promovido a “equivocada política de direitos humanos” que seria a grande responsável pelo aumento da violência. Seguem abaixo algumas das falas de Bolsonaro sobre o assunto:

**A violência só cresce no Brasil, exatamente porque há uma equivocada política de direitos humanos.** O policial civil, em especial o militar, nunca foram (sic) tão desvalorizados. Não têm uma **retaguarda jurídica** para poder bem cumprir o seu dever. O cidadão de bem, esse foi desarmado, por ocasião do Referendo de 2005 [...] e o bandido continua muito bem armado. Nós devemos [...] fazer com que a vontade popular, por ocasião do Referendo, se faça presente em nosso meio, e **o cidadão possa comprar armas de fogo para a sua legítima defesa** (BAND JORNALISMO, 2018).

[...] eu sou favorável que o **cidadão de bem** tenha posse de arma de fogo (REDETV, 2018).

Eu defendo a mulher, inclusive, **eu defendo a castração química para estupradores** [...] e no tocante à arma de fogo, eu defendo, sim, que a mulher, inclusive, caso queira, **a mulher de bem**, a mulher preparada, tenha a posse de uma arma de fogo dentro de casa pra se defender, se assim ela desejar (REDETV, 2018).

Seguindo, então, a sequência dos eixos temáticos, passemos às falas de Bolsonaro sobre a educação, que reforçam todos os principais valores (conservadores, liberais, religiosos e militaristas) da campanha e, claro, novamente atacam de maneira direta e incisiva o governo petista, dessa vez com base em uma *fake News* amplamente disseminada tanto por ele quanto por seus apoiadores: o famigerado “Kit Gay”, o qual, como vimos na subseção anterior, nunca existiu, mas que, a despeito disso, foi atribuído a Fernando Haddad e, supostamente, seria um projeto da esquerda com o propósito de estimular a sexualização precoce das crianças. De

maneira geral, fato é que Bolsonaro apresentou somente duas propostas concretas para a área – algo que revela que a educação nunca foi prioridade nos seus planejamentos, como já tinha ficado claro na análise do seu Plano de governo (TSE, 2018) –; são elas: a militarização das escolas, cujo principal propósito seria garantir o respeito à autoridade, à hierarquia e à disciplina, e o deslocamento de investimentos do ensino superior para a educação básica, cujo propósito seria preparar os alunos para o mercado de trabalho (e não para uma formação crítica) e, ao mesmo tempo, combater a “doutrinação marxista”, a qual, entre outras coisas, era apontada como uma das principais responsáveis pelo estímulo à “sexualização precoce”. Sendo assim, para além do padrão discursivo de ataques ao PT, também é possível notar, mais uma vez, o reforço dos padrões intersubjetivos relacionados às emoções primárias de *repulsa*, *raiva* e *medo*, todos eles alicerçados nos valores conservadores, liberais, religiosos e militaristas que guiam o discurso bolsonarista. Dito de outro modo, ao apresentar a área da educação como uma espécie de “mecanismo doutrinador da esquerda”, responsável pela degradação dos valores conservadores e religiosos, Bolsonaro estimula a repulsa, a raiva e o medo nos seus apoiadores, ao mesmo tempo em que fomenta a esperança de uma mudança radical, por meio da execução de ações de natureza militarista (para garantir a autoridade, a hierarquia e a disciplina) e liberal (para garantir uma formação técnica aos alunos, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho). Isto fica particularmente claro nos excertos abaixo:

[...] tem que ser invertida [a pirâmide de investimentos]. Se gasta muito pouco, levando-se em conta o que se gasta no ensino superior. Se gasta muito pouco no ensino básico. E você pode ver: tem **escolas** que foram **militarizadas** pela nossa Polícia Militar, em especial Goiás e Amazonas, bem como temos os **colégios militares** [...]. Então aí a **disciplina** entrando na escola... o percentual dessa garotada que consegue acesso ao nível superior é muito acima das demais escolas públicas e particulares de todo o estado do Amazonas. Então **hierarquia e disciplina**, no meu entender, têm que se fazer presente. O que aconteceu ao longo do tempo? Retiraram a **autoridade** do professor em sala de aula [...]. Então eu entendo que **restabelecendo a autoridade**, invertendo essa pirâmide de gastos, nós podemos atingir o objetivo final, que é dar uma educação de qualidade para a garotada do Brasil (BAND JORNALISMO, 2018).

[...] tenho conversado com meus colegas do alto comando do exército. Alguns estão de acordo, **em havendo meios, nós devemos fazer, sim, um colégio militar em cada estado** cuja capital não o tenha [...]. Agora, a questão do chicote, não existe isso. Desculpa aqui, mas não existe, tá? Nenhum pai, nenhuma mãe quer tirar o filho de lá [...]. Entendo que com **hierarquia e disciplina**, e sem chicote, chegaremos lá (BAND JORNALISMO, 2018).

Realmente, a educação infantil é a base para a educação final. Nas escolas hoje em dia, o que se aprende? **Ideologia de gênero, partidarização** (sic), **análise crítica das questões apenas**, nada mais do que isso. No meu tempo, você tinha física, química, matemática, geografia, história, educação moral e cívica. Isso não tem mais. Retiraram também do professor a sua autoridade em sala de aula. O professor hoje em dia, conforme pesquisa aqui de São Paulo mesmo, em muitas escolas tá mais preocupado em não apanhar do que ensinar. Como exemplo, nós temos pra isso aí, é

fazer, em grande parte das escolas do Ensino Fundamental a **militarização das escolas**, ou seja, **colocar diretores vindos do meio militar**, para que possa, via **disciplina e hierarquia**, essas pessoas... essa garotada aprender algo para o futuro diferente do que é ensinado hoje em dia. (REDETV, 2018).

Aqui não é um debate entre amigos. **São homens** [Bolsonaro e Daciolo] **que acreditam em Deus, respeitam a família**. E continuando, a questão da **ideologia de gênero** querendo que desde os 6 anos de idade se ensine nas escolas sexo para nossos filhos, como descobri em 2010 o famoso **Kit Gay**, onde apareciam, tinham filmes, cartazes, filmes de meninos se beijando e meninas se acariciando, pra ser passado nas escolas pra crianças a partir de 6 anos de idade. Isso no meu entender é um crime. Um pai não quer chegar em casa e encontrar um filho brincando de boneca por influência da escola (REDETV, 2018).

Pois bem, dando sequência, aproximamo-nos então de um dos temas que foram menos abordados durante os debates, e não apenas por Bolsonaro, mas também por todos os demais presidenciais: a saúde – mal sabiam eles que uma grave pandemia era iminente. Na verdade, convém sublinhar que Bolsonaro falou sobre o tema apenas duas vezes durante toda a sua campanha (no debate da RedeTV e na sua *live* do dia 11 de outubro de 2018) e em ambas não houve nenhuma proposta concreta, apenas ataques e acusações ao PT, que giraram em torno de dois tópicos principais: a legalização do aborto e a descriminalização das drogas (embora ele tivesse uma clara tendência de tratar este segundo tópico como pertencente ao âmbito da segurança pública, e não da saúde). Nesses termos, valendo-se, sobretudo, dos valores conservadores e religiosos que guiam o seu discurso e, mais além, reforçando as emoções primárias de *repulsa* e *raiva*, Bolsonaro simplesmente se posicionou contrário aos dois tópicos, com base na ideia de que ambos seriam graves ameaças à família tradicional brasileira e, com isso, revelou ser incapaz de dissertar sobre eles com profundidade, no sentido de levar em conta, por exemplo, o significativo índice de mulheres que morrem anualmente em decorrência da realização de abortos em clínicas clandestinas<sup>46</sup> e o aumento da população carcerária em virtude de uma política antidroga ineficiente e incapaz de distinguir adequadamente o traficante do usuário<sup>47</sup>. Fato é que, no fim das contas, estes tópicos serviram apenas como margem para mais uma vez ampliar a disseminação da *fake News* a respeito do suposto “Kit Gay” elaborado pelo PT e, oportunamente, reforçar a defesa da família tradicional brasileira. Em suma, segue abaixo a única fala de Bolsonaro a respeito da área da saúde, no debate da RedeTV (já que analisaremos o conteúdo das *lives* na próxima seção):

<sup>46</sup> Em 2018, por exemplo, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) concluiu que “uma mulher morre a cada dois dias por aborto inseguro”. A informação pode ser conferida em: <http://tinyurl.com/53n2w2dt>.

<sup>47</sup> Em 2018, a Agência Brasil publicou uma matéria que apontava que a legislação sobre as drogas no país era uma das grandes responsáveis pelo aumento carcerário. A informação pode ser conferida em: <http://tinyurl.com/mu3a3yrw>.

[...] parece que está na moda aqui no Brasil discutir aí a liberação das drogas e o aborto. Uma candidata há pouco disse que preferia um plebiscito para resolver esse assunto, apesar de ela ser evangélica. E o aborto, né, **é uma coisa que aflige a todos aqueles que amam e respeitam a vida** (REDETV, 2018).

Para encerrar a análise dos debates, voltemo-nos ao tema da infraestrutura, o qual também foi muito pouco abordado por Bolsonaro e pelos demais presidenciais, embora tenha sido mencionado, em alguma medida, nas discussões sobre economia. Fato é que Bolsonaro falou sobre o tema, de maneira específica, apenas no debate da Band, quando chamou atenção para dois tópicos principais: a exploração de recursos naturais (do subsolo e do campo) e aquilo que ele chamou de “indústria da multa”, a qual, nesse primeiro momento, referia-se ao sistema de transportes, a exemplo dos pedágios rodoviários, mas que posteriormente, durante as suas *lives*, como veremos mais adiante, desdobrou-se em críticas incisivas aos órgãos de regulação ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Nesses termos, é possível notar que as falas de Bolsonaro sobre a área da infraestrutura vão ao encontro das suas propostas de desburocratização, de desregulamentação e de privatização, algo que reforça os valores liberais do seu discurso e, em última instância, é revelador de um aceno positivo a um setor muito proeminente no Brasil, o qual viria a ser um dos seus principais aliados tanto durante a sua campanha quanto durante o seu governo: o agronegócio. Além disso, Bolsonaro não perdeu a oportunidade de mais uma vez fomentar a emoção primária da *raiva*, na medida em que atribui a culpa pelos altos preços cobrados nos pedágios e, de maneira mais ampla, da má gestão do setor agrícola à corrupção e à ineficiência do governo do PT. Seguem abaixo as falas sobre o assunto:

[...] o Brasil precisa voltar a fazer comércio com o mundo todo, sem o viés ideológico. Precisa agregar valor naquilo que tem, não só eu sem subsolo, bem como produtos do campo. O Brasil precisa ser desburocratizado (BAND JORNALISMO, 2018).

**O Ministério do Transporte é um dos ministérios mais corruptos existentes no Brasil.** Tudo de errado acontece lá. Obviamente, o preço daquilo que nós transportamos encarece. Devemos investir, sim, buscando a **parceria privada** em outros modais, como ferrovia e aquaviário. No mais, no momento, como temos mais basicamente o rodoviário, **devemos acabar com a indústria da multa no Brasil.** É um vexame o que acontece na indústria da multa no Brasil, é uma roubalheira só. Devemos também rever, via acordo, o preço dos pedágios, que é inadmissível esse pedágio altíssimo que temos hoje em dia no Brasil (BAND JORNALISMO, 2018).

De maneira geral, portanto, a participação de Bolsonaro nos dois debates analisados é reveladora dos principais padrões intersubjetivos mobilizados pela sua narrativa política (tanto no nível discursivo quanto no nível emotivo, os quais são intimamente conectados) que, diante

do cenário de crise político-econômica vigente em 2018, justificam a sua significativa adesão popular e, de maneira mais ampla, a ascensão do fenômeno do bolsonarismo, o qual se apoia fundamentalmente em valores conservadores, religiosos, militaristas (estes três aplicados à ética) e liberais (este último, à economia). Nesses termos, é possível notar que os seus principais padrões discursivos, os quais incessantemente destilam críticas incisivas ao PT e ao *status quo* do sistema, acusados de serem os principais geradores de toda sorte de mazelas sociais, estimulam o compartilhamento de emoções primárias de caráter predominantemente negativo (*repulsa, raiva e medo*), ao mesmo tempo em que visam fomentar o sentimento de *esperança*, alicerçado na perspectiva de uma mudança paradigmática que resolveria, em definitivo, os problemas do país. Com isso, Bolsonaro busca consolidar a sua imagem como o “mito” que assumiu para si, por ordem divina, a “jornada heroica” de salvar a nação dos comunistas/socialistas (*eles*), os quais representam uma gravíssima ameaça aos valores éticos dos “cidadãos de bem” (*nós*). Sendo assim, o que a análise dos debates nos mostra é que a campanha de Bolsonaro buscou efetivamente recrutar a população para uma guerra cultural e ideológica, liderada por um herói que representa, metonimicamente, os principais valores éticos ameaçados pelo inimigo – e isto será fortemente alavancado, como veremos na próxima seção, pelo funcionamento algorítmico que subjaz a estrutura das plataformas das redes sociais, que fomentam, ainda mais, um tipo de coesão social fragmentária fundamentalmente ancorado no antagonismo *nós contra eles*.

Mesmo assim, é importante reconhecer que também houve grande ceticismo em relação à legitimidade desta jornada heroica do capitão reformado, sobretudo em virtude de sua longa carreira como parlamentar, iniciada em 1989, que, em grande medida, colocaria em xeque uma das ideias centrais da campanha: a de que Bolsonaro seria de fato um *outsider*, ou seja, que ele não seria parte integrante e constitutiva do *status quo* do sistema, e isto foi algo muito debatido na entrevista concedida por ele ao Jornal Nacional<sup>48</sup>, do Grupo Globo, a qual analisaremos brevemente antes de avançar à análise da campanha bolsonarista nas redes sociais – que, sem dúvidas, foi o cenário em que Bolsonaro decisivamente triunfou. Fato é que, de maneira geral, fica muito claro que a entrevista foi estrategicamente roteirizada justamente com o objetivo de problematizar os principais valores da campanha de Bolsonaro, lançando luz especial sobre pontuais incoerências no seu discurso e atraindo-o para armadilhas retóricas, sobretudo por meio da formulação de perguntas capciosas que alguém desatento facilmente se complicaria ao tentar responder. Para tanto, a entrevista girou em torno de três temas centrais à sua campanha

---

<sup>48</sup> O vídeo da entrevista de Bolsonaro ao Jornal Nacional está disponível em: <http://tinyurl.com/yse5p7fy>.

– (1) gestão política/ideologia, (2) economia e (3) segurança pública – e a abordagem adotada pelos entrevistadores, William Bonner e Renata Vasconcellos, embora tenha sido feita com bastante cordialidade, assumiu tons genuinamente combativos (e por vezes sarcásticos), algo que fica claríssimo já na primeira pergunta: “[o] senhor está no seu sétimo mandato, são 27 anos. Por que é que o senhor se apresenta como o novo, contra tudo o que está aí, se o senhor e a sua família, como tantas outras famílias de políticos, fizeram da política um... uma profissão [...]?” (GRUPO GLOBO, 2018). A resposta de Bolsonaro, então, mais uma vez seguiu à risca o principal padrão discursivo de sua campanha, ou seja, marcou um distanciamento político e ideológico em relação ao PT, acusado de ser o epicentro da corrupção no país, e chamou atenção para aquilo que, na sua visão, seriam algumas de suas principais virtudes políticas: honestidade, intrepidez e reconhecimento popular. Os fragmentos abaixo ilustram isso:

[...] se tivesse, na forma de forma de fazer política, ocupado altos postos, com toda certeza eu estaria envolvido na **Lava-Jato** hoje em dia. Então mantive a minha em Brasília, inclusive, citado no **Mensalão** por Joaquim Barbosa como **o único deputado da base aliada que não foi comprado pelo PT**; citado por Alberto Youssef como um dos três deputados do PP que não buscou dinheiro na Petrobrás. E também, na questão da JBS Friboi, fui o único deputado que recebeu do partido dinheiro oriundo da JBS Friboi e devolveu para o partido. Então eu não sou... eu estou lá na política há muito tempo, tenho 17 anos de exército brasileiro e mantive a minha linha. **E ser honesto, Bonner, não é virtude, é obrigação** (GRUPO GLOBO, 2018.).

[...] nunca recebi dinheiro de empresa nenhuma pra campanha. Sempre fiz a minha campanha usando aquilo que consegui ao longo do mandato, em especial as minhas conquistas. **Eu tenho reconhecimento popular para isso**. Muitas vezes, inclusive no passado, sequer em televisão, horário eleitoral gratuito, eu apareci. **Então eu fiz um trabalho, no meu entender, reconhecido pelo povo como muito bom**. Se não aprovei muitos projetos, também evitei que péssimos projetos fossem avante em Brasília. E por tabela elegi os meus filhos, um federal em São Paulo, um vereador no Rio e outro estadual no Rio de Janeiro. Ninguém é obrigado a votar nos meus filhos, **eles acreditam em mim** (GRUPO GLOBO, 2018).

A partir daí, os entrevistadores seguiram questionando a sua legitimidade como *outsider*, arguindo-o, por exemplo, sobre o auxílio-moradia, um obscuro privilégio concedido a políticos profissionais que pode chegar à marca de R\$ 4.253,00 mensais, do qual Bolsonaro teria gozado durante toda a sua carreira como parlamentar e, oportunamente, abdicado apenas em março de 2018 – algo que, mais uma vez, o colocaria como um “político tradicional”, e não como um suposto representante da “nova política”. De qualquer forma, Bolsonaro conseguiu se esquivar das armadilhas dos entrevistadores com relativa sobriedade, sublinhando mais uma vez as suas virtudes políticas e posicionando-se como um cidadão comum: “Olha só, eu tava num cubículo em Brasília. Todo recurso que eu recebo em Brasília é pra manutenção do meu mandato, era pra pagar também o IPTU daquele imóvel, era pra pagar o condomínio, ficava

quase no zero a zero” (GRUPO GLOBO, 2018). Diante disso, para otimizar o aproveitamento de tempo (restrito a trinta minutos corridos), os entrevistadores optaram por discutir a área da economia, levantando três questões principais: a absoluta e confessada dependência de Bolsonaro em relação ao economista liberal Paulo Guedes, a falta de isonomia salarial entre homens e mulheres e o alto índice de desemprego, à época, no Brasil – as quais, entre outras coisas, abriam grande margem para que Bolsonaro revelasse certas inconsistências tanto no que diz respeito à sua competência como candidato à presidência quanto no que diz respeito aos seus valores morais. Começamos pela sua resposta sobre o grande poder de decisão que seria concedido a Paulo Guedes e sobre a possibilidade de um eventual conflito entre os dois, que poderia se tornar um grande problema para o seu governo, tendo em vista a sua confessada inaptidão para tratar da área:

Primeiro, **o Lula, que não entendia de economia, teve um ministro da mesma... médico... Dilma Rousseff, que entendia de economia, levou o Brasil ao caos.** Eu parto do princípio que cê tem que confiar nos homens e nas mulheres. Eu às vezes me pergunto: o que que o senhor Paulo Guedes viu em mim? Ele já me respondeu: vi **sinceridade** e vi **confiança**. Eu tenho que confiar nele [...]. E olha só, Bonner, pode ter certeza, eu sou o único desses que estão aí, com chance de chegar, que vai ter isenção para escolher os seus ministros. Não vai pedir bênção e nem vai estar preso a indicações políticas, **porque os ministros geralmente trabalham para os seus partidos políticos, então eu tenho essa dependência.** E o Paulo Guedes é um economista reconhecido dentro e fora do Brasil (GRUPO GLOBO, 2018).

Bonner, é quase que um casamento. Eu estou namorando Paulo Guedes há algum tempo e ele a mim também. Nós, Bonner, somos separados, até o momento da nossa separação nós não pensamos numa mulher reserva pra isso. Se isso vier a acontecer... enorme, para com o futuro do Brasil, tenho certeza, **acredito nas propostas dele e ele vai implementar. Se não vai implementar todas é porque temos, sim, um filtro chamado Câmara e Senado. Nem tudo que ele quer, ou que eu quero, podemos aprovar porque passa pelo Parlamento brasileiro** (GRUPO GLOBO, 2018).

[...] quando nós nos casamos, né, eu com a minha esposa e você com a sua, nós **juramos fidelidade eterna** [...] duvido, pelo que conheço do Paulo Guedes, e passei a conhecer muito mais depois que comecei a conversar com ele, que esse descasamento, esse divórcio venha a acontecer [...] eu e Paulo Guedes estamos imbuídos em buscar dias melhores para o nosso Brasil (GRUPO GLOBO, 2018).

Como se vê, mais uma vez é possível notar o padrão discursivo de ataque ao PT e ao *status quo* do sistema, apontados como os responsáveis pelo “caos” econômico, como o ponto de partida de suas reflexões e propostas, além do realce daquelas que seriam as suas principais virtudes políticas – nesse caso, honestidade, intrepidez e fidelidade, sendo esta última, inclusive, fortalecida pelo uso da “metáfora do casamento”, que em alguma medida dialoga com os valores religiosos que compõem a sua campanha. Diante disso, oportunamente os entrevistadores direcionaram seus questionamentos à postura de Bolsonaro sobre a falta de

isonomia salarial entre homens e mulheres, questão estrategicamente pensada com o propósito de problematizar, sobretudo, algumas nuances dos valores conservadores de sua campanha, que, entre outras coisas, implicavam uma obsoleta desvalorização da mulher, à qual ele responde reafirmando o princípio liberal de que o Estado não deve realizar qualquer interferência, garantindo que a legislação trabalhista já era o bastante e, finalmente, sugerindo que estava sendo vítima de perseguição: “[...] não preguem-me essa pecha que eu defendo isso [as mulheres devem ganhar menos], porque, seu tivesse defendido um dia, teria um discurso meu na Câmara [...] não existe! [...]” (GRUPO GLOBO, 2018). Na sequência, encerrando as questões econômicas, os entrevistadores novamente formulam outra pergunta capciosa, a respeito do desemprego, utilizando uma de suas falas mais recorrentes sobre o assunto a fim de problematizar, dessa vez, os valores liberais da sua campanha e, assim, tentar fomentar a *repulsa* no público que assistia à entrevista: “O senhor tem dito que para ter mais emprego é preciso ter menos direitos trabalhistas. Eu pediria ao senhor que explicasse: num governo Bolsonaro, quais direitos trabalhistas os brasileiros deixarão de ter?” (GRUPO GLOBO, 2018). A resposta, então, foi a seguinte:

[...] eles [os empresários] têm dito o seguinte: **o trabalhador vai ter que decidir: menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego.** Por que isso? O custo... [Bonner: *mas quais são os direitos trabalhistas que o senhor, como presidente, é... tiraria?*]. Esses direitos tão previstos no artigo sétimo da Constituição, cláusulas pétreas, nenhum pode ser tirado, nenhum pode ser tirado. O que nós temos que fazer, aí por parte do Executivo, **nós temos que desonerar a folha de pagamento, nós temos que desburocratizar, nós temos que desregulamentar muita coisa** (GRUPO GLOBO, 2018).

[...] **quem porventura tira direito não vai ser o chefe do Executivo, vai ser a Câmara e Senado** [...] (GRUPO GLOBO, 2018).

[...] só se você tiver uma nova Assembleia Nacional Constituinte e se você abrir, instaurar uma nova Assembleia Nacional Constituinte. A gente não sabe o que vai acontecer dentro do Parlamento, você perde o controle daquilo lá. Agora, isso é uma realidade, você não consegue produzir um prego no Brasil e botar de forma competitiva no Paraguai, e **não jogue a responsabilidade em cima de um candidato à presidência essa quantidade de problemas que nós temos no Brasil** (GRUPO GLOBO, 2018).

De fato, Bolsonaro se mostrou capaz de responder às questões sem entrar em grandes contradições, defendendo-se por meio da reafirmação dos valores liberais de sua campanha, transferindo o ônus de uma eventual perda de direitos para o poder Legislativo e, finalmente, fazendo acenos positivos ao empresariado, ao reiterar as suas promessas de desregulamentação e desburocratização que, como já vimos, figuravam no eixo central dos seus planos para a economia. Além disso, Bolsonaro ainda conseguiu executar uma genuína “cambalhota retórica”

para justificar a sua concordância com o empresariado no que dizia respeito à eventual perda de direitos trabalhistas, ao citar pontuais consequências negativas geradas pela PEC dos trabalhadores domésticos (PEC 478/2010), aprovada em 2013, que, na sua visão, havido levado “[...] milhões de senhoras, e alguns homens, que exerciam trabalho doméstico pra ser o quê? Diaristas, e como diaristas não estão sequer... grande parte deles, recolhendo pra sua previdência [...] perderam o emprego exatamente pelo excesso desses direitos (GRUPO GLOBO, 2018). Com efeito, mesmo usando um raciocínio simplista e bastante questionável, os entrevistadores não conseguiram rebatê-lo de maneira adequada, talvez em virtude da restrição do tempo, de modo que optaram por uma nova mudança temática, centrada na homofobia, com o propósito de mais uma vez atraí-lo para armadilhas retóricas: “O senhor já disse que não é homofóbico, mas o senhor também já declarou que vizinho gay desvaloriza o imóvel, [...] que prefere que um filho morra a ser gay, [...] já relacionou pedofilia com homossexualismo, é... candidato, essas declarações não são homofóbicas? (GRUPO GLOBO, 2018). Nesses termos, embora a ideia fosse fazer com que Bolsonaro revelasse uma visão intolerante sobre o assunto, fato é que a pergunta serviu apenas como uma rica oportunidade para ele reforçar uma de suas principais *fake News* contra o PT, como se vê nos excertos abaixo:

Olha só, isso começou a acontecer em novembro de 2010 comigo, até aquele momento eu era uma pessoa normal, como você, normal no tocante a isso. E eu, passando nos corredores da Câmara, vi algo acontecendo de forma esquisita: um grupo... porque não é normal você ir na praia encontrar gente de paletó e gravata, ou num fórum gente com short de banho... tava um pessoal vestido a caráter e perguntei, sim, pra um segurança lá: vai haver alguma parada do orgulho gay na Câmara? E tomei conhecimento do que estava acontecendo lá. Eles tinham acabado o nono seminário LGBT infantil, repito: nono seminário LGBT infantil. E estava discutindo ali, né, comemorando o lançamento de um material pra combater homofobia, que passou a ser conhecido como **Kit Gay**. Entre esse material, Bonner, tava esse livro lá, Bonner [*levanta um livro chamado Aparelho Sexual e Cia.*] ... então, um pai que tenha filho na sala agora, retire o filho da sala, pra ele não ver isso aqui. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem... [*Vasconcellos e Bonner: Candidato, vou pedir pra não mostrar...*] mas é um livro escolar, é pra criança! É um livro pra criança! Os pais não sabem que isso está na biblioteca! [...] Um pai não quer chegar em casa e encontrar um filho brincando com boneca por influência da escola. Esse é o assunto [...] **nada eu tenho contra o gay! Eu tenho contra o material escolar em sala de aula** (GRUPO GLOBO, 2018).

Sendo assim, embora o eixo central de sua resposta dependa da disseminação da famigerada *fake News* do “Kit gay”, novamente Bolsonaro conseguiu se esquivar da armadilha, reiterar os valores conservadores e religiosos de sua campanha e, de quebra, ainda fez um apelo direto aos seus eleitores, estimulando, com isso, as emoções primárias de *repulsa* e *raiva* contra o PT e, de maneira mais ampla, contra os próprios entrevistadores, que incessantemente

interrompiam-no e tentavam desestabilizá-lo. Na verdade, à época, já era de amplo conhecimento o fato de que Bolsonaro criticava severamente o Grupo Globo, acusando-o de ser uma ameaça à “família tradicional brasileira”, que era uma evidente metonímia dos valores conservadores e religiosos tão caros à sua campanha – inclusive, era muito comum que seus apoiadores se referissem ao Grupo por meio da *hashtag* #GloboLixo. Diante disso, os entrevistadores, em clara desvantagem simbólica mesmo propondo o ataque, encaminharam a discussão do último tema selecionado: segurança pública. Nesses termos, a pergunta foi formulada com o propósito de problematizar, dessa vez, os valores militaristas de Bolsonaro, insinuando que combater a violência com mais violência seria um erro grave, pois colocaria em risco ainda maior a vida de muitos inocentes que habitavam, por exemplo, as comunidades urbanas dominadas por traficantes, em guerra contra as polícias. A resposta de Bolsonaro, então, girou em torno de três questões principais: a sua versão sobre o conceito de “direitos humanos”, a apologia a táticas bélicas e, finalmente, a sua ideia de “retaguarda jurídica” às forças armadas. Seguem abaixo os excertos:

**Esse tipo de gente** [o criminoso], **você não pode tratá-lo como se fosse um ser humano normal, tá, que deve ser respeitado, que é uma vítima da sociedade.** O que nós não podemos é deixar os policiais morrendo nas mãos desses caras. **Nós, do exército brasileiro,** acabamos de perder três garotos, três jovens garotos para o crime agora. Nós temos que fazer o que... em local que você possa deixar livre da linha de tiro as pessoas de bem da comunidade, **ir com tudo pra cima deles e dar para o policial, e dar para os agentes da segurança pública o excludente de ilicitude.** Ele entra, resolve o problema, se matar dez, quinze ou vinte, com dez ou trinta tiros cada um, ele tem que ser condecorado! E não processado (GRUPO GLOBO, 2018).

Nós, no Haiti, militares do exército brasileiro, sem o preparo que tem o policial militar aqui, resolveu (sic), pacificou (sic) o Haiti. Por quê? **Nós tínhamos uma forma de engajamento: qualquer elemento com arma de guerra... os militares atiravam dez, quinze, vinte, cinquenta tiros e depois ia ver o que aconteceu. Resolveu o problema rapidamente** (GRUPO GLOBO, 2018).

Nesses termos, fica muito clara a defesa dos valores militaristas da campanha, que confere ainda mais força ao compartilhamento intersubjetivo dos padrões discursivos e emotivos implicados no antagonismo *nós* (os cidadãos de bem e a polícia) *contra eles* (os criminosos, que não devem ser tratados como “seres humanos normais”) e desfere novo ataque sobre aquilo que Bolsonaro já havia de chamado de “equivocada política de direitos humanos”, associada, claro, ao governo anterior do PT. Assim, especificamente sobre o tema da segurança pública, é possível notar que a emoção primária mais estimulada pelo discurso bolsonarista é a *raiva*, algo que não apenas se conecta à ideia de que “violência se combate com mais violência” (algo que ele mesmo externou durante a entrevista), mas também acaba reforçando a

legitimidade e, sobretudo, a aceitação popular de duas propostas centrais de Bolsonaro para a área: autorizar o armamento da população e garantir o “excludente de ilicitude” às forças armadas. Além disso, já nos últimos momentos da entrevista, Bolsonaro foi questionado sobre uma fala polêmica do general Hamilton Mourão, seu vice de chapa, sobre a possibilidade de uma futura intervenção militar no país, de modo que ele não desperdiçou a oportunidade para mais uma vez louvar o exército brasileiro, apresentar a sua “versão” sobre o golpe de 1964 e, finalmente, sugerir que a fala de Mourão não era assim tão desproporcional, pois estaria “em consonância com o que grande parte da sociedade fala” (GRUPO GLOBO, 2018) – algo que, assustadoramente, tinha certa procedência, pois na época de fato houve manifestações pedindo intervenção militar<sup>49</sup>. Seguem abaixo os excertos:

[...] na forma da lei e da Constituição da época, os militares chegaram lá. Os militares chegaram, chegaram não, foram eleitos presidente (sic) da república por cinco mandatos, tá certo? **As palavras dele, que tá (sic) em consonância com o que grande parte da sociedade fala...** e ele teve a coragem de externar isso daí. Ele agora é um militar da reserva, nem eu, nem ele, nós queremos nada pela força [...] (GRUPO GLOBO, 2018).

Olha, no meu entender, foi um alerta que ele deu, e no mais, **deixa os historiadores pra lá. Participamos da revolução democrática de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das direções democráticas ameaçadas pela radicalização ideológica, distúrbios sociais, greves e corrupção generalizada [...]** (GRUPO GLOBO, 2018).

De maneira geral, portanto, é possível notar que, embora a entrevista tenha sido planejada com o propósito de problematizar alguns dos principais pilares da campanha de Bolsonaro, fato é que o capitão reformado não apenas surpreendeu e frustrou os entrevistadores, mas também saiu fortalecido aos olhos do seu eleitorado, tendo em vista que ele foi capaz de sustentar e reforçar todos os seus principais valores (conservadores, liberais, militaristas e religiosos) sem entrar em grandes contradições – no que diz respeito à retórica, é bom dizer, pois, no que diz respeito à ética e até mesmo à História, há volumosas aberrações, a exemplo da afirmação de que a Ditadura Militar foi uma “revolução democrática”. Na verdade, todos os três objetos analisados nesta subseção (os dois debates e a entrevista) fortaleceram a adesão popular de Bolsonaro, na medida em que contribuíram para a capitalização do sentimento de descontentamento generalizado da população com o sistema político, de modo que até mesmo as suas falas mais polêmicas e questionáveis foram “perdoadas”, sobretudo porque grande parte do seu eleitorado tinha uma tendência a interpretá-las como um sintoma de sua legítima

<sup>49</sup> Cf.: <http://tinyurl.com/cej32ckx>.

indignação contra as mazelas do país, externada de maneira franca e espontânea. Dito de outro modo, a imagem construída por Bolsonaro em sua campanha foi a de um “herói necessário e não convencional”, alguém que defende os seus valores de maneira destemida e que não se preocupa tanto, por exemplo, com certos protocolos de decoro e formalidade; a imagem de alguém que se exalta diante dos problemas do país e não mede palavras para defender os seus valores, algo que, no fim das contas, de fato aproximou-o mais do “cidadão comum” do que dos “políticos tradicionais”, fortalecendo, assim, uma das principais bandeiras de sua campanha: combater o sistema e mudar o destino do país. Com efeito, esta ideia será significativamente impulsionada, como veremos nas próximas páginas, depois da facada recebida em Juiz de Fora, quando Bolsonaro transferiu a sua campanha para as redes sociais e, assim, passou a interagir diretamente com o público, estrategicamente esquivando-se de questionamentos e arguições. Sendo assim, está na hora de encerrar a seção e avançar à análise da sua campanha extraoficial de Bolsonaro.

### **3.3 A campanha extraoficial de Jair Bolsonaro em 2018**

#### *3.3.1 As lives nas redes sociais: visão geral*

Nada é mais difícil do que a arte das manobras, e mais difícil ainda é tornar direto o percurso aparentemente tortuoso e transformar os infortúnios em vantagens (SUN TZU, 2019, p. 79).

Não há como negar que o atentado a faca infligido a Jair Bolsonaro em Juiz de Fora é um grande marco na história da política brasileira e, no ponto que mais nos interessa, um verdadeiro divisor de águas na sua campanha eleitoral de 2018, cuja natureza bélica ganhou proporções ainda mais agudas, especialmente porque fortaleceu a narrativa construída em torno da “jornada mítico-heroica” do capitão reformado do exército para salvar a nação, que, ferido em batalha pelos seus “inimigos”, não desperdiçou a oportunidade de recrudescer o antagonismo *nós contra eles* e, com isso, transformar o infortúnio em vantagem. Fato é que o atentado autorizou a execução de uma bem-sucedida manobra tática: a transição de sua campanha para as redes sociais, a qual facilitou o agravamento dos ataques viscerais contra o Partido dos Trabalhadores, sobretudo por meio da disseminação de *fake News*, e, em última instância, potencializou a sua macro estratégia, ou seja, a capitalização do descontentamento generalizado da população com o sistema político, cujo representante metonímico, na perspectiva bolsonarista, era o PT. Com efeito, é precisamente esta transição que marca o início daquilo que estou chamando de “campanha extraoficial”, a qual não apenas explorou as lacunas

legislativas implicadas no funcionamento do ambiente digital – que, entre outras coisas, prejudicam o combate à disseminação de *fake News* –, mas também se valeu da estrutura algorítmica das redes sociais para fortalecer o tipo de coesão fragmentária apontado no capítulo anterior (*nós contra eles*). Assim, veremos que as *lives* de Jair Bolsonaro permitiram um diálogo direto com o público, por meio do qual ele gozou de grande liberdade para escolher os temas que seriam debatidos, para atacar seus adversários sem qualquer tipo de filtro ético e, claro, para reiterar os principais padrões discursivos e emotivos que caracterizaram a sua campanha.

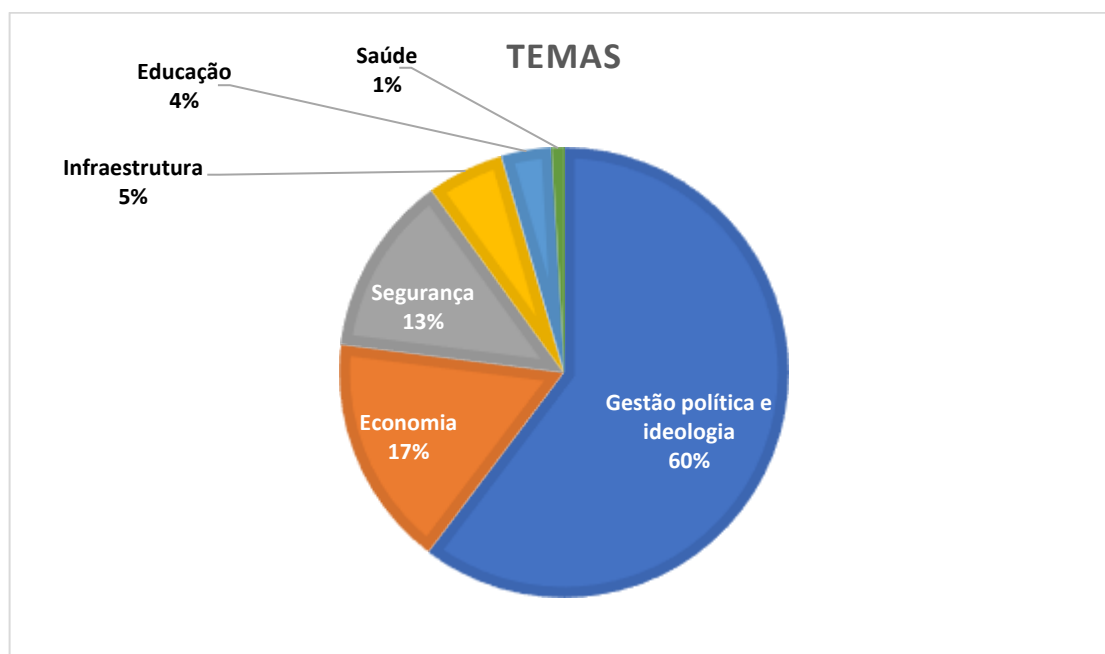
Diante disso, para os propósitos desta seção, convém esclarecer que a análise das quinze *lives* protagonizadas por Jair Bolsonaro nas redes sociais<sup>50</sup> seguirá a mesma dinâmica da seção anterior, ou seja, será apresentada de maneira conjugada, e não individual, levando em conta os seis eixos temáticos previamente mapeados, os quais sumarizam todas as suas propostas de campanha; são eles: (1) gestão política/ideologia, (2) economia, (3) segurança pública, (4) educação, (5) saúde e (6) infraestrutura. Isto se justifica pelo fato de que o objetivo central desta seção é avaliar como a transição da campanha para as redes sociais não apenas potencializou a reiteração dos principais *padrões discursivos* (que revelam os valores conservadores, liberais, militaristas e religiosos) e *emotivos* (que revelam o fomento às emoções primárias de *raiva*, *repulsa* e *medo*) mobilizados pelo capitão em um ambiente no qual ele estava apto a prescindir de quaisquer compromissos com protocolos éticos, mas também esclareceu, em definitivo, os eixos centrais de sua bem-sucedida campanha extraoficial, que, como veremos, se concentrou, basicamente, em três temas: gestão política/ideologia, economia e segurança. Além disso, veremos que o tratamento de determinados eixos temáticos revela certos objetivos panorâmicos que, em grande medida, permitem uma análise conjunta; por exemplo: as falas sobre gestão política e ideologia se encontram em consolidar conspirações e em projetar distopias; as falas sobre economia e segurança pública se concentram em fazer acenos a aliados e ameaças a inimigos; por fim, as falas sobre educação, saúde e infraestrutura se concentram no combate àquilo que Bolsonaro chama de “ativismos”. Em suma, veremos de perto cada uma dessas dimensões a partir de agora, lançando luz sobre os principais padrões discursivos e emotivos mobilizados por Bolsonaro, bem como identificando os níveis de polaridade (positiva/neutra/negativa) implicados em suas falas. Antes disso, seguem abaixo dois gráficos panorâmicos, gerados pela análise algorítmica e que contemplam todas as suas quinze *lives*,

---

<sup>50</sup> A fim de facilitar a identificação das *lives*, elas serão citadas, no corpo do texto, pela data. De todo modo, a referência completa de cada uma delas, incluindo os links de acesso, está disponível na Bibliografia deste trabalho.

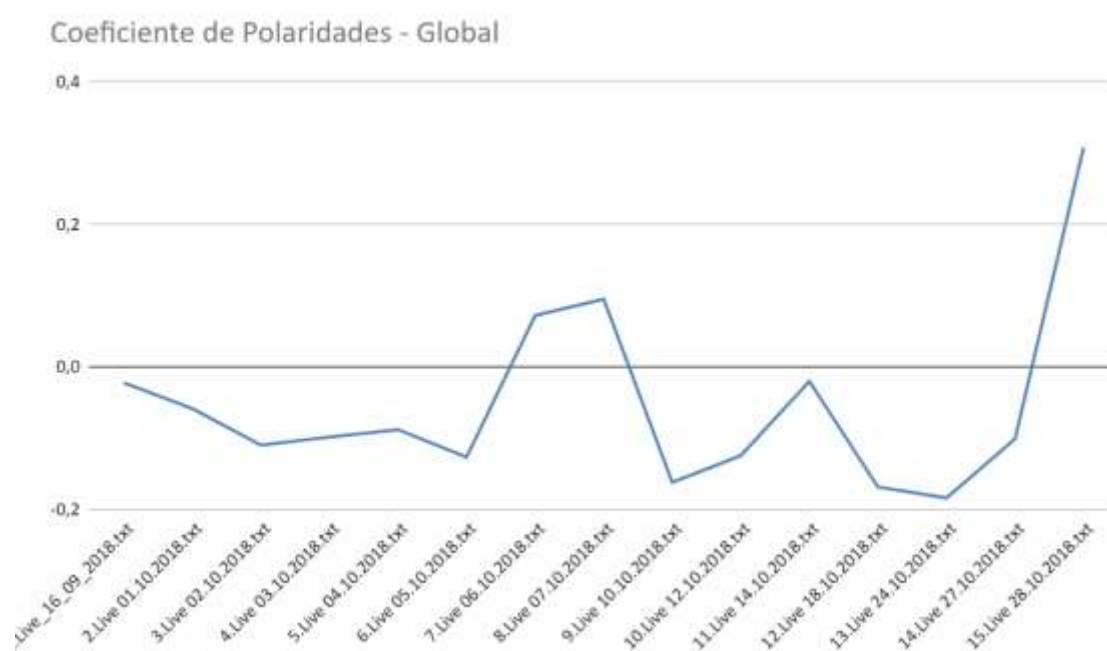
sendo que o primeiro mostra a porcentagem relativa aos temas abordados por Bolsonaro e o segundo mostra a análise global de polaridade<sup>51</sup>:

**Gráfico 2. Análise percentual absoluta dos temas abordados nas quinze *lives***



Fonte: autoral

**Gráfico 3. Análise de polaridade absoluta das quinze *lives***



Fonte: autoral

<sup>51</sup> As análises individuais das *lives*, tanto no que diz respeito às porcentagens temáticas quanto aos níveis de polaridade, estão disponíveis nos Apêndices A e B deste trabalho, respectivamente.

Avaliados de maneira conjunta, os dois gráficos confirmam, em definitivo, que a campanha extraoficial de Jair Bolsonaro não apenas se ancorou fundamentalmente no eixo temático gestão política/ideologia (uma tendência que já vinha sendo construída na campanha oficial, como vimos na seção anterior), mas também potencializou o fomento de emoções negativas<sup>52</sup>, algo que aponta mais uma vez para a natureza bélica que caracteriza a campanha, como um todo. Com efeito, estes dois fatores estão intimamente conectados e, de maneira geral, podem ser explicados pelo fato de que todos os eixos temáticos trabalhados por Bolsonaro tinham como ponto de partida a execução de ataques diretos e viscerais ao PT, cujo propósito central era capitalizar o descontentamento generalizado da população brasileira com o sistema político e direcioná-lo ao partido rival, especialmente por meio da disseminação de *fake News* que, como veremos, não apenas serviram para reforçar os seus principais valores éticos, mas também para impulsionar o fomento das emoções primárias de raiva, repulsa e medo. Além disso, outro fator que corrobora esta avaliação e que convém sublinhar é que a análise algorítmica também se propôs a mapear e a quantificar as palavras mais utilizadas por Bolsonaro em suas *lives* (considerando-se apenas verbos, substantivos e pronomes), de modo que a palavra “PT”, repetida 132 vezes<sup>53</sup>, foi o substantivo mais frequente em todas as suas *lives*, perdendo apenas para “Brasil” (repetida 236 vezes) e “gente” (repetida 149 vezes) – que, como se vê, são relativamente vazias de significação. Dito isso, passemos à análise dos eixos temáticos, começando pelo principal: gestão política/ideologia.

### 3.3.2 Gestão política e ideologia: distopias e conspirações

Pois bem, sendo o PT o grande antagonista de Bolsonaro em sua jornada mítico-heroica para salvar o país, ficará ainda mais claro daqui para frente que os ataques viscerais ao partido

---

<sup>52</sup> Embora seja visível o massivo predomínio de polaridade negativa nas *lives* de Bolsonaro, o Gráfico 3 mostra três picos de polaridade positiva, nas *lives* de 06, 07 e 28 de outubro, algo que pode ser explicado da seguinte forma: o conteúdo da *live* de 06 de outubro, realizada um dia antes da votação do primeiro turno, girou em torno do agradecimento de Bolsonaro aos seus principais aliados, entre eles representantes do agronegócio, empresários proeminentes e lideranças religiosas, além do fomento ao sentimento de esperança nos seus eleitores, de modo que os ataques ao PT foram poucos. Por sua vez, a *live* de 07 de outubro, realizada no mesmo dia da votação do primeiro turno, foi centrada na realização de promessas eleitoras e de acenos positivos ao nordeste, região onde Bolsonaro teve larga desvantagem, de modo que os ataques ao PT ficaram em segundo plano. Finalmente, a *live* de 28 de outubro foi a *live* da vitória e girou em torno, basicamente, de agradecimentos aos eleitores e promessas de mudança.

<sup>53</sup> Também é importante sublinhar que, embora a palavra “PT” tenha sido o substantivo mais recorrentemente utilizado por Bolsonaro, outras palavras associadas tiveram significativa frequência em todas as *lives*. São elas: Haddad (88), Lula (33), esquerda (32) e Dilma (19). Como se vê, a íntima conexão entre todos estes termos dá ainda mais consistência à ideia de que os ataques viscerais ao Partido dos Trabalhadores configuram o principal padrão discursivo e, por extensão, emotivo da campanha, que desdobra a macro estratégia de capitalização do descontentamento da população com o sistema político.

simbolizam o principal padrão discursivo e, por extensão, emotivo de sua campanha, que é revelador não apenas do seu estatuto ético (ancorado em valores conservadores, liberais, militaristas e religiosos), mas também do fomento às emoções primárias de repulsa, raiva e medo. Nesses termos, um primeiro aspecto a levar em consideração é o fato de que o antagonismo *nós contra eles*, um dos principais pilares da guerra política, ideológica e cultural promovida por Bolsonaro, em grande medida assumiu contornos de uma simbólica guerra santa (*o bem contra o mal*), sobretudo porque, ao mesmo tempo em que apresentava o PT como uma grave ameaça aos valores conservadores e religiosos, como veremos nas próximas páginas, o capitão incessantemente se valia da dicotomia *verdade/mentira* para marcar o seu distanciamento do partido rival, acusando-o de produzir *fake News* contra ele – e, em última instância, talvez se possa dizer, insinuando quem seriam os “líderes de cada exército”: *Deus* e o *Diabo* (o “pai da mentira”, de acordo com a Bíblia). De um jeito ou de outro, fato é que grande parte das *fake News* que circularam no período das eleições de 2018 foram disseminadas por Bolsonaro e por seus seguidores, algo que pode ser conferido, por exemplo, nos acervos das principais plataformas de *fact-checking* do país (Aos Fatos<sup>54</sup>, Projeto Comprova<sup>55</sup> e Agência Lupa<sup>56</sup>), de modo que é no mínimo irônico que o próprio Bolsonaro tenha sublinhado – de modo invertido, claro – o *modus operandi* que ele mesmo utilizou: “[...] é aquela velha máxima da esquerda, né, de xingar os outros do que eles são, de acusar os outros de fazer o que eles fazem” (LIVE 24.10.2018). Seguem abaixo alguns excertos das *lives* que ilustram isso:

Eu adotei aquela máxima que seria nossa bandeira, peguei um versículo bíblico, João 8:32: e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará (LIVE 16.09.2018).

[...] **da nossa parte não tem *fake News*, tem a verdade acima de tudo** (LIVE 10.10.2018).

**O inimigo**, entre aspas, né, os oponentes aproveitaram esses 23 dias que tive dentro do hospital e semearam as mais variadas mentiras a meu respeito [...] **Calhordas mentirosos!** [...] aproveitaram o momento em que eu estive no leito de morte para semear mentiras (LIVE 01.10.2018).

[...] é o tempo todo mentira em cima de mentira. Isso é coisa de **canalha**, e nós sabemos o que este partido é capaz de fazer. [...] **são canalhas, nada mais do que canalhas [...] os maiores propagadores de *fake News* é (sic) o próprio PT**. Se eles não mentirem, eles deixam do ser PT. **Está no DNA do PT mentir descaradamente** e [se] passar por vítima (LIVE 18.10.2018).

[...] **nós fizemos uma campanha, que está pra se acabar agora na sexta-feira, baseada na verdade, e o outro lado na mentira deslavada [...]**. Mentem descaradamente. O PT sem mentir não é PT! [...] sem mentir eles não existem [...]

<sup>54</sup> Acervo da plataforma Aos Fatos sobre as eleições de 2018: <http://tinyurl.com/2vytj2dt>.

<sup>55</sup> Acervo do Projeto Comprova sobre as eleições de 2018: <http://tinyurl.com/3fp4rpt2>.

<sup>56</sup> Acervo da Agência Lupa sobre as eleições de 2018: <http://tinyurl.com/8774epzj>.

não dá pra gente realmente continuar vivendo no **mar de mentiras** como esse. Sem mentira o PT não existe [...] eles só podem crescer, né, mentindo para aquelas pessoas que deixam se levar. (LIVE 24.10.2018).

De maneira geral, embora este típico *argumentum ad hominem* tenha sido significativamente explorado por Bolsonaro na discussão de todos os eixos temáticos que serão analisados, no fim das contas veremos que ele é apenas a primeira linha de ataques ao partido rival, tendo em vista que a principal materialização do padrão bélico de sua campanha girou em torno da projeção de um hipotético cenário de absoluto caos e opressão, o qual seria instaurado por meio daquilo que ele chamou de “projeto de poder” do PT – algo que pode ser compreendido, inclusive, como um genuíno terrorismo por parte do capitão, como ficará claro a partir dos excertos selecionados. Para tanto, Bolsonaro repetiu à exaustão duas ideias centrais: a primeira delas é a de que o PT transformaria o país em uma distópica ditadura comunista (cujas principais implicações seriam a perda das liberdades individuais, a completa demolição dos valores conservadores e religiosos e, finalmente, o “controle social da mídia”), enquanto a segunda seria a de que o PT iria fraudar as eleições de 2018, a fim de garantir a vitória de Fernando Haddad, por meio do voto eletrônico (cujas principais implicações seriam a concessão de um imediato indulto a Lula, preso à época, e a revogação de determinadas ações penais consumadas no passado, em especial as que se relacionavam ao Mensalão e à Lava-Jato, que, como se sabe, trancafiaram volumoso contingente de tradicionais figuras políticas do país, muitas delas do próprio PT). Diante disso, vejamos alguns excertos que ilustram a ideia de que o Partido dos Trabalhadores teria um “projeto de poder” cujo propósito seria transformar o país em uma ditadura comunista:

Tá em jogo no momento é o futuro de todos vocês que tão aí, até de você que apoia o PT, você é um ser humano também [...] **isso no Brasil é o jogo do poder, é o domínio de uma nação [...] acabou a democracia [se] o Haddad [for] eleito presidente [...]** (LIVE 16.09.2018).

Nós não aguentamos mais um outro ciclo de PT, PSDB, **será o fim do Brasil [...] eles querem o poder absoluto [...]** Repito: **não teremos outra oportunidade de mudarmos o destino do Brasil [...]**. O PT continua defendendo o que acontece na Venezuela. O senhor Haddad tem como vice uma mulher do Partido Comunista do Brasil, que tem laços com a Coreia do Norte. Esse pessoal não tem noção de democracia, não tem respeito para com a liberdade, esse pessoal não tem limite, **é o poder absoluto [...]. Se nós perdermos aqui, acabou** (LIVE 01.10.2018).

[...] se uma pessoa um dia rouba a tua carteira, você pode recuperar esse valor lá na frente. Mas se rouba a tua liberdade, a tua carteira vai junto... e sabe-se lá quando você restabelecerá a sua liberdade. [...] por isso a Venezuela chegou onde está no momento, **onde o ser humano ali come rato, onde a mãe vê o filho morrer de fome, onde não se tem liberdade para nada, onde eles fogem [...]**. Então, **isso é o que o PT quer para o nosso Brasil**. Queremos chegar a esse ponto? (LIVE 03.10.2018).

[...] vamos afastar disso que não deu certo, que é o socialismo, que é o comunismo, que tá encarnado no PT, no Pcdob, no PSOL [...] **tá polarizado: nós e o PT. É o Brasil verde-amarelo e eles, que representam Cuba, representam o governo da Venezuela, com a sua bandeira vermelha com a foice e martelo em cima dela. Vamos mudar o Brasil** (LIVE 06.10.2018).

[...] **restam-nos apenas dois caminhos: o da prosperidade, o da liberdade, o da família, o de estar ao lado de Deus**, ao lado daqueles que têm religião, e os que não têm religião também, mas são responsáveis. **E por outro lado sobra-nos o caminho da Venezuela [...] o nosso país realmente está à beira do caos [...] o Brasil está aí à beira do abismo [...]. Não podemos continuar flertando com o socialismo ou com o comunismo** (LIVE 07.10.2018).

Faltam poucos dias para a gente ficar livre aqui desse fantasma do PT. Ficar livre desse... desse **partido que não tem qualquer compromisso a família, com as religiões, com a liberdade, com a democracia, com a liberdade de imprensa** (LIVE 12.10.2018).

[...] **o que está em jogo é o futuro do nosso Brasil** [...] a questão de **ameaça à democracia** [...] tese de mestrado do senhor Haddad: “caráter socioeconômico do sistema soviético”. Olha pelo que ele se interessa: “caráter socioeconômico do sistema soviético”. E sua tese de doutorado: “de Marx a Habermas, o materialismo histórico e seu paradigma adequado”. [...] pô, tem gente que acredita que esse cara seja democrata, que esse cara pensa em democracia, que esse cara quer a tua liberdade, que ele respeita a liberdade de imprensa, que ele respeita a propriedade privada (LIVE 14.10.2018).

**O que está em jogo no Brasil é a nossa liberdade, a nossa democracia! [...] o que está em jogo? É o futuro do Brasil, é a nossa liberdade, é a nossa democracia, são os princípios! Esses caras não têm qualquer compromisso com a família! Nenhum!** [...] esse é o PT, que nós devemos combater agora. E parece que tem gente que se esqueceu: **nós temos que fazer valer o valor da família no Brasil. Você viu: o Haddad recebe uma Bíblia e joga no lixo!** (LIVE 24.10.2018).

Nós temos só duas opções, né? Pra direita ou pra esquerda, mas pra esquerda acho que todo mundo já conhece, pra onde nós fomos ao longo de 13 anos de PT. Imagina o PT voltando? Fica realmente complicado sonharmos com um Brasil democrático, um Brasil livre, um Brasil livre de preconceito [...] **o outro lado é a volta do passado, é a corrupção, é a mentira, é o desprezo à família, é uma aproximação de ditaduras [...] é a perpetuação dessa máquina podre que nós temos aí, que vive da corrupção!** Para tirar de vocês o atendimento médico, a educação, a segurança... é uma máquina podre que sobrevive, se retroalimenta da desgraça, da corrupção! (LIVE 27.10.2018).

Como se vê, estes excertos foram retirados de praticamente todas as *lives* analisadas e, ainda que pareçam muitos, não chegam nem perto de esgotar a ideia de que o “projeto de poder” do PT seria transformar, a todo custo, o Brasil em uma ditadura comunista. De qualquer forma, é possível notar de maneira clara o terrorismo propagado por Bolsonaro, o qual, ao mesmo tempo em que reitera a maioria dos valores éticos de sua campanha (sobretudo o conservadorismo e a religiosidade), também fomenta exacerbadamente as emoções primárias de *medo* e de *repulsa* diante da iminente destruição da democracia (“será o fim do Brasil”; “se nós perdermos aqui, acabou”), que, fatalmente, significaria a perda da liberdade, dos valores conservadores e religiosos (“esses caras não têm qualquer compromisso com a família”; “o

Haddad recebe uma Bíblia e joga no lixo”) e até mesmo da subsistência dos brasileiros – algo que fica particularmente claro e impactante na alusão feita à Venezuela, “[...] onde o ser humano ali come rato, onde a mãe vê o filho morrer de fome [...]”. Além disso, é bom lembrar um fato óbvio: todas estas falas foram disseminadas nas redes sociais (*Facebook, Twitter e YouTube*), cuja arquitetura algorítmica proporciona o tipo de coesão social fragmentária implicada no antagonismo *nós contra eles*, que dificulta o diálogo entre pessoas que têm perspectivas diferentes, as quais, eventualmente, estariam dispostas a problematizar a veracidade e a procedência dessas distópicas previsões. Ou seja, as *lives* de Bolsonaro se realizavam de modo a alcançar um público que já compartilhava o seu estatuto ético e que, portanto, estava pré-disposto a ecoar as suas visões de mundo de maneira praticamente incondicional, algo que potencializou os efeitos pragmáticos de suas falas e, entre outras coisas, fortaleceu a união dos “cidadãos de bem” em sua guerra contra os “comunistas”. Mais além, outro ponto importantíssimo que também está implicado nesta suposta busca pelo “poder absoluto” por parte do PT seria o de que o partido implementaria o “controle social da mídia”, uma acusação imprecisa e enganosa, mas muito oportuna e estratégica, pois, ao mesmo tempo em que mais uma vez fomentava o medo e a repulsa diante deste caráter flagrantemente ditatorial atribuído ao PT, também funcionava como uma espécie de manobra retórica que, em grande medida, concebia as redes sociais como o último refúgio da “verdade” e daquilo que os bolsonaristas chamam, ainda hoje, de “liberdade de expressão” – e, de quebra, ainda justificava a transferência da campanha de Bolsonaro para as redes sociais. Fato é que o capitão tinha plena consciência de que a ascensão da sua candidatura estava intimamente conectada ao poder e ao alcance das redes sociais, cuja arquitetura algorítmica fortalece o antagonismo *nós contra eles* e cuja legislação deficitária não é capaz de combater a disseminação de *fake News* de maneira adequada e eficiente. Vejamos alguns excertos que ilustram isto:

**[...] o PT vai buscar, sim, um controle social da mídia. Cês (sic) vão perder a liberdade.** Sei que nem todos têm hoje em dia, né, mas quem tem amor à liberdade vai perder completamente essa liberdade (LIVE 16.09.2018).

Olha o que eles querem: **democratização dos meios de comunicação.** Isso está no caderno de teses do PT, na página do PT. **Isso é o controle social da mídia. A mídia será censurada.** Será que a mídia brasileira não está entendendo o risco que vocês estão correndo caso o PT chegue lá? (LIVE 02.10.2018)

**Está aí no documento do PT aqui, que faltou redimensionar, sensivelmente, a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação, ou seja, dinheiro de... do orçamento de estatais é... para as empresas que estivessem alinhadas com o sistema, alinhadas com o partido central: o PT.** É isso. Qual a imprensa que nós temos em Cuba? Tem lá o jornal O Grama. Algum outro? É isso que nós queremos para o Brasil? (LIVE 03.10.2018)

[...] a gente lamenta, uma imprensa brasileira, parte dela, não abrir os olhos, [para] o que lhes espera com a ascensão, com a volta do PT ao poder. Parece que não conseguiram ler o plano de governo deles: **controle social da mídia** (LIVE 07.10.2018)

Nossos amigos da imprensa, aí, em especial aqueles que não gostam de mim, dou todo direito de vocês não gostarem de mim, mas **vocês não podem fugir da verdade**. Está aqui na página 16: implantar mecanismos de regulação da imprensa e internet. Tá bem claro aí? **Regulação da imprensa e internet, vocês sabem o que é isso, com a imprensa de Cuba, com a imprensa da Venezuela, da Coreia do Norte**, do... cujo candidato a vice, né, Manuela D'Ávila, do Pcdob, morre de amores. Inclusive quando morreu o pai do Kim Jong-Um, o PCdoB mandou uma nota de pesar e choraram copiosamente a morte lado lá do... do ditador norte-coreano. Regular a imprensa e a internet... fica difícil! (LIVE 10.10.2018).

Eu vejo a imprensa aí, grande parte, elogiando o cara. Eu sou um risco pra democracia, ele não! Parece que o pessoal da imprensa, esses que apoiam, são analfabetos. Está lá no plano de governo dele: controle social da mídia. Queremos... vocês queriam isso para vocês? **O controle social da imprensa e da internet...** (LIVE 24.10.2018)

[...] a verdade hoje em dia não tem como ser escondida, porque nós temos as mídias sociais (LIVE 01.10.2018).

[...] esse aparelhinho, oh [mostra o celular], nos deu uma liberdade enorme. E no plano de governo do Haddad tá escrito lá que o controle social da mídia e internet. Então eles são... eles querem controlar tudo realmente, ter um poder absoluto, é um jogo de poder (LIVE 12.10.2018).

Então quero agradecer os milhões de internautas, vocês, sim, são os responsáveis, tá, pela situação que eu cheguei no momento (LIVE 27.10.2018).

Os excertos acima deixam claro que a interpretação feita por Bolsonaro sobre a proposta de “democratização dos meios de comunicação” feita pelo PT – que, como ele mesmo aponta, visava “redimensionar [...] a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação” e, assim, fomentar a descentralização midiática – foi a de que o partido iria censurar a mídia e, por extensão, cercear não apenas a liberdade de imprensa, mas também a liberdade de expressão dos usuários das redes. Nesses termos, estrategicamente ignorando o significado da palavra “democratização” e associando-a ao suposto “projeto de poder” do PT que transformaria o país em uma ditadura comunista – uma ideia fortalecida, inclusive, pelas menções às imprensas de Cuba, Venezuela e Coreia do Norte – Bolsonaro novamente reitera o terrorismo propagado pela sua campanha extraoficial, fomentando as emoções de medo e repulsa (“Cês vão perder a liberdade”) por meio do seu principal padrão discursivo, e, em alguma medida, ainda tenta fazer um aceno positivo aos veículos jornalísticos mais proeminentes do país, entre eles o Grupo Globo e o jornal Folha de São Paulo, os quais, é bom dizer, faziam duras críticas à sua campanha e às suas propostas. De todo modo, fato é que o próprio Bolsonaro recorrentemente atacava estes mesmos veículos – “[...] a Folha de São Paulo,

pelo que a gente vê aqui, jogando nesse time do Haddad” (LIVE 18.10.2018) –, afirmando, entre outras coisas, que eles eram de esquerda e que ajudavam a disseminar supostas *fake News* elaboradas pelo PT, algo totalmente enganoso e que, oportunamente, ignorava por completo a decisiva participação destes mesmos veículos no *impeachment* de Dilma Rousseff, como apontado na primeira seção deste capítulo. De fato, essa enganosa associação entre o PT e os principais veículos de comunicação do país, no fim das contas, serviu apenas para concebê-los como partes constitutivas do “sistema”, tão combatido pelo capitão reformado em sua épica jornada para salvar o país.

Seguindo, então, rumo a outro desdobramento deste suposto “projeto de poder” do PT, chegamos à *fake News* mais alardeada por Bolsonaro em sua campanha: a de que as eleições seriam fraudadas. Na verdade, desde 2015, quando era ainda deputado federal, Jair Bolsonaro já defendia o retorno do voto impresso e afirmava, sem qualquer tipo de provas ou de estudos técnicos, que as urnas eletrônicas eram vulneráveis a fraudes, uma hipótese falsa que ele se propôs a sustentar não apenas durante o período da campanha presidencial de 2018, mas também depois de sua vitória (na sua visão, a margem de votos favoráveis a ele deveria ter sido maior) e que, finalmente, ressurgiu nas eleições de 2022. De todo modo, interessa-nos sublinhar o fato de que esta acusação começou a ganhar relevância nas falas de Bolsonaro já na primeira *live* depois da facada recebida em Juiz de Fora, realizada em 16 de setembro de 2018, quando ele a apresentou como sendo o “plano B” de Lula para sair da prisão, algo que seria garantido por meio de um indulto de Fernando Haddad depois de consolidada a fraude na votação. Além disso, é igualmente importante sublinhar que, depois da realização do segundo turno, Bolsonaro aumentou ainda mais a frequência de seus ataques às urnas eletrônicas, afirmando, inclusive, que muitas pessoas não tinham conseguido votar para presidente da república, e passou a estimular os seus eleitores a tirarem fotos dos boletins de urna<sup>57</sup> e enviá-las ao site “fiscaisdojair.com.br” (o qual atualmente não está mais disponível *online*) durante a realização do segundo turno, como que numa espécie de apuração paralela. Seguem os excertos:

[...] **se coloquem no lugar do presidiário**, que tá lá em Curitiba, com toda a sua popularidade, com toda a sua possível riqueza, com todo o seu tráfico junto a ditaduras do mundo todo, que se autoapoiam, especial em Cuba... você aceitaria passivamente, bovinamente, ir para a cadeia? **Você não tentaria uma fuga?** Bem, se você não tentou fugir, com tudo ao teu lado, é obviamente porque você tem um plano B. **Qual é o plano B desse presidiário?** Desse homem pobre, lá atrás, que roubou toda a nossa esperança? **Eu não consigo pensar em outra coisa, a não ser o plano B se materializar numa fraude.** [...] **o PT descobriu o caminho para o poder: o voto eletrônico** [...]. A grande preocupação realmente não é perder no voto, é perder na

<sup>57</sup> Os boletins de urna são uma espécie de “extrato” automático de votação, impresso imediatamente após o fechamento da urna, que mostra a quantidade de votos recebida por cada candidato.

fraude. Então, **essa possibilidade de fraude no segundo turno, talvez até no primeiro, é concreta [...] podem inserir, via fraude, uma média de 40 votos para o PT... para o PT na maioria das sessões do Brasil** (LIVE 16.09.2018).

[...] no lugar do Lula, você aceitaria passivamente ir para a cadeia sem **um plano B**? Que plano B seria esse? Olha, se... seria fraude nas eleições? Eu acho que houve muito equívoco, muita coisa errada que... eu não vou falar em fraude ainda, né, até pra não levar pancada dos outros, mas tem muito.... a minha... **a senhora que trabalha na minha casa não conseguiu votar. Quando ela votou para governador encerrou.** E as reclamações foram no Brasil de norte a sul, de leste a oeste.(LIVE 12.10.2018).

**Eu desconfio da lisura, porque não há uma maneira de você fazer uma auditoria.** Vou respeitar o que acontecer por ocasião aí das eleições. Eu não vou é ligar pro Haddad, caso ele venha a vencer. Se bem que não acredito nisso (LIVE 03.10.2018).

[...] **nós desconfiamos do voto eletrônico**, tanto é que aprovei o voto impresso lá atrás. Lamentavelmente o Supremo derrubou (LIVE 05.10.2018).

A gente vai pedir mais uma coisa: que momentos antes das 17 horas, quando encerra (sic) as votações, que compareça ao local que você votou, porque cada boletim de urna é fixado na parede e você com esse aplicativo vai tirar uma fotografia da cabeça... da... da tripa daquela lista onde estão os candidatos ali à presidente da república, e isso vai pra um local adequado [...] **vamos fazer uma apuração paralela. É difícil você garantir a lisura das eleições com o voto eletrônico** (LIVE 06.10.2018).

[...] recebemos muitas críticas de urnas que tiveram problemas, e não foram poucas. Se votava pra governador e depois se encerrava simplesmente a... o voto daquela pessoa. Se apertava o um, no final já parecia o candidato aí da esquerda. [...] reclamações foram muitas, inúmeras e quando nós aprovamos o voto impresso lá atrás era exatamente para evitar isso. **Lamentavelmente o sistema ganhou esta primeira batalha aí**, derrubando o voto impresso [...] vamos juntos ao TSE exigir soluções pra isso que aconteceu agora, e não foi pouca coisa, foi muita coisa. **Tenho certeza, se esses problemas não tivessem ocorrido, e tivéssemos confiança no voto eletrônico, já teríamos o nome do futuro presidente da república decidido no dia de hoje** (LIVE 07.10.2018).

Você pode ver, o Haddad presidente interessa pra muita gente, afinal de contas, sabe que ele vai assinar o decreto do indulto do Lula, e não pode apenas no decreto constar o nome do Lula. Todo mundo que tem um crime conexo vai entrar no indulto também. Isso que está em jogo no meu entender, teria... seria **o plano B do PT**, mas eu acho que a avalanche de votos é tão grande, a nosso favor, que não vai ter como funcionar (LIVE 12.10.2018).

Tem um sitezinho aí: fiscais do Jair, né? **fiscaisdojair.com.br. Lá tá explicado como você pode colaborar na fiscalização**, você vai ter que voltar às 5h da tarde lá na sessão eletrônica, tirar uma fotografia da cabeça do boletim de urna e automaticamente vai pra um local onde nós fazemos então ali a consolidação disso, para que nós venhamos a ter certeza de que realmente... é... nós tivemos uma votação que... nos deem esse mandato (LIVE 27.10.2018).

A acusação de fraude envolvendo as urnas eletrônicas, portanto, mais uma vez amplifica o terrorismo que Bolsonaro propagou em sua campanha extraoficial, fomentando, sobretudo, a emoção primária de medo, por meio do padrão discursivo de ataques viscerais ao PT e, claro, ao “sistema”, que acabou ganhando um novo integrante na narrativa bolsonarista: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse cenário, então, todo o sistema de votações estaria sendo

indiretamente comandado por Lula, apresentado como “o presidiário”, cujo “plano B”, elaborado para ilicitamente retomar a sua liberdade e dar sequência ao projeto de poder que transformaria o país em uma ditadura comunista, implicaria a inserção de “[...] uma média de 40 votos para o PT [...] na maioria das sessões do Brasil” – uma afirmação tão absurda e aleatória que só poderia ter qualquer tipo de aceitação entre os adeptos mais fervorosos de teorias conspiratórias, tendo em vista a ausência de quaisquer tipos de estudos técnicos ou de provas que respaldassem os números apontados. Mais além, ao garantir que a eleição deveria ter sido vencida já no primeiro turno e convocar seus eleitores para a realização de uma “apuração paralela” das urnas, Bolsonaro instigou não apenas as emoções de raiva e repulsa, mas também o tumulto e o caos nas sessões eleitorais ocorridas no segundo turno, tendo em vista que houve relatos de eleitores bolsonaristas sendo flagrados tirando fotos da própria votação, algo que não é permitido por lei e que pode render, inclusive, consequências penais. Finalmente, também é importante destacar que todas as acusações sobre supostos problemas técnicos nas urnas eletrônicas – “se votava para governador e depois se encerrava simplesmente a... o voto daquela pessoa. Se apertava o um, no final já apreciava o candidato aí da esquerda [...]” – foram desmentidas pelas principais agências de *fact-checking* do país e posteriormente divulgadas em diversas páginas na internet, entre elas no site oficial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso<sup>58</sup>, mas, de um jeito ou de outro, fatalmente os efeitos gerados pela circulação de *fake News* são imediatos, de modo que comprovação de sua falsidade é sensivelmente ineficaz no que diz respeito à reversão dos danos já causados.

Pois bem, até o momento, todos os excertos apresentados nesta seção ilustram a estratégia bélica desenvolvida por Bolsonaro para fomentar o medo, a raiva e a repulsa diante da possibilidade da instauração de uma ditadura comunista por parte do PT, o qual se valeria das estruturas do “sistema” – que, como vimos, contemplaria agentes diversos, como os principais veículos de comunicação do país e até mesmo o TSE – para consolidar, a todo custo (incluindo aí a fraude eleitoral), o seu distópico “projeto de poder”. Diante disso, é possível notar que Bolsonaro privilegiou, acima de tudo, a defesa dos valores conservadores e religiosos para se posicionar contrário à ameaça comunista simbolizada pelo PT, mas, nesse ponto, é importante lembrar que a sua campanha dispunha de outros valores (liberais e militaristas) igualmente vitais à sustentação do estatuto ético que dá forma à sua narrativa mítico-heroica, os quais tiveram uma visibilidade relativamente menor nestes excertos específicos simplesmente porque foram aplicados de maneira mais evidente no tratamento de outros eixos

---

<sup>58</sup> Cf. <http://tinyurl.com/3z4ez2b8>.

temáticos, em especial no que diz respeito à economia (liberalismo) e à segurança pública (militarismo), como veremos na sequência. De todo modo, antes de passarmos aos próximos temas, convém sublinhar uma última questão implicada no suposto “projeto de poder” do PT que mais uma vez visava fomentar o medo, a raiva e a repulsa, além de reforçar a ideia de que a jornada mítico-heroica de Bolsonaro era, na verdade, uma missão divina, cuja predestinação à vitória não poderia ser evitada nem mesmo pelas manobras espúrias do inimigo: a facada recebida em Juiz Fora. Vejamos alguns excertos:

[...] **ainda me convalesço dessa tentativa de homicídio, de um bandido, de um bandido que estive a serviço não sei de quem.** A facada, segundo o chefe da gastro do Albert Einstein, ele deu a facada e rodou [...]. **Estou vivo por um milagre, agradeço a Deus,** agradeço a vocês, agradeço as orações, agradeço a todos que tiveram ao nosso lado nesse momento difícil, mas digo a vocês: por nenhum instante eu pensei em desistir (LIVE 16.09.2018).

[levei] **uma facada de um profissional.** Ele deu uma facada e rodou [...], **mas eu acho que o que tá guardado ninguém tira não, tá ok? Então agradeço a Deus** (LIVE 12.10.2018).

[...] essa facada que eu levei aqui, do tal de Adélio, [que] até 2014, ele estava filiado ao PSOL. Desde que o PSOL existiu, ele se filiou ao PSOL e se desfiliou apenas em 2014. **É mais um indício para mostrar aqui que tem tudo para ser político, essa tentativa de assassinato** [...] se por aventura eu desistir agora, numa campanha, que não vou desistir, ou vier a morrer, segundo a nossa Constituição, **se eu morrer agora, assassinado, na própria facada, por um tiro de sniper,** seja o que for, o que vai acontecer? O terceiro classificado vem disputar com o segundo. Então, teremos no segundo turno Haddad e Ciro. Inclusive, eu iria para São Paulo no dia de hoje, mas fui recomendado, por questão de estratégia, segurança, a não ir, porque é eu pousar em São Paulo que teria um deslocamento, **poderia até sofrer um atentado, e seria o ideal para esses que estão aí** (LIVE 18.10.2018).

**O cara que deu a facada em mim era filiado ao PSOL, que é o puxadinho do PT** [...]. E digo mais: como é que pode o caso do cara que me esfaqueou lá em Juiz de Fora no mesmo dia receber a visita de quatro advogados, um renomado, que não precisava de buscar um caso polêmico para se projetar, não precisava, tá? Como é que se explica isso daí? [...] não [se] pode [n]esse caso achar que foi um lobo solitário, [que] veio da cabeça dele [...] **ele deu a facada para matar [...] estou vivo por milagre. E cada um tire as suas conclusões de o porquê eu estar vivo, de o porquê eu estou enclausurado dentro de casa, tá? Eles só podem me tirar de combate me eliminando fisicamente!** Agora, eu não acredito num lobo solitário, eu não acredito, até porque um cara daquele fazer um ato... o que que seria normal acontecer? Ser linchado pela multidão, ia ser linchado. Agora as informações que eu tive, tá? É... o policial que segurou lá o Adélio levou pancada de várias pessoas que estavam dando proteção ao Adélio! Então **foi um negócio planejado, programado!** E leve-se em conta que alguém com o nome dele, com o nome dele não... alguém com o documento dele tentou entrar em Brasília, na Câmara dos Deputados em Brasília, com... com a carteira dele, pô! Baseando em quê? Se ele foge ali daquele episódio tem o alibi perfeito: “eu tava em Brasília, não era eu” (LIVE 27.10.2018).

De maneira geral, embora a facada recebida em Juiz Fora tenha sido um grande marco nas eleições de 2018, pois, como já foi dito, autorizou a transferência da campanha de Bolsonaro

para as redes sociais, é curioso que o flagelado capitão tenha falado relativamente pouco sobre ela – inclusive, na *live* de 16 de setembro, feita ainda no hospital, Bolsonaro evitou fazer acusações diretas e apenas insinuou que o “bandido” poderia ter realizado o ato “a serviço não sei de quem”. Ou seja, a facada acabou sendo mais aproveitada na mudança do método da campanha do que propriamente no discurso, algo que começou a mudar apenas com a proximidade do segundo turno das eleições, como se vê nos excertos das *lives* de 18 e de 27 de outubro, quando Bolsonaro passou a fazer conexões entre Adélio Bispo, o autor do atentado, e o PT, afirmando que “foi um negócio planejado, programado”, afinal, “eles só podem me tirar de combate me eliminando fisicamente”, de modo que até mesmo o álibi de Adélio já teria sido preparado – “alguém com o documento dele tentou entrar em Brasília [...] se ele foge ali daquele episódio tem o álibi perfeito”. Nesses termos, Bolsonaro não apenas continua fomentando o medo, a raiva e a repulsa direcionadas ao PT, cujo “projeto de poder” envolveria até mesmo a contratação de uma pessoa para matá-lo, mas também acaba aprofundando ainda mais o antagonismo *nós contra eles* e, em última instância, reforçando o valor religioso de sua guerra santa (“estou vivo por milagre, agradeço a Deus”). Com isso, Bolsonaro projeta em si boa parte das principais características de um genuíno herói épico, cuja bênção divina lhe garante proteção contra as manobras espúrias do inimigo e cujo sucesso já está efetivamente predestinado. Dito isso, para encerrar a análise deste primeiro eixo temático, segue abaixo um gráfico geral relativo à polaridade das falas de Bolsonaro direcionadas ao PT:

**Gráfico 4. Análise dos níveis de polaridade implicados nas menções ao PT**



Fonte: autoral

### 3.3.3 Economia e segurança: acenos aos aliados, ameaças aos inimigos

Passemos, então, às falas do capitão sobre a economia, as quais, é bom dizer, continuaram ecoando o principal padrão discursivo (os ataques viscerais ao PT) e emotivo (fomento a emoções primárias de natureza negativa, especialmente a repulsa e a raiva), algo que, no fim das contas, justifica o fato de a análise algorítmica ter quantificado o eixo temático gestão política/ideologia com incríveis 60% de todas as suas falas e o gráfico geral das polaridades ter revelado números majoritariamente negativos. Também é bom ter em mente que existe uma íntima conexão entre este eixo temático e o eixo da infraestrutura, sobretudo no que diz respeito à ideia de impulsionar a exploração de recursos naturais do país, a qual envolve aquilo que Bolsonaro denominou “indústria da multa”, e à ideia de promover o livre mercado (“sem o viés ideológico”), ambas fundamentalmente ancoradas nos princípios do liberalismo econômico. Com efeito, veremos que as falas de Bolsonaro sobre economia giravam em torno de três pontos centrais intimamente conectados, os quais já haviam sido contemplados no seu Plano de governo, nos debates e na entrevista analisados nas seções anteriores; são eles: livre comércio, desburocratização/desregulamentação e privatizações – todos salpicados, é claro, de ataques diretos ao PT, especialmente em relação à “caixa preta do BNDES” e às supostas *fake News* elaboradas pelo partido para difamá-lo. Sendo assim, começemos por alguns excertos que materializam a continuação do padrão discursivo de ataques ao partido rival e, ao mesmo tempo, preparam o terreno para a apresentação de propostas mais específicas para a economia, sobretudo no que diz respeito à ideia de fazer comércio “sem o viés ideológico”:

Nós temos que unir o povo brasileiro, que o PT desuniu. Unindo o povo, com o potencial que nós temos aqui, com as relações internacionais que nós teremos, **sem o viés ideológico**, nós temos como mudar essa nação (LIVE 04.10.2018).

**[...] o Mercosul foi criado com boas intenções, mas depois ele foi sendo politizado, passou a ser um instrumento ideológico de comércio aqui no Brasil** (LIVE 05.10.2018).

**[...] você ser rico do Brasil passou a ser motivo de vergonha. Nós queremos, sim, dividir, mas dividir riqueza com vocês, e não dividir pobreza, que sempre foi a marca do socialismo e do comunismo. Vamos abrir o nosso comércio** (LIVE 06.10.2018).

**[...] vamos [nos] aproximar das grandes nações, vamos fazer uma política externa sem o viés ideológico, vamos agregar valor naquilo que Deus nos deu** (LIVE 07.10.2018).

Ao final de contas, todas vocês se lembram, de 13 anos do PT. Aí sim! Caixa dois, corrupção generalizada, assalto às estatais, quebra de fundos de pensão, doação de dinheiro do BNDES para ditaduras de todo o mundo. Esse é o PT, esse é o PT (LIVE 18.10.2018).

[...] **vamos quebrar esse sistema juntos**, vamos implodir, no bom sentido, fique tranquilo, né, ninguém quer soltar bomba em lugar nenhum, os sigilos do BNDES, você tem o direito de saber o que é feito com o nosso dinheiro... e assim em todos os bancos oficiais (LIVE 01.10.2018)

Como se vê, estes excertos não apenas responsabilizam o governo petista, que tem “a marca do socialismo e do comunismo”, pela crise econômica vigente à época, mas também enumeram as principais causas do problema (“caixa dois, corrupção generalizada, assalto às estatais, quebra dos fundos de pensão, doação de dinheiro do BNDES para ditaduras de todo o mundo”), ecoando, dessa forma, o principal padrão discursivo (ataques ao PT) e emotivo (nesse caso, o fomento à repulsa e à raiva) da campanha bolsonarista. Com isso, o capitão prepara o terreno para apresentar as propostas que representariam o comércio “sem o viés ideológico”, ou seja, as propostas sintonizadas aos princípios do liberalismo econômico que, na prática, significam o fomento às privatizações, em oposição à manutenção e à valorização de empresas estatais, e o comércio com os países europeus, tendo em vista que o Mercosul é apresentado como um “instrumento ideológico”. Além disso, convém sublinhar que Bolsonaro fez, ao longo de toda a sua campanha, numerosas críticas às políticas externas do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), o qual, especialmente na época em que Dilma Rousseff esteve na chefia do poder Executivo, financiou o desenvolvimento infraestrutural de países vizinhos (chamados de “ditaduras” pelo capitão), algo igualmente visto pelos bolsonaristas como sendo parte do “viés ideológico” e que, no fim das contas, seria um dos responsáveis pela crise econômica. De um jeito ou de outro, fato é que as políticas econômicas desenvolvidas pelo BNDES favoreceram uma parte significativa do empresariado brasileiro, por meio de empréstimos e financiamentos com baixas taxas de juros, mas o ponto central da crítica de Bolsonaro repousava sobre os empréstimos feitos a países sul-americanos, que desagradavam esta mesma parte do empresariado brasileiro, a qual preferia fazer acordos com “as grandes nações”. Sendo assim, diante dessa caracterização do que seria este comércio livre do “viés ideológico” nas políticas econômicas, passemos aos excertos que materializam de forma clara o que seria necessário para revertê-lo – ou seja, a desburocratização/desregulamentação e as privatizações. Seguem os excertos:

Queremos fazer comércio com o mundo todo, sim, mas como resolver esse assunto? [...] **Nós temos que desonerar a folha de pagamento, desburocratizar, desregular muita coisa, de modo que seja mais fácil você fazer comércio aqui no Brasil. É dessa forma que nós acabaremos então valorizando o produtor brasileiro...** é a mesma coisa do produtor rural (05.10.2018).

**Vamos partir, sim, pra privatizações.** O que for estratégico não será privatizado, ninguém vai privatizar o Banco do Brasil e Caixa Econômica, por exemplo. O sistema

elétrico é estratégico. Nós devemos preservar o núcleo, no mínimo, do sistema elétrico. O que for estratégico, como Furnas, por exemplo, nem passa pela nossa cabeça a palavra privatização. Se você botar gente competente na frente dessas estatais, não indicasse por grupos políticos, essas estatais com... têm como dar lucro. **Nos Estados Unidos as Forças Armadas tomam conta do seu sistema energético, se for o caso faremos a mesma coisa aqui, as Forças Armadas colaborarão com essas estatais.** [...] se quer privatizar, privatiza por exemplo a EBC, empresa brasileira de notícia, que gasta mais de um bilhão por ano pra pagar salários vultosos a amigos do rei [...] **vamos quebrar esse monopólio, essa petralhada que tá... não são todos que eu tô falando, quando falo essa petralhada é essa... esse núcleo petralha que tá nas estatais, nós vamos implodir esse pessoal também** (LIVE 01.10.2018).

[...] **nós diminuiremos o tamanho do Estado.** Teremos no máximo 15 ministérios. De aproximadamente 150 estatais, no primeiro ano, no mínimo 50, ou nós privatizamos ou extinguiamos, simplesmente. E assim vamos continuar, com responsabilidade, buscar **diminuir o tamanho do Estado, porque somente dessa maneira nós combateremos a corrupção.** Nós temos responsabilidade em definir o que são estatais estratégicas. Temos responsabilidade, sim. Não queremos entregar o nosso patrimônio pra qual país que seja. Nós devemos valorizar o que é nosso (LIVE 07.10.2018).

[...] **nós falamos de reduzir o número de ministérios, até para reduzir aqui a corrupção no nosso país, no Brasil, e aumentar a eficiência do Estado. É que o Estado que é eficiente é aquele que não intervém, e quem realmente produz e gera riqueza não é o Estado, é a iniciativa privada** (LIVE 10.10.2018).

**São 150 estatais. Eu acho que no primeiro ano essas 50 criadas pelo... pelo PT a gente vai mandar pro espaço.** As outras 50 ali, você vai ter que ter um critério, um modelo com responsabilidade, e não é apenas jogar pra anunciar no mercado que quem comprar, comprou. Não. Tá certo? Tem que ter um modelo, talvez o Golden Share, seja lá o que for. E o que for estratégica, a gente não pode falar em privatizar, no meu entender, o que for estratégica você não pode é... privatizar: Banco do Brasil, Caixa Econômica. **Já têm poucos bancos no Brasil, se você sumir com o Banco do Brasil, Caixa Econômica, é a pergunta de sempre, né, quem é que vai financiar, por exemplo, a produção agrícola no Brasil?** Agora, se o Banco do Brasil e a Caixa Econômica têm problemas, como de vez em quando aparece, e têm mesmo, é por causa das indicações políticas, que levam à ineficiência do órgão e à corrupção. Vamos indicar pessoas sérias [...] **então vai ter um grande plano de privatização, sim, vai ser, tá? Mas com muita responsabilidade, e podem ter certeza que o mercado não vai se decepcionar conosco, não** (LIVE 12.10.2018).

Estes excertos deixam muito claro que as principais propostas de Bolsonaro para alcançar o comércio sem o “viés ideológico” – desburocratização/desregulamentação e privatização – são fundamentalmente complementares e implicam a diminuição do tamanho do Estado (liberalismo), sobretudo por meio da redução do volume de ministérios, a fim de “reduzir a corrupção” e aumentar a sua eficiência. De fato, trata-se de um flagrante desdobramento da guerra do capitão contra o “sistema”, o qual, no caso do cenário econômico, pode ser compreendido como o grande “núcleo petralha que tá (sic) nas estatais” e que, no fim das contas, seria o principal responsável por todo tipo de mazelas sociais, entre elas a crise econômica vigente à época, de modo que a solução do problema passaria por um “grande plano de privatização [...], com muita responsabilidade”. Nesses termos, o que Bolsonaro está

chamando de “privatização com responsabilidade” nada mais é do que um aceno positivo para o empresariado, em especial para o agronegócio (um de seus principais aliados não apenas durante a campanha, mas também durante o seu governo): “se você sumir com o Banco do Brasil, Caixa Econômica [...] quem vai financiar, por exemplo, a produção agrícola no Brasil?”. Além disso, a sugestão de que o exército poderia assumir postos de comando nas estatais é mais um aceno positivo para outro grande aliado do capitão e, de maneira geral, colore de militarismo os valores liberais da campanha, algo que, diga-se de passagem, soa um tanto incoerente diante das severas críticas de Bolsonaro às “indicações políticas que levam à ineficiência do órgão e à corrupção”. De um jeito ou de outro, no cenário econômico, sem dúvidas os aliados mais proeminentes do capitão eram os empresários do agronegócio, a quem ele fez diversos outros acenos positivos, especialmente no que se refere àquilo que foi chamado de “indústria da multa”, como se vê nos excertos abaixo:

**[...] queremos um fim na indústria da multa, praticada pelo IBAMA e ICMBio junto ao campo. Vamos botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil. Vamos fazer com que... com proposta do Paulo Guedes, tirar o Estado do cangote de quem produz. Vamos desregular muita coisa, desonerar a folha de pagamento (07.10.2018)**

[...] o Haddad diz que vai criar imposto sobre exportação. Ou seja, quer que o Estado arrecade mais naquilo que nós exportamos. Aí basicamente, em grande parte, é o que se produz no campo, chamado *commodity*. Então tudo que nós exportamos no campo ia ter... ele quer criar um imposto a mais de exportação. Bem, logicamente o que nós produzimos vai chegar mais caro lá fora, perdendo a competitividade. **O Estado não pode continuar sendo uma máquina de arrecadar, e penalizando quem produz (10.10.2018)**

**[...] nós temos que dar um fresco aqui pro empresário, né, pro... pro cidadão trabalhador, porque ninguém consegue mais pagar uma carga tributária tão monstruosa como a que está aí (12.10.2018)**

O que Bolsonaro chama, portanto, de “indústria da multa” diz respeito, sobretudo, à atividade dos órgãos que regulamentam e fiscalizam a exploração de recursos naturais, visando garantir a preservação ambiental, como fica claro na menção ao Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), apontados como “ativismos” que, no seu governo, teriam um “ponto final”. De fato, Bolsonaro cumpriu essa promessa quando nomeou o empresário Ricardo Salles para o cargo de ministro do Meio Ambiente, o qual ficou marcado por uma incendiária declaração feita em uma reunião ministerial, no dia 22 de abril de 2020, cujo vídeo foi posteriormente divulgado, na qual ele dizia que era preciso aproveitar o momento em que a mídia estava voltada à cobertura da pandemia de Covid-19 para “ir passando a boiada

e mudando todo o regramento e simplificando normas” (MINISTRO, 2020) – algo que de fato aconteceu, como aponta o minucioso relatório produzido pelo Observatório do Clima<sup>59</sup>. De todo modo, voltaremos ao eixo temático da infraestrutura mais à frente, pois o que realmente merece atenção nestes excertos é que, no fim das contas, os principais beneficiários das propostas de Bolsonaro para a economia não são os cidadãos comuns do país, mas o empresariado: “vamos [...] tirar o Estado do cangote de quem produz”; “[...] nós temos que dar um fresco aqui pro empresário”. Em suma, as falas de Bolsonaro sobre economia são, como era de se esperar, as que mais revelam os princípios liberais de sua campanha, ancoradas na ideia de que a crise econômica era culpa do “sistema” e, mais especificamente, da “petralhada”, fomentando, mais uma vez, as emoções primárias de raiva e repulsa. Dito isso, passemos então ao eixo temático da segurança pública.

Pois bem, as propostas de Bolsonaro para a área giravam em torno de três questões centrais: garantir a segurança no campo, promover o armamento da população e combater a proposta de desmilitarização das polícias feita pelo PT – além de repetir uma tentativa de aceno ao público feminino, a qual já vinha sendo construída nos debates e entrevistas analisados anteriormente<sup>60</sup> e que se justifica pelo fato de que este público era o que mais repudiava a campanha eleitoral do capitão. Nesses termos, veremos que as duas primeiras propostas, seguindo o mesmo padrão discursivo e emotivo da campanha extraoficial, são intimamente conectadas e, de maneira geral, podem ser compreendidas como uma espécie de desdobramento do aceno feito aos empresários do agronegócio, na medida em que visavam tipificar como terrorismo as ocupações feitas pelo MST, além de defender o armamento e o “excludente de ilicitude” para garantir a defesa da propriedade privada. Assim, as propostas revelam, sobretudo, os valores liberais e militaristas da campanha e, mais uma vez, fomentam as emoções primárias de repulsa e raiva que, nesse caso, associam o MST ao governo petista, como veremos, e, de quebra, também tocam em outro ponto relativo à economia e à infraestrutura: a demarcação de terras indígenas, algo que foi veementemente combatido por Bolsonaro e apresentado como empecilho ao desenvolvimento econômico. Seguem os excertos que ilustram

<sup>59</sup> De acordo com o relatório (disponível em: <http://tinyurl.com/35j7mp8y>), no governo Bolsonaro houve o “[...] maior aumento de desmatamento na Amazônia em um mandato presidencial desde o início da série histórica (60% em relação ao período anterior); maior alta nas emissões de gases estufa em 19 anos; redução de quase 40% nas multas por desmatamento na Amazônia; nem um centímetro de terra indígena demarcado; aumento de 212% nas invasões e de 125% no garimpo em Terras Indígenas; recorde na violência no campo; redução da ambição climática brasileira no Acordo de Paris”.

<sup>60</sup> Esta tentativa de aceno positivo às mulheres, como foi dito na seção anterior, posicionava-as como donas de casa cuja maior preocupação seria “[...] se teu (sic) filho ou tua (sic) filha vai voltar de uma faculdade, ou de uma festinha que um deles foi, em segurança” (LIVE 03.10.2018).

essa conexão entre as duas primeiras propostas e deixam claro o aceno aos empresários do agronegócio:

[...] o que que a bancada ruralista, que trabalha também de mãos dadas com homens e mulheres da agricultura familiar, querem (sic)? **A segurança jurídica no campo.** Combatermos as invasões do MST, isso tem a ver com a **segurança física no campo** (LIVE 02.10.2018).

[...] **o produtor rural não pode continuar sendo refém, entre outras coisas, né, de invasões do MST. Falta uma retaguarda jurídica, uma segurança jurídica. Hoje é a fazenda dele, amanhã pode ser da reserva indígena** tal, apesar do Marco Temporal dizer que não se pode mais demarcar qualquer nova terra aqui no Brasil, né, depois de cinco anos da promulgação da nossa Constituição. (LIVE 05.10.2018).

[...] o último grupo fechou conosco, o penúltimo, né, é um pessoal aí da... da frente da agricultura, que o que eles querem você já sabe, né? **Eles querem a segurança jurídica, porque ninguém quer acordar e ver no jornal que a... que a fazenda dele vai ser demarcada como terra indígena.** Como que se 14% do território brasileiro demarcado como terra indígena não fosse o suficiente. **Ele quer a garantia que se um marginal do MST invadir a tua (sic) propriedade, primeiro que ele tem o legítimo direito de se defender, com o excludente de ilicitude [...].** E não conseguindo se defender, uma vez na justiça, dando-lhe o direito de reintegração de posse, que a reintegração seja cumprida. Que tem governadores, geralmente do PT, do Pcdob, mesmo havendo a reintegração de posse, eles não cumprem a determinação judicial (LIVE 12.10.2018).

[...] **vamos tipificar como terrorismo qualquer invasão de terra**, qualquer propriedade privada. Invadindo a tua casa, o teu apartamento, a tua chácara, tá fazendo... **isso é terrorismo**, ponto final. **Uma das bases da democracia, um dos pilares é a propriedade privada.** Sabe por que esses... esses picaretas detestam a propriedade privada? Porque eles nunca trabalharam na vida! E querem sempre tomar o que é dos outros para eles ou para o Estado. Vamos jogar pesado nessa questão (LIVE 18.10.2018).

[...] **nós vamos tipificar como terrorismo qualquer invasão de propriedade privada, quer seja urbana, quer seja rural. Isso é terrorismo** (LIVE 14.10.2018).

vamos jogar pesado na questão da segurança pública. Vamos, junto ao parlamento, **lutar para que o cidadão de bem, caso queira, com algum critério, obviamente possa comprar uma arma e ter dentro de casa, bem como quem mora na área rural**, a mesma coisa. Vamos então jogar pesado na questão da segurança (LIVE 06.10.2018).

[...] eu sempre defendi posse de arma de fogo. O que que é posse de arma de fogo? É você, **cidadão de bem**, com algumas poucas exigências, você ter uma arma dentro da tua casa, do teu apartamento, da tua chácara, da tua fazenda. Isso chama-se posse de arma de fogo. É **você poder reagir**, não só o MTST, bem como o MST, bem como... a tentativa de invasão de qualquer outra pessoa, não interessa quem seja essa gente... o cara for na sua porta, da tua casa, derrubou a porteira da tua fazenda, **você tem o direito de reagir.** Por isso eu defendo a arma de fogo, né, **para o cidadão de bem.** [...] e defendo também, projeto nossa que existe em Brasília, caso presidente tenha mais força para provar, o **excludente de ilicitude** nesse momento. **Se alguém invadir tua propriedade, você, ao se defender, você responde, mas não tem punição. Ou nós entendemos que a propriedade privada é um dos pilares da democracia [...] ou não entendemos** (LIVE 14.10.2018)

Os excertos acima, como se vê, continuam ecoando os acenos positivos de Bolsonaro aos empresários do agronegócio, ancorados na ideia de tentar garantir-lhes, por meio de

“retaguarda jurídica”, a defesa de suas propriedades contra as ocupações do MST/MTST e até mesmo contra eventuais demarcações de terras indígenas, ambas concebidas, nessa perspectiva, como ameaças à segurança pública, afinal, “a propriedade privada é um dos pilares da democracia” – inclusive, especificamente em relação à demarcação de terras indígenas, novamente é possível notar um ataque, dessa vez indireto, às instâncias governamentais que se ocupam de preservar os recursos naturais do país, entre elas a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), cuja principal atribuição é assegurar os direitos civis destes povos, aos quais frequentemente atribui-se papel fundamental na preservação do meio ambiente<sup>61</sup>. Diante disso, para consolidar, então, a prometida “retaguarda jurídica”, o capitão esclarece três propostas sequenciais e complementares, formuladas com base no tradicional antagonismo *nós contra eles* e que, em última instância, serviriam para autorizar a violência civil e promover a impunidade sob a proteção do Estado: tipificar como terrorismo as ocupações de terra feitas pelo MST/MTST (*eles*), armar a população (*nós*) e promover o excludente de ilicitude para os *cidadãos de bem* (*nós*). Assim, embora seja possível interpretar estas propostas, em especial as duas últimas, como uma espécie de atestado de incompetência no âmbito da segurança pública, na medida em que apontam para o fato de que o Estado estaria transferindo à população a tarefa de garantir a sua própria segurança, no fim das contas elas servem, fundamentalmente, para reforçar os valores liberais e militaristas da campanha bolsonarista e, de quebra, mais uma vez fomentam as emoções primárias de repulsa e raiva, canalizadas em direção aos “[...] picaretas [que] detestam a propriedade privada [...] porque eles nunca trabalharam na vida”. Nesses termos, as propostas de Bolsonaro ignoram, oportuna e estrategicamente, o fato de que o armamento da população (aliado à impunidade) gera mais ônus do que bônus à segurança pública, como fica claro nos numerosos atentados e homicídios registrados nos Estados Unidos, onde o acesso a armas é garantido e facilitado por lei.

Ainda seguindo no eixo da segurança pública, como não poderia deixar de ser, o capitão não perdeu a oportunidade de mais uma vez reiterar o padrão discursivo de ataques diretos ao PT, que se desdobra no padrão emotivo de fomento às emoções primárias de medo, repulsa e raiva, ao mencionar e repudiar as propostas de Fernando Haddad para a área, com foco especial em duas: redução da massa carcerária do país e desmilitarização das polícias. Na verdade, Bolsonaro reforça o terrorismo já utilizado em outros momentos de sua campanha extraoficial,

---

61 Uma matéria publicada em abril de 2023, na página oficial do Governo Federal, constata que “os territórios indígenas têm sido uma fronteira de resistência diante da ganância capitalista expressa em atividades como a mineração, extração de madeira, monocultura, pecuária entre outras práticas de exploração predatórias” (KETTLE, 2023).

como veremos no excerto adiante, ao interpretar ambas as propostas como um estímulo à criminalidade: a primeira, na sua visão, implicaria a soltura em massa de presidiários, os quais se veriam incentivados a voltar à vida do crime e, até mesmo, fazer disso uma “profissão”; a segunda, por sua vez, significaria uma espécie de redução tanto do poder efetivo quanto do poder simbólico da polícia, metonimicamente representados pelo porte de armas e pelo uso da farda de serviço, respectivamente. Com isso, Bolsonaro não apenas eleva à última potência os valores militaristas de sua campanha, deixando claro que “o homem só respeita o que ele teme” (LIVE 10.10.2018), mas também, em grande medida, aprofunda ainda mais o antagonismo *nós contra eles*, incluindo aí, no grupo dos integrantes do “sistema”, até mesmo os presidiários, que se beneficiariam das políticas públicas relativas à área da segurança e que, em última instância, seguiriam prejudicando a vida dos cidadãos de bem (*nós*). Segue um excerto que ilustra precisamente o que foi apontado:

[...] diz aqui na página 33 do plano de governo do senhor Haddad: reduzir a massa carcerária do Brasil através da liberação de presidiários. Obviamente, tem que discutir aqui, né? Por mim isso aqui, lógico, jamais existiria isso aqui. Que tipo de criminosos ele quer botar na rua? É um caso a pensar. Por exemplo, aqui na... onde eu moro aqui, Barra da Tijuca, no ano retrasado, 400 estabelecimentos comerciais fecharam por causa da violência, roubo basicamente. Será que botar ladrões na rua? **É um estímulo à violência, é um estímulo à criminalidade.** Tem que punir, não interessa se o cara cometeu um furto ou roubo, tem que ser punido e ponto final. **O homem só respeita o que ele teme [...].** Tenho um projeto nesse sentido, copiado da legislação americana. Lá, três crimes: furtou uma bicicleta, roubou um celular e roubou um carro. Em muitos estados americanos, a pena é de 25 anos, sem progressão. A minha proposta aqui: 10 anos. Você muitas vezes, né, fica... toma conhecimento que prendeu um cara aí que cometeu um crime bárbaro, aí vai ver a ficha criminal dele tem vinte, trinta, quarenta passagens pela polícia. **Será que furtar vai virar aqui, quem sabe, uma forma de trabalho?** Porque não tem prisão, não tem punição... Bem, tá aqui na página 33 do plano de governo do senhor Haddad. Outra proposta dele aqui: desmilitarização das polícias. Com toda certeza, né, se você desmilitarizar... desmilitarizar as polícias, a violência vai crescer. O próprio homem fardado já é uma forma passiva, né, de [evitar] alguém [de] cometer um crime naquela região. [Se] todo mundo tiver (sic) à paisana, como ele quer desmilitarizar aqui, **com toda certeza a violência vai crescer assustadoramente** (LIVE 10.10.2018).

### 3.3.4 Educação, saúde e infraestrutura: o combate aos “ativismos”

Pois bem, avançando nos eixos temáticos, chegamos à área da educação, a qual ocupou espaço diminuto na campanha extraoficial de Bolsonaro e, na maioria das vezes, foi tratada quase exclusivamente com base no repúdio ao famigerado “Kit Gay”, uma *Fake News* amplamente difundida pelo capitão e apresentada como uma suposta iniciativa do PT que promoveria a sexualização precoce e, até mesmo, uma imaginária investida legislativa para permitir a mudança de sexo de crianças sem o consentimento dos pais. Nesses termos,

praticamente todas as falas de Bolsonaro sobre a educação serviram apenas para reforçar a defesa dos valores conservadores e religiosos que guiam o seu estatuto ético e que, na sua visão, estariam sendo ameaçados pelo “projeto de poder do PT” – ecoando, com isso, o principal padrão discursivo e emotivo da campanha extraoficial e, mais além, reiterando o terrorismo implicado na interpretação de que, em caso de vitória do partido rival, o país se tornaria uma genuína distopia. Fato é que, no fim das contas, Bolsonaro apresentou somente uma proposta concreta para a educação durante a sua campanha extraoficial – o ensino à distância para moradores de comunidades rurais – mas, ainda assim, ela assumiu contornos predominantemente ideológicos, pois se desdobrou em críticas severas ao MST. Com efeito, veremos esta proposta solitária mais à frente, pois importa agora ilustrar o veemente repúdio do capitão ao “Kit Gay”, que contou, inclusive, com a participação dos pastores Silas Malafaia e Cláudio Duarte, na *live* de 4 de outubro de 2018. Seguem os excertos:

Silas Malafaia: [...] tiraram dos pais, Bolsonaro, a autoridade da educação [...]. **Como é que esses caras da esquerda vêm querer destruir isso e da escola...?** Uma outra coisa que essa garotada nova não sabe: **essa garotada nova não sabe o que é Cortina de Ferro e as nações comunistas!** Eles não sabem [...]. **Esses caras querem usar a democracia para impor a sua ideologia na goela do povo brasileiro.** Essa é que é a verdade! [...] **a coisa mais covarde, nefasta que se faz é pegar um guri de 6 anos e querer ensinar sexualidade.** Ele não tá estruturado psicologicamente para isso. Então isso é uma coisa é... horrorosa! E outra, Bolsonaro, tem um projeto do PT e do PSOL... não adianta, isso aqui não é fake News, 50.02, vai lá e confere: 5002/2013, que projeto é esse apoiado pelo PT e pelo PSOL? Que **uma criança pode mudar de sexo sem consentimento dos pais, Bolsonaro.** Isso é um... uma afronta! E outra, um marmanjo de 17 anos, tá... o PT e o PSOL não quer (sic) que eles respondam criminalmente, mas **uma criança ter autoridade para mudar de sexo sem consentimento dos pais eles querem!** Tem cabimento? (LIVE 04.10.2018). (LIVE 04.10.2018).

Cláudio Duarte: [...] **eu sou a favor da família, sim. Eu sou contra a erotização infantil, sim.** Quem é gay sabe que eu não sou homofóbico, ok? Eu luto e não tenho problema de abraçar, de me relacionar, eu não tenho, **eu tenho... certo... é que lutar contra esses princípios e esses valores que têm destruído a família,** porque o que faz o indivíduo a lutar por um amanhã melhor é saber que alguém teve a semente dele, certo? Vai estar vivendo amanhã (LIVE 04.10.2018).

[...] agora o Haddad tá negando o Kit gay [...]. Se você for procurar aqui, e você acha na internet, né, facilmente, **são 180 itens para a garotada, a partir de 6 anos de idade,** sim... tá ok? Entre outras coisas, é bem claro aqui, **tá no currículo escolar que deve ser ministrado então, né, uma doutrina, onde (sic) se reconheça (sic) todas as configurações familiares, protagonizados por héteros, gays etc., com base na desconstrução da heteronormatividade. Ou seja, além de dizer que é normal tudo o que acontece aqui, ele quer desconstruir o casal hétero.** (LIVE 12.10.2018)

[Eles] não têm qualquer respeito com criança em sala de aula. **É a questão de sexo em sala de aula... sim!** O Kit gay existiu! **É um fake do fake News!** Agora eles tão dizendo que não houve Kit gay, houve sim! Agora, quem começou lá atrás divulgando isso em 2000 e... em 2010, foi (sic) eu, quando assisti, fui lá assistir, olha só: de passagem eu assisti uma parte do que estava sendo tratado. Acreditem: **nono seminário LGBT infantil, está lá na Câmara!** Nono seminário LGBT infantil! Dá

vontade de falar um palavrão aqui, [mas] não vou falar. **O que queriam naquele momento? Estimular criancinha de seis, sete anos de idade a fazer sexo, tendo em vista o tipo de material que foi apresentado lá para distribuir.** Isso é um absurdo isso daí! Queremos a volta disso? Queremos esse mentiroso, esse representante aí da... do que é de pior da política brasileira? (LIVE 24.10.2018)

Os excertos acima, além de revelarem os supostos pilares do “Kit Gay” (destruição dos valores conservadores e religiosos, estímulo à sexualização precoce e criação de um Projeto de Lei para permitir a mudança de sexo de crianças), todos eles falsos, como comprovou a Agência Lupa<sup>62</sup>, também evidenciam outra *fake News* disseminada por Bolsonaro: a de que teria havido, na Câmara dos Deputados, o “Nono Seminário LGBT infantil”, algo que nunca ocorreu e que foi igualmente desmentido pelas agências de *fact-checking*<sup>63</sup>. De um jeito ou de outro, como já foi dito, os efeitos da disseminação de informações falsas como essas, mesmo desmentidas, são praticamente irreversíveis, especialmente quando reforçados por outras figuras proeminentes, a exemplo dos líderes evangélicos Silas Malafaia e Cláudio Duarte, que têm ampla visibilidade nas redes sociais e que, como vimos nos excertos, em grande medida reforçaram o terrorismo bolsonarista no que diz respeito ao fomento das emoções de medo, raiva e repulsa diante de uma eventual destruição dos valores conservadores e religiosos – Malafaia, inclusive, foi ainda mais longe, ao associar a suposta iniciativa do PT à Cortina de Ferro, uma expressão cunhada no contexto da Guerra Fria para simbolizar a dura cisão entre a parte ocidental (capitalista) e oriental (socialista) da Europa, ecoando e reforçando, com isso, o antagonismo *nós contra eles*, ou seja, os cidadãos de bem contra os socialistas/comunistas. Além disso, é curioso que Bolsonaro tenha, inadvertidamente, reconhecido que o “Kit Gay” de fato nunca existiu, quando afirmou que “o Kit Gay existiu! É um *fake* do *fake News*!”, um ato falho resultante de um oxímoro, mas que não deixa de ser significativo. Dito isso, para encerrar a breve participação da educação nas falas de Bolsonaro em sua campanha extraoficial, vejamos a única proposta concreta apresentada para a área:

**Mais uma mentira desse partideco, que não existiria se não mentisse para a população: eu vou implementar o ensino à distância, acabando aqui com o quadro de professores, merendeiras e outras coisas mais. O ensino à distância, que eu estudei, é para as comunidades rurais.** Na fazenda onde porventura tenha sinal de internet, a garotada, em vez de viajar 20, 30 quilômetros... já chega cansado, volta cansado para casa não aprende nada... ver se é possível levar esse ensino às vezes para essa garotada. Até porque a preocupação deles é grande. Por quê? **Existem duas mil escolas rurais do MST. São 200 mil alunos, ditos sem terrinhas, onde (sic) não cantam o hino nacional, cantam a internacional, socialista ou... a canção do MST. A bandeira que hasteiam não é verde e amarela, é vermelha, com o símbolo**

<sup>62</sup> Cf. <https://tinyurl.com/4ywywk4j>.

<sup>63</sup> Conferir no mesmo link acima, que apresenta um compilado de todas as informações falsas implicadas no “Kit Gay”.

**do MST, e por vezes com uma foice e um martelo.** Eles estão com medo disso. Se eu chegar lá, nós vamos atacar, porque essa questão não é... **queremos salvar essa garotada. Ensinam o tempo todo nessas escolinhas que o capitalismo é inferno [e] o socialismo é o paraíso. Ensinam tudo que não presta, formam mais que militantes, tão formando guerrilheiros, aos milhares,** por anos, por ano. Ensinam que eles não têm futuro, têm problemas, tendo em vista o fazendeiro no teu lado, que tem que ter a terra invadida (LIVE 18.10.2018)

Como se vê, a única proposta concreta para a educação apresentada por Bolsonaro em sua campanha extraoficial foi ofuscada pelas intensas críticas direcionadas às escolas dos “sem terrinhas”, referindo-se, pejorativamente ao MST, que estaria formando “militantes” e “guerrilheiros” com base na ideia de que o “capitalismo é o inferno [e] o socialismo é o paraíso” e cuja bandeira seria vermelha. Nesses termos, mais uma vez a jornada heroica do capitão, dessa vez objetivando “salvar essa garotada”, figura no plano central da campanha e, em grande medida, reforça os valores conservadores e liberais que compõem os seus planos para o país, cujo propósito seria combater a doutrinação marxista e fomentar o ensino à distância – o qual, diga-se de passagem, de fato cresceu sob o governo Bolsonaro, mas que, em verdade, gerou mais ônus do que bônus, como avaliam diversos especialistas da área<sup>64</sup>, pois não apenas recrudesceu os efeitos da desigualdade social no país, tendo em vista que nem todos têm acesso a dispositivos digitais, mas também acabou prejudicando o valor pedagógico implicado nas interações sociais entre crianças e adolescentes, em fase de desenvolvimento. Dito isso, passemos ao eixo temático relativo à saúde, que, assim como o da educação, recebeu pouquíssima atenção de Bolsonaro durante a campanha extraoficial e foi tratado quase exclusivamente com base em críticas às propostas do PT, sobretudo no que diz respeito à legalização do aborto e à descriminalização das drogas – propostas que, como se vê, vão de encontro aos valores conservadores e religiosos que constituem o seu estatuto ético. Vejamos brevemente os excertos que tratam da área, que mais uma vez contaram com a participação do pastor Cláudio Duarte:

Cláudio Duarte: deixa eu dizer uma coisa vocês, o que *startou* a minha decisão de me posicionar dessa vez: a imagem do ultrassom do meu primeiro neto. Quando eu olhei a imagem de ultrassom do meu primeiro neto, algo aconteceu no meu interior e eu comecei a ver é... o que o aborto representava. Eu comecei a ver o que eu quero que meus... que meu neto aprenda, o amanhã... como é que vai ser, do meu neto. **Eu já me sinto muito confortável, em ver que o brasileiro tem desqualificado a esquerda, certo?** Isso pra mim já é algo muito expressivo, que o brasileiro me parece que acordou pra ver que **o movimento de esquerda tem, né, uma função de descaracterizar a família** (LIVE 04.10.2018).

[...] agora outra proposta aqui do plano de governo do senhor Haddad. Página 32. Essa aqui também é de lascar. Página 32: promover a descriminalização das drogas.

<sup>64</sup> Cf. <https://tinyurl.com/prewz65f>.

Imagina que tu vai (sic) na praia, tá o pessoal consumindo droga à vontade lá. Você vai no (sic) banheiro do aeroporto tem alguém lá da empresa aérea fumando um cigarrão de maconha, aí você vai entrar no avião ele tá lá. Pelo amor de Deus. **No Uruguai, que há pouco tempo lá o então presidente Mujica fez isso, só aumentou a violência.** Da nossa parte, não à descriminalização das drogas (LIVE 10.10.2018)

De maneira geral, é possível notar que os únicos dois tópicos relativos à saúde pública abordados nas *lives* de Bolsonaro, na verdade, se transfiguram em um embate ideológico e mais uma vez reforçam o antagonismo *nós contra eles*. No caso da legalização do aborto, que, especialmente nos últimos anos, se tornou um acalorado debate, a população se divide entre aqueles que se preocupam em tentar reduzir o número de mulheres que morrem ao realizar o procedimento de maneira clandestina<sup>65</sup> e aqueles que, ancorados majoritariamente nos valores conservadores e religiosos, enxergam no procedimento um atentado à vida e às configurações familiares canônicas. No caso da descriminalização das drogas, por sua vez, a população se divide entre aqueles que se preocupam com o aumento da população carcerária diante de uma severa política antidroga incapaz de distinguir adequadamente o usuário do traficante e aqueles que, igualmente ancorados nos valores conservadores e religiosos, acreditam que a descriminalização simbolizaria uma espécie de estímulo ao consumo de drogas, o qual, fatalmente, aumentaria não apenas os índices de criminalidade, mas também ameaçaria o bem-estar das famílias. Com efeito, nos dois casos os valores conservadores e religiosos do “cidadão de bem” (*nós*) vão de encontro aos valores progressistas de outros grupos sociais (*eles*), de modo que Bolsonaro não perdeu a chance de mais uma vez capitalizar esta fratura social a fim de criticar seus adversários e reiterar o seu estatuto ético, deixando de lado a questão mais importante: os efeitos de ambos sobre a saúde pública. Fato é que, claramente, a área não era prioridade para o capitão (de acordo com a análise algorítmica, a saúde ocupou apenas 1% de suas falas) e figurou em suas *lives* somente para reforçar o padrão discursivo de ataques ao PT, contando inclusive com a participação de um pastor, e ao padrão emotivo que fomenta a raiva, o medo e a repulsa diante da “descaracterização da família” e de um eventual aumento da violência. Em suma, não houve propostas concretas para a área da saúde, apenas repúdio às propostas do partido adversário – algo que, não muito tempo depois, se revelaria um grande problema em razão da deflagração da epidemia de Covid-19, que vitimou centenas de milhares de brasileiros e exigiu dos esforço sobre-humano dos profissionais da área no que diz respeito à gestão de recursos e de pessoas.

---

<sup>65</sup> No Brasil, o aborto é permitido apenas em três situações – quando a gestante foi vítima de estupro, quando a gravidez representa risco de vida à mãe e quando se constata anencefalia cerebral – de modo que o volume de mulheres que não sobrevivem a abortos realizados de maneira clandestina é significativo e muito preocupante, como aponta o estudo de Cardoso, Vieira e Saraceni (2020).

Pois bem, para enfim encerrar esta seção, importa agora avaliar os tópicos relativos ao eixo temático da infraestrutura que ainda não foram completamente esgotados nas falas de Bolsonaro sobre a economia (“indústria da multa” e demarcação de terras indígenas) e a segurança pública (combate ao MST), de modo que nos restam os seguintes: Bolsa Família e duas fusões ministeriais. Vejamos então o primeiro tópico, que, como é de amplo conhecimento, se refere a uma política pública de transferência de renda criada por Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, a qual visava garantir o mínimo necessário para a subsistência de famílias em situação de extrema pobreza, mas que, a despeito de suas visíveis contribuições, sempre foi severamente criticada por diversos setores da sociedade e, no ponto que mais nos interessa, por grande parte dos bolsonaristas<sup>66</sup> e pelo próprio Bolsonaro<sup>67</sup>. De todo modo, durante a campanha presidencial de 2018, o capitão não apenas mudou o seu posicionamento crítico, mas também fez promessas de ampliação do benefício em caso de vitória, a fim de rebater as insinuações, por parte de seus adversários políticos, de que ele possivelmente encerraria o programa – algo que, diante das críticas acumuladas ao longo dos anos, era totalmente plausível. Seguem os excertos que se referem ao Bolsa Família na campanha extraoficial de Bolsonaro:

**O Bolsa Família é importante e vai ser mantido, nós vamos é combater fraude.** O senhor e a senhora que têm necessidade vai (sic) continuar recebendo seu Bolsa Família, e ao combater fraude podemos até aumentar um pouco o valor do Bolsa Família pra vocês. **Nós temos coração, nós somos humanos, nós queremos o bem do povo brasileiro, nós vamos unir o povo brasileiro** (LIVE 01.10.2018).

[...] o PT dizer o tempo todo que eu vou acabar com o Bolsa Família. Agora, até pra contrapor a isso, foi ideia do general Mourão, acolhida ali pelo Paulo Guedes... **nós vamos dar o décimo terceiro pra quem recebe Bolsa Família e não vai ter despesa. Por quê? Esse... esse recurso extra vai sair do combate ao roubo, à corrupção e à fraude,** apesar também de espalharem no Nordeste e por aí tudo que eu iria acabar com o décimo terceiro salário (LIVE 12.10.2018).

[o Haddad] fica pegando os mais humildes e dizendo o tempo todo que vou acabar com Bolsa Família. São canalhas, nada mais do que canalhas (LIVE 18.10.2018).

**O Haddad mesmo falou que vai aumentar agora em 20% o Bolsa Família. Ué, se não atacar a corrupção e a fraude, que ele não vai atacar, vai tirar dinheiro da (sic) onde?** Diz que vai passar o gás para 49 reais. Ah, eu quero que ele passe pra trinta. Agora, da mesma forma como Dilma diminuiu a tarifa da energia elétrica lá atrás, onde (sic) lá na frente você, consumidor, tem que pagar três vezes mais por aquilo que deixou de pagar lá atrás. **Nós queremos, sim, diminuir o preço do gás, mas com seriedade, tá? O máximo possível, com seriedade, e não na base da canetada, enganando pessoas mais pobres,** que vivem realmente, né, numa situação bastante complicada. E sabemos que o preço do gás está, em média aí, 75 aí, batendo

<sup>66</sup> Cf. <https://tinyurl.com/ms59bp5h>.

<sup>67</sup> Bolsonaro não apenas criticou o Bolsa Família diversas vezes, antes e depois das eleições de 2018, chamando-o, por exemplo, de “Bolsa-farelo” (<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/11404282221>), mas também já propôs a sua extinção (<https://tinyurl.com/4nv2re52>).

80 reais. É um absurdo o preço do gás isso tudo. Vamos lutar pra diminuir, mas não na canetada, senão o preço disso tudo vai recair no colo dos mais pobres (LIVE 24.10.2018)

Ecoando, como se vê, o padrão discursivo e emotivo de ataques ao PT, o capitão mais uma vez não consegue apresentar propostas concretas e se limita a repudiar os planos do partido rival e a fazer promessas vazias de campanha, como a criação de um décimo terceiro salário às famílias beneficiadas pelo programa. Além disso, ao conectar o assunto à corrupção e à fraude, sem devidamente esclarecer ao que de fato estava se referindo, Bolsonaro parece sugerir, no mínimo, que haveria beneficiários irregulares, algo que, em grande medida, vai de encontro à promessa de robustecer o programa, pois, no fim das contas, uma eventual investigação significaria apenas o remanejamento de recursos; isto é, em caso de deflagração destas supostas fraudes, não haveria aumento nas verbas destinadas ao programa, apenas a exclusão de beneficiários e, eventualmente, o redirecionamento de recursos. Com efeito, outro ponto que vale a pena sublinhar nas falas de Bolsonaro sobre o Bolsa Família é a referência ao preço do gás de cozinha, que, em 2018, havia sido consideravelmente inflacionado e, por causa disso, tornou-se pauta de protestos em muitas capitais do país, sobretudo porque trata-se de uma despesa de primeira necessidade que, portanto, não afetava apenas os beneficiários do Bolsa Família, mas todos os cidadãos brasileiros. Nesses termos, a fala do capitão parece ecoar um tipo de “modalização discursiva” que já havia sido utilizado nos seus planos para a economia – fazer uma mudança com responsabilidade/seriedade – e que serviu, nos dois casos, para amenizar o teor incisivo de suas promessas, blindando-o de críticas futuras (em caso de descumprimento) ao mesmo tempo em que projetava uma imagem sensível, não obstante aos impropérios dirigidos aos seus adversários; “nós temos coração, nós somos humanos, nós queremos o bem do povo brasileiro”. Pois bem, dito isso, vejamos então o último tópico do eixo temático da infraestrutura, centrada na possível junção entre ministérios estratégicos:

**[...] recebemos a visita de homens da indústria do Brasil, falando dos problemas e como eu poderia resolver essas questões deles. Falaram na questão que gostariam que o Ministério da Indústria e Comércio continuasse existindo. Vamos atendê-los! Se esse é o interesse deles, para o bem do Brasil, vamos atender!** Vamos manter o Ministério da... da Indústria e do Comércio, sem problema nenhum. Tá havendo certo atrito agora sobre [se] funde ou não o Ministério da Agricultura com o Meio Ambiente. Da minha parte eu tô (sic) pronto para negociar. **Eu falei para o pessoal do agronegócio que isso era importante, eles concordaram. Alguns agora estão discordando.** Vamos chegar ao meio termo, e se for mantido (sic) dois ministérios, eu vou botar como ministro de meio ambiente uma pessoa que não tem vínculo com o que é de pior nesse meio, que nós sabemos... o coitado do agricultor, você, produtor, seja você, seja quem for, quer uma licença ambiental, isso leva aí dez anos! Se é que você vai conseguir a licença ambiental. **Isso é um crime! Vamos preservar o meio ambiente? Vamos preservar o meio**

**ambiente, mas não vamos atrapalhar a vida de quem quer produzir no Brasil.** Somos 208 milhões de habitantes, tá? O que está dando certo no Brasil, uma das poucas coisas que dá certo no Brasil, é a questão voltada pro agronegócio, para agricultura familiar também. Não podemos atrapalhar o progresso do Brasil. (LIVE 24.10.2018)

Como se vê, este excerto aponta não somente para a aplicação dos princípios liberais que fazem parte dos pilares da campanha de Bolsonaro, na medida em que a eventual fusão ministerial almejada por ele implicaria a diminuição do alcance e dos poderes do Estado, mas também revela grande subordinação do capitão aos interesses dos representantes de dois setores proeminentes na economia brasileira (os “homens da indústria” e “o pessoal do agronegócio”), aos quais parece ser atribuído grande poder de decisão sobre aspectos estratégicos da área da infraestrutura: “[...] se esse é o interesse deles, para o bem do Brasil, vamos atender!”. Além disso, outro ponto que chama atenção é o fato de que este grande poder de decisão atribuído aos empresários, o qual fatalmente exerceria influência não apenas sobre a estrutura ministerial, mas também sobre a nomeação de ministros, vai de encontro às numerosas falas de Bolsonaro sobre a adoção de critérios técnicos – e não de indicações políticas – para a escolha de ministros, de modo que a nomeação de “uma pessoa que não tem vínculo com o que é de pior nesse meio”, no fim das contas, nada mais é do que o eco de duas propostas (“combate à indústria da multa” e “desburocratização/desregulamentação”) que vimos anteriormente, cujo objetivo central era fragilizar os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização destas áreas estratégicas: “vamos preservar o ambiente, mas não vamos atrapalhar a vida de quem produz no Brasil”. Nesses termos, mais uma vez Bolsonaro apenas insinua a adoção de medidas genéricas e faz promessas aos seus principais apoiadores, ao invés de apresentar propostas concretas e detalhadas para a área da infraestrutura, a qual, diga-se de passagem, deveria ter como objetivo garantir o desenvolvimento socioeconômico do país, e não atender aos interesses de empresários do setor privado. Em suma, o último eixo temático tratado na campanha extraoficial de Bolsonaro está fundamentalmente ancorado nos valores liberais que guiam o seu estatuto ético e, mesmo que os seus principais padrões discursivos e emotivos não tenham prevalecido sobre os acenos positivos ao empresariado, fica claro que o alicerce da campanha depende da instauração de uma guerra cultural e ideológica cujo objetivo é alcançar uma profunda reforma em todos os setores da sociedade. Dito isso, está na hora de encerrar seção e sublinhar as conclusões desse longo capítulo, a fim de encaminharmos as considerações finais da tese e, claro, colocar em evidência a íntima conexão entre todos os capítulos desse trabalho.

### 3.4 Conclusões

O propósito deste terceiro capítulo foi conjugar e operacionalizar as conclusões alcançadas nos capítulos anteriores – (1) a intersubjetividade é condição da vida humana e parte constitutiva do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva; e (2) a Revolução Algorítmica é pervasiva e condiciona grande parte das nossas experiências cotidianas – a fim de analisar a ascensão do *bolsonarismo*, um fenômeno sociocognitivo extremamente significativo a todos os cidadãos brasileiros, cuja origem está fundamentalmente alicerçada na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018, por meio da qual ele privilegiou o compartilhamento intersubjetivo de determinados padrões e conteúdos experienciais que, entre outras coisas, instituiu uma genuína guerra política, cultural e ideológica no Brasil, a qual, é bom dizer, permanece ativa ainda hoje. Para tanto, num primeiro momento foi necessário recapitular brevemente o cenário de crise político-econômica que vinha se consolidando no país desde 2013, o qual não apenas fomentou um sentimento de descontentamento generalizado com o sistema político por parte da população brasileira, mas também serviu como base para a construção do estratégico e eficiente discurso “antissistema” que foi ostensivamente defendido por Jair Bolsonaro durante o período das eleições. Na sequência, passamos à análise da campanha oficial do capitão à presidência da república – composta pelo seu Plano de governo, pelos dois debates eleitorais em que ele esteve presente e por uma entrevista concedida ao Jornal Nacional – por meio da qual foi possível identificar dois padrões principais e recorrentes: um *padrão discursivo* que promovia ataques viscerais e constantes ao partido rival (PT) e um *padrão emotivo* que fomentava, acima de tudo, emoções primárias de natureza negativa (medo, raiva e repulsa). Assim, ficou claro que praticamente todas as propostas e falas públicas de Jair Bolsonaro em sua campanha oficial foram feitas com base nestes dois padrões, os quais foram significativamente alavancados depois da facada infligida ao capitão, em setembro de 2018, quando teve início aquilo que foi chamado, neste trabalho, de “campanha extraoficial”, realizada majoritariamente nas redes sociais. Nesses termos, passamos, então, à análise das quinze *lives* promovidas por Bolsonaro nas redes sociais, um ambiente que não apenas estimula um tipo de coesão social fragmentária, mas que também, em virtude de sua precária legislação, a qual dificulta, por exemplo, o combate à disseminação de *fake News*, representou uma fecunda oportunidade para que o capitão pudesse recrudescer os ataques viscerais contra os seus adversários, sem qualquer tipo de restrição ética – e isto foi algo que, sem dúvidas, contribuiu enormemente para a instauração da guerra política, cultural e ideológica mencionada acima.

Diante destas análises, portanto, foi possível concluir o seguinte: (1) a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, como um todo, foi realizada com base na construção de um discurso “antissistema” que foi extremamente eficiente em capitalizar o sentimento de descontentamento generalizado da população brasileira com o sistema político, especialmente porque foi capaz de canalizar este sentimento em direção ao partido rival, acusando-o não apenas de ser o grande gerador de toda sorte de mazelas sociais, mas também de ter um “projeto de poder” para destruir a nação; (2) o compartilhamento intersubjetivo de padrões e conteúdos experienciais por parte de Jair Bolsonaro, o qual revela o seu estatuto ético (conservador, militarista, liberal e religioso) e se manifesta, sobretudo, no *padrão discursivo* de ataques viscerais ao Partido dos Trabalhadores e no *padrão emotivo* que fomenta emoções primárias de natureza negativa (medo, raiva e repulsa), é aquilo que efetivamente produziu a guerra política, cultural e ideológica da qual resulta o fenômeno do bolsonarismo, na medida em que agrava o clássico antagonismo *nós contra eles* e transforma adversários políticos em inimigos da nação; (3) embora a campanha de Jair Bolsonaro tenha se ancorado, desde o início, nos dois padrões (discursivo e emotivo) supracitados, ficou muito claro que, depois da facada em Juiz de Fora, que resultou na transferência da campanha para as redes sociais, o capitão recrudescer não apenas os ataques ao PT, mas também aumentou a intensidade na disseminação de *fake News*, algo que foi autorizado pela precária legislação acerca do funcionamento das redes sociais; (4) o funcionamento algorítmico das redes sociais, além de agravar o antagonismo *nós contra eles* e, com isso, fortalecer a natureza bélica do discurso bolsonarista, também potencializou significativamente o alcance da campanha, tendo em vista que estas plataformas, ao identificarem com facilidade os hábitos e as preferências de seus usuários, impulsionaram a circulação dos conteúdos “extraoficiais” da campanha – entre eles, numerosas *fake News* – para além dos nichos discursivos e ideológicos bolsonaristas, recrutando, assim, uma parte significativa da população que estava igualmente descontente com a crise político-econômica, mesmo que não compartilhasse plenamente o estatuto ético do capitão; (5) o bolsonarismo, enfim, não apenas consolidou uma guerra política, ideológica e cultural no Brasil, mas também impactou significativamente o comportamento coletivo da população e pôs em risco a própria existência da nossa democracia, algo que pôde ser percebido de maneira clara na depredação do Palácio do Congresso Nacional, ocorrida em 8 de Janeiro de 2023 e que ficou conhecida como “Intentona Bolsonarista”, pois visava reverter o resultado das eleições de 2022. Em suma, está na hora de encerrar o capítulo e encaminhar as considerações finais deste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] ainda que os seres humanos passem a se envolver em práticas discursivas e a depender da cultura material e simbólica, ambas com poderosos efeitos formativos na mente humana, algo mais básico, onto e filogeneticamente, parece ser necessário para garantir o benefício desses aspectos centrais da vida social humana. Esse fundamento parece ser facultado pela capacidade exclusivamente humana da *intersubjetividade* [...] a mente humana é essencialmente uma *mente compartilhada*, e essa intersubjetividade está no cerne daquilo que nos torna humanos. (ZLATEV, 2008, p. 2, tradução minha)

Nada é mais oportuno do que chegar ao fim do nosso longo percurso epistemológico, reflexivo e analítico por intermédio das considerações de Zlatev, tendo em vista que elas não apenas fundamentaram a delimitação do conceito central da pesquisa, mas também corroboram o título-tese deste trabalho: a intersubjetividade condiciona a vida. Inclusive, até mesmo a discreta polissemia que aí se insinua (condicionar/ser condição) é inteiramente proposital e respaldada pelas reflexões do autor, e isto foi algo que, nas devidas proporções, acabou sendo retratado em cada um dos capítulos que compõem esta pesquisa. Ora, todas as elucubrações filosóficas, todas as asserções científicas e todas as descobertas analíticas apontam para o fato de que a intersubjetividade não apenas “está no cerne daquilo que nos torna humanos”, mas também habilita a nossa espécie a desenvolver formas únicas de cognição social – entre elas a “cultura material e simbólica” – e, em última instância, condiciona as nossas “práticas discursivas”. De um jeito ou de outro, como este é o momento ideal para reiterar as conclusões alcançadas nas etapas teóricas e analíticas da pesquisa, faremos agora um breve e pontual voo panorâmico sobre os pontos-chave que fundamentaram os três capítulos deste trabalho, os quais, embora possam ser lidos de maneira relativamente independente, mantêm intrínseca conexão e foram planejados para gradualmente construir um percurso que fosse capaz de alcançar os objetivos principais da pesquisa: posicionar a intersubjetividade no eixo central da investigação acerca da atividade cognitiva humana, mapear algumas de suas variadas manifestações e aplicações na nossa vida social e, por último, operacionalizar o conceito a fim de efetivamente utilizá-lo na análise de um proeminente fenômeno sociocognitivo atuante, contemporaneamente, na esfera política brasileira. Repassemos, então, estes pontos-chave.

Pois bem, o primeiro capítulo, intitulado *Atividade cognitiva humana*, se ocupou do primeiro objetivo apontado acima e, por isso, representa o núcleo teórico da pesquisa, por meio do qual foi possível não apenas consolidar o conceito de intersubjetividade adotado (o compartilhamento de padrões e conteúdos experienciais), mas também mapear a sua proeminência e a sua pervasividade no funcionamento da nossa atividade cognitiva, algo que,

em última instância, ajudou a construir duas conclusões significativas: ontologicamente, a intersubjetividade é condição da vida humana, pois garante e otimiza as nossas capacidades de adaptação, coordenação e sobrevivência no mundo; epistemologicamente, a intersubjetividade é parte integrante e fundamental do *modus operandi* da nossa atividade cognitiva, pois está na base da maneira pela qual os seres humanos sentem, conhecem, agem e interagem no mundo – ou seja, compartilhando padrões e conteúdos experienciais. Para tanto, recapitulamos algumas contribuições pontuais e estratégicas de autores que, ao longo da história da filosofia e da ciência ocidentais, se ocuparam de perscrutar o(s) sentido(s) da vida, do mundo e da condição humana, especialmente a partir de dois problemas clássicos: sujeito/objeto e corpo/mente. Nesses termos, concluímos que o conceito de intersubjetividade não apenas se encaixa perfeitamente na solução atual do problema corpo/mente (isto é, o princípio da mente corporificada), mas também se insinua como promissora solução para o ancestral desequilíbrio entre sujeito e objeto do conhecimento, que ainda hoje atrasa o desenvolvimento científico e, entre outras coisas, dificulta a plena resolução do problema por excelência das ciências cognitivas: a consciência. Além disso, ao investigarmos mais de perto algumas significativas contribuições da psicologia, da linguística e das neurociências, foi possível começar a preparar a subsequente operacionalização do conceito de intersubjetividade, sobretudo porque as reflexões acerca da ativação de padrões e da criação de conteúdos experienciais lançaram luz especial sobre o crucial papel das emoções e das funcionalidades da linguagem no compartilhamento intersubjetivo das nossas experiências em sociedade. Portanto, o primeiro capítulo cumpre aquilo a que se propõe e, mais além, prepara o terreno para uma reflexão extremamente oportuna sobre a via de mão dupla entre tecnologia e cognição, que passou a ganhar grandes proporções a partir da década de 1950.

Com efeito, o segundo capítulo, intitulado *Revolução Algorítmica*, se ocupou não apenas de rastrear pontos-chave no desenvolvimento das ciências da computação, a fim de sublinhar a sua íntima relação com os estudos da mente, do cérebro e da linguagem, mas também de identificar as maneiras pelas quais a arquitetura algorítmica dos dispositivos e plataformas digitais contemporâneos conduz grande parte das nossas experiências cotidianas em sociedade, algo que, sem dúvidas, ajuda-nos a compreender os significativos impactos da tecnologia sobre a atividade cognitiva humana. Para tanto, foi necessário mapear algumas das principais *affordances* do ambiente virtual, em especial das redes sociais, e, mais além, esclarecer como a arquitetura algorítmica que dá forma e ritmo operacional às plataformas digitais, cujo objetivo central é nos manter conectados o maior tempo possível, é capaz de rastrear todas as nossas atividades *online*, perfilar-nos com precisão ímpar (identificando, por

exemplo, diversos padrões relacionados aos nossos hábitos, preferências e graus de pertencimento social) e entregar-nos exatamente o conteúdo que mais nos interessa, criando, com isso, um tipo de coesão social fragmentária que, fatalmente, aproxima pessoas com hábitos, preferências e ideologias compatíveis, mas, ao mesmo tempo, dificulta sobremaneira o diálogo entre pessoas que têm perspectivas diferentes. Nesses termos, aquilo que chamei de Revolução Algorítmica pode ser efetivamente compreendido como um proeminente fenômeno sociocognitivo de escala global, tendo em vista que o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas modificou praticamente todas as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir no mundo, na medida em que condiciona a maioria das nossas experiências mais básicas em sociedade, desde as mais simples, como ter acesso à informação ou fazer uma compra, até as mais complexas, como organizar mobilizações políticas – este último aspecto, inclusive, extremamente relevante para as reflexões do capítulo seguinte.

Diante disso, o terceiro capítulo, intitulado *Emoções em guerra*, se destinou a conjugar as conclusões alcançadas nos capítulos anteriores e, acima de tudo, a operacionalizar o conceito de intersubjetividade, a fim de efetivamente analisar aquele que talvez seja o fenômeno sociocognitivo mais deletério das últimas três décadas em nosso país: o bolsonarismo. Nesses termos, compreendendo que a ascensão deste fenômeno teve início durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro para a presidência da república em 2018, procedemos à análise dos principais padrões e conteúdos experienciais compartilhados intersubjetivamente pelo capitão, os quais se mostraram ser os grandes responsáveis pela intensa guerra cultural, política e ideológica instituída no país na última década. Para tanto, levando em conta a dinâmica reflexiva e refratária estabelecida entre os padrões e os conteúdos experienciais, deflagrada no primeiro capítulo deste trabalho, a pesquisa se concentrou na análise dos principais *padrões discursivos* (que revelaram as matrizes de sentido que compõem o discurso bolsonarista, isto é, os valores *conservadores, liberais, militaristas e religiosos*) e dos *padrões emotivos* (que, como vimos, fomentaram emoções primárias de natureza essencialmente negativa: *raiva, medo e repulsa*) compartilhados intersubjetivamente por Bolsonaro durante a campanha, a qual, em razão da facada infligida ao capitão em Juiz de Fora, no dia 6 de setembro de 2018, se dividiu em dois momentos distintos: oficial e “extraoficial”. Com efeito, ficou claro que esta divisão foi extremamente significativa porque representou uma importantíssima mudança tática por parte de Bolsonaro, que transferiu integralmente a execução de sua campanha dos veículos oficiais (sobretudo a televisão) para as redes sociais, um ambiente que garantiu-lhe não apenas mais liberdade para recrudescer os ataques aos seus adversários políticos, mas também para aumentar a disseminação de *fake News* e, claro, aproveitar o funcionamento algorítmico

descrito acima para alavancar a amplitude e a capilaridade da campanha, reforçando, com isso, os seus padrões discursivos e emotivos. Assim, foi possível concluir que a campanha de Bolsonaro se mostrou extremamente eficiente em capitalizar o sentimento de descontentamento generalizado da população com o sistema político brasileiro, que vinha sendo construído desde 2013, e, acima de tudo, em recrutar grande parte da população para a intensa guerra cultural, política e ideológica, a qual permanece ativa ainda hoje e que, talvez se possa dizer, alcançou seu ápice em 8 de Janeiro de 2023, com a depredação do Palácio do Congresso Nacional. Portanto, o terceiro capítulo deixou claro que o compartilhamento intersubjetivo de padrões e conteúdos experienciais, sobretudo quando estrategicamente canalizado pela arquitetura algorítmica das plataformas digitais, é capaz não apenas de exercer extraordinária influência sobre as nossas formas de sentir, conhecer, agir e interagir no mundo, mas também de produzir drásticas reformulações sociopolíticas, as quais, no caso do Brasil, chegaram até mesmo a ameaçar a existência do nosso sistema democrático.

É nesses termos que chegamos, então, ao final deste trabalho, cujo objetivo panorâmico foi avaliar as “configurações atualizadas” da atividade cognitiva humana e, assim, contribuir de alguma forma para a interpretação e para a compreensão de determinados fenômenos sociocognitivos contemporâneos capazes de produzir efeitos extremamente significativos – não raro deletérios – sobre a nossa existência, tanto de maneira global quanto de maneira “local”. De um jeito ou de outro, é curioso perceber que a resposta a esta questão sempre esteve latente em todos os estágios da “odisseia semântica” da Humanidade, recôndita nas reflexões filosóficas e nas asserções científicas de todos aqueles que, desde a Antiguidade, se preocuparam em produzir sentido para a vida, para o mundo e para a condição humana. No fim das contas, fato é que todo o conhecimento que produzimos ao longo dos séculos está irremediavelmente ancorado na “tríade epistêmica fundamental” (*eu/tu/mundo*), que se manifesta e se traduz na mais proeminente capacidade da nossa espécie: a intersubjetividade, a “mente compartilhada” que nos autoriza a sentir, a conhecer e a (inter)agir no mundo de maneira coordenada, cooperativa, criativa. Em suma, realmente não há nada de novo debaixo do sol e todas as palavras já foram ditas, mas, a bem da verdade, algumas delas podem – e devem – ser constantemente reordenadas, então, reforço aqui a minha reordenação: a intersubjetividade condiciona a vida.

## BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, A. M. M. Consciousness and self in language: a view from cognitive semiotics. In: **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 4, p. 7-24, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/52976/34746>. Acesso em 11 ago. 2023.

A GUERRA do Brasil. **Jornal O Globo**, 11 dez. 2017. 1 vídeo (14min27s). Publicado por Jornal O Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=db2iEZ1QwmE&list=PLEWpSGR4paOqSPVTHzlPv-RribzgPwwq->. Acesso em 25 jan. 2024.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Cultrix, 1997.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

ARREGUI, M. O. La escolástica. In: **Revista Digital de Artes y Humanidades**, vol. 10, p. 115-124, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/11317188/La\\_escolástica](https://www.academia.edu/11317188/La_escolástica). Acesso em 11 ago. 2023.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1991.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, [s. l.], 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em 25 jan. 2024.

BOOLE, G. **An investigation of the laws of thought, on which are founded the mathematical theories of logic and probabilities**. [E-book]. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/15114/15114-pdf.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BRANDT, L.; BRANDT, P. A. Making sense of a blend: a cognitive-semiotic approach to metaphor. In: **Annual review of cognitive linguistics**, n. 3, vol. 1, p. 216-249, 2005. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2898881](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2898881). Acesso em 11 ago. 2023.

BUCKNER, C.; GARSON, J. Connectionism. In: ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford encyclopedia of philosophy**. Stanford, California: Stanford University Press, 1917-1929, 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/connectionism/>. Acesso em 11 ago. 2023.

CARDOSO, B. B.; VIEIRA, F. M. S. B.; SARACENI, V. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? In: **Cadernos de Saúde Pública**, n. 13, vol. 36, suplemento 1, 2020. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7365/16231>. Acesso em 1 maio 24.

CASSIN, B. **O efeito sofístico**: sofística, filosofia, retórica, literatura. São Paulo: Editora 34, 2005.

CASTELLANOS, N. **Neurociencia del cuerpo**: cómo el organismo esculpe el cerebro. Barcelona: Editorial Kairós, 2022.

CASTRO ROCHA, J. C. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

CHALMERS, D. J. **The conscious mind**: in search of a fundamental theory. Oxford: Oxford University Press, 1996.

CHALMERS, D. J. How can we construct a science of consciousness? In: GAZZANIGA, M. (ed.). **The cognitive neurosciences III**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, p. 1111-1119, 2004. Disponível em: <https://consc.net/papers/scicon.pdf>. Acesso em 11 ago. 2023.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009a.

CHOMSKY, N. **Cartesian linguistics**: a chapter in the history of rationalist thought. 3ª ed. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2009b.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. 50th anniversary edition. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2015.

COSTA, D. O. **Semântica das metáforas**: uma análise cognitivo-discursiva dos processos de metaforização atuantes na esfera política brasileira entre 2013 e 2016. 2018. Dissertação (Metrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG. Disponível em: [https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10525/1/DISSERTAÇÃO\\_SemânticaMetáforasAnálise.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10525/1/DISSERTAÇÃO_SemânticaMetáforasAnálise.pdf). Acesso em: 25 jan. 2024.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMÁSIO, A. **O mistério da consciência**: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DAMÁSIO, A. **A estranha ordem das coisas**: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

DAMÁSIO, A. **Sentir e saber**: as origens da consciência. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DEBATE na BAND: reveja na íntegra o 1º confronto entre os presidentiáveis. [São Paulo]: **Band Jornalismo**, 9 ago. 2018a. 1 vídeo (4h16min49s). Publicado por Band Jornalismo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX\\_c](https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c). Acesso em 25 jan. 2024.

DEBATE presidencial na RedeTV! [São Paulo]: **RedeTV**, 17 ago. 2018b. 1 vídeo (3h16min34s). Publicado por RedeTV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=99SmMo1XqzQ>. Acesso em 25 jan. 2024.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EDELMAN, G. **Wider than the sky**: the phenomenal gift of consciousness. New Haven: Yale University Press, 2004.

EM EVENTO, Bolsonaro restringe família a “um homem, uma mulher e filhos”. **Correio Braziliense**, [s. l.], 14 jul. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022260-em-evento-bolsonaro-restringe-familias-a-um-homem-uma-mulher-e-filhos.html>. Acesso em 23 nov. 2023.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, F.; CECHINEL, C. **Introdução a algoritmos e programação**. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2008.

FODOR, J. A. A theory of the child's theory of mind. In: **Cognition**, vol. 44, p. 283-296, 1992. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1993-09143-001>. Acesso em 11 ago. 2023.

FODOR, J. **The language of thought**. New York: Thomas Y. Crowell Company Inc., 1975.

FONSECA FILHO, C. **História da computação**: o caminho do pensamento e da tecnologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GIBSON, J. **The senses considered as perceptual systems**. Connecticut: Greenwood Press, 1983.

GOLDSCHMIDT, R.; PASSOS, E. **Data mining**: um guia prático. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GRADY, J. E.; OAKLEY, T.; COULSON, S. Blending and metaphor. In: STEEN, G.; GIBBS, R. (eds.). **Metaphor in cognitive linguistics**. Philadelphia: John Benjamins, p.101-124, 1999. Disponível em: [http://cogweb.ucla.edu/CogSci/Grady\\_99.html](http://cogweb.ucla.edu/CogSci/Grady_99.html). Acesso em 11 ago. 2023.

HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? In: **Science**, vol. 298, p. 1569-1579, 2002. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.298.5598.1569>. Acesso em 11 ago. 2023.

HERMONT, A. B.; LIMA, R. J. Linguagem e cognição sob a perspectiva da linguística gerativa. In: HERMONT, A. B.; ESPÍRITO SANTO, R. S.; CAVALCANTE, S. M. (Orgs.). **Linguagem e cognição**: diferentes perspectivas, de cada um lugar um outro olhar, p. 23-59, 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUSSERL, E. **The idea of phenomenology**. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 1999.

HUTTO, D. D.; MYIN, E. **Radicalizing enactivism**: basic minds without content. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2013.

JAIR Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional 2018. [São Paulo] **Grupo Globo**, 22 ago. 2018. 1 vídeo (32min08s). Publicado por Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>. Acesso em 25 jan. 2024.

JOHNSON, M. **The meaning of the body**: aesthetics of human understanding. Chicago: Chicago University Press, 2007.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

KETTLE, W. A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**, [s.l.], 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/a-importancia-dos-povos-indigenas-para-a-preservacao-da-natureza>. Acesso em 3 maio 2024.

KOCH, C. **The feeling of life itself**: why consciousness is widespread but can't be computed. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2019.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

[LIVE 16.09.2018] BOLSONARO, J. M. Após atentado, Bolsonaro fala ao público pela primeira vez. **YouTube**, 16 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FlI1iglSOQQ>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 01.10.2018] BOLSONARO, J. M. 01/10/2018: Bolsonaro, política e questões nacionais. **YouTube**, 1 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6117jbeHBD0>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 02.10.2018] BOLSONARO, J. M. Nova live: temas do dia envolvendo mais fatos sobre a política nacional. **YouTube**, 2 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W2ToU3iwsM0>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 03.10.2018] BOLSONARO, J. M. Nova live: o perigo do PT. **YouTube**, 3 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IGaGmQZnxPw>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 04.10.2018] BOLSONARO, J. M. Live com Bolsonaro (04/10/2018). **YouTube**, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wqjiPtshOzs>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 05.10.2018] BOLSONARO, J. M. Live: Bolsonaro em Libras. **YouTube**, 5 out. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Tvh4\\_C4ERag](https://www.youtube.com/watch?v=Tvh4_C4ERag). Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 06.10.2018] BOLSONARO, J. M. Bolsonaro faz última live antes do dia das eleições. **YouTube**, 6 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9a5OzgmyxQ8>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 07.10.2018] BOLSONARO, J. M. Bolsonaro fala ao Brasil. Estamos no segundo turno! **YouTube**, 7 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W03TbRU7So0>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 10.10.2018] BOLSONARO, J. M. Bolsonaro mostra o perigoso plano de governo escrito pelo PT. **YouTube**, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9q9ZNMRe5rw>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 12.10.2018] BOLSONARO, J. M. Live: o PT camaleão. **YouTube**, 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vsMDEgvwTAM>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 14.10.2018] BOLSONARO, J. M. 14/10/2018: Bolsonaro fala mais verdades! **YouTube**, 14 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KGVTURYPPrU>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 18.10.2018] BOLSONARO, J. M. FakeNews de araque! Os cães ladram e a caravana passa. **YouTube**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m-F1jDvCMk4>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 24.10.2018] BOLSONARO, J. M. Novas informações e mentiras que estão sendo difundidas a meu respeito! **YouTube**, 24 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3DFyl6E1BE>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 27.10.2018] BOLSONARO, J. M. Bolsonaro: última live antes do segundo turno. **YouTube**, 27 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2py6E3U2wCc>. Acesso em 21 maio 2024.

[LIVE 28.10.2018] BOLSONARO, J. M. Jair Bolsonaro é eleito o 38º Presidente da República Federativa do Brasil! **YouTube**, 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3gZ3WfVagoo>. Acesso em 21 maio 2024.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. In: **Revista sociologia e antropologia**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 945-970, 2019.

MALINI, F.; CIARELLI, P.; MEDEIROS, J. O sentimento político em redes sociais: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre impeachment de Dilma Rousseff. In: **Revista Liinc**, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p. 323-342, 2017.

MARCONDES, D. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. **Big data**: a revolution that will transform how we live, work and think. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MERLEAU-PONTY, M. **Phenomenology of perception**. New York: Routledge, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Dez medidas contra a corrupção**. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/32870347/AS\\_10\\_MEDIDAS\\_CONTRA\\_A\\_CORRUPÇÃO](https://www.academia.edu/32870347/AS_10_MEDIDAS_CONTRA_A_CORRUPÇÃO). Acesso em 25 jan. 2024.

MINISTRO do Meio Ambiente defende ‘passar a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, 22 maio 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2024.

NAGEL, T. What is it like to be a bat? In: **The philosophical review**, vol. 83, p. 435-450, 1974. Disponível em: [https://www.sas.upenn.edu/~cavitch/pdf-library/Nagel\\_Bat.pdf](https://www.sas.upenn.edu/~cavitch/pdf-library/Nagel_Bat.pdf). Acesso em 11 ago. 2023.

PIAGET, J. **A psicologia da inteligência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto e Crátilo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

PRIVATIZADA por Bolsonaro, Eletrobras volta ao foco após apagão. **Brasil de Fato**, Curitiba, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/17/privatizada-por-bolsonaro-eletrobras-volta-ao-foco-apos-apagao>. Acesso em 25 jan. 2024.

RABELO, E.; CAMPOS, F. C. Big data e KDD: novas descobertas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 34, 2014, Curitiba, PR. **Anais [...]**. Curitiba, PR: ABEPRO, 2014, p. 1-15. Disponível em: [https://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2014\\_TN\\_STP\\_202\\_144\\_25705.pdf](https://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2014_TN_STP_202_144_25705.pdf). Acesso em 13 nov. 2023.

SALVADOR, E.; PENANTE, A. P. Das intenções ao planejamento: a orientação política do governo Bolsonaro. In: **Revista de política públicas**, [s.l.], vol. 26, n. 2, p.541-561, 2023. Disponível em: <https://periodicoselctronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20640>. Acesso em 25 jan. 2024.

SAPIR, E. Language: the nature of language. In: MANDELBAUM, D. G. (ed.). **Selected writings of Edward Sapir in language, culture and personality**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, p. 7-166, 1949.

SAPIR, E. Language and environment. In: MANDELBAUM, D. G. (ed.). **Selected writings of Edward Sapir in language, culture and personality**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, p. 89-103, 1949.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SMITH, E. R.; MACKIE, D. M. Intergroup emotions. In: LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J. M.; BARRETT, L. F. (Eds.) **Handbook of emotions**. 3. ed. New York: The Guilford Press, p. 428-439, 2008.

SUN TZU. **A arte da guerra**. 3.ed. Jandira, SP: Ciranda Cultural, 2019.

THOMPSON, M. G. Phenomenology of intersubjectivity: a historical overview of the concept and its clinical implications. In: MILLS, J. (ed.). **Relational and intersubjective perspectives in psychoanalysis: a critique**. Hillsdale, London: Aronson, p. 35-69, 2005.

TOMASELLO, M. **As origens culturais da aquisição do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOMASELLO, M. A chave está na cognição social. In: SIQUEIRA, M.; OLIVEIRA, A. F. S. (Orgs.) **Cadernos de Tradução – Linguística cognitiva**. Porto Alegre: UFRGS, nº 31, p. 205-215, 2012. Disponível em: <https://doceru.com/doc/8esev5n>. Acesso em 11 ago. 2023.

TONONI, G. An information integration theory of consciousness. In: **BMC Neuroscience**, vol. 5, n. 1, 2004. Disponível em: <https://bmcneurosci.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2202-5-42>. Acesso em 11 ago. 2023.

TONONI, G. Consciousness as integrated information: a provisional manifesto. In: **The Biological Bulletin**, vol. 215, n. 3, p. 216-242, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19098144/>. Acesso em 11 ago. 2023.

TONONI, G.; KOCH, C. The neural correlates of consciousness: an update. In: **Annals of the New York Academy of Sciences**, vol. 1224, p. 239-261, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18400934/>. Acesso em 11 ago. 2023.

TOSI, G. Liberdade, igualdade e fraternidade na construção dos direitos humanos. In: FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N. T.; NÁDER, A. A. G. (Orgs.). **Educando em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos**. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 49-59, 2016.

TREVARTHEN, C. Communication and cooperation in early infancy: a description of primary intersubjectivity. In: BULLOWA, M. (ed.). **Before speech: the beginning of human communication**. London: Cambridge University Press, p. 321-347, 1979. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/309629908\\_Communication\\_and\\_cooperation\\_in\\_early\\_infancy\\_A\\_description\\_of\\_primary\\_intersubjectivity](https://www.researchgate.net/publication/309629908_Communication_and_cooperation_in_early_infancy_A_description_of_primary_intersubjectivity). Acesso em 11 ago. 2023.

TREVARTHEN, C. What is like to be a person who knows nothing?: defining the active intersubjective mind of a newborn human being. In: NAGY, E. (ed.). **Infant and child**

**development**, vol. 20, p. 199-135, 2011. Disponível em:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/icd.689>. Acesso em 11 ago. 2023.

TSE. **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**. 2018. Disponível em:  
[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em 25 jan. 2024.

TURING, A. M. Computing machinery and intelligence. In: **Science**, vol. 59, n. 236, p. 433-460, 1950. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2251299>. Acesso em 11 ago. 2023.

UEXKÜLL, J. V. A stroll through the worlds of animals and men. In: **Instinctive Behavior: the development of a modern concept**. New York: International Universities Press Inc., p. 5-80, 1934. Disponível em:  
[http://www.codebiology.org/pdf/von%20Uexk%20J%20\(1934\)%20A%20stroll%20through%20the%20worlds%20of%20animals%20and%20men.pdf](http://www.codebiology.org/pdf/von%20Uexk%20J%20(1934)%20A%20stroll%20through%20the%20worlds%20of%20animals%20and%20men.pdf). Acesso em 11 ago. 2023.

VARELLA, F. J.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **The embodied mind**: cognitive science and human experience. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

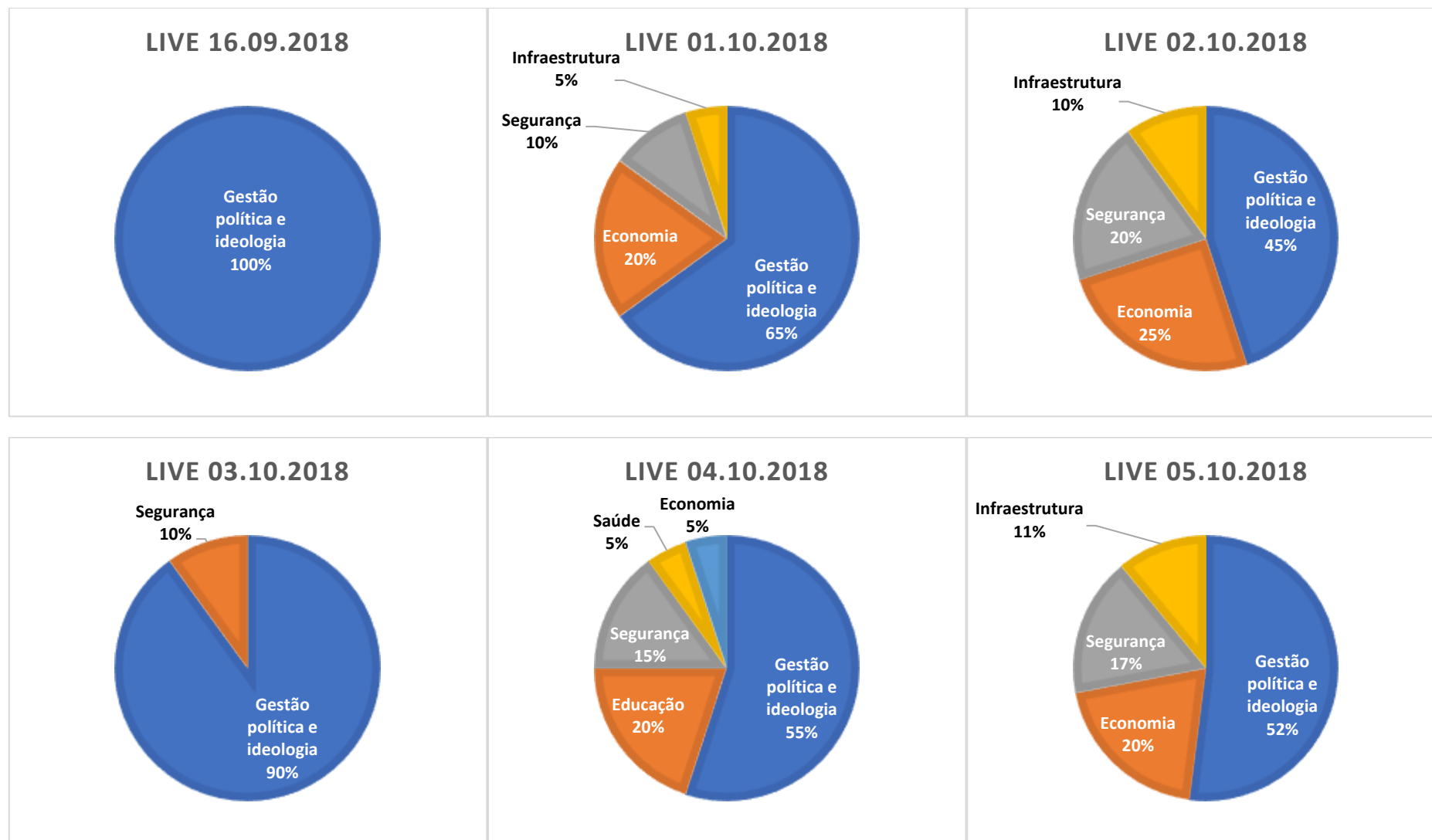
WHORF, B. L. **Language, thought and reality**: selected writings of Benjamin Lee Whorf. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1957.

ZAHAVI, D.; OVERGAARD, S. Intersubjectivity. In: LAFOLLETE, H. (Ed.). **International Encyclopedia of Ethics**. New Jersey: John Wiley & Sons Ltd., 2020.

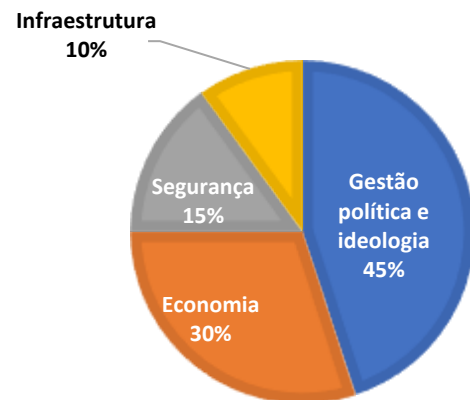
ZLATEV, J. Intersubjectivity: what makes us human? In: ZLATEV, J. *et al.* (Orgs.). **The shared mind**: perspectives on intersubjectivity. Amsterdam: John Benjamins, p. 1-14, 2008.

ZLATEV, J. The co-evolution of intersubjectivity and bodily mimesis. In: ZLATEV, J. *et al.* (Orgs.). **The shared mind**: perspectives on intersubjectivity. Amsterdam: John Benjamins, p. 215-244, 2008.

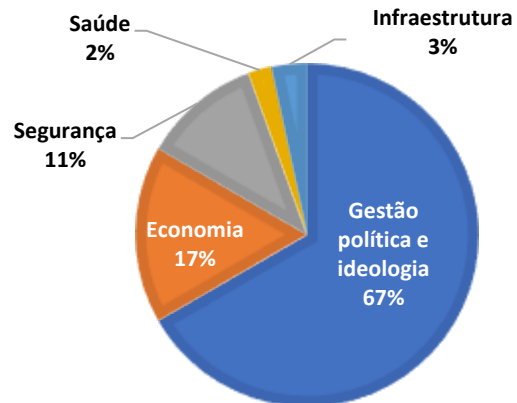
**APÊNDICE A: Gráficos percentuais das falas de Bolsonaro sobre os eixos temáticos em cada uma das lives**



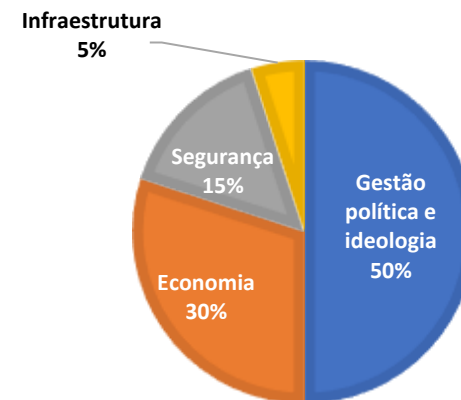
LIVE 06.10.2018



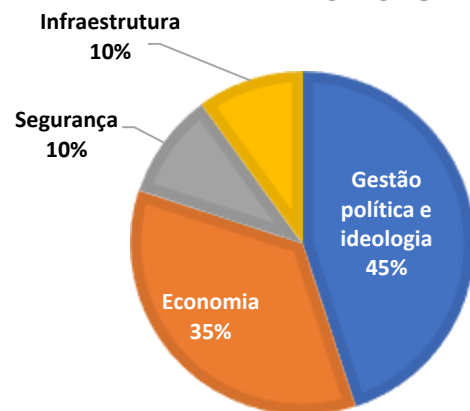
LIVE 07.10.2018



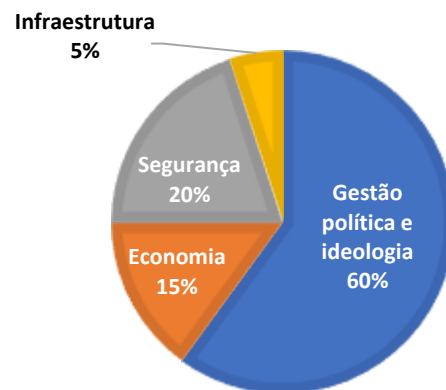
LIVE 10.10.2018



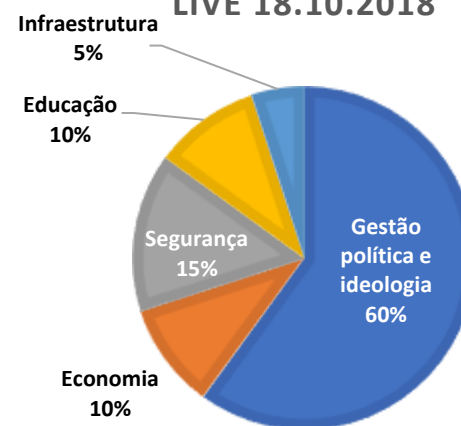
LIVE 12.10.2018

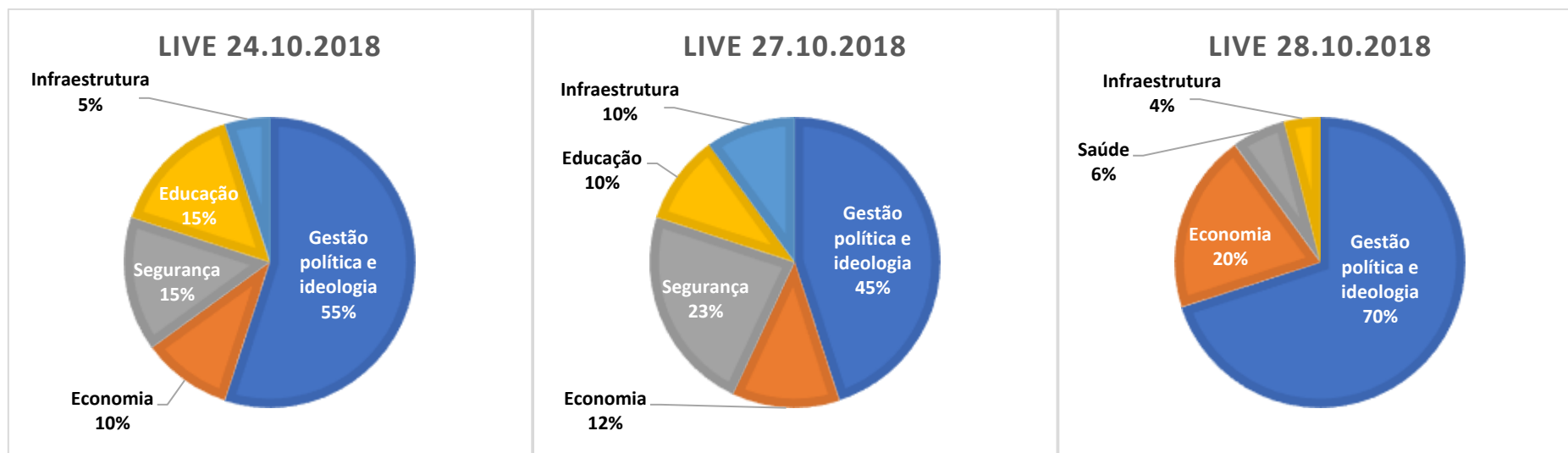


LIVE 14.10.2018

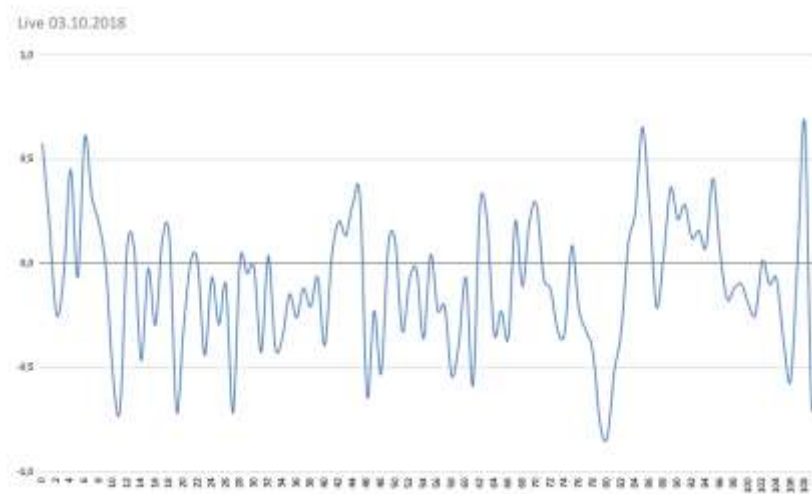
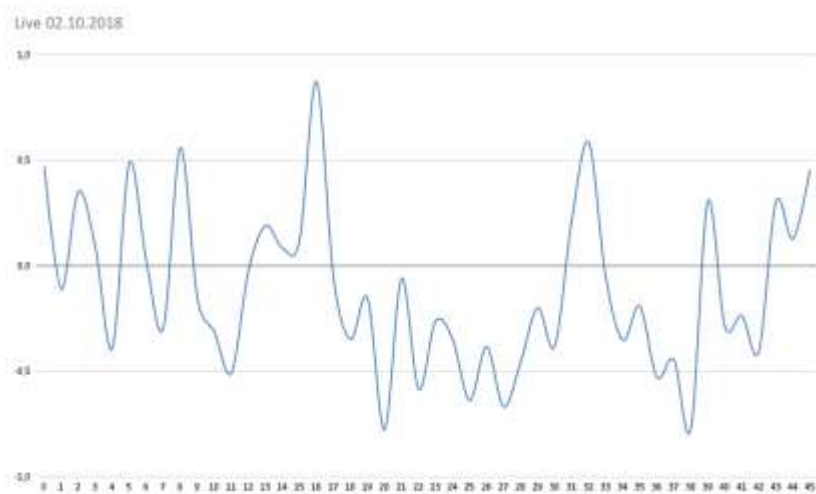
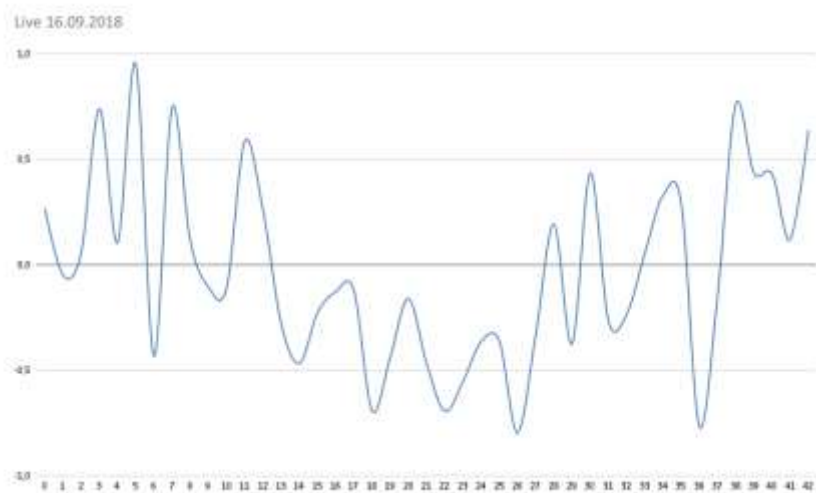


LIVE 18.10.2018

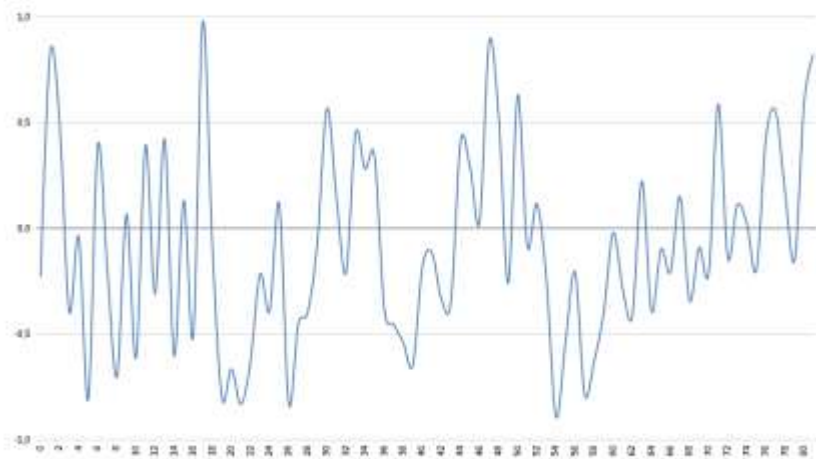




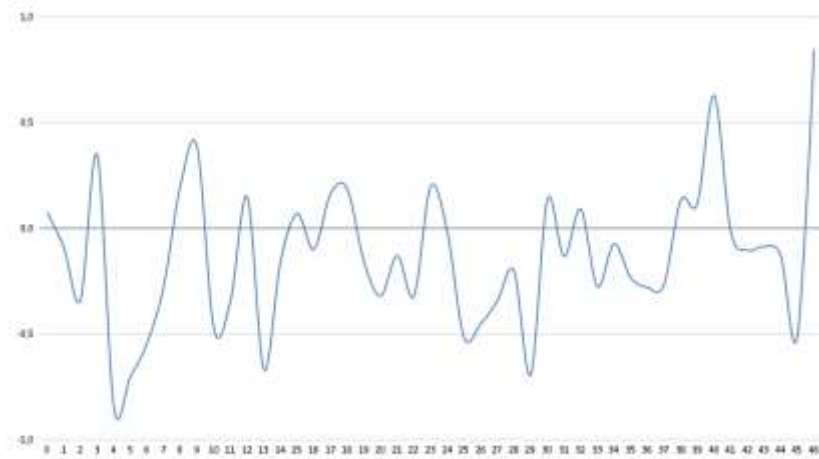
Fonte: autoral

**APÊNDICE B: Gráficos de polaridade (coeficiente absoluto) das falas de Bolsonaro em cada uma das lives**

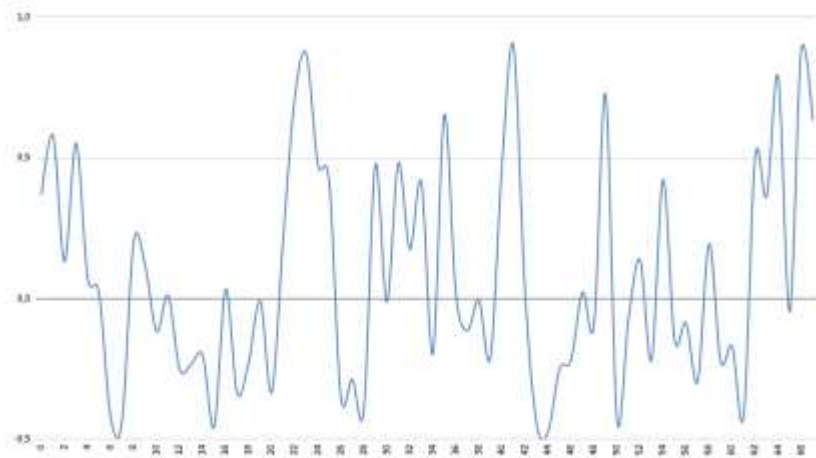
Live 04.10.2018



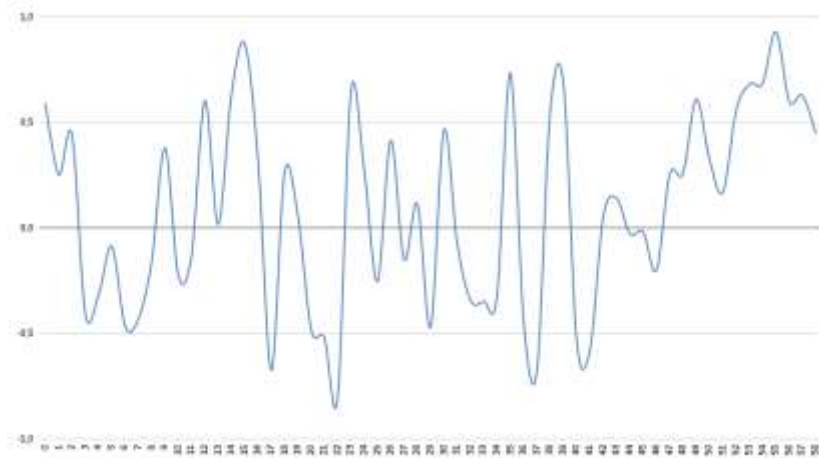
Live 05.10.2018



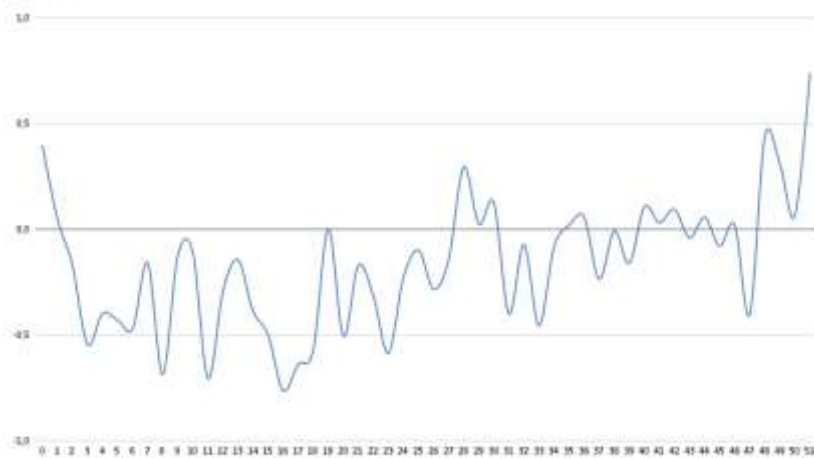
Live 06.10.2018



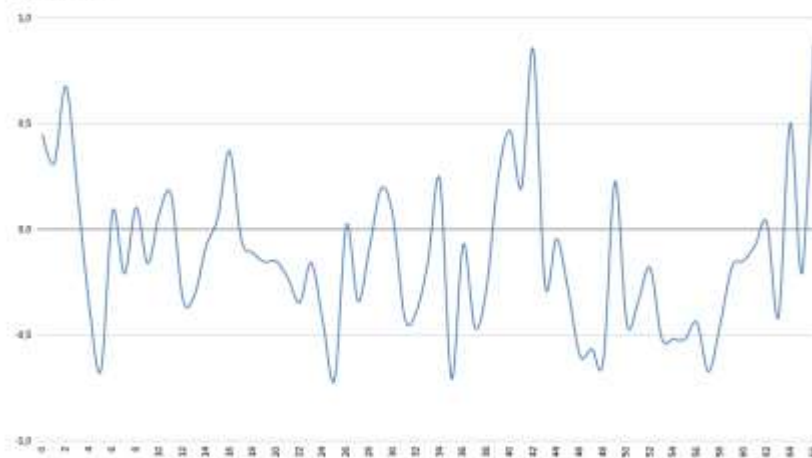
Live 07.10.2018



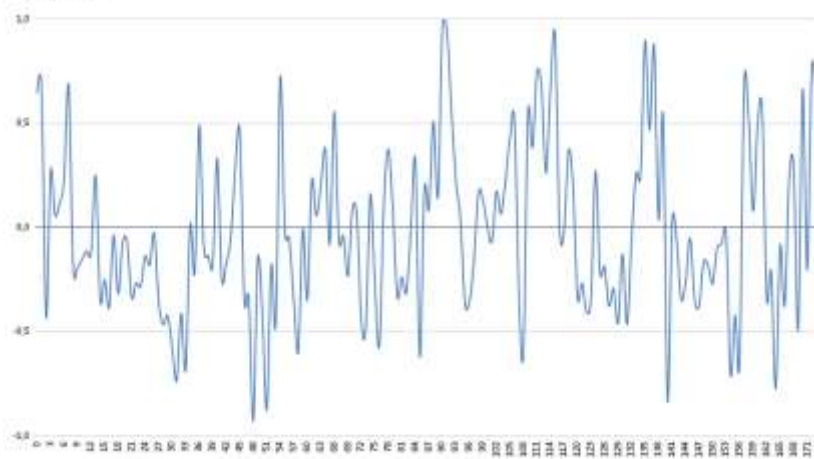
Live 10.10.2018



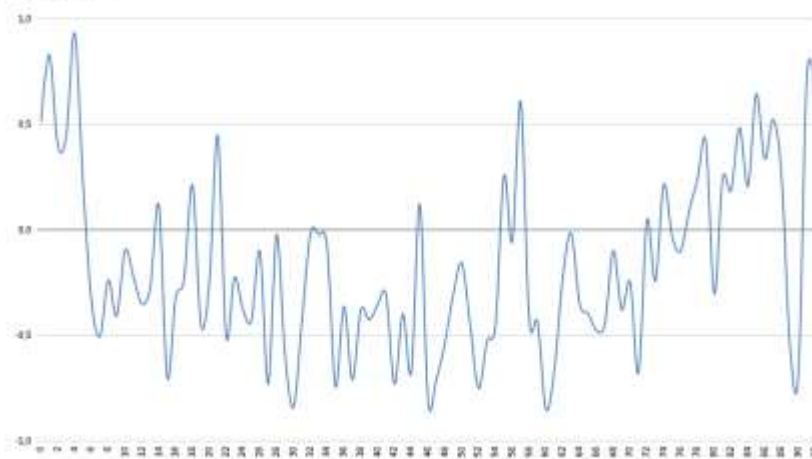
Live 12.10.2018



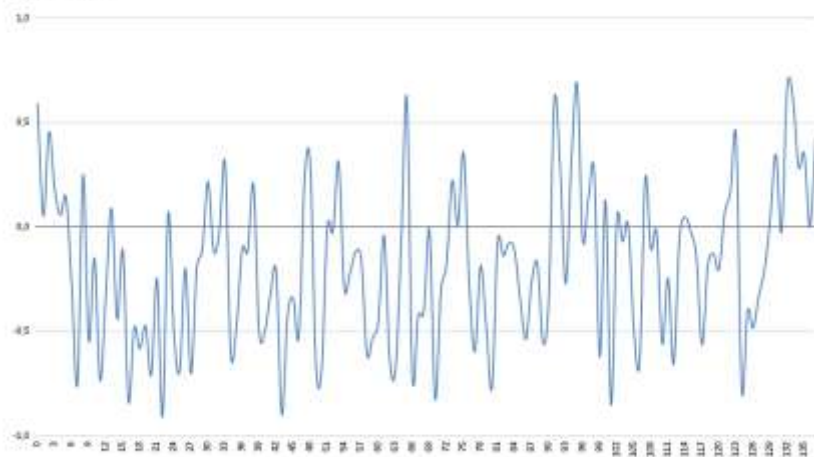
Live 14.10.2018



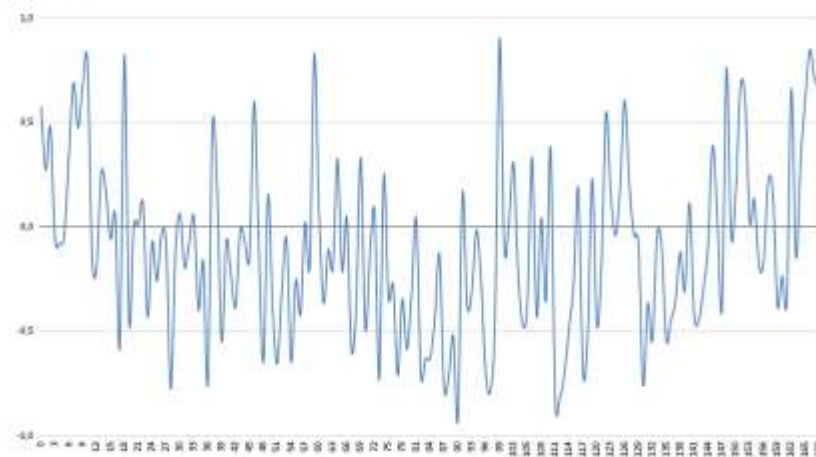
Live 18.10.2018



Live 24.10.2018



Live 27.10.2018



Live 28.10.2018

